

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

JULIO RODRIGUES

**A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste
Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento
socioeconômico do país (1997-2013)**

**Porto Alegre
2016**

JULIO RODRIGUES

A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013)

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues, Julio

A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013) / Julio Rodrigues. -- 2016. 197 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. África Ocidental. 2. UEMOA. 3. Guiné-Bissau. 4. Limites e oportunidades. I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

JULIO RODRIGUES

A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013)

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira - Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dário Teixeira Ribeiro
UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso
UNISINOS

Dedico este trabalho aos meus familiares e em especial aos meus pais, Domingos Rodrigues e Segunda Sambú, por sempre estão do meu lado me apoiando e me incentivando as minhas escolhas. A minha esposa Dilena Balde Sanca e o meu filho Enzo Remna Sanca Rodrigues, pela motivação, paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proporcionar saúde e força necessária para superar as dificuldades e poder buscar os meus objetivos acadêmicos e profissionais.

O meu profundo agradecimento a UFRGS e em especial o PPGEEI por me selecionar, por me proporcionar essa grande oportunidade de realizar este sonho.

Para minha orientadora Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira, que aceitou o convite de me orientar logo no momento em que o formulei e, sobretudo pelo suporte durante todo o tempo da pesquisa, pelas suas correções e incentivos, expresso a minha profunda gratidão.

A FAPERGS em nome do Governo Brasileiro que me forneceu os subsídios necessários para realização deste trabalho, o meu muito obrigado. Estendo o meu sincero agradecimento ao prof. Dr. Paulo G. F. Vizentini, que incansavelmente intermediou a concessão da bolsa junto a FAPERGS.

A todos os professores do PPGEEI e em especial a coordenação, prof. Dr. André L. R. Silva, a dinâmica secretária Alanna J. Teixeira e todos os corpos docentes que contribuíram direta ou indiretamente para excelência do programa, tão essencial para os alunos desenvolver seus estudos.

Aos professores Paulo G. F. Vizentini, Dr. Luiz Dário Teixeira Ribeiro e Dr. Diego Pautasso que gentilmente aceitaram participar na banca da tese.

Aos meus familiares Manuel Rodrigues, Dauda Rodrigues, Madalena Rodrigues, Feliciano Rodrigues, Eduardo Lourenco Mendes, Emoni I. Mendes, Ansumane Sambú Samora Manuel Costa, e Monica Imbana.

Aos meus padrinhos Arnaldo Sucuma e sua esposa Baobalolan Sanca, a minha madrinha Joselita Oliveira Tessarotto e os seus filhos Marco Antônio O. Tessarotto, Thaís O. Tessarotto.

Para os meus amigos Augusto Lopes Beteba (*In memóriam*), Anselmo Otavio, Bruno Mariotto Jubran, Delo Nanque, Diego Trindade D'Avila Magalhães, José Luis Ferreira Sá, Leandro Teixeira, Lassana Danfa, Mamadou Alpha Diallo, Nilton Cardoso Orlando Mendonça, Ricardo Carvalho Ossagô Junior, Vagner Bijagó, Viriato Lopes Nhanca.

RESUMO

Um dos aspectos mais importantes da nova realidade internacional é a tendência à formação de blocos regionais. A criação dos blocos ao redor do mundo representa uma estratégia de promoção do desenvolvimento para os países da periferia e, sobretudo, para os Estados africanos que são caracterizados por uma história peculiar de marginalização, países com pobreza e miséria dramáticas, ciclos de instabilidades política e militar, sequelas de séculos de explorações promovida por diversas potências. Como forma de resolver parte dos problemas que afetam o continente, os dirigentes africanos acreditam na integração econômica e política como uma das alternativas. Tratando-se dos países do oeste africano, a integração possibilita uma coordenação conjunta na solução dos problemas internos da região e nos desafios da globalização. O objetivo desta tese é de analisar a inserção da Guiné-Bissau na UEMOA. Neste sentido, o trabalho se propõe responder duas perguntas: em que medida a UEMOA pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social guineense e quais são as vantagens e as desvantagens da Guiné-Bissau na UEMOA. Ele parte da hipótese de que a referida união é bastante útil para o país lusófono na medida em que oferece um enorme suporte na sua política monetária e fiscal, sem falar na abertura de novos mercados, embora o ciclo da instabilidade política tenha se constituído num dos principais obstáculos para o desempenho guineense no bloco. Ressalta-se que o presente trabalho foi construído com base nas consultas de diversas obras bibliográficas, e também, durante a construção desta tese, viajamos para o referido país que constitui objeto do nosso estudo, onde obtivemos alguns dados primários através do contato que tivemos com diversos dirigentes do país ligado ao tema. Entretanto, conclui-se que a inserção da Guiné na UEMOA aconteceu de forma precipitada sem que houvesse estudos aprofundados. Embora o país, por um lado, tenha alcançado um dos objetivos que é de estabilizar os preços ou controlar a inflação, assim como encontrou, na união, uma importante fonte de financiamento, o BOAD (Banque Ouést Africaine de Développement), para desenvolver, reabilitar e modernizar as suas infraestruturas. Por outro lado, o desempenho guineense naquele bloco tem sido afetado pelo ciclo de instabilidades que tem dificultado a elaboração de uma estratégia que permitiria a obtenção de ganhos, seja por via do comércio internacional ou pela captação do investimento estrangeiro; com isso, o país se tornou dependente dos seus parceiros do bloco.

Palavras-chave: África Ocidental. UEMOA. Guiné-Bissau. Limites e oportunidades.

ABSTRACT

One of the most important aspects of the new international reality is the tendency to form regional blocks. The creation of blocks around the world is a development promotion strategy for the periphery countries and, especially to the African states, which are characterized by a peculiar history of marginalization, countries with dramatic poverty and misery, cycles of political and military instabilities, consequences of centuries of explorations promoted by many colonial powers. As a way to solve part of problems that affect the continent, African leaders, believe in economic and political integration as one of the alternatives. Concerning West African countries, the integration enables to joint coordination in solving the internal problems of the region and the challenges of globalization. This thesis aims to analyze the inclusion of Guinea-Bissau in the West African Economic and Monetary Union (WAEMU). Thus, the work aims to answer two questions: to what extent WAEMU can contribute to economic and social development of Guinea-Bissau, and what are the advantages and disadvantages of Guinea-Bissau in the WAEMU. It starts from the assumption that such union is very useful for the Portuguese-speaking country, once it offers a huge support in its monetary and fiscal policy, not to mention the opening of new markets, although the cycle of political instability has been one of the main obstacles to Guinea-Bissau performance in the block. It is noteworthy that this work was done in the basis of research in various literature works, and during the construction of this thesis, we traveled to the country, which is the object of our study, where we obtained some primary data through the contact we had with several leaders of the country related to the subject. However, it is concluded that the inclusion of Guinea - Bissau in WAEMU happened rashly without in depth studies. Although the country on one hand, has achieved one of its goals to stabilize prices and control inflation, as found in union an important source of funding, the BOAD (Banque Ouest Africaine de Development) to develop, rehabilitate and modernize its infrastructure. On the other hand, the performance of Guinea-Bissau in the block has been affected by the instabilities cycle that has hampered the development of a strategy that would allow the development gains, either through international trade or through the capture of foreign investment; with this, the country became dependent on its partners in the block.

Keywords: West Africa. UEMOA (WAEMU). Guinea-Bissau. Limits and opportunities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A dinâmica da integração monetária na África Ocidental.....	45
Figura 2 - Mapa dos países da UEMOA.....	121
Figura 3 - Relação de causalidade entre instabilidade política e a governança democrática	161
Figura 4 - Relação de causalidade entre processo de transição democrática, instabilidade política e governança.....	165
Figura 5 - Fatores de bloqueio da transição democrática na Guiné-Bissau.....	167
Figura 6 - Mapa das regiões africanas com ênfase para os países da UEMOA	184
Gráfico 1 - A taxa populacional dos países da África Ocidental.....	41
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto dos países da CEDEAO	43
Gráfico 3 - As importações guineense proveniente do Portugal, Holanda e Senegal 1990/2003	95
Grafico 4 - Principais parceiros de importações (2013).....	96
Gráfico 5 - Proporção estimada da população dos países da UEMOA em milhões de habitantes em 2003	123
Gráfico 6 - Produto Interno Bruto dos países da UEMOA em 2003.....	124
Quadro 1 - Eleições presidenciais em 1994.....	87
Quadro 2 - Eleições legislativas em 1994	88
Quadro 3 - Eleições presidenciais em 1999.....	105
Quadro 4 - Eleições legislativas em 1999	106
Quadro 5 - Eleições legislativas em 2004	109
Quadro 6 - Eleições presidenciais em 2005.....	110
Quadro 7 - Eleições legislativas em 2008	112
Quadro 8 - Eleições presidenciais em 2009.....	113
Quadro 9 - Eleições presidenciais em 2009.....	115
Quadro 10 - Esquema do órgão e instituições para o funcionamento da UEMOA.....	130
Quadro 11 - Critérios de inserção total ou parcial à vigilância multilateral.....	132
Quadro 12 - Taxa de pobreza por regiões e contribuição regional na pobreza em 2012 .	163
Quadro 13 - A pauta exportadora dos países da UEMOA em 2014.....	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informação básica dos países da UEMOA.....	122
Tabela 2 - Indicadores dos países da UEMOA em 2015.....	169
Tabela 3 - Balança comercial da UEMOA em 2009/2012.....	172
Tabela 4 - A dívida externa dos países da UEMOA em%, 2015.	173
Tabela 5 - Estoque do investimento direto estrangeiro nos países da UEMOA em milhões de US\$ no ano de 2015	174
Tabela 6 - A taxa do crescimento econômico dos países da UEMOA em %, 2015.....	175
Tabela 7 - A renda per capita da UEMOA em 2015	177
Tabela 8 - A taxa de mortalidade infantil nos países da UEMOA	178
Tabela 9 - A taxa de inflação na Guiné-Bissau, no período de 1990/2013	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC-	African Economic Community
ALADI-	Associação Latino-Americana de Integração
ANP-	Assembleia Nacional Popular
AOF-	África Ocidental Francesa
ASEAN-	Association of Southeast Asian Nations
BAD-	Banco Mundial e Banco Africano para o Desenvolvimento
BCEAO-	Banco Central dos Estados da África do Oeste
BOAD-	Banco Oeste Africana de Desenvolvimento
BRICS-	Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul
CAO-	Comunidade da África Oriental
CAN-	Comunidade Andian das Nações
CEAO-	Comunidade Econômica da África do Oeste
CEDEAO-	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEEAC-	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CEMAC-	Comunidade Econômica e Monetária da África Central
CEN-SAD-	Comunidade de Estados Sahel-Saarianos
CFA-	Comunidade Franco Africana
COMESA-	Mercado Comum da África Oriental e Meridional
CPLP-	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
ECOMOG-	West African States Monitoring Group
ECOWAS-	Economic Community of West African States
DDET-	Desenvolvimento Empresarial, Energia e Turismo
DENARP-	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
EUA-	Estados Unidos da América
FAO-	Organização para a Agricultura e Alimentação
FMI-	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO-	Frente de Libertação de Moçambique
INEC-	Instituto Nacional de Estatística e Censos
IGAD-	Intergovernmental Authority on Development
JMCDPJ-	Junta Militar para a Consolidação da Democracia, Paz e Justiça
MERCOSUL-	Mercado Comum do Sul
MPLA-	Movimento Popular da Libertação de Angola

NAFTA-	North American Free Trade Agreement
NEPAD-	New Partnership for Africa's Development
OMD-	Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento
ONGs-	Organização Não Governamentais
OUA-	Organização da Unidade Africana
PAE-	Programa de Ajustamento Estrutural
PAI-	Partido Africano da Independência
PAIGC-	Partido Africano para Independência para Guiné e Cabo Verde
PALOP-	Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
PEC-	Perspectivas Económica em África
PEE-	Programa de Estabilização Económica
RECs-	Regional Economic Communities
SADC-	Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional
TEC-	Tarifa Externa Comum
UA-	União Africana
UDEAC-	União Aduaneira e Económica da África Central
UE-	União Europeia
UEMOA-	União Económica e Monetária Oeste Africana
UMA-	União do Magreb Árabe
UMOA-	União Monetária Oeste Africana
UNECA-	United Nations Economic Commission for Africa
UNESCO-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZMAO-	Zona Monetária da África Ocidental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	21
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
2.2	CONCEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL	22
2.3	ORIGENS, MOTIVAÇÕES E FATORES FAVORÁVEIS A INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	25
2.4	AS ETAPAS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL	27
2.5	ABORDAGEM AFRICANA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	32
2.6	O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL	35
2.7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	46
3	A INSERÇÃO GUINEENSE NA UEMOA PERANTE O CICLO DA INSTABILIDADE POLÍTICA	48
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	48
3.2	ANTECEDENTES E CAUSAS DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA.....	49
3.3	A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE	56
3.4	PERÍODO PÓS- PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA GUINEENSE	67
3.5	PRIMEIRA TRANSIÇÃO POLÍTICA.....	82
3.6	A ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU A UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA OESTE AFRICANA – UEMOA	87
3.6.1	Breve retrospectiva das principais instituições financeiras do país após a independência.....	88
3.6.2	Os motivos que acarretaram na inserção da Guiné-Bissau na UEMOA.....	89
3.7	GUINÉ-BISSAU À LUZ DA SEGUNDA TRANSIÇÃO	95
3.7.1	Uma crise nacional de dimensões regionais.....	97
3.7.2	Legalidade republicana versus legitimidade popular	100
3.8	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	116
4	UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA OESTE AFRICANA - UEMOA: O AVANÇO E O RETROCESSO	119
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	119
4.2	ALGUMAS DAS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DOS PAÍSES DA UEMOA	119
4.3	A BREVE RETROSPECTIVA DA UEMOA	124

4.4	OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UEMOA	125
4.5	OS AVANÇOS DA UEMOA	126
4.5.1	A estrutura e funcionamento da UEMOA.....	126
4.6	OS FATORES QUE CONSTITUEM ENTRAVES PARA UEMOA.....	133
4.6.1	Análises da evolução política e perfil sócioeconômico dos países da UEMOA	134
4.6.2	República de Benin.....	134
4.6.3	República da Burkina Faso	136
4.6.4	República da Costa do Marfim	138
4.6.5	República da Guiné-Bissau	140
4.6.6	República do Mali	142
4.6.7	República do Níger	143
4.6.8	República do Senegal	145
4.6.9	República do Togo.....	147
4.7	A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A INFLUÊNCIA EXTERNA NO SEIO DA UEMOA	148
4.8	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	154
5	OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA	156
5.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	156
5.2	GUINÉ-BISSAU: A COMPLEXIDADE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	156
5.3	INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DA UEMOA	167
5.4	OPORTUNIDADE DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA	177
5.5	AS LIMITAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA	181
5.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	186
6	CONCLUSÃO	188
	REFERÊNCIAS	193

1 INTRODUÇÃO

A nova realidade mundial suscitou vários aspectos importantes e um de exterioridades é a tendência de formação dos blocos econômicos regionais que se direciona para uma nova reorganização do espaço político global até aqui dominado pela presença dos Estados-nações. Esta tendência integra uma nova divisão internacional do mercado dentro de uma perspectiva globalizada, na qual a elevação na competição contribui para aceleração do processo de regionalização. Esse processo de integração regional se elevou sensivelmente nos últimos anos, após o fim da bipolaridade entre as duas superpotências que emergiram do pós-Segunda Guerra Mundial - EUA e URSS.

Diante desse cenário, o continente africano não deve ser excluído, ou seja, o processo de integração para os africanos não é novidade, embora seja caracterizado por erros e acertos. Lembrando que em África, as primeiras ideias integracionistas ocorreram há mais de cinquenta anos, bem antes da independência de vários países do continente. Salientamos que, por apresentar uma característica histórica peculiar em relação a das demais regiões do mundo, qualquer tema do trabalho que se refira à África, requer uma análise abrangente na sua dimensão social, política e das relações internacionais em detrimento da sua característica que é bastante peculiar dada a sua história relacionada ao processo de escravatura, colonização, exploração dos seus recursos naturais por parte das grandes potências, das influências externas, etc.

A Organização da Unidade Africana (OUA), atualmente denominada da União Africana (UA), foi criada em 25 de maio de 1963. A sua criação, em parte, admite o quanto os dirigentes africanos já vinham mostrando preocupação em estabelecer instituições de concertação que facilitaria a aproximação dos povos da região; por outro lado, as lideranças africanas acreditaram que a integração poderá servir de mecanismo de superação dos enormes obstáculos que o continente enfrenta. Aquele bloco político foi implantado em Etiópia, por iniciativa de Haile Selassie, imperador etíope, que teve apoio de 23 países anglófonos e francófonos que já haviam proclamado as suas independências. Portanto, a explicação para a iniciativa de criar esta organização justamente em Etiópia, talvez se deva a: tomada de iniciativa por parte do imperador deste país; e, ainda, por este país ser o único do continente que não sofreu a colonização, se tornando o símbolo da independência do continente.

Também, entre outros líderes que participaram ativamente na criação dessa organização, destaca-se o então presidente do Gana, Kwame Nkrumah, que no seu discurso na criação da organização, a 25 de maio de 1963, afirmou o seguinte: “o facto de estarem aqui

reunidos representantes de 23 países é a prova irrefutável da vontade absoluta de independência dos nossos cidadãos, um continente inteiro conferiu-nos um mandato para criarmos nesta conferência à base da nossa unidade” (FERNANDES, 2011).

Apesar de Haile Selassie ter tomado a iniciativa de criar a OUA, juntamente com os 23 países africanos independentes, a OUA tinha suas raízes no Pan-africanismo, que surgiu ainda em finais do século XIX, como manifestação de solidariedade entre intelectuais de origem africana, espalhados pelo mundo, contra a hegemonia cultural branca. Mas foi essencialmente a partir da Segunda Guerra mundial que o Pan-africanismo ganhou força, apresentando-se como uma ideologia de defesa dos valores culturais da África e de contestação à ocupação e repartição geopolítica do continente executada pelas potências europeias. Dentro deste contexto, a Carta da OUA proclamava a vontade de salvaguardar a soberania e o respeito pela integridade territorial dos vários países, bem como a instabilidade das fronteiras, de uma maneira geral resultantes da ocupação colonial. Preocupado em apoiar os países africanos, na época, dependentes dos colonizadores, a primeira ação da OUA, após a sua criação, foi criar, em Tanzânia, um chamado “Comitê de Libertação” que apoiou a luta contra o poder da minoria branca em Namíbia.

Todavia, o continente africano dos dias de hoje não foge das transformações que têm ocorrido no sistema mundial. Atualmente a África é constituída por mais de 54 países, ocupando uma área de 30.066 milhões de k^2 e, em 2012, a população do continente somou 1.068.444 bilhão de habitantes; neste mesmo período, a riqueza do continente ou Produto Interno bruto – PIB foi de US\$ 3. 359.148 bilhões, porém, a média do PIB per capita foi de US\$ 3. 204 mil, também neste mesmo período, a media da taxa do crescimento foi de 5,4%, afirmam os dados (ÁFRICA-PEC, 2013).

Evidentemente, nas últimas décadas, a África tem avançado nos indicadores sociais e econômicos e esses avanços se devem em grande parte, a diminuição das guerras e intensificação dos processos da integração regional. Portanto, tendo em conta a proximidade geográfica e os laços culturais, a África foi dividida (ou organizada) em cinco zonas: África Central, África Oriental, África do Norte e África Ocidental. É justamente esta última zona que constitui o objeto do nosso estudo. E esta zona é formada por mais de dezesseis países nomeadamente: Benin, Burkina Faso, Cabo-verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Segundo Fernandes (2011), são países de pequena dimensão territorial exceto o Níger, Mali e Nigéria; indo além, a escassez de recursos e o tamanho restringido de mercados

internos constroem a busca de desenvolvimento de forma isolada o que, portanto, amplia o apelo de políticas de integração.

A Guiné-Bissau se localiza na zona estreita da África Ocidental, faz fronteiras ao norte com o Senegal, Leste e Sudeste com a Guiné-Conacri e a Sul e Oeste com o Oceano Atlântico, além do território continental, ainda é integrada mais oitenta e uma ilha que constituem o Arquipélago dos Bijagós, no total dessas ilhas, apenas, doze são habitadas. A população da Guiné-Bissau em 2012 era de 1.600 milhão de pessoas (FMI, 2013). Este país é considerado como uma das nações da Costa ocidental que mais contribuem de forma substancial para a conservação da biodiversidade local, regional e mundial, por acolher, a cada ano, milhões de animais migratórios de diferentes partes do mundo. Cerca de 20% do território são considerados de zonas de preservação ambiental.

No entanto, não diferente das outras nações e instigado pelo processo da globalização, a Guiné-Bissau é membro de diversos blocos, seja da natureza política, econômica ou cultural e entre os quais se destacam os seguintes: UA, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), UEMOA, Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). A inserção da Guiné-Bissau foi projetada bem antes da sua independência. Durante a luta da libertação nacional, Amílcar Lopes Cabral já havia assumido a pasta da diplomacia no qual projetou a inserção daquele país africano no cenário internacional, agregando vários parceiros bilaterais e multilaterais.

Logo após a sua independência, em 1973, a Guiné-Bissau se tornou o membro pleno da atual UA que foi criada antes da independência do Estado guineense, ou seja, em 1963, sendo a maior e o principal bloco político do continente. Outra organização na qual faz parte é a CEDEAO/ECOWAS. Criada em 1975, este bloco econômico e político regional é composto por quinze países da região, nomeadamente, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. As maiorias dos países que constituem o bloco são de expressão francesa, na sequência aparecem os países de fala inglesa e apenas dois países são de língua oficial portuguesa, nomeadamente, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Dentro da região oeste africana se encontra a UEMOA, que foi criada por tratado, assinado a 10 de janeiro de 1994, em Dakar, capital do Senegal, pelos Chefes de Estado e de Governos de sete países do oeste da África, que são: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e o Togo. Estes têm em comum o uso da mesma moeda, o Franco CFA. O tratado entrou em vigor do primeiro de agosto de 1994, após a sua ratificação pelos Estados-membros. A Guiné-Bissau se tornou o oitavo Estado-membro da UEMOA, no dia 2

de maio de 1997. Apesar de este último ser, como acima referimos, o espaço-objeto do nosso estudo, antes falaremos um pouco do outro espaço da lusofonia em que a Guiné-Bissau é membro pleno.

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, após conquistar a sua independência, Timor-Leste foi recebido como país integrante e por último em 2014, apesar de vária contestação por diversas camadas da sociedade dos Estados Membros, a Guiné Equatorial, tornou-se membro da CPLP, com pleno direito. Para além da CPLP, também foi criado outro espaço lusófono no contexto africano, denominado PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), composto por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, além da Guiné Equatorial, que adotou o idioma recentemente. Os Estados membros da PALOP vêm firmando protocolos de cooperação internacional para o desenvolvimento com vários países e organizações nos campos da cultura, educação, econômica, diplomacia e preservação da língua portuguesa.

Excetuando-se a Guiné Equatorial, recente membro do bloco, entre os países africanos da lusofonia, a aproximação cultural e a solidariedade são bastante intensas e isso se deve à relação histórica de união dos cinco países desde o período da luta pelas suas respectivas independências. Porém, por outro lado, ao longo da última década, o PALOP como organização, não tem progredido como inicialmente se esperava, isso talvez seja fruto da falta de vontade política dos dirigentes africanos. Não diferente de outros países africanos, os do PALOP também são caracterizados por baixos indicadores sociais e econômicos, alguns marcados com problemas como instabilidades políticas e fortes violações dos direitos humanos. Em termo regional, a Guiné-Bissau é o único país da lusofonia membro da UEMOA, sendo que os sete outros são francófonos; de certa forma, o fato de ser a única lusofonia da união deixou a população numa situação inquietante perante a sua inserção neste bloco.

A adesão da Guiné-Bissau a UEMOA provocou, à primeira vista, independentemente da vontade política individual e coletiva, inquietação e medo. Sobre a ideia de abandonar a abertura da economia nacional para aderir a uma zona econômica mais ampla, mais estável e mais forte, e, perante a população, ao mesmo tempo, desenvolveu-se um sentimento emocional resumido ao retorno ao passado colonial do país e desconfiança de que a Guiné-Bissau viesse a dissolver num conjunto em que perderia a sua identidade cultural, a sua autonomia e os privilégios de que usufruem os seus homens de negócios cuja maioria opera no setor informal.

O estudo do tema proposto se releva por alguns anseios de contribuições teóricas. Evidentemente, ao longo dos finais da primeira década do atual século, a economia mundial vem passando por serias turbulências e ficou mais evidente a importância da inserção dos países em diferentes blocos regionais como forma de se posicionar melhor em resposta a agitação das economias mundiais. E a integração apresenta inúmeras vantagens, uma delas é a ampliação do mercado para comercialização dos produtos provenientes dos países intra e extrabloco regional.

A importância do presente trabalho é indiscutível ante a lacuna na exploração do tema. E é válido ressaltar que, geralmente, no seio da população guineense, a participação ou a inserção do país neste espaço econômico e monetário não encontra consenso, sendo fortemente contestada por uma significativa parcela da população guineense cuja argumentação, muitas das vezes, tem sido que o país não estava preparado para entrar na zona da moeda única, sendo que tem sofrido com invasão das empresas e produtos de outros países integrantes que são, por sinal, mais competitivos em relação às empresas nacionais, e também o país tem sofrido com o fluxo migratório, em função das normas estabelecidas pelo bloco (livre circulação de pessoas e bens), ou seja, as populações dos países vizinhos têm imigrado em grande quantidade. Evidentemente, os anti-inserção da Guiné-Bissau na UEMOA argumentam mais sobre os pontos negativos em relação aos benefícios que talvez este possa proporcionar talvez porque desconhecem os resultados que este processo pode produzir ou porque ignoram a importância da integração para a região e ainda o quanto os sobressaltos políticos e econômicos impossibilitaram a exposição dos benefícios da UEMOA (levando em consideração o encarecimento de materiais como livros, artigos e outros tipos de trabalhos acadêmicos capazes de sensibilizar diversas camadas da população guineense).

Indo além, o trabalho se justifica pela importância da UEMOA na região oeste africana, sendo a única organização de caráter econômico-monetária e uma das raras a ser construída nas zonas periféricas contrariando quase todas as teorias da integração regional.

Os dados do Fundo Monetário Internacional apontam que, ao longo de cinco anos, ou seja, no espaço de 2010 a 2014, o crescimento econômico dos países da UEMOA apresentou uma média de 5% ao ano, isso numa altura em que grande parte das economias mundiais convive com a retração. Ainda de acordo com a mesma fonte, a soma da riqueza do bloco, ou seja, o PIB da união, em 2014, foi estimado em US\$ 213.349 bilhões de dólares americanos e, no mesmo ano, o número da população foi estimado em 107.314 milhões de habitantes, isto é, é um mercado que tem mais cem milhões de consumidores.

Alguns dados da instituição supracitada mostram que a Guiné-Bissau apresenta um fraco desempenho em relação aos demais países que constituem o bloco. Por exemplo, em 2014, o total da riqueza guineense correspondia a apenas 3.5% de todo o PIB da Costa do Marfim. Perante essa preocupação, o objetivo desta tese é analisar a inserção da Guiné-Bissau na UEMOA, de forma mais específica, evidenciando, por meio da teoria integracionista, limitações que este país enfrenta no seio da união e, por fim, identificar e descrever as oportunidades que este espaço pode oferecer. Com isso, o trabalho pretende responder a duas perguntas. A primeira (de caráter mais genérico) é: em que medida a UEMOA pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Guiné-Bissau? E a segunda (de cunho mais específico) é: quais são as vantagens e as desvantagens da Guiné-Bissau na UEMOA?

Para responder a essas questões, primeiramente, partimos da premissa de que a UEMOA é bastante útil não apenas para Guiné-Bissau, mas também para todos os Estados membros. No caso específico da Guiné, do ponto de vista da política monetária, esta organização pode ajudar no controle da inflação através das suas metas estabelecidas e outras ferramentas, enquanto que, na arena do comércio regional, o país lusófono terá um importante parceiro para vender os seus produtos bem como poderá encontrar um amplo mercado para importar diversos tipos de bens e serviços a custo baixo. Em termos sociais, os guineenses terão ao seu lado o importante banco do investimento para financiar os projetos de desenvolvimento na área de educação, saúde etc.

A segunda hipótese busca responder as vantagens e as desvantagens da Guiné-Bissau na UEMOA. Partindo da pressuposição de que em termos das vantagens, o Estado guineense se dispõe de alguns recursos naturais que outros não têm (por exemplo, Mali e Burkina Faso são países sem saída para o mar e, para a Guiné, que as tem, isso pode constituir grande oportunidade de venda dos seus frutos do mar). Ainda observamos que o país lusófono não carece de chuva e tem terra boa para plantação e poderá exportar parte da sua produção para países como Senegal, Mali, Níger entre outros. No tocante as desvantagens, podemos destacar as questões da profunda instabilidade política que tem assolado aquele país, o que de certa forma acaba por inviabilizar vários programas do governo, inclusive a sua participação neste espaço econômico e monetário.

Esta tese se enquadra na temática da integração regional, nomeadamente a integração na África Ocidental, apresentando uma combinação de investigação da evolução política e econômica dos países que compõem o bloco, nomeadamente, da Guiné-Bissau e da união econômica e monetária em particular. Dessa forma, o trabalho analisa o impacto da

participação da Guiné-Bissau no bloco da UEMOA, destacando os limites e as oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país no período de 1997 as datas atuais.

Na construção desta tese, a metodologia aplicada procurou na literatura as referências teóricas que dão sustentação ao objetivo preconizado, e até chegar à conclusão, foram vários livros consultados, artigos científicos, teses, dissertações, monografias e sites oficiais, nomeadamente, das instituições oficiais como UEMOA, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Perspectivas Econômicas em África e entre outras. Para melhor compreender a conjuntura econômica, política e social dos países da UEMOA, foram utilizados diversos tipos de indicadores – os dados secundários dos indicadores sociais e econômicos foram coletados nos sites oficiais das instituições acima citadas. Alguns obstáculos marcaram o desenvolvimento desta pesquisa. Entre as primeiras inquietações as dificuldades de encontrar trabalhos relacionados ao tema com vista a ter uma base comparativa. Na sequência, é de frisar que com o nosso deslocamento a Guiné-Bissau, durante o curso, tabulamos contato com autoridades locais numa tentativa de demandar alguns documentos ou livros que abordam o tema da pesquisa, mas, infelizmente, não surtiu efeito por causa da inexistência obras.

Estruturalmente, a tese é composta por esta introdução e sequencialmente por quatro capítulos de desenvolvimento e uma conclusão geral. O segundo capítulo trata das considerações teóricas da integração regional. Começa com considerações iniciais, seguidas de conceitos da integração regional, dando ênfase às origens, motivações e fatores favoráveis à integração regional. Na segunda parte, temos as etapas da integração econômica regional. Na terceira, encontramos a abordagem africana da integração regional. Na quarta, o processo da integração na África Ocidental e, por fim, considerações parciais do capítulo.

O terceiro capítulo, objetiva discutir a evolução política do país e a sua inserção na UEMOA. Com isso, fazemos uma breve retrospectiva, para analisar as causas que motivaram a luta da independência, antes de falarmos sobre a luta pela independência da Guiné e de Cabo Verde, seguida de uma argumentação sobre a afirmação do Estado guineense como independente e soberano. Em seguida, falamos, sequencialmente, sobre a primeira crise pós-independência que culminou com o golpe de 14 de novembro de 1980, a primeira transição política, a adesão da Guiné-Bissau à UEMOA tendo em conta as motivações da sua entrada a essa organização. E, por fim, sobre o conflito político-militar e a segunda transição política e por fim, as considerações parciais.

No ano de 2014, a UEMOA comemorou as duas décadas da sua existência, diante disso, o quarto analisa os avanços e os retrocessos desta organização, abordando algumas das características estruturais dos países que constituem o bloco. Na sequência, fará uma breve

retrospectiva desta união e, depois, exporá os avanços alcançados neste espaço econômico e monetário, para, em seguida, analisar as estruturas e o funcionamento da organização, assim como os motivos de retrocesso, a evolução política e econômica dos países da UEMOA. Por fim, colocamos nossas considerações parciais.

O quinto e último capítulo tratam das limitações e oportunidades que a Guiné-Bissau tem encontrado no seio do bloco UEMOA. Para melhor compreender a natureza dos desafios o trabalho traz a complexidade da transição deste país ao longo da sua evolução política. Na sequência, apresenta e analisa os indicadores sociais e econômicos da UEMOA dando ênfase à Guiné-Bissau. Na quarta parte, analisa as oportunidades daquele país no seio do bloco em questão e, por fim, apresenta as considerações parciais e a conclusão geral.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Ao longo do período pós-independência, os países africanos têm convivido com séries de obstáculos que são reflexos dos problemas herdados dos então colonizadores, no entanto, a integração regional vem jogando importante papel, solucionando alguns dos problemas. Diante disto, este capítulo parte da abordagem teórica da integração econômica regional, para analisar o processo de integração no continente africano e, especialmente, na região oeste da África.

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dos aspectos mais importantes de uma nova realidade é a tendência a criação de novos blocos econômicos regionais, direcionando para uma reorganização do espaço político global. Ao longo de várias décadas, o processo de integração regional é visto como uma das alternativas facilitadoras para impulsionar o comércio, estimular a barganha política e aproximar as culturas entre os países integrados.

No nosso dia a dia, é comum que deparemos com análises, notícias e comentários a respeito da União Europeia, do mercado Comum do Sul (MERCOSUL), do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (North American Free Trade Agreement Nafta), ou mesmo sobre a Comunidade Andian das Nações (CAN), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (association of Southeast Asian Nations-Asean), ou a União Africana e as suas Comunidades Econômicas Regionais, no entanto, as características comuns entre eles, são acordos que visam à integração econômica de um conjunto de países localizados em uma determinada região do globo - por isso também são chamados de blocos econômicos (MIYAZAKI; SANTOS, 2013).

Embora o objeto de estudo do trabalho aqui apresentado se prenda à participação da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africano-UEMOA, é importante entender a diferença entre a integração econômica e monetária. Segundo Miyazaki e Santos (2013) quando governos de dois ou mais países decidem reduzir ou eliminar, por exemplo, as barreiras comerciais entre si - que podem ser na forma tarifária ou impostos de importação, de restrições quantitativas -, estão realizando um acordo de integração econômica. Também a integração econômica pode ser interpretada através dos acordos que visam no seu conjunto ou, em parte, a redução ou a eliminação das barreiras ao fluxo de serviços, capital e mão de

obra. Enquanto que a integração monetária se dá em função adoção de uma moeda em comum e a taxa de câmbio fixa. Fernandes (2011) defende que a integração monetária é um conjunto de moedas com conversão de paridade absolutamente fixa e dotadas de credibilidade no que concerne a manutenção daquela paridade. Neste contexto, uma união econômica e monetária significa eliminação das barreiras comerciais ou dos fluxos de serviços, unificação da moeda e da política cambial.

2.2 CONCEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Ao longo da sua evolução, a integração regional ganhou diversas conceituações. O termo integração regional envolve dois conceitos básicos: integração e região. Uma região pode ser definida por critérios econômicos, socioculturais, político-institucionais, climáticos, entre outros, mas remete necessariamente a uma localidade territorial onde essas características ocorrem. Essa localidade pode ser geograficamente contínua ou não, e pode mudar ao longo do tempo, o que dificulta a determinação das fronteiras de certas regiões, mas o importante a ser destacado é que uma região tem sempre uma correspondência territorial (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Ainda para as mesmas autoras, a integração pode ser definida como um processo ao longo do qual atores, inicialmente independentes, se unificam, i.e., se tornam partes de um todo. Os atores envolvidos em um processo de integração podem ser classificados segundo dois critérios: primeiramente, podem ser governamentais ou não governamentais, i.e., representantes de governos ou da sociedade civil; secundamente, podem ser nacionais, subnacionais ou transnacionais. Um exemplo de ator nacional governamental são os setores executivos dos Estados. Já entre os atores nacionais não governamentais podem ser citadas federações nacionais de indústria, agricultura ou comércio e ONGs de abrangência nacional. Dentre os atores subnacionais governamentais, encontram-se os governos estaduais e municipais, e entre os atores subnacionais não governamentais, ONGs regionais e federações estaduais de indústria, agricultura ou comércio.

O conceito de integração sempre foi dinâmico e relacionado a um determinado contexto, político, econômico e social. A sua complexidade também deriva do fato de que a integração não pode ser vista exclusivamente sob o prisma econômico ou jurídico. Ela é também fenômeno político, pois seu nível de aprofundamento é dependente da vontade política dos Estados que resolvem se aproximar. Para Herz e Hoffmann (2004) a integração regional política é um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência

das relações entre atores levando a criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional.

O uso cotidiano da palavra “integração” denota a união das partes dentro de um todo. A integração regional não tem um conceito acabado. Para Fernandes (2011), o termo integração regional, utilizado em seus diversos campos, recebeu várias definições, podendo ser influenciadas por dimensões econômicas, jurídicas, políticas, históricas, sócias e culturais. No que concerne à perspectiva econômica, “integrar” quer dizer a configuração de um mesmo espaço econômico com maior amplitude, no qual o objetivo é a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias para os Estados-membro.

O conceito da integração é relativo à medida que está relacionado a um determinado contexto socioeconômico e, nesta ótica, varia conforme o nível de desenvolvimento dos países da região. Historicamente, costumava depender também do tipo de sistema econômico adotado, isto é, se era composto de países com economia de mercado (capitalista) ou socialista, e, em linhas gerais, com o desmantelamento da maioria dos sistemas econômicos socialistas, os conceitos de integração têm tendido a se inspirar em duas visões distintas: liberal e estruturalista (CELLI JUNIOR, 2010).

Segundo Carmo e Mariano (2010) a integração econômica regional é um processo no qual os países integrados procuram eliminar as barreiras de forma gradativa, promovendo harmonização de suas políticas econômicas, no sentido de se estabelecer um mercado integrado. Em termos mundiais o comércio internacional é visto como motor do desenvolvimento de qualquer nação e a remoção das barreiras é considerada como alguns dos mais importantes mecanismos para estimular o comércio.

Na literatura econômica, alguns autores incluem, dentro do conceito da integração regional, a integração social, enquanto que outros agrupam as diferentes formas de cooperação internacional sob o argumento de que as economias nacionais independentes foram tomadas como sinal da integração. A integração econômica pode ser vista tanto como processo quanto como uma situação. Como processo, resulta na adoção de medidas que eliminem restrições a fluxos comerciais, de fatores e de investimentos entre os países envolvidos; e, como situação, pode simplesmente significar a ausência de discriminação entre economias nacionais (BALASA, 1980).

Para Lavergne (1996), é necessário esclarecer alguns conceitos básicos ou diferenças entre o regionalismo, a integração regional, a cooperação regional e a integração econômica. O primeiro indica, simplesmente, a forma ou maneira de resolver problemas regionais e, para isso, não necessariamente, os países da região precisarão criar um bloco de integração. Já a

integração regional e a cooperação regional constituem dois aspectos distintos do regionalismo: no que concerne à cooperação regional, é de uma proposição temporária, definida por acordos contratuais estabelecidos no âmbito de projetos de interesse mútuo, enquanto que a integração regional é concebida de forma mais permanente.

Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010) argumentam que a integração econômica regional consiste em uma aliança de dois ou mais países que concordam em eliminar tarifas e outras restrições ao fluxo internacional de bens, serviços, capital e, em alguns casos, mão-de-obra. Porém, o processo da integração regional econômica consiste em diferentes etapas e as transições dessas etapas podem ser um processo demorado.

Com os conceitos expostos até aqui, podemos afirmar que as diversas definições de integração econômica regional não diferem muito em suas áreas centrais, sendo que eles sempre giram em torno da unificação em um único espaço econômico das economias nacionais, até então separadas.

Musacchio (2013) afirma que a integração regional é um processo de formação de uma relação especial com um determinado grupo de parceiros com o objetivo de incentivar os laços recíprocos e econômicos no interior da região, do qual os participantes ganham empenho e formalidade institucional, mais elevado do que o normal, nas relações internacionais ou sistemas internacionais. E indo além, o autor compartilha a ideia neoclássica de que a integração é elevação do bem-estar dos países envolvidos. De acordo com a perspectiva de comercialismo que permeia as relações econômicas internacionais no modelo neoclássico, a teoria da integração foi construída a partir do processo de circulação (de mercadorias, capitais e trabalho), sob o escudo do Ótimo de Pareto¹. Pela sua amplitude a integração apresenta diversos conceitos que podem ser tanto no âmbito econômico, quanto no domínio político ou na esfera social.

É fato que, independentemente das teorias dos diversos correntes ou dimensões usadas, a palavra “integração” significa a união das partes dentro de um todo. Entretanto, a integração econômica regional pode ser definida como a busca pela elevação do bem-estar dos países integrados, e essa busca pode ser por via do livre comércio (eliminação das barreiras) ou pelas unificações das políticas econômicas. No entanto, como visto anteriormente, diversos autores trabalham acerca do conceito de integração e, para este

¹ Ótimo de Pareto ou Eficiência de Pareto é um conceito de economia que foi desenvolvido por um economista Italiano, Vilfredo Pareto: numa economia, uma situação Ótima de Pareto é quando não for possível melhorar a situação de uma pessoa ou, genericamente, a utilidade de um agente, sem degradar a situação ou utilidade de qualquer outra pessoa (VARIAN, 2006).

trabalho, o conceito a ser seguido é este. No entanto, o surgimento da integração foi influenciado por diversos fatores.

2.3 ORIGENS, MOTIVAÇÕES E FATORES FAVORÁVEIS A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Os vestígios do nascimento da integração regional começaram a se manifestar quando iniciou o enfraquecimento do Estado-Nação para resolver ou gerenciar os problemas que vinham enfrentando (FERNANDES, 2011). Porém, estes Estados para se tornarem mais fortes e sólidos encontraram alternativas na integração regional.

O estudo da integração econômica internacional afirmou-se e sistematizou-se após a Segunda Guerra Mundial, passando a constituir-se como um ramo autônomo da economia internacional. Ainda no decorrer da Segunda Guerra Mundial, foi reconhecido o insucesso do isolacionismo, quer no plano econômico, quer no plano político e a necessidade de se caminhar com determinação para a criação de condições que levassem ao comércio mais livre, por meio de instituições internacionais que incentivassem não apenas o fim das barreiras, mas também elevado equilíbrio entre os países e a multilateralização dos pagamentos internacionais (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010). Portanto, a maior precisão do termo integração econômica foi adquirida somente depois de 1950, significando o processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas.

Com todo entrave imposto pelos colonizadores, no continente africano, a ideia de unificar a África não é nova. Waldman (2013) afirma que, desde o séc. XIX, surgiu uma aspiração do pan-africanismo a unificação, que se centrou nas mobilizações políticas no continente. Dos países africanos francófonos e anglófonos, a conquista da independência se deu a partir dos anos 60 do século passado e foi acompanhado por diversas estratégias para a composição da unidade continental, embora, perante a ideia da unificação do continente e no tocante ao regionalismo, se depararam com a ausência do consenso entre as lideranças.

Diante dos posicionamentos acirrados, o regionalismo instigou diversas crispções nos encontros da OUA. Em meio à divergência de opinião dos líderes do continente, pan-africanistas como Kwame Nkrumah (Gana), não via o regionalismo com bons olhos. Para este líder, a concepção funcionaria como amortecedor da unificação, enquanto líderes como Julius Nyerere (Tanzânia), Léopold Sedar Senghor (Senegal), Gamal Abdel Nasser (Egito) e Hailé Selassié (Etiópia) mostravam inclinação pela construção de vínculos entre as várias nações africanas, corporificando uma dinâmica regional.

Entretanto, para além das controvérsias, a ideia do regionalismo terminou se impondo no panorama político continental. Dentro desta perspectiva, o regionalismo alcançou um estágio hegemônico, misturando-se à própria identidade político-econômica da África contemporânea. Com isso, a participação do RECs (Regional Economic Communities) tornou-se cada vez mais representativa do multilateralismo africano. Efetivamente, existem motivações que levam diversas nações a buscar integração como uma das alternativas para o desenvolvimento, isso acontece independente das regiões, dos países ou até do tipo de motivação, mas o objetivo sempre será a criação do bem-estar da população.

Segundo Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010), a integração econômica contribui para o crescimento de empresas e setores da economia, acarretando, portanto, progresso econômico, melhor padrão de vida e aumento da receita tributária dos países membros. Em outras palavras, podemos dizer que as nações visam pelo menos quatro objetivos, ao buscar a integração regional: expandir o mercado, atingir economia de escala e maior produtividade, atrair investimento direto de fora do bloco e fortalecer a posição defensiva política.

Indo além, Carmo e Mariano (2010) afirmam que o que leva os países a buscarem a integração econômica regional são as motivações que podem ser classificadas em dois grupos: a primeira são as motivações tradicionais - aquelas que envolvem aspectos relacionados aos ganhos provenientes do livre comércio e do movimento dos fatores de reprodução, tais como a eficiência produtiva, ampliação de mercados, redução de custos e preços, diversificação de produtos, acesso a novas tecnologias e ganhos de economia de escala; e a segunda, são as não tradicionais, que envolvem questões relacionadas à política estratégica como forma de diminuir as incertezas do multilateralismo, ou mesmo como instrumento auxiliar nas reformas internas, tais como: o aumento do poder de barganha, busca de “segurança” econômica, aumentar a credibilidade do país, estabilidade política, acesso aos mercados e a integração multilateral e regional.

Para além das motivações, existem fatores favoráveis ou fatores de sucesso para a integração regional. As experiências de integração econômica regional sugerem que os blocos econômicos mais bem-sucedidos tendem a possuir algumas características. Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010); Carmo e Mariano (2010); Owusu (2013) concordam que as características favoráveis à integração incluem a similaridade econômica dos países integrados, similaridade dos sistemas políticos, similaridade cultural e linguística entre países do bloco (e a maioria dos blocos econômicos é formada por países na mesma região geográfica, daí o nome, integração regional). Em suma, podemos partir do pressuposto de que as razões que levam os Estados a procurarem a integração regional se prendem à necessidade de promoção

de bem-estar da população local. Embora o objetivo final deva ser o mesmo, não podemos afirmar que toda a integração ao redor do mundo segue o mesmo processo.

2.4 AS ETAPAS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Para Fernandes (2011), a internacionalização das economias por meio da multiplicação dos blocos econômicos regionais é resultado da busca dos Estados nacionais novas formas de integração, com o objetivo de fortalecer a economia nacional, garantir a atratividade dos investimentos estrangeiros e ampliar a participação na economia global. Pois, a integração oferece inúmeras vantagens para os países participantes, suas empresas e população.

No campo da teoria econômica, a literatura sobre a integração econômica regional foi construída a partir de preceitos neoclássicos. Para Musacchio (2013), os problemas relacionados com a economia internacional foram visivelmente negligenciados pelos economistas keynesianos, enquanto que os neoclássicos, por sua vez, mantiveram a ideia de livre comércio para maximizar o grande bem-estar. Na segunda metade do século XX, a preocupação central era como remover as restrições que impediam a evolução do comércio mundial. Ficou claro que essa preocupação não pode ser respondida a partir de uma lógica meramente econômica, uma vez que envolve questões políticas.

A teoria convencional da integração regional econômico se destaca em função da teoria do comércio internacional onde o ideal “o mais alto nível possível do bem-estar” é considerado a liberdade absoluta do comércio. Para Balassa (1980), o objetivo final da atividade econômica é a elevação do bem-estar, conseqüentemente, para apreciar o desejo de integração é necessário considerar a sua contribuição às exigências do bem-estar.

Musacchio (2013) ressalta que as características da integração econômica são estritamente ligadas a uma linha de reconstrução histórica, a necessidade de adotar e adaptar um conjunto de regras para a dinâmica específica que adquirem as relações econômicas internacionais dentro de uma determinada região, dentro das diretrizes específicas do crescimento e as modalidades de ação do Estado-nação.

Segundo J. Gomes (2009), a integração econômica regional é um processo progressivo que ocorre por estágios e a sua eficiência requer certo grau de interdependência e vontade política com o fim de promover a mobilização dos Estados-membros para formar uma única frente, i.e., encontrar soluções para problemas nacionais e regionais. Dessa forma, os Estados-membro centrarão os seus esforços nas áreas essenciais e prioritárias, tais como: adoção duma política regional eficaz, a construção das infraestruturas físicas, comerciais, eliminação da

pobreza e promoção do desenvolvimento econômico, procurando a convergência de pontos de vista e consenso na discussão com eficiência e eficácia dos problemas que os afetam.

O argumento de que as definições da integração não diferem muito em suas áreas centrais e que sempre giram em torno da “unificação” em único espaço econômico das economias nacionais, até então separadas, nos leva à sistematização usual dos diferentes graus de profundidade de integração, e essa classificação se inicia pela formação de uma zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e união econômica completa.

A integração regional é então apresentada como um processo de formação de uma relação especial com um determinado grupo de parceiros objetivando incentivar os laços recíprocos e econômicos no interior da região, multilaterais, em que os participantes ganham empenho e formalidade institucional mais elevadas do que o normal nas relações internacionais abrangentes (MUSACCHIO, 2013). Os processos de integração regional são estimulados pelos Estados e fazem parte de sua lógica estratégica, no entanto, na medida em que evoluem, geram impactos que vão além dos governos nacionais participantes, influenciando assim, o conjunto da sociedade e especialmente as unidades governamentais.

Inicialmente, a classificação dos cinco estágios da integração destacada acima foi criada por Bela Balassa (1980), em 1961, através da sua *Teoria de Integração Econômica*. Ao longo das últimas décadas, com a evolução do processo de integração, vários economistas derivaram suas classificações dos estágios originalmente inventado por Balassa. Segundo teóricos como Camargo e Mariano (2010), Musacchio (2013), Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010) e Swalem (2011), as etapas da integração ou os estágios da integração econômica regional variam de acordo com a abrangência e profundidade dos compromissos assumidos pelos países, e podem incluir desde um simples acordo comercial preferencial até a formação de uma união econômica total. Porém, os estágios de integração econômica são:

- a) **acordo comercial preferencial**: este acordo permite aos países participantes estabelecer entre si barreiras menos elevadas que as aplicadas aos países que não pertencem ao bloco ou acordo. Dito de outra forma, a zona de preferência tarifária, ocorre quando dois ou mais países integrados decidem estabelecer tarifas diferenciadas entre seu comércio e aquele praticado com outros países fora de área de preferência tarifária regional. À diferença entre as tarifas acordadas e aquelas aplicadas ao comércio com terceiros mercados dá-se o nome de margem de preferência. Esse acordo constitui a etapa inicial na negociação de Zonas de Livre

Comércio. A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é um exemplo desse tipo de regionalização;

- b) **área ou zona de livre comércio:** é quando os países que compõem o bloco decidem eliminar barreiras comerciais (tarifárias e não tarifárias) entre si, no qual cada país tem a autonomia e independência de manter a sua política comercial em relação a países terceiros. No entanto, são estabelecidos prazos para que o mercado e o setor público dos países integrados se adequem às reduções e à futura eliminação tarifária, que pode ser feita em relação a um ou mais produtos (ou até todos os produtos da pauta de exportações), de acordo com o interesse do grupo de países integrados. Um exemplo de área de livre comércio é o “Tratado Norte-Americano de Livre Comércio NAFTA”, formado pelos EUA, México e Canadá, desde 1993;
- c) **união aduaneira:** além de incluir a eliminação das barreiras previstas na área de livre comércio ou manter todo tratamento tarifário estabelecido pela Zona de Livre Comércio, a união aduaneira ainda pressupõe que os países participantes adotem uma mesma Tarifa Externa Comum (TEC), aplicável a países de fora da região. No caso do bloco que não apresenta convergência das economias dos países que compõe o espaço, a grosso modo, a união aduaneira apresenta várias dificuldades na aplicação da TEC. De acordo com Celine (2010), a convergência é aplicada de forma progressiva, com o estabelecimento da lista de produtos de exceções e listas de produtos contemplando todos aqueles setores considerados sensíveis à concorrência internacional. Os setores que agregam tais listas recebem um tratamento diferenciado dos demais, privilegiando prazos maiores do que aqueles fixados em cronograma a fim de convergirem sem grandes problemas à TEC. Nessa etapa, também são realizados simultaneamente programas de cooperação regional, respaldando a reestruturação produtiva. Um exemplo da união aduaneira é o MERCOSUL, formado, em 1991, pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela. Outro exemplo correspondente a essa etapa é a CEDEAO;
- d) **mercado comum:** no mercado comum, além da livre circulação das mercadorias, a livre circulação dos fatores de produção entre os países membros, ou seja, esta etapa da integração parte de pressuposto da total mobilidade de bens, serviços e pessoas, dentro do mercado integrado. A diferença entre a União Aduaneira e o Mercado Comum é que o primeiro tem a função de regular a livre circulação de mercadorias, enquanto que a segunda vai além, determinando a livre circulação de

mercadorias e dos fatores produtivos, nomeadamente, o capital e o trabalho (CELINE, 2010). Por um lado, a liberalização desses fatores decorre pela livre circulação de pessoas (trabalhadores ou empresas) e de capitais (investimentos, remessas de lucro, etc.). No que concerne aos trabalhadores, a livre circulação implica não só na abolição de todas as barreiras fundadas na nacionalidade, mas também a instituição de uma verdadeira condição de igualdade de direitos em relação aos nacionais de outros países que compõem o bloco. Quanto ao capital, a condição de Mercado Comum pressupõe a adoção de critérios regionais que evitem restrições nos movimentos de capital de empresas oriundas de outros países do mercado comum, não poderá ser tratado como “estrangeiro” no ato da sua entrada (investimento) ou saída (remessa de lucros ou dividendos). A União Europeia alcançou esse estágio de integração no início de 1993;

- e) **união econômica**: a união econômica prevê a harmonização ou unificação de políticas econômicas (fiscais e monetárias), podendo inclusive se estabelecer a adoção de uma moeda única, ou seja, a união econômica e monetária pressupõe, além da livre mobilidade de serviços, pessoas e mercadorias inerentes ao mercado comum, a presença da TEC e a eliminação tarifária entre os países integrados. Nessa etapa avançada da integração, às instituições nacionais indicam representantes para as entidades supranacionais, e esses representantes comandam de forma econômica e politicamente a região integrada (CELINE, 2010). Além da criação de um único banco central que tem a função de ofertar a moeda para todos os países integrados na região, também o bloco se dispõe de uma agência de bolsa de valores e um banco do investimento. Atualmente os blocos que se encontram no presente estágio são a UE e a UEMOA;
- f) **união econômica total**: a união econômica total pressupõe a unificação de todas as políticas econômicas (fiscal, monetária, comercial, cambial e renda) e requer o estabelecimento de uma autoridade supranacional, ou seja, a região transforma-se em um único Estado. Nessa forma de regionalização econômica, os países concedem sua soberania como nação para dar lugar a um novo tipo de governo que passa a se encarregar de todos os países integrados. É importante ressaltar que nenhum bloco regional conseguiu atingir o estágio final da integração, ou seja, ainda continua sendo uma utopia.

A teoria desenvolvida por Bella Balasa (e sustentada por diversos atores) que afirma que as fases da integração econômica regional devem seguir a zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum, união econômica e a integração econômica total não procede, ou seja, os blocos não precisam seguir estritamente todas essas etapas, exemplo da UEMOA que atingiu a integração monetária sem que tivesse atingido o mercado comum.

As diferentes etapas ou fases da integração são etapas sucessivas de um processo de acordo com a profundidade da remoção de barreiras, contrapartida da integração dos mercados de bens, fatores e coordenação das políticas econômicas. Os estágios da integração são passos fundamentais de um processo de integração contínua e cada um dos estágios pode se tornar uma forma estável ao longo do tempo de integração regional, ou seja, o processo pode ser interrompido a qualquer uma das etapas intermediárias, sem atingir a meta de eventual criação de um espaço supranacional com as características econômicas de um nacional, ou melhor, nem todos os processos de integração podem alcançar o objetivo inicial proposto (MUSACCHIO, 2013). Porém, o progresso de um processo de integração pode ser medido pela sua capacidade de aprofundamento, transitando de uma etapa para outra.

Tradicionalmente a integração pode fazer com que seja necessária a implantação de determinadas políticas econômicas, como forma de resolver alguns problemas que o bloco pode trazer, garantindo o seu bom funcionamento. É importante ressaltar que a transição de uma etapa para outra pode ser um processo demorado, dependendo do grau do empenho e da confiança dos países que compõem o bloco.

Em parte, a integração econômica regional apresenta, por um lado, vantagem para os países economicamente mais fortes do bloco, países que dispõem de um forte setor industrial e uma pauta exportadora diversificada; por outro lado, gera desvantagem para os países do bloco com economia menos desenvolvida, sendo que as empresas desses países não conseguem competir com outras empresas provenientes das economias sólidas o que provoca uma dependência dentro do bloco nas economias que compõe um determinado bloco.

A integração regional estimulada pelos Estados nacionais e desenvolvida num espaço geopolítico e geoeconômico multidimensional apresenta uma lógica entre seus atores principais, ou seja, não necessariamente os seus interesses são incoerentes, sendo que sua opção constitui riscos para os Estados porque não representa somente a cessão da parte de soberania nacional, mas, também, abrir portas a competição (FERNANDES, 2011). À medida que evolui, a integração gera impactos que vão além dos espaços territoriais pertencentes aos participantes no bloco, influenciando o conjunto de sociedades.

Realmente, o processo de integração apresenta séries de complexidades. Cientes destas complicações e levando em consideração alguns dos aspectos negativos que caracterizam o continente, como as instabilidades políticas, crises econômicas, fome etc., durante a década de 80, os países africanos sofreram uma significativa regressão econômica na esteira da contínua e crescente depreciação dos termos de troca internacional e das políticas de ajuste monetarista, ao mesmo tempo, correm o perigo de um crescimento demográfico elevado e da desorganização causada pelos conflitos regionais (nos quais se centram presentes interesses internacionais), levaram ao crescimento da fome endêmica (VIZENTINI, 1990). Acreditamos que estes acontecimentos contribuíram na arquitetura de uma nova abordagem africana da integração.

2.5 ABORDAGEM AFRICANA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A ideia de um continente africano unificado constitui a parcela do movimento pan-africanista e remonta ao período anterior ao processo de descolonização, a qual cumpriu importante papel na fase posterior em países em que não foi acompanhada do abandono do infame sistema de governo de minoria branca. Neste contexto, ela não é apenas uma proposta restrita ao âmbito exclusivamente econômico, mas parte de um processo mais amplo de superação do colonialismo e de suas heranças, além de ser importante peça no processo de industrialização e no desenvolvimento econômico (MIYAZAKI; SANTO, 2013).

Na realidade, durante o período pós-independência dos países africanos, as estratégias do desenvolvimento, tais como a substituição de importações e programas de ajustes estruturais, formulados com a cumplicidade do FMI, não apresentaram resultados significativos, quadro agravado ainda mais pelo fim da Guerra Fria e aceleração do processo de globalização que tem colocado a África no limiar de uma marginalização ainda maior, em um mundo multipolar, dominado por blocos comerciais na América do Norte, Europa, Sudeste Asiático e China.

Segundo Swalem (2011), os resultados desencorajadores das estratégias de desenvolvimento das primeiras décadas da independência conduziram a diversas jornadas de reflexão destinadas a libertar o continente dos constrangimentos susceptíveis de conduzir ao abismo e a paralisia. O processo de germinação da modalidade de integração africana se difere de outros continentes, ciente da complexidade deste processo, os africanos apostaram as suas fichas na criação das Comunidades Econômicas Regionais (CERs), estabelecendo

etapas para sua materialização num período específico, com a ideia de serem implementadas a nível regional e continental.

A integração em África foi sempre o principal objetivo dos países africanos desde a criação da então OUA (FERNANDES, 2011). Inúmeras declarações foram feitas pelos Estados-membro no sentido de impulsionar o processo de integração no continente. Dentro dessa perspectiva, o Tratado de Abuja², o Plano de Ação de Lagos³, o Fórum Africano do Setor Privado, entre outros, enfatizaram a necessidade de promover a integração regional neste continente.

O Tratado de Abuja foi assinado em 03 de junho de 1991 e entrou em vigor a partir de maio de 1994, e determina que os Estados Africanos devem consentir esforços para fortalecer as CERs, particularmente, na coordenação, harmonização e avanço da integração e das suas atividades de forma a permitir a criação da Comunidade Econômica Africana. Por meio da integração, o continente africano objetiva promover o desenvolvimento econômico, social, cultural, coordenar e harmonizar as políticas entre as existentes e futuras comunidades econômicas como forma de encorajar a criação da Comunidade (SWALEM, 2011).

As RECs formam os seguintes blocos do continente: União do Magreb Árabe (UMA); a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS-CEDEAO); a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC-ECCAS); o Mercado Comum da África Oriental e Meridional (COMESA); a Comunidade da África Oriental (EAC); a Comunidade de Estados Sahel-Saarianos (CEN-SAD); a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional (SADC) (WALDMAN, 2013). As oito comunidades regionais formam, para todos os efeitos, conjuntos dos blocos regionais africanos, o que tanto a UA quanto a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (New Partnership for Africa's Development – NEPAD, 2012) consideram os oito blocos regionais como RECs. Estes blocos ou instituições são reconhecidos como pilares da Comunidade Econômica Africana (African

² União Africana, pag. 09. O Tratado de Abuja assinado em 03 de junho de 1991 e entrando em vigor em 12 de Maio de 1994, lançou a base para criação da Comunidade Econômica Africana (AEC), na qual as economias dos Estados Membros da União Africana UA estarão completamente integradas, objetivo da AEC é o de transformar as cinquenta e três economias da África numa única união econômica e monetária com moeda comum e livre circulação de capital e de mão-de-obra.

³ O Plano de Ação de Lagos (PAL) foi aprovado em abril de 1980, em resposta a deterioração da situação econômica na África, o PAL, propões reestruturar completamente a economia africana com base numa “autonomia coletiva” que implica a organização comum dos recursos e um “desenvolvimento autônomo e autocentrado” induzido por uma estratégia de substituição de importações com vista ao “estabelecimento ulterior de um mercado comum africano, prelúdio de uma comunidade econômica africana”.

Economic Community - AEC), e tem reafirmado a sua meta em unir o continente numa única moldura econômica e política, o que, ao que tudo indica, não será uma tarefa banal.

Basicamente, o tratado que assenta a criação das RECs almeja atingir os seguintes objetivos (SWALEM, 2011):

- a) promover o desenvolvimento econômico, social e cultural bem como a integração econômica africana com vistas à elevação da autossuficiência econômica, promoção endógena e autossustentado desenvolvimento;
- b) criar um instrumento continental para o desenvolvimento, mobilização e utilização dos recursos humanos e materiais da África com o fim de gerar desenvolvimento;
- c) promover a cooperação e o desenvolvimento em todas as esferas de atividades humanas com o intuito de aumentar a qualidade de vida dos povos Africanos, manter e promover a estabilidade econômica, estabelecendo relações estreitas de paz entre os Estados-membro e contribuir para assegurar o progresso do continente, desenvolvimento e integração econômica; e
- d) coordenar e harmonizar as políticas entre as comunidades econômicas existentes e futuras com vista à criação gradual da Comunidade.

A principal característica da Comunidade Econômica Africana, comparada as das outras regiões, é que ela é criada em seis etapas, fundamentadas, segundo as previsões do tratado de Abuja (artigos 6 e 88), principalmente nas atividades das RECs. A criação da Comunidade Econômica Africana (e, conseqüentemente, as suas modalidades) deve ser conduzida fundamentalmente na base da coordenação, harmonização e integração gradual das atividades das RECs e, de acordo com a perspectiva do continente, ela deve concretizar-se num período de trinta e quatro anos, subdivididos em seis etapas de duração variável. Os períodos das suas execuções são as seguintes etapas (SWALEM, 2011):

- a) 1ª Criação de blocos regionais, nos lugares do continente onde não existem (a concluir em 1999);
- b) 2ª Reforço da integração e da harmonização intra RECs (a concluir em 2007);
- c) 3ª Criação de uma zona de comércio livre e de uniões aduaneiras em cada um dos blocos regionais (a concluir em 2017);
- d) 4ª Coordenação e harmonização de sistemas tarifários e não tarifários entre as RECs com vista a criação de uma zona de comércio livre, culminando com uma união aduaneira continental (a concluir em 2019);

- e) 5ª Criação de um Mercado Comum Continental (a concluir em 2023);
- f) 6ª Criação de uma União Econômica e Monetária Continental e de um Parlamento (a concluir em 2028).

As autoridades africanas esperam que todo o período de transição termine, no máximo, em 2034. Tal como acima demonstrado, a abordagem africana da integração difere das etapas fundamentadas pelos teóricos ocidentais. O exemplo africano, na realidade, também mostra que algumas CERs estão muito próximas da união econômica e monetária mesmo se elas ainda não atingirem a fase de união aduaneira ou mercado comum. Por exemplo, a CEDEAO está prestes a atingir a segunda zona monetária com vista à criação de uma única zona monetária. As metas, sem dúvida, ambiciosas, contudo, é necessário se ter em conta os obstáculos que giram em torno do continente (a própria CEDEAO tem enfrentado séries de dificuldades para atingir os objetivos preconizados pelo bloco).

2.6 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL

A integração econômica e monetária na África Ocidental remonta aos tempos coloniais. Na realidade, durante este período, a emissão monetária nos territórios coloniais sob a dominação inglesa (Gâmbia, Gana, Nigéria e Serra Leoa) era assegurada por currency board. Nos territórios colonizados pela França (Benim (antigo Daomé), Bukina Faso (antigo Alto Volta), Costa do Marfim, Guiné, Mali, Niger, Senegal e Togo) a emissão monetária começou por ser assegurada por bancos privados e posteriormente por institutos públicos de emissão monetária em Cabo Verde e Guiné- Portuguesa, eram asseguradas pelo Banco Nacional Ultramarino (MENDES, D., 2014). Com a independência, alguns países decidiram criar uma união monetária entre si (UEMOA) e manter a cooperação monetária com a antiga potência colonizadora, enquanto que outros decidiram criar as suas próprias moedas.

A CEDEAO, embora criada apenas em 1975, com o tratado de Lagos (Nigéria), a proposta de uma comunidade que englobe toda a África Ocidental tem a sua origem nos anos 1960 e a Nigéria teria sido a sua mais importante e ardorosa proponente (MIYAZAKI; SANTOS, 2013). Segundo Santos (2010), o ponto de vista que os países fundadores tinham na época da criação da CEDEAO foi de autossuficiência, através da integração dos dezesseis países Oeste Africano em um bloco econômico com um único mercado, organizado em volta de uma união econômica e monetária. Esta preocupação nasceu da constatação de que os mercados nacionais dos Estados-membro foram tomados de forma individual, como resultado

do seu pequeno tamanho, longe de ser competitivo num ambiente marcado pela existência de grandes blocos comerciais.

O processo da integração africana exige maior esforço, isso levando em consideração o seu histórico negativo, que remonta à colonização. Segundo Miyazaki e Santos (2013), por ser um continente de grande dimensão territorial, com tradições culturais diferentes e ricas, e com pesada herança colonial, um projeto de tamanha envergadura não poderia deixar de encontrar fortes obstáculos nas arenas política e econômica. É válido ressaltar que tais obstáculos foram parcialmente contornados com o florescimento do regionalismo, ou seja, de formas de cooperação e integração econômica de cunho regional.

Segundo Owusu (2013), após muitos anos de esforços para promover a integração econômica, os países do bloco econômico da África Ocidental mantêm-se ainda surpreendentemente isolados uns dos outros. A atenção dedicada no passado a conversações e seminários para aprofundar a harmonização das regras e regulamentos administrativos em prol de uma integração efetiva parece ter tido resultado restrito.

A maioria dos países membros da região ainda não cortou os cordões umbilicais que os unem aos antigos colonizadores, a esta situação vem juntar-se, ainda segundo Owusu, a recente influência de novos atores mundiais como sejam o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul (os BRICS). Para Penna Filho (2007), a região oeste africana sofreu o colonialismo proveniente de quatro metrópoles europeias: Inglaterra, França, Portugal e Espanha. Destas, as duas primeiras destacaram-se pela presença mais forte em número de colônias, intensidade da exploração e expressão internacional. Até os dias de hoje, boa parte dos países dessa região sofrem influência direta de Paris e Londres.

A região apresenta várias diversidades que vão além das multiplicidades das línguas, de hábitos, costumes e culturas, sem falar de uma África Ocidental de colonização inglesa, populosa e com abundante recurso natural, destacando-se a Nigéria, e ainda pequenos países de baixa população e com moderados recursos naturais, como a Gâmbia. Nos grupos da francofonia que constituem a região, cite-se, por um lado, o caso da Costa do marfim, com o nível do desenvolvimento econômico relativamente elevado para os padrões da região e, por outro lado, Burkina Faso, um país com indicadores econômicos e sociais muito modestos. Ainda não podemos deixar de lado, os dois países lusófonos, nomeadamente, Cabo Verde e Guiné-Bissau, com tamanho geográfico modesto, economia e população relativamente menor.

As dificuldades encontradas no processo da integração oeste africana, em parte, podem ser creditadas ao conjunto de problemas que tem afetado os países antes da criação do bloco. Para Lavergne (1996), a realidade da África Ocidental é de uma região pouco integrada

em todos os níveis: nacional, regional e internacional, sendo que no nacional, as lágrimas tribais ou sócio-políticas são particularmente evidente em países como a Libéria, Serra Leoa e Nigéria; no nível regional, os países estão divididos entre si por uma variedade de barreiras legais institucionais e pela falta de infraestruturas e, nos níveis internacionais, a África encontra-se cada vez mais à margem dos mercados mundiais, redes tecnológicas, e dos principais sistemas de telecomunicações.

Inicialmente, a construção da Comunidade Oeste-africana foi a obra do ex-presidente liberiano William Tubman, no período da Conferência de Monróvia em 1964. Durante esse mesmo período, foi assinado um acordo de colaboração entre Costa do Marfim, Guiné Conacri, Libéria e Serra Leoa, que não foi bem-sucedido. Em 1968, foi adotado um protocolo que estabelecia a constituição de um grupo africano, com o objetivo de estreitar cooperação em vários domínios, porém, a ausência de Togo, Daomé (atual Benin), Níger e, sobretudo da Costa do Marfim que na época negava toda e qualquer aproximação com a Nigéria, acabou por frustrar essa iniciativa (CELINA, 2010).

Aquele período era conturbado para os países da região, tendo em conta que alguns países, como Gana e Togo, acabavam de experimentar levantamentos militares, e a Nigéria estava saindo do conflito civil conhecido como “Guerra de Biafra⁴”. A experiência da Guerra de Biafra foi o ponto de partida que a Nigéria assumiu como base para tentar convencer seus vizinhos regionais sobre a importância da criação de uma entidade regional comum, uma vez que, durante o conflito, os separatistas *ibos* receberam apoio de muitos países da região.

Badi (1992) apud Fernandes (2011) afirmou que a formação da CEDEAO foi movida por três fatores principais, a saber⁵: criação de uma frente comum para a luta contra a dominação e opressão de forças estrangeiras por meio da cooperação com os pequenos Estados da região; criação de uma economia forte e viável com o intuito de erradicar a

⁴ A Guerra Civil da Nigéria conhecida por Guerra do Biafra ocorreu em 06 de julho de 1967 a 13 de janeiro de 1970, foi um conflito político provocado pela tentativa de separação das províncias da região sudeste da Nigéria, como a República autoproclamada do biafra.

⁵ Para além desses motivos, no fundo, existem outros motivos que levaram a criação do CEDEAO: (i) inicialmente o projeto liberiano, que procurava criar uma zona de livre comércio, com a participação de todos os países da zona; (ii) a Conferência Para a Coordenação Industrial, organizada em Bamako, capital do Mali, e patrocinada pela UNECA (Nations Economic Commission for Africa) e pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), que visava principalmente o estabelecimento da indústria siderúrgica da região; (iii) a Conferência da Niamey, da mesma forma, patrocinada pela UNECA, que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), organização então atuante nas ex-colônias francesas; (iv) a iniciativa nigeriana de cooperação com os países vizinhos, como forma de evitar guerras internas, uma vez que a Nigéria tinha acabado de sair da Guerra de Biafra, e assim o apoio concedido pelo governo togolês propiciou a assinatura do Tratado da Criação da CEDEAO em 1995 (FERNANDES, 2011).

pobreza e a impossibilidade do desenvolvimento econômico de forma isolada, em função da pequena dimensão dos mercados locais, e também devido ao não bem-sucedido plano de desenvolvimento da UNECA, durante a década de 1960 e parte de 1970.

Bastos (2008) apud Celine (2010) ressaltou dois grandes sentidos de integração econômica. O primeiro se relaciona ao fortalecimento do mercado interno, especialização na produção, a complementaridade das economias e a ampliação da base produtiva e de consumo. A integração é a forma encontrada de garantir as exportações, nas mesmas condições dos outros países-membro. No segundo sentido, a integração é como mecanismo para fortalecer os países diante do mercado externo, da competitividade comercial, da ampliação de exportação e da melhoria da balança comercial. Salientamos que não necessariamente o processo de integração beneficia todos os países por meio do comércio internacional; tradicionalmente, acontece nos países desenvolvidos, dos quais as economias destes blocos apresentam uma convergência, mas, no caso das economias africanas, a realidade não casa com a teoria, uma vez que as economias regionais não apresentam convergência, o que acaba desembocando numa assimetria. A integração regional não é um processo uniformemente positiva, sendo que pode apresentar algumas desvantagens, como por exemplo: desvio do comércio, redução do livre comércio global, a perda de identidade nacional etc.

De acordo com Miyazaki e Santos (2013), citando Foroutan (1992), a Nigéria teria sido o mais importante protagonista na criação desta comunidade regional que tinha como objetivo reduzir a dependência do petróleo e aumentar a influência em uma região dominada pelos franceses, e a perspectiva de um mercado mais amplo cativou o empresariado da região, sobretudo da Nigéria, que apoiou, desde o começo, a proposta de criação da Comunidade. Esse apoio à significativa participação no PIB da Comunidade, assim como o tamanho de sua população, tem permitido à Nigéria manter sua forte influência nos rumos dessa organização.

O governo da Nigéria recebeu um forte apoio dos togoleses, no qual se empenhou na dura tarefa de promover o processo da integração regional. Em 1973, foram concretizadas duas novas conferências (uma em Acra e outra em Niamey) que serviram para ultimar os detalhes da Constituição da futura organização. Finalmente, os representantes Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo e Mauritânia, reunidos em Lagos, no dia 28 de maio de 1975, na qual assinaram o Tratado Constitutivo da CEDEAO. No mês de julho do mesmo ano, o Tratado entrou em vigor e Cabo-Verde, o último membro, aderiu à organização em 1976 e a Mauritânia abandonou a mesma em 2000 (FERNANDES, 2011).

Para Santos (2010), o ambicioso objetivo de ampliar o mercado regional oeste africano viria a se revelar lento e com resultados mitigados, devido à incapacidade, desde o começo, em promover os incentivos para à cooperação econômica entre Estados. Esta incapacidade é, para muitos estudiosos, decorrente da dificuldade de integrar países ainda hoje caracterizados por assimetrias de tamanho, dotação de recursos e estágios de desenvolvimento. Ademais, são países com diferentes tradições linguísticas, culturais e históricas, perseguidos pela presença de constantes eventos que denotam certa instabilidade das instituições políticas domésticas.

Por sua vez, Miyazaki e Santos (2013) também afirmam que apesar do início promissor, ao longo do tempo a evolução daquela comunidade econômica deixou muito a desejar, o que pode, em parte, ser creditado à relação histórica com diferentes potências coloniais, que legou como herança três línguas oficiais - portuguesas inglesas e francesas - diferentes moedas tradições e práticas de gestão da coisa pública. Acrescente a essa pesada herança a forte instabilidade política e obtemos como resultado o descumprimento do cronograma, estabelecido em 1975, que previa a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias de produtos da comunidade até sua eliminação total em 1989, e também a tarifa externa comum em 1994, seguida de harmonização fiscal e monetária.

No de 1993, o tratado original foi revisado, com o intento de acelerar a integração econômica e melhorar a cooperação na esfera política, sendo mantido o objetivo de criação de mercado comum, moeda única e criação de estruturas políticas que constituem a comunidade. A estrutura desta organização regional inclui:

- a) a conferência de chefes de estado e de governo, com sessão ordinária, pelo menos uma vez ao ano, que determina as linhas gerais das políticas e diretrizes as Comunidades;
- b) o conselho de ministros, que é o responsável pelo funcionamento e desenvolvimento, e reúne-se, no mínimo, em duas sessões ordinárias ao ano;
- c) o tribunal comunitário, responsável pela interpretação do tratado, assim como pela decisão final em eventuais disputas entre os seus signatários, sendo a sua composição e competência determinadas pelos chefes de estado ou governo;
- d) o parlamento sediado em Abuja, Nigéria, o qual cumpre tão somente a função consultiva, e seus membros são também membros do parlamento nacional;
- e) o secretariado executivo, com mandato de quatro anos e com direito a uma reeleição;
- f) comissões especializadas;

- g) a corte de justiça da comunidade, criada em encontro de ministros da justiça em Abuja em 1999, com jurisdição sobre reclamações de estados e instituições da comunidade;
- h) mecanismo para prevenção, administração e resolução de conflitos e segurança e paz, criado, também, em 1999, e que é composto pelo conselho de anciãos e pelo conselho de mediação e segurança, cujos membros são os ministros das Relações Exteriores de Benin, Gâmbia, Guiné, Mali, Senegal, Costa do Marfim, Gana, Libéria, Nigéria e Togo.

Segundo Lavergne (1996), as maiorias dos países da África Ocidental são de dimensões modestas tanto do ponto de vista econômica e quanto pelas suas extensões territoriais, exceto a Nigéria, Gana e Costa de Marfim que têm populações de mais de 10 milhões de habitantes e o produto nacional dos países daquela região e equivalente a pequenas cidades dos países industrializados. Perante as situações socioeconômicas limitadas, na tentativa de alargar os seus horizontes em busca do desenvolvimento, as nações da região oeste africana apostaram no processo da integração mecanismo viável para solucionar alguns dos problemas que tem inviabilizado o desenvolvimento regional.

A CEDEAO, como um bloco econômico regional, apresenta divergência tanto a nível econômico quanto populacional, daí a Nigéria, por ser uma potência regional, exibe uma elevada disparidade em relação aos demais nações que constituem a união. Segundo Dias (2010), o poder que faz uma potência é composto de vários elementos, como componentes básicos que são o tamanho da população, posição estratégica e extensão geográfica, recursos econômicos e produção industrial. Indo além, podem ser incluídos também elementos não tangíveis, tais como eficiência administrativa e financeira, o aprimoramento educacional e tecnológico e, acima de tudo, coesão moral. Levando em consideração a afirmação daquele autor, podemos dizer que, no quadro da união, a Nigéria é o único país mais próximo dos elementos citados, ou seja, aquela nação é uma potência regional.

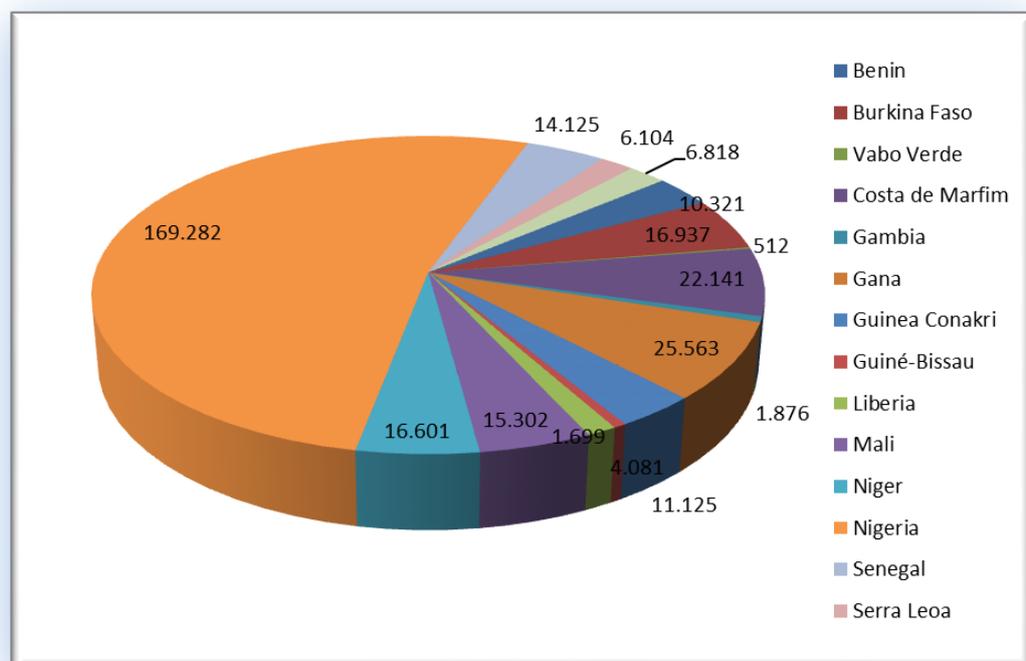
Para alguns especialistas das relações internacionais, conceito de potência regional se aplica aos países que suas capacidades (demográficas, econômicas, militares) e seu prestígio em seu âmbito regional desempenham o papel de potência nesse âmbito geográfico, estabelecendo as regras do jogo. No continente africano, são exemplos a Nigéria, a República Sul-africana e o Egito.

Lavergne (1996) afirma que o tamanho de um país não pode ser considerado a única variável determinante, sendo que um país do tamanho da Nigéria se não for integrado em

termo da infraestrutura ou, se for dividido por rivalidades tribais ou clivagens sociopolíticas, não necessariamente apresentaram vantagens sobre um menor país integrado. Nos gráficos (1 e 2) abaixo, ilustramos as disparidades populacionais e econômicas entre a Nigéria em relação aos demais integrantes da CEDEAO, o que, em parte, explica o motivo pelo qual aquele país é considerado de potência regional.

De acordo com os dados do FMI, no ano de 2013, a região oeste africana foi caracterizada por mais de trezentos e vinte dois milhões de habitantes e um PIB com base na paridade do poder de compra, estimado em um trilhão e trezentos e oito bilhões de dólares americanos. No seio da CEDEAO, existem três línguas oficiais (Inglês, Francês e Português), centenas de línguas locais e diversas culturas. Os dados desta mesma instituição financeira internacional, referenciada acima, apontam que, durante este mesmo ano, a Nigéria concentrou mais de 52,49% de toda a população da CEDEAO e, ao mesmo tempo, controla mais de 74,34% do PIB de todo o bloco. As duas nações da expressão portuguesa, nomeadamente, a Guiné-Bissau e Cabo Verde apresentam (0,52% e 18%), respectivamente, países com menor número da população do bloco.

Gráfico 1 - A taxa populacional dos países da África Ocidental



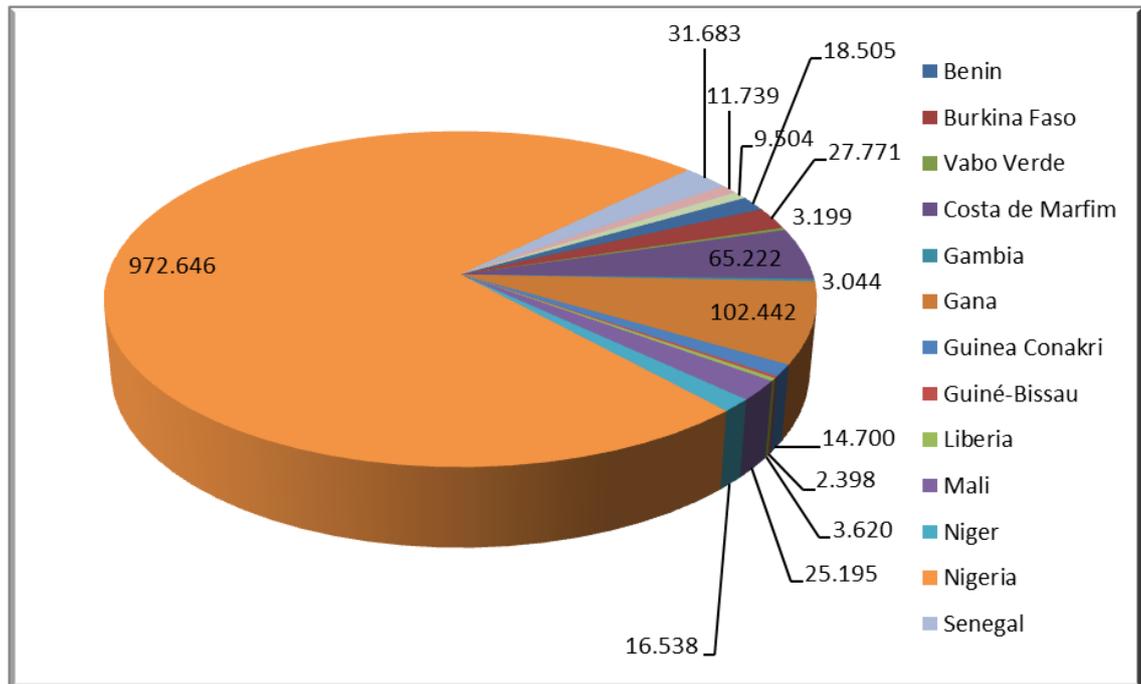
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (2013).

A CEDEAO, embora o seu principal objetivo seja a integração econômica e monetária nível da sub região o comércio intra-regional ainda é bastante fraca, devido nomeadamente a estrutura de produção dos Estados membros e, conseqüentemente, a das suas exportações. Para D. Mendes (2014) esta situação explica-se igualmente pela ausência da infraestruturas de base, a incorversibilidade das moedas nacionais dos países membros, as dificuldades nos sistemas de pagamentos e entre outros fatores.

Neste âmbito, varias iniciativas já foram tomadas pelas autoridades comunidade com vista ao aprofundamento da integração regional, com objetivo de criar uma união econômica e monetária no seio da CEDEAO em 2020, cuja ideia foi lançada oficialmente em Maio de 1983. Neste contexto, foi adotado o Programa de Cooperação Monetária da CEDEAO (PCMC) em 1987, os critérios de convergência macroeconômica em 1999 e o Mecanismo de Supervisão Multilateral de políticas econômicas e financeiras dos Estados membros da CEDEAO em 2011. Mas do que objetivar a criação de uma moeda única, a CEDEAO precisa definir uma estratégia bem clara que permitirá a intensificação do comércio intra-regional afim de estimular a produtividade e conseqüentemente o crescimento econômico dos Estados membros.

Se, em termos populacionais, os nigerianos constituem mais de 52,49% do bloco, no âmbito econômico não diferente, ou melhor, a sua participação é ainda maior por concentrar mais 74,34% (US\$ 972. 646 bilhões) de toda riqueza da região, seguido por Gana que apresenta uma participação de 7,83% (US\$ 102.442 bilhões) à Costa de Marfim sendo o país francófono mais rico da região apresenta quase 5% (US\$ 65.222 bilhões) de toda riqueza do bloco e a Guiné-Bissau teve a menor participação com 0,18% (US\$ 2.398 bilhões), os dados são do FMI (2013).

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto dos países da CEDEAO – 2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (2013).

A CEDEAO dispõe de uma primeira zona monetária denominada UEMOA (União Econômica Monetária Oeste Africana), instituída pela UMOA (União Monetária Oeste Africana) que também instituiu um Tratado adicional que lhe munia do Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO) e do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), instituições especializadas autônomas. Esse Tratado adicional que instituiu a UEMOA foi assinado em Dakar (Senegal), a 10 de janeiro de 1994, pelos presidentes de sete dos quinze países da CEDEAO, nomeadamente, Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. O tratado da UEMOA entrou em vigor em 1º de agosto de 1994 e, em 02 de maio de 1997, integrou o seu oitavo membro, a Guiné-Bissau. Exceto este último, que é da lusofonia, os sete primeiros países são da francofonia, e este agrupamento partilha a mesma moeda, o franco CFA (CELINE, 2010). É válido afirmar que o surgimento da atual UEMOA remonta ao final da década de 1890, quando ainda sete dos oito países do atual bloco (exceto a Guiné-Bissau) formavam parte da África Ocidental Francesa (AOF) e posteriormente a Comunidade Franco Africana (CFA).

O processo da integração na África é caracterizado por certo grau de peculiaridade, sendo que a estratégia de integração africana nunca foi pensada pelos próprios africanos, mas foi inicialmente imposta pelas autoridades coloniais para de seguida, ser confiada aos cidadãos de antigas metrópoles (GOMES, J., 2009). Na verdade, o continente africano foi

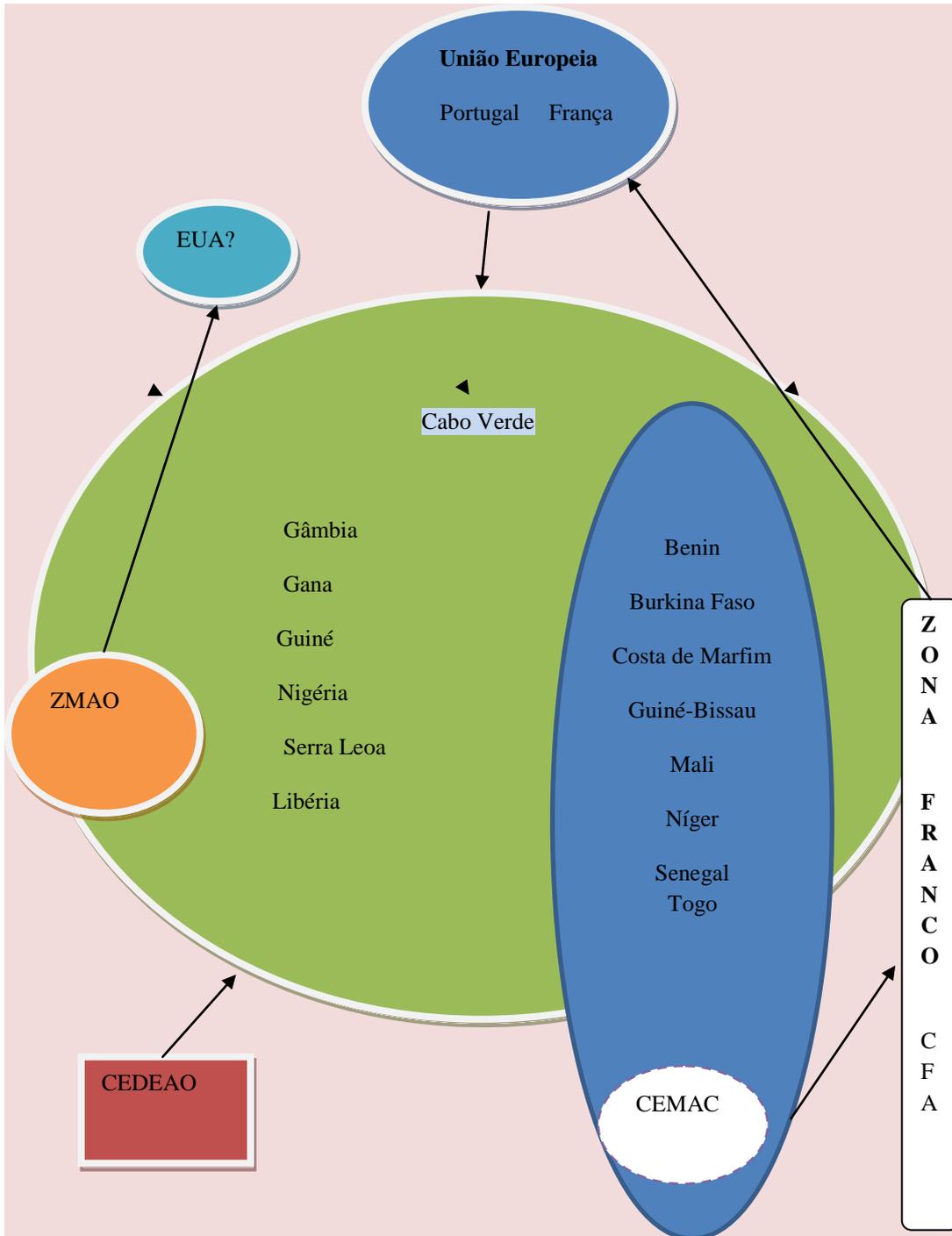
explorado pelos colonizadores em quase todos os sentidos. A atual UEMOA surgiu no contexto remoto e nada convencional.

A participação da França na construção de outra zona monetária francófona apenas não se restringiu na África Ocidental, expandiu para região da África Central, onde foi criado em março de 1994, a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), anteriormente, conhecida como União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC), portanto, esta é uma união aduaneira e monetária entre os antigos países da África Central francesa, que inclui: Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo (Brazzaville), Guiné Equatorial e Gabão. A UEMOA e a CEMAC têm, em comum, a moeda Franco CFA (Franco da Comunidade Financeira Africana).

É válido salientar que dos quinze países que constituem a CEDEAO, oito são da expressão francesa, cinco da língua inglesa e dois da portuguesa. Porém, não é mera coincidência que a UEMOA seja constituída por mais de sete países francófonos, razão que se explica pela cumplicidade da França, ou seja, a influência externa que a região tem sofrido, sem desconsiderar outros problemas da natureza interna. Já que nem todos os países do bloco podem embarcar no projeto da UEMOA, algumas nações da União tomaram a iniciativa de criar uma segunda zona monetária denominado de Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO).

Os Estados-membro da ZMAO são a Gâmbia, Gana, Guiné, Nigéria e Serra Leoa. A Libéria, também membro da CEDEAO, exprimiu vontade de integrar o grupo. ZMAO foi criado em 2001 de forma a facilitar a criação de um Banco Central comum e a introdução de uma moeda comum entre os Estados envolvidos. No entanto, Cabo Verde é o único país da CEDEAO fora de algum agrupamento monetário da região.

Figura 1 - A dinâmica da integração monetária na África Ocidental



Fonte: Elaboração própria (2015).

A dinâmica da integração monetária na África Ocidental efetivamente, dentro da CEDEAO convivem (coexistirão?) duas zonas monetárias; a UEMOA, que igualmente faz parte da Zona franco, se encontra ligada, no plano monetário, à União Europeia, através da França; a ZMAO cuja moeda estrangeira de referência é o dólar americano, apesar não lhe esteja ligada de forma fixa e finalmente Cabo Verde que também se encontra ligado no plano

monetário, à União Europeia, via Portugal. Portanto, a criação da moeda única da CEDEAO depende então de arranjos políticos e monetários a conseguir antes de 2020 sob o risco de persistir mais de uma zona monetária.

Em parte, a figura acima comprova a dificuldade ou os obstáculos que países da África Ocidental têm encontrado ao fazer avançar o processo da integração monetária em função das influências externas. A ideia de construir duas zonas monetárias e para depois unificar em uma única zona, demonstra o quanto a região continua sendo dividida ou afastada por forças externas. Outro exemplo, a ser citado é a intervenção da força francesa no Mali. A França, assumindo o seu papel do padrinho a sua intervenção surge de certa forma, como a tentativa não apenas de estabilizar a situação da instabilidade que estava ocorrendo em 2012 e 2013, mas também como forma de descoordenar aos grupos islâmicos radicais que atuam no norte maliano.

Apesar dos atrasos ou dificuldades em fazer avançar os estágios preconizados no começo da integração oeste africana, o bloco vem se firmando como uma das mais importantes instituições da região, conjugando esforços em superar alguns obstáculos e, ao mesmo tempo, tem alcançando parciais resultados positivos. A prova disso, como sabido, é que um dos problemas que têm afetado o processo de integração nessa região se prende com a questão da instabilidade, e a CEDEAO tem encontrado sucesso em operações de pacificação em conflitos armados entre alguns dos seus membros, como é o caso da Libéria (de 1990 a 2003), Serra Leoa (em 1997), Guiné-Bissau (em 1998) e Costa de Marfim (em 2002) (MIYAZAKI; SANTOS, 2013).

As operações de pacificação que ocorreram da década de 90 até o começo de 2000, aconteceram com o suporte da West African States Monitoring Group (ECOMOG), criada, em 1990, como mecanismo de resolução de conflitos e força de acompanhamento da paz, uma iniciativa que demonstrava a vontade dos chefes de Estados e governos de responderem efetivamente à instabilidade regional (FERNANDES, 2011). A Nigéria era o maior financiador deste projeto e também o maior contribuinte no que tange a força efetiva.

2.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O capítulo aqui apresentado tem por objetivo apresentar o fundamento teórico da integração econômica regional, dando ênfase à construção das comunidades econômicas regionais da África com destaque para CEDEAO. O conceito da integração econômica pressupõe a eliminação gradual das barreiras tarifárias. E essas eliminações das barreiras

acarretam os benefícios sociais para a população dos países que constituem determinado bloco. A teoria integracionista, proposta por diversos autores provenientes do mundo ocidental, parte do pressuposto de que a integração econômica regional deve ser desenvolvida em cinco etapas, nomeadamente, a zona do livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e união econômica e monetária. A ideia é que os mercados comuns supranacionais, com livre circulação além-fronteiras dos fatores econômicos, naturalmente, geram a procura de futura integração e não apenas econômica, mas também política e, assim, as comunidades econômicas naturalmente evoluem para uniões políticas a qualquer momento.

A abordagem africana da integração difere das outras regiões do mundo, isso por que a realidade africana é peculiar, e, em parte, esta peculiaridade se deve à herança deixada pelos então colonizadores, como, por exemplo, as diversas línguas, as fronteiras artificiais impostas pelos europeus (distanciando os africanos uns dos outros), os diferentes tipos de moedas, guerra civil, conflito militar entre os Estados vizinhos, golpes e contra golpes de Estado e a degradação causada pela pobreza, em diversos países. Perante este histórico negativo, o processo da integração surgiu para redesenhar o continente africano a partir de pensamento dos próprios africanos. Em um continente de grande dimensão territorial, com diversos problemas, um projeto dessa envergadura (integrar o continente) não poderia deixar de encontrar fortes obstáculos nas arenas econômica e política, contudo tais obstáculos estão sendo parcialmente contornados com o empenho das CERs.

A CEDEAO, uma das oito comunidades regionais criadas para sanear algumas das dificuldades que o continente vem sofrendo ao longo da sua história, não diferente das outras CERs, encontrado séries de obstáculos desde a sua criação 1975. Prova isto a fragmentação da CEDEAO em dois sub-blocos, sendo uma composta por países que falam francês criando assim a UEMOA e um segundo grupo composto por países anglófonos que criaram ZMAO, que ainda não entrou em funcionamento, sem falar de Cabo Verde (país lusófono) que pretende manter a sua moeda (Escudo).

A integração, na África Ocidental, tem promovido oportunidade de reaproximar o povo da região, independente da diferença nas línguas, costumes, hábitos ou culturas. Ainda podemos concluir que a CEDEAO tem encontrado sucesso em processos da pacificação da região, sem esquecer que a instabilidade política e militar é um dos obstáculos do atraso no processo da integração.

3 A INSERÇÃO GUINEENSE NA UEMOA PERANTE O CICLO DA INSTABILIDADE POLÍTICA

A adesão da Guiné-Bissau na UEMOA que inclui a utilização formal de uma nova moeda (Franco CFA) ocorreu em 1997, após um ano da sua inserção neste bloco subregional, o país se mergulhou numa guerra civil que durou onze meses e com consequências imprevisíveis. A guerra civil que começou em 1998 e culminou com a derrubada de um governo eleito democraticamente e teve uma forte participação da população que apoiou os rebeldes, acreditando que com o afastamento do governo eleito tudo seria melhor, portanto, as consequências daquele conflito foi e continua sendo desastroso, as suas implicações se refletem na degradação de indicadores sociais e econômicos, nas fragilidades das instituições públicas, a perda da credibilidade externa e falta de governo com um plano estratégico do desenvolvimento do longo prazo que define a forma da participação do país nos blocos regionais a fim de obter algum ganho.

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De modo mais abrangente, o processo de integração regional, na África Ocidental, foi estimulado pelos respectivos Estados da região e constituem as estratégias desenvolvimentistas. Em uma palavra, os desafios da Guiné-Bissau na UEMOA são vitais para a estabilização dos preços, trocas comerciais, estimular o crescimento econômico através da remoção de barreiras, harmonização das regras, captação do investimento estrangeiro incluindo a fonte do financiamento para o desenvolvimento de projetos sociais, nomeadamente, educação, saúde, segurança etc. A integração não deve ficar no papel, rendida aos ditames da instabilidade, pois sem a estabilidade política se torna difícil seu avanço. A adesão da Guiné-Bissau à UEMOA, como acima apontamos, é de constante contestação por boa parcela da população guineense o que exige de nós o entendimento das razões dos fatos.

Como é sabido, a Guiné-Bissau tem convivido com constantes sobressaltos políticos e econômicos, porém, dentro do nosso objetivo, perspectivamos criar uma compreensão teórica para melhor entender até que ponto os constantes sobressaltos têm afetado o seu processo de integração no espaço do Franco CFA. A integração regional pode, por um lado, ser uma via para que os países ultrapassem desvantagens econômicas de origem territorial, mas, por outro, o país despreparado para os desafios da integração poderá sair perdendo.

Recentemente, em uma das suas entrevistas à imprensa francesa, o Dr. Carlos Lopes, que ocupa um dos mais altos cargos da ONU, afirmou o seguinte: “os processos do desenvolvimento da Guiné-Bissau foram afetados pelos epifenômenos políticos, toda vez que o meu país tenta se erguer aparece os tais epifenômenos políticos que deitam por terra muitos esforços conjugados”. Na realidade, esta visão é partilhada por vários guineenses, embora encareça de fundamentação teórica sobre o tal fato, mas é justamente por isso que se torna imprescindível relacionar as consequências das instabilidades políticas daquele país com a sua participação na UEMOA.

3.2 ANTECEDENTES E CAUSAS DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Seja qual for a sua natureza, nenhum povo africano suportou pacificamente a dominação estrangeira. Mesmo depois da destruição dos grandes Estados africanos e da partilha colonial, as populações africanas continuaram a resistência contra o poder colonial, e é, por um lado, após a Segunda Guerra Mundial, que se dá início a uma nova etapa de luta dos povos africanos; e, por outro lado, a Segunda Guerra Mundial e os anos posteriores trouxeram uma profunda transformação na correlação de forças existentes no mundo e a existência de um campo socialista, para além da presença da URSS, até então o único país socialista do mundo, criaram condições favoráveis para uma base de apoio moral, político e material aos patriotas em luta contra o colonialismo e o imperialismo (UNESCO, 1974). O impacto da colonização se deu com maior intensidade nos países da lusofonia, dado o método do colonialismo português que se difere dos países que eram ocupados pelos franceses e ingleses.

O novo regime republicano, surgido em Portugal no início do século XX, apostou muito no fomento das colônias, promovendo diversas reformas que demonstravam um elevado interesse pelas mesmas, adotaram dos franceses um Ministério das Colônias e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado, apressou-se a declarar a África chão sagrado (PEREIRA, A., 2003). Na verdade, com toda essa façanha do novo regime republicano não é difícil concluir que tudo não passa de uma estratégia com a finalidade de continuar a dominação. Durante todo o período subsequente, da revolução republicana até final de I Guerra Mundial (1918), assistiu-se às lentas tentativas de reorganizar o comércio colonial por meio da adoção do território, com a construção do mínimo de infraestruturas necessárias para o seu dinamismo, o que mesmo assim se incidiu, apenas, nas principais cidades, como por exemplo, Bissau. Portugal instalou na colônia da Guiné um sistema

administrativo altamente estruturado e com isso, foi produzindo várias legislações com o objetivo de facilitar a exploração do comércio colonial.

A nova reforma introduzida pelo regime republicano de Portugal, não demorou em apresentar o resultado, sendo que a Guiné já estava produzindo em grande quantidade e parte substancial (pouco mais de um terço) dos óleos, oleaginosas, arroz e amendoim – o principal produto de exportação – eram exportados para o mercado português. Vale lembrar que a população tinha duas opções: produzir em grande quantidade, a fim de criar excedente para vender ao colonialista e obter dinheiro para pagar imposto ou produzir apenas para o consumo próprio, não pagar imposto e enfrentar as consequências que receberia da parte dos colonos.

A grande questão, diante da colonização e implantação da administração, é a enorme resistência dos guineenses e as necessidades da lucratividade na exploração colonial do território tiveram como consequência a progressiva substituição dos princípios constitucionais de igualdade enunciados pela Revolução Liberal (na Guiné e em outras colônias) por leis e regimentos mais duros que expunham a natureza racista e o sistema de exploração colonial. A nova Lei de regimento contemplava o “Estatuto do Indígena” e, de acordo com A. Pereira (2003), pela natureza deste estatuto, nas palavras de um ex-funcionário da administração colonial, Osvaldo Lopes, este estatuto “teve consequências mais perversas do que o apartheid na África do Sul, porque a apartheid, com tudo que tinha de condenável, não negava, pelo menos em termos de enunciado, a existência de culturas africanas, preconizando assim o desenvolvimento separado das diferentes culturas”. Com o “O Ato Colonial”, uma espécie de sub-constituição para o Ultramar, os colonialistas definiam os indígenas como pessoas nativas e aglomerados sociais (chamados de vilas) que tivessem hábitos e costumes indígenas e que não pudessem ler ou escrever português, ou seja, para os portugueses, indígena era aquele que não apresentava um nível de desenvolvimento cultural que lhe permitisse usufruir dos direitos do cidadão.

Nessa altura, o aparelho colonial-administrativo era estruturado em conselhos com o intuito de estabelecer melhor controle político e econômico dos “indígenas”. A administração colonial contava com um governador e estendia-se a administradores e chefes de postos (que em geral eram europeus ou cabo-verdianos e, raramente, um ou outro guineense, que por sua vez apoiava chefes de postos).

Enquanto o sistema colonial português do indigente rejeitava totalmente o africano com sua cultura e como a própria condição de sujeito de relações jurídicas, o atraso econômico e a escravidão, que foram bastante denunciados na Europa, se transformaram rapidamente na bandeira do antifascismo. O regime contra-atacou com a reformulação do

vocabulário oficial, onde fez desaparecer expressões como “colônias” e “império” e instituiu as “provinciais ultramarinas” e “O Ministério das Colônias” passou para “Ministério do Ultramar”, portanto, esta era a forma que os colonialistas encontraram para driblar os críticos, ou seja, os antifascismos (PEREIRA, A., 2003). Todos os acontecimentos ocorreram simultaneamente na consolidação do domínio administrativo-colonial sobre o território através da obrigatoriedade do trabalho dos guineenses num sistema de “Estatuto Indigente”, que lhe impedia de ter direitos políticos e de elevação social através do acesso a instrução.

Para Cardoso (2004), as reformas desenhadas e executadas pelas autoridades coloniais não alteraram o modelo de colonização, sendo que o principal paradigma consistia na assimilação e na integração dos povos colonizados. A integração do povo colonizado traduzia-se numa política que, por um lado, advogava a manutenção das “tradicional” formas de organização social e política, bem como dos líderes tradicionais nas suas respectivas estruturas políticas, mas, por outro, priorizava a constituição de uma classe de intermediários entre o poder colonial e as populações locais, a fim de facilitar os contatos entre essa e as estruturas ditas tradicionais.

Ao contrário das outras colônias africanas, na Guiné, os portugueses davam inúmeros motivos para que os guineenses pegassem nas armas. A. Pereira (2003) afirma que na Guiné, em 1942, havia, como na Alemanha do Hitler, lugares como Bissau, Safim e Quinhamel onde as pessoas eram sacrificadas; a partir deste fato, os guineenses tomaram consciência de que tinham necessidade de lutar pela sua causa. Os assassinatos que aconteceram nessa época era a forma que os colonialistas encontraram para mostrar que a Guiné era apenas uma província portuguesa e não terra pertencente aos guineenses, evitando assim, qualquer revolta que poderia surgir.

Depois da Segunda Guerra Mundial, por meio das grandes transformações ocorridas, alguns estudantes em Portugal, tomaram iniciativa de criar em 1951, o Centro de Estudos Africanos, cujo intuito era a africanização dos espíritos. Esse centro surgiu como alternativa das tentativas falhadas de politização da casa dos Estudantes do Império. Amílcar Lopes Cabral, um dos ativistas mais influentes deste movimento estudantil, em 1952, retornou para Guiné colonial depois de ter passado por Cabo Verde, em 1949, onde sem sucesso tentara acordar a opinião pública contra o colonialismo. Neste mesmo período, Portugal tinha o compromisso internacional de apresentar o recenseamento Agrícola da Guiné e até então este trabalho se quer fora iniciado. Portanto, depois de vários contatos de trabalho, especificamente na altura que o Amílcar Cabral trabalhava no serviço colonial, o governador decidiu atribuir-lhe a execução daquela importante tarefa que dividiu com a também

engenheira Maria Helena Rodrigues, sua esposa. Em cada região e em cada vila, Cabral aproveitava para deixar uma palavra de sensibilização discreta, apesar de o povo só vier a interpretá-la devidamente quando chegou a palavra de ordem do partido para a luta (PEREIRA, A., 2003).

O recenseamento agrícola foi importante para Cabral, na medida em que o permitiu mais de perto conhecer as populações e os seus problemas assim como constituiu-se num meio para a conseqüente mobilização urbana. Aparentemente sem sucesso, em 1954, Amílcar Cabral tentou disfarçar as atividades políticas com a criação de um clube esportivo e recreativo no qual acabou por influenciar o espírito de associativismo. O projeto de associação promovido por ele objetivava fazer oposição contra o sistema colonial e começava a tomar corpo e a ter aceitação à medida que o Amílcar provava não estar disposto a recuar perante as dificuldades.

Segundo Mazrui e Wondji (2010), inicialmente, tanto Portugal como a França, consideraram as suas colônias não como colônias, mas como províncias portuguesas de além-mar. No entanto, enquanto os franceses renunciavam a esta política errônea e irrealista, ao longo dos anos 1950, Portugal se agarrava a ela até as últimas conseqüências. Enquanto a França abandonava ações repressivas e violentas, características dos anos 1940, para então recorrer a negociações pacíficas e mesmo ao voto, os portugueses mantinham uma política que consistia em preservar por todos os meios a integridade do seu império. A obsessão dos colonialistas portugueses pela Guiné despertou o nacionalismo dos povos guineenses.

O despertar do nacionalismo na Guiné, foi influenciado, na década de 50, pela evolução política no Senegal e na dita Guiné francesa, embora as organizações surgidas possuíssem um caráter incipiente, refletindo todas elas certo idealismo. A ação de propaganda, dirigida pelos partidos da *la Guinée* e do *Senegal*, nos finais da década de 50, contou com a presença de um número significativo de homens que, no território da Guiné-Bissau, ventilaram ideias sobre a unidade africana na luta pela independência. Porém, essa consciencialização fez-se sentir, sobretudo, na zona de Cacine, região sul da Guiné, limítrofe à Guiné-Conacri.

Na verdade, na Guiné colonial, a consciencialização propriamente dita só começa a aparecer depois das revoltas dos grandes líderes da região como Kwame Nkumah (do Gana), Seco Touré (da Guiné Conacri), etc. Dito doutra forma, esses líderes africanos inspiraram o nacionalismo guineense, sendo que, antes da volta do Cabral para Guiné, a referência da população era o regime fascista e a repressão salazarista, fatores que fortaleciam nos guineenses a necessidade da liberdade. Embora, nessa altura, não chegavam a falar em

reinvidicações independentistas. As ideias da independência só apareceram mais tarde, após a chegada do Amílcar Cabral a Guiné.

A independência do Gana, em 1957, e as perspectivas da independência da Guiné-Conacri⁶ e do Senegal (1958 e 1959), respectivamente, transformaram rapidamente a predisposição latente da luta pela independência dos guineenses num entusiasmo, alimentada pela expectativa imediatista de uma iminente libertação pacífica da Guiné a semelhança do que ocorrera com os territórios africanos vizinhos.

Segundo A. Pereira (2003), após retornar à Guiné, Cabral procurou construir uma rede de confiança fechada através de alguns nacionalistas já existentes na Guiné, ou seja, criou um núcleo clandestino em que a relação dos componentes era indireta para afastar suspeitas (por exemplo, Aristides Pereira falava apenas com Fernando Fortes, mesmo sabendo que havia mais gente, não a via, havia toda uma sensação de desconfiança no ar que os obrigava a manter o maior sigilo possível. Portanto, a construção dessa rede foi importante na criação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, num encontro, em volta do Cabral⁷, de cinco elementos disponíveis em Bissau, após uma seleção rigorosa entre os membros que provaram serem merecedores de confiança nos anos de convivência política. A construção do núcleo que culminou com a criação do partido, só deu certo dada a seletiva estratégia do contato tendo em vista que, naquela época, os colonialistas sempre estavam atentos, não permitindo criação de qualquer que seja grupos e muito menos permitiam frequentes reuniões, daí toda a precaução dos nacionalistas liderados por Cabral.

É de recordar que quando foi criado na clandestinidade o PAIGC, inicialmente, se denominava Partido Africano da Independência (PAI) e, logo após a sua criação, o partido se organizava em núcleos e os primeiros foram criados em Bissau, Bolama e Bafatá, na medida em que, no primeiro momento, afixaram-se ao partido a pequena burguesia (cidadãos guineenses e cabo-verdianos). Nessa altura, a tomada de consciência de uma fração da pequena burguesia, que deixara de procurar melhorias no quadro colonial para lutar, ainda não

⁶ Segundo A. Pereira (2003), com a independência dos países vizinhos, a partir de 1958, inúmeros jovens guineenses fugiram em direção a República da Guiné-Conacri e ao Senegal, alguns por terem cometido delitos, outros incentivados pela expectativa de melhores condições de vida, levando consigo um ideal difuso de libertação, que, entretanto, se reforça em contato com o ambiente de claro entusiasmo com que os povos desses países vizinhos recém-libertos estavam quanto a reestruturação e construção de Estado. Inicialmente, os jovens que chegaram à Guiné-Conacri, foram politicamente enquadrados pelo médico são-tomense Hugo Azancot de Menezes, que ali se encontrava para criar as condições de utilização desse novo Estado africano como retaguarda logística para o desenvolvimento da luta de libertação dos países africanos colonizados por Portugal.

⁷ UNESCO (1974): Amílcar Cabral, desde o tempo que cursava no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, preocupava-se em conhecer os profundos problemas relacionados aos colonialistas portugueses na África e, com isso, tabulava contato com outros africanos e participava ativamente em diversas atividades na defesa dos interesses dos povos das colônias portuguesas.

pela independência, pelo menos pela autonomia, popularizou rapidamente a ideia de uma luta comum dos povos da Guiné e de Cabo Verde contra o colonialismo português. Acreditou-se em pequenos protestos de caráter social, a fim de experimentar o terreno, e difundiu-se a necessidade da luta pela independência entre as classes sociais menos privilegiadas da Guiné, sobretudo os assalariados dos portos e dos transportes fluviais (PEREIRA, A., 2003).

Com as transformações que começaram após a Segunda Guerra mundial, os povos das colônias portuguesas foram também sensíveis às profundas modificações no plano internacional e às consequências resultantes da natureza das novas estruturas político-sociais surgidas em alguns países africanos, a formação das organizações políticas de vanguarda que dirigiram a luta pela libertação das colônias portuguesas. O Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA), em Angola, o PAIGC, em Guiné e Cabo Verde, e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em Moçambique, tiveram lugar precisamente no mesmo período e de mera casualidade isso não se tratava, tendo em conta as condições político-econômicas da África lusófona, ainda sob a dominação colonial fascista do governo Salazar e os seus métodos de exploração e de ação colonialista, os contatos que se estabeleceram entre os africanos das diversas colônias que estudavam em Portugal, nomeadamente em Lisboa, e que representavam um pensamento vanguardista, mantendo-se sempre ligados à vida e às realidades dos seus países (UNESCO, 1974).

Em 1956, ocorreu uma greve bem-sucedida dos trabalhadores do porto de Bissau, eles exigiam melhor salário e melhor condição de trabalho. E, tristemente, seguiu-se o massacre de Pindjiguiti, em 03 de agosto de 1959, em que morreram, entre os grevistas e portuários, 50 trabalhadores, como consequência da repressão colonial. Essa repressão despertou a ira da população, em particular do PAIGC, que ficou sem uma segunda opção para negociar a independência, por meio pacífico. Cabral tinha consciência de que para promover uma luta armada pela independência da Guiné precisava de um país para servir de retaguarda. Em 1958, após o “não” de Sékou Touré e do povo da República da Guiné ao referendo que questionava se o povo pretendia manter a bandeira francesa, instalou-se a ideia de que finalmente os movimentos de libertação da Guiné haviam encontrado uma retaguarda segura para o desenvolvimento da sua luta contra o inimigo comum.

A. Pereira (2003) afirma que desde a criação do PAIGC, Amílcar Cabral demonstrou ter ideias claras sobre o caráter reivindicativo da luta que o PAIGC iria, de agora em diante, empreender. Num discurso de 19 de setembro de 1956, dizia Cabral: “[...] para além dessa origem comum que nos empurrava para a unidade, tínhamos o fato de continuarmos submetidos à dominação da mesma potência colonialista, tanto na Guiné como em Cabo

Verde”. A ideia de Cabral era sempre unificar os dois povos (da Guiné e Cabo-Verde), tanto na luta pela independência como após a luta transformando-os em um único país. No dizer de Cabral, “Ou seríamos, pois, capazes de unir os nossos dois povos, ou os colonialistas acabariam por levar guineenses para se baterem contra os cabo-verdianos em Cabo-verde, e Cabo-verdianos para se baterem contra os guineenses, na Guiné”. Cabral ainda afirmou que se tudo isso era real e inevitável, mesmo em relação às outras colônias portuguesas, se a luta não fosse desencadeada em todas elas, esta política de divisão e de utilização de um contra outro seria para o Governo português muito mais viável entre a Guiné e Cabo Verde, apenas separados por dois dias de viagem de navio.

Cabral conclui o seu discurso afirmando que os militantes não podiam se contentar com a criação de um movimento ou de uma frente nacional de libertação, que o partido teria movimentos de libertação, teria talvez uma frente de libertação, mas precisava ser também um partido, com seus programas mínimo e máximo bem definidos e cada militante teria, pois, o compromisso solene de dar tudo, incluindo a própria vida, para a realização integral do programa do Partido. É com esse discurso que Cabral propôs a criação do PAIGC. É de salientar que Amílcar Cabral foi obrigado pelos colonialistas a abandonar a Guiné, obrigando a ir para Angola por um curto período de tempo (1956-1959) onde prestou serviço como engenheiro agrônomo e conseqüentemente participou de forma ativa na criação do MPLA. A sua volta para Guiné só veio acontecer em setembro de 1959 onde sua primeira reunião com membros do seu partido determinou um abrandamento das ações de mobilização e provocação das autoridades colônias nos centros urbanos a favor de uma profunda mobilização dos camponeses (PEREIRA, A., 2003).

Na essa época, o PAIGC de Cabral não era o único partido africano na Guiné, sendo que foi criado em Bissau, em 1958, o Movimento de Libertação da Guiné (MLG). As perseguições das autoridades colônias constituía o mais sério problema para os propósitos unitários que Cabral postulava na luta contra colonialismo português na Guiné. Enquanto que o MLG, que desenvolvia ações numa perspectiva política pouco elaborada, hostilizou Cabral, por ser filho de pais cabo-verdianos; para este movimento, os cabo-verdianos eram cúmplices dos portugueses na dominação colonial da Guiné e, perante a eventualidade de uma independência iminente, pretendiam substituir os colonialistas.

Retomando o massacre de Pindjiguiti, é mister frisarmos que esse acontecimento não só despertou, nos guineenses, a urgência da necessidade de pegar na arma para combater o colonialismo, como também consciencializou que essa luta deveria ser transferida para onde o inimigo era mais fraco e o povo, mais forte, ou seja, às matas da Guiné. Nesse mesmo

período, sob a orientação do Cabral, o PAIGC transferiu a sua base para a vizinha Guiné-Conacri, onde este líder fixou a sua residência durante toda a luta de libertação nacional.

3.3 A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE

Entre os princípios que norteiam o PAIGC, o partido escolheu “Unidade e Luta” como o primeiro. Segundo Cabral (1974), no seio do partido há diferentes elementos, logo, o sentido da unidade era: quaisquer que fossem as diferenças, era necessário que o partido seja um só, um conjunto, a fim de realizar um dado objetivo, ou seja, uma unidade dinâmica. É importante lembrar que as resistências que ocorreram na Guiné, desde o período pré-colonização, aconteceram em diferentes regiões da Guiné sem que haja uma coordenação, ou seja, foram acontecendo de forma desordenada, no entanto, para o PAIGC, era preciso que o povo se unisse em torno de um projeto que é da libertação do país. Também não podemos deixar de lado a polémica questão da unidade da Guiné e Cabo Verde, porém, o discurso alinhado do PAIGC, sobre a “Unidade e Luta”, não se restringia à promoção da união entre os guineenses, senão também entre os dois povos, da Guiné e de Cabo Verde, que estavam sendo conduzidos por meio de uma luta e por um único partido.

Ao decidir abandonar os seus métodos pacíficos em favor da luta armada, o PAIGC demonstrou claramente que a decisão de conduzir uma luta armada era irreversível. Com a mudança do método, o PAIGC não se distanciou das cidades para as matas, mas, igualmente, concebeu novos métodos e um programa político inédito, um conjunto de táticas de libertação com o objetivo de conquistar a confiança das massas camponesas. De acordo com Mazrui e Wondji (2010), a explicação das características que a luta anticolonial tomou na África portuguesa deve procurar as suas raízes nos princípios e nas práticas do colonialismo português, assim como na natureza dos movimentos nacionalistas. A luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-verde foi antecipada pelo PAIGC, em função dos maus tratos de seus respectivos povos estavam sendo vítimas.

Segundo A. Pereira (2003), as primeiras denúncias internacionais da verdadeira natureza do colonialismo português só surgiram nos anos de 1959/1960, escritas por um africanista britânico através das denúncias de Abel Djassi (Amílcar Cabral), e essas denúncias, em Londres, deixaram poucas dúvidas para observadores mais atentos no desenrolar dos acontecimentos ligados a desmoralização em África.

Para Sangreman, Zeverino e Barros (2006), o PAIGC, sendo um partido com a finalidade de lutar pela libertação nacional, exerceu uma liderança priorizando três principais

objetivos e mobilizando a população, em geral, para o apoio que precisava na realização da sua ação:

- a) a independência;
- b) o desenvolvimento; e
- c) a unidade de todos os cidadãos que viviam no território colonizado pelos portugueses.

Em agosto de 1960, o PAIGC decidiu dar prioridade a resolução de quatro questões fundamentais que constituíam as bases indispensáveis para luta da independência. Segundo A. Pereira (2003) estas questões podem ser resumidas nas seguintes cláusulas:

- a) fazer da República da Guiné uma retaguarda segura, para a eventualidade da luta armada;
- b) incrementar a formação de militantes para atuarem na mobilização, organização e consciencialização dos dois povos, sobretudo do povo guineense, capacitando-o para todas as formas de ação passíveis de serem executadas na luta da libertação nacional;
- c) continuar os contatos com a comunidade guineense e cabo-verdiana na diáspora, no sentido de consciencializar, organizar e mobilizá-las para a luta de libertação nacional; e
- d) estabelecer contatos no plano internacional, através das embaixadas existentes em Conacri, para fazer conhecer o movimento (o partido) e obter apoios para todas as hipóteses de luta bem como vias e meios para a formação dos jovens leiais ao PAIGC.

Em 1959, o partido não tinha estrutura para iniciar uma luta armada, com isso, os jovens militantes partidários de Cabral, em sua maioria com idade inferior a 25 anos, inclusive, mais jovens, passaram dois anos (1961-1963) trabalhando clandestinamente nas comunidades, fazendo as populações entenderem que era impossível eliminar as suas dificuldades locais, a não ser trabalhando e combatendo para livrarem-se do sistema colonial português, em sua totalidade. Depois dos esforços de educação e de organização, o PAIGC lançou a sua luta armada em 1963, iniciando com pequenos grupos de guerrilha nas propícias regiões de mata fechada ou de floresta, sem, contudo, parar a mobilização popular pedindo o apoio dos camponeses, o que aumentou numericamente e transformou-os, pouco a pouco, em

unidades importantes que, não localizadas, estavam disponíveis para rápidos movimentos em longas distâncias e estavam prontas para o combate (MAZRUI; WONDJI, 2010).

É importante destacar que em 1963, com o início da luta armada, pela primeira vez na história da Guiné, uma população de língua Balanta, Papel, Mandinga, Fula, Felupe ou um anônimo de qualquer outra língua estava disposto a lutar não especificamente pelo seu pedaço de chão, como acontecia quando a resistência era dispersa e distinta e cada um lutava por si, mas por toda a Guiné.

É notável que, ao longo do processo da luta pela independência, o PAIGC desenvolveu o projeto da mobilização sobretudo com os camponeses, organizando e educando politicamente o povo, mantendo-o em constante conhecimento dos problemas nacionais que interessavam à sua vida, visando sempre a manter o partido forte e unido na sua luta.

Segundo Mazrui e Wondji (2010), a forte participação da população camponesa foi determinante no crescimento das unidades móveis em tamanho e poder de fogo, aprendendo a utilizar toda espécie de armas, inclusive mísseis de longa distância, apesar do analfabetismo da grande maioria de seus membros. Ao longo dos anos da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde, toda vez que o PAIGC libertava uma zona, o partido aplicava a estratégia da política de libertação, expulsava todos os funcionários e comerciantes coloniais, extinguiu todos os impostos e direitos coloniais e eliminava trabalho forçado e plantações obrigatórias.

Provavelmente, o mais importante programa do partido fosse a adoção de um novo sistema comercial e a criação de escolas e postos de saúde na mata, que não existiam dantes, adotando quadros da área de saúde que são, na maioria, formados pelos países aliados nomeadamente, Cuba e URSS. Em termos políticos, o partido implantou uma verdadeira democracia nas zonas libertadas. A população foi instigada a eleger comitês representativos aos quais foram confiadas as responsabilidades administrativas locais.

Na visão da UNESCO (1974), já nessa altura, o PAIGC se caracterizava como um partido democrático, progressista, anticolonialista e anti-imperialista, sendo que o partido aplicava os princípios democráticos nos seus trabalhos de dia a dia, estimulava as manifestações das vontades dos seus militantes e das massas, constantemente realizava escutas sobre as opiniões dos seus militantes em diferentes ou quaisquer problemas em discussão. Todos os problemas direta ou indiretamente relacionados aos interesses da população eram postos em discussão para seu conhecimento e apreciação, bem como os problemas da vida do partido, da orientação, e problemas fundamentais da luta. Se fosse o caso, a responsabilidade de cada militante do partido era atribuída de acordo com o seu

trabalho efetivo ao serviço do povo, na medida do seu nível de consciência política e dos problemas do povo e também pelo empenho e amor que revelava pelas coisas do partido e pela luta.

Realmente a democracia revolucionária foi uma das peças-chave para o sucesso do partido durante a luta da libertação; foi uma brilhante ideia, na medida em que instigou a população a ingressar no partido, acreditando que era necessário lutar pela independência e que o sonho de ser um país e um povo independente poderia ser uma realidade. A democracia revolucionária era praticada em todos os aspectos da vida do partido. Nessa época, de acordo com as normas do partido, cada responsável deve assumir com coragem as suas responsabilidades, deve exigir dos outros o respeito pela sua atividade e deve respeitar as atividades dos outros responsáveis, ainda segundo essa norma, definida pelo Cabral, os responsáveis do partido não deviam esconder nada às massas, não mentir, mas combater a mentira, não disfarçar as dificuldades, os erros e insucessos, não acreditar em vitórias fáceis nem nas aparências (UNESCO, 1974).

Cabral (1974) afirma que a democracia revolucionária praticada pelo PAIGC demanda a exclusão de oportunismo, tolerância perante os erros, desculpas sem fundamentos, a mania de que um ou outro membro é insubstituível no seu lugar, assim como levava a praticar e defender a verdade diante dos militantes, dos responsáveis, do povo, seja quais forem as dificuldades que o conhecimento da verdade possa criar. O partido ainda dizia que a democracia revolucionária exigia que o militante não tenha medo do dirigente, que nem o dirigente tenha receio do militante ou medo das massas populares, nesse caso, determinava que os membros viveriam no meio do povo, a serviço do partido e do povo.

O sucesso da luta pela independência da Guiné e Cabo-Verde está extremamente ligada ao desempenho do PAIGC. Segundo Cabral (1974), a realidade dos dois povos que lutavam pela independência apresentava, como outras, forças e fraquezas. Para o PAIGC, independentemente dos resultados obtidos, o partido sempre trabalhava com os pés no chão, considerando a realidade concreta dos dois países e dos dois povos, eis o principal fato que orienta o trabalho do partido.

A importância de Guiné Conakri nessa luta é inegável. Segundo A. Pereira (2003), em Conakri, sob o guia direto do Amílcar Cabral, o PAIGC não parava de crescer e se estruturava. Foi construído “O Lar dos Combatentes”, criado para receber os jovens que eram enviados de Bissau para obterem as noções mínimas da luta da libertação nacional. Em curto espaço de tempo, este lugar já estava superlotado, apesar das dificuldades financeiras do partido. Amílcar Cabral, que em Conakri dirigia o processo de mobilização, se empenhou

simultaneamente no labor profundo da criação de condições logísticas e apoios necessários para o desencadeamento da ação armada, trabalhando no sentido de poder contar com o apoio do presidente Sékou Touré, da República de Guiné-Conacri.

Ao longo dos anos da luta pela independência, o PAIGC conseguiu estrategicamente construir sucesso nas suas ações de descolonização. Para Woollacott (1983), o grande sucesso da luta de libertação dirigida pelo PAIGC foi que os colonialistas portugueses, obrigatoriamente, tiveram de dar um passo audacioso na Guiné, um passo diferente dos outros países da colônia (Angola, Moçambique). Eles passaram a ser mais agressivos com intuito de ganhar a luta.

No campo político-diplomático, o PAIGC não parava de se articular, conquistando países, chefes dos Estados independentes e organismos internacionais. A. Pereira (2003) afirma que no início da década de 60, Cabral desenvolveu um trabalho diplomático de alto nível junto da República da Guiné, do Senegal e da OUA, no sentido de afirmar o partido que liderava e denunciar os movimentos de libertação criados, na Guiné, que no fundo colaboravam com os colonialistas.

Vale afirmar que inicialmente as relações do PAIGC e a vizinha Guiné-Conacri do Sékou Touré passaram por algumas turbulências. Perante crescente demanda de armas por parte das populações mobilizadas por PAIGC, que tinham que fazer face a uma feroz repressão dos colonialistas e diante do risco iminente de uma desmobilização, confrontado, com essa necessidade, os dirigentes do PAIGC decidiram que iam utilizar todos os meios para introduzir armas no interior da Guiné. Dentro dessa perspectiva, o partido organizou o tráfico de armas de Marrocos para a República da Guiné, o que acabou causando ao PAIGC sérios problemas com as autoridades de Conacri; após essa fase, as duas partes deram início a um relacionamento de confiança e estável. Os dirigentes da Guiné-Conacri, com compreensão do valor e da importância da sua solidariedade passaram apoiar consideravelmente o partido, e foi nesse contexto que este país se torna de retaguarda segura do PAIGC, criando assim mecanismos para que outros países e organizações anticolonialistas, com ênfase para a União Soviética, pudessem prestar ajuda indispensável ao desenvolvimento da luta armada.

Segundo Cardoso (1995), em função de uma luta exemplar travada contra o colonialismo, o PAIGC conquistou uma legitimidade histórica invejável, que, para muitos movimentos de libertação da sua época, foi entre outras coisas marcadas pela criação, ainda durante a luta, de um novo tipo de vida nas zonas libertadas. Dada à visão de Amílcar Cabral e de alguns dos seus companheiros de luta, o PAIGC se afirmava um partido-Estado que

dirigia, controlava e administrava diversas instituições políticas, sociais e econômicas, assim como a administração civil, ensino, saúde, produção, etc.

O PAIGC não só ganhou mais prestígio e admiração dos países do continente africano como também conquistou confiança e respeito de outros continentes, através do relatório que foi produzido na visita do mandatado do Comité de Libertação da OUA; essa uma comissão composta por peritos militares da Republica da Guiné, da Mauritânia e do Senegal, percorreu todas as zonas libertas, e concluiu que a situação militar da Guiné-Bissau era altamente favorável ao PAIGC (PEREIRA, A., 2003).

Após seis anos de luta, os colonialistas começaram a apresentar fragilidade e a iminente derrota dos colonialistas refletia a eficácia da estratégia de guerrilha criada pelo partido e a eficiência política e diplomática do PAIGC, com isso, os colonialistas precisavam elaborar uma nova estratégia para continuar a dominação, o que ocasionou a nomeação do Marechal Antônio de Spínola.

A nomeação de Spínola, por parte do governo de Portugal, em 1968, para ocupar o cargo de governador geral, em Bissau, representou um salto qualitativo no avanço da luta, sendo que Spínola, ao contrário do seu antecessor, Arnaldo Schultz, e de toda hierarquia militar em Lisboa, teve a capacidade de reconhecer que, com os avanços do PAIGC na luta, existia um problema grave naquela pequena província ocidental portuguesa, pois, segundo ele, a guerra estaria quase militarmente perdida em função da negligência das autoridades coloniais que, a essa altura, davam ao PAIGC um campo fértil de recrutamento e uma sólida base de apoio, uma vez que os colonialistas não faziam nada para atrair o apoio da população que acabavam apoiando o PAIGC.

Ao assumir o cargo de governador geral de Bissau, Spínola adotou duas estratégias para enfrentar o que ele chamava de inimigo (PAIGC):

a) reforçar a moral e a eficiência do exército colonial, na tentativa de estabelecer um equilíbrio militar com as guerrilhas do PAIGC;

b) promover uma campanha com a intenção de angariar a simpatia e o empenhamento do povo guineense, procurando ajudar a resolver as principais carências (pobreza) das populações guineenses e, por essa via, conquistar a base política do PAIGC (WOOLLACOTT, 1983).

O projeto político do general Spínola, denominado “Guiné Melhor”, tinha, como objetivo principal eliminar fisicamente alguns dirigentes do PAIGC, como forma de enfraquecer, ou seja, desestabilizar moralmente o partido. Mas a campanha “Guiné melhor”, promovida pelo governo colonialista, como um de seus projetos políticos, constituiu uma

tentativa ousada de liberalização política, de reforma social e de desenvolvimento econômico. Com a execução do seu projeto, não é difícil perceber os resultados alcançados. O projeto político do Spínola foi desenvolvido a partir da teoria e da prática, nos quais preconizava a criação de uma comunidade lusíada, uma federação de estados semiautônomos, unidos por uma língua comum e por interesses econômicos complementares.

Para execução deste grande projeto político-militar, o novo governador delegou aos comandos militares de Bissau, que eram constituídos por jovens oficiais idealistas, a função de investigar as condições de vida do povo da Guiné e de apresentar projetos inovadores para melhorar a condição socioeconômica do povo. Com isso, construíram escolas e iniciou-se uma campanha de alfabetização, nas zonas que eram controladas pelo governo do Spínola.

Este governo também organizou cooperativas agrícolas e colocou dinheiro à disposição de alguns camponeses; gastou dinheiro numa escala sem precedentes, com investimentos em obras públicas (utilizando-se em grande maioria da mão-de-obra militar). Com isso, Spínola promovia a sua imagem através de cerimônias de inauguração de obras do governo e das festas carnavalescas; se projetava como salvador paternal do povo guineense, demonstrando-se um anti-imperialista e promotor de uma verdadeira revolução social desse pequeno país. Porém, o projeto político do novo governador funcionou por curto período de tempo, conseguiu criar simpatia com a população que vivia nas cidades controladas por colonialistas e, com isso, elevou-se o número dos soldados guineenses e cabo verdianos que se alistaram para ajudar as tropas coloniais na luta contra o PAIGC (WOOLLACOTT, 1983).

É notável que todo este conjunto de ação, desenvolvido pelo general português, era uma forma de tentar evitar ou até minimizar uma eventual derrota, uma vez que o PAIGC intensificou a luta armada (guerrilha) e, no campo político-diplomático, não parava de angariar apoio dentro e fora do continente africano. No âmbito das relações internacionais, o PAIGC praticava uma política de estreitas relações, além do Secretariado Geral que funcionava em Conakry e de uma parte da direção do partido instalado em Dakar (capital senegalesa), o partido tinha representações diplomáticas em Argélia, República Árabe Unida, Mauritânia e Suécia (UNESCO, 1974); e participava em diversas organizações internacionais.

Segundo A. Pereira (2003), através da primeira reunião do Conselho de Segurança da OUA, realizada em fevereiro de 1972, em Adis Abeba, Cabral teve mais uma oportunidade de denunciar o colonialismo português onde afirmou que a ideia do PAIGC proclamar independência era irreversível, propondo a fixação de um cronograma para eliminação definitiva do colonialismo português na Guiné. Em junho do mesmo ano, Cabral aproveitou a IX Conferência da OUA para conquistar o apoio moral dos chefes dos Estados africanos, a

quem apresentou um documento, no qual se previam os passos e os mecanismos que iriam conduzir à proclamação da independência da Guiné-Bissau, ainda elucidou sobre o funcionamento dos órgãos do partido durante a guerra e como partido pretende fazer funcionar o Estado após a independência; com isso, obteve a adesão incondicional dos países africanos para a proclamação unilateral do Estado da Guiné-Bissau.

Entre 01 a 08 de abril de 1972, ao aceitar o convite do PAIGC, uma missão especial da ONU visitou as regiões libertadas, no relatório da referida missão consta a existência de vastas zonas administradas pelo PAIGC, o que de imediato acarretou no estabelecimento das relações com órgãos especializadas das Nações Unidas. Neste contexto, ocorreram várias iniciativas, incluindo o convite dirigido a Cabral no sentido de passar a representar o PAIGC no Conselho Econômico da ONU para África, o reconhecimento do PAIGC como o único, verdadeiro e legítimo representante do povo da Guiné e de Cabo Verde pelo Comitê de Descolonização da ONU, na sessão do mesmo ano, essa resolução foi confirmada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que recomendou aos seus órgãos especializados o reforço da ajuda ao PAIGC. O início da década de 70 foi decisiva na luta pela independência da Guiné e Cabo Verde, as vitórias militares são estritamente ligadas às diplomatas, e os apoios obtidos por diversos países e organizações, permitiram que o partido desenvolvesse a luta de forma mais eficiente (CAMPOS, 2012).

Naquele ano, as vitórias do partido no âmbito diplomático culminaram com a audiência concedida pelo Papa aos três líderes dos movimentos de libertação dos territórios sob a dominação portuguesa na África (Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos). Nessa mesma época, a vitória do partido africano incluiu a preparação das eleições com vista à constituição da Assembleia Nacional Popular. Caminhando na mesma direção do PAIGC, países como a Suécia, Finlândia e Dinamarca (que mantinham relações de cooperação econômica e/ou militar com Portugal) decidiram conceder apoio humanitário ao PAIGC. Porém, todos esses fatores contribuíram cumulativamente para que se tornasse insustentável a manutenção da guerra na Guiné.

Com todos estes êxitos alcançados pelo PAIGC, o general Spínola, embora tivesse prometido no início do seu mandato liquidar o PAIGC militarmente em seis meses, após quatro anos, desempenhando a função de governador e comandante-chefe da Guiné (prorrogado por mais dois anos), passou a dizer que a guerra não podia ser ganha por meios militares, o que vinha confirmar as importantes vitórias que o partido africano estava a obter, tanto a nível militar como político-diplomático. Cabral aproveitou para chamar a atenção mundial para a confissão do general Spínola.

Apesar do indubitável sucesso da luta, a mesma foi também marcada por alguns erros e o mais grave deles foi ter mandado executar muitos guineenses que, na sequência do primeiro Congresso de Cassacá, em 1964, teriam se desviado da linha do pensamento do partido. Esse episódio agravou mais as divisões que já existiam no partido.

Para muitos analistas, o projeto de unidade entre os dois povos (guineense e cabo-verdiano) foi um dos piores erros do Cabral. Para Campos (2012), ao juntar os guineenses e cabo-verdianos na mesma luta, Cabral tinha uma ideia simpática, politicamente correta, mas impossível de pôr em prática considerando realidade da Guiné dos anos 60-70. Na verdade, durante o período da luta de libertação esta questão foi contestada tanto por uma parcela de guineenses como por certa camada dos cabo-verdianos. Amílcar Cabral era o principal líder da luta pela independência e a necessidade da independência era realidade para os dois povos, ademais, Cabral se privilegiava de um elevado grau de prestígio, o que acabou por minimizar as contestações das pessoas que desde o início não acreditavam no projeto da unidade. Segundo Cabral (1974), a unidade dos povos tinha que girar em torno do PAIGC, o condutor da luta pela libertação dos dois povos. Com o intuito de colocar em prática o projeto da unidade, o líder do partido construiu um argumento baseado em vários exemplos, desde um time de futebol até a cesta de frutas; todos os exemplos visavam a mostrar aos militantes o significado da unidade.

A. Pereira (2003) afirma que a questão da unidade gerou muita polémica e mal-entendidos, mas sem nunca ter havido debate ou as pessoas que se manifestaram contrárias não revelaram qualquer interesse em debater seriamente e de maneira aprofundada este assunto de extrema importância para os dois povos. (Porém, como é do conhecimento popular, os dois países, que se uniram para expulsar os colonialistas, hoje são independentes e soberanos, o que quer dizer que o projeto da unidade não procedeu). O argumento das pessoas com ideias contrárias ao projeto na unidade, se centrava mais na diferença cultural entre os povos, por exemplo, o multiculturalismo subjacente a Guiné. Por outro lado, A. Pereira (2003) defende que a Guiné e o Cabo Verde são dois pequenos países pobres, com fraca densidade demográfica, por este motivo, transformando os dois povos em um só poderia elevar benefícios dentro de uma perspectiva de integração na CEDEAO, em que esse pequeno conjunto sempre teria mais expressão do que isoladamente como hoje estão.

Voltando a questão da luta, o sucesso agregado na luta armada, política e diplomática do PAIGC colocou em desequilíbrio todo o sistema colonial português em África e ditou o seu desmoronamento. No entanto, como o PAIGC estava preparado para dar início as eleições da Assembleia Nacional com vista à proclamação do estado da Guiné-Bissau, os colonialistas

portugueses e os seus agentes não hesitaram em assassinar Cabral (PEREIRA, A., 2003). Na realidade, havia controvérsia em relação ao autor do assassinato dele, há quem afirme que o próprio PAIGC o matou, por outro lado, o partido se defende afirmando que os portugueses foram os responsáveis pela eliminação física do Cabral. Vale registro que a liderança do Amílcar, admirada pela comunidade internacional e pelos próprios guineenses e cabo-verdianos, sofria forte contestação por parte de alguns dirigentes do próprio partido que representava a ala guineense, que afirmavam que Cabral não tinha legitimidade de conduzir o partido, uma vez que ele era filho de pais cabo-verdianos.

Segundo Campos (2012), o assassinato de Amílcar Cabral gerou uma vaga de execução sumária generalizada, com denúncias seguidas de execuções, sem julgamentos, para evitar mais denúncias. O envolvimento dos dirigentes de topo, da Guiné, era de tal forma abrangente que foi preciso à intervenção do então líder moçambicano Samora Machel que tinha, na comissão de inquérito, o seu braço direito Aquino Bragança, o qual alertou o partido a que não continuasse com as execuções sob risco de não ter mais gente para continuar a luta, devido à abrangência dos implicados. Isso fez com que muitos dos eventuais “implicados” fossem ignorados para não decepar a estrutura da luta armada. Jamais o PAIGC assumiu a autoria do assassinato do Cabral, e, mesmo com a fragmentação deste partido, a ala de cabo-verdianos também sempre alegou que foram os colonialistas portugueses que assassinaram o Cabral.

Dois meses após a morte do Cabral, a reação do PAIGC aos ataques colonialistas foi bastante dura, foram abatidos mais aviões do que durante toda a luta, pondo-se, desse modo, fim à supremacia aérea das forças coloniais. Com a perda da sua supremacia, tornou-se provável a possibilidade de um colapso militar das forças coloniais na Guiné, na medida em que, com a aquisição de meios bélicos mais sofisticados, as FARP⁸ passaram a atacar os quartéis de dia, mantendo o cerco. Neste contexto, foi em maio de 1973 que o PAIGC, colocou em prática o plano que concebido pelo Cabral, atacando e tomando Guiledje, o quartel mais bem fortificado da frente sul, que, pela sua importância e localização, funcionava como ponto estratégico a partir do qual as forças coloniais controlavam a movimentação das FARP, no sul da Guiné, em ligação com outras guarnições de menor importância (PEREIRA, A., 2003).

Os altos postos dos militares portugueses encontravam-se isolados em território hostil, as cidades cercadas e sujeitas a ataques-surpresas por parte das FARP. Da mesma

⁸ Forças Armadas Revolucionárias do Povo.

forma, no ar, as forças colonialistas perderam vantagem, pois o PAIGC complementava a sua artilharia convencional antiaérea com disparos de mísseis por terra e ar, cujas implicações eram devastadoras. Segundo Woollacott (1983), o Partido africano ainda se preparava para utilizar caças Mig na luta pelo controle do espaço aéreo do país. Com isso, a esperança dos colonialistas para alcançar um equilíbrio militar foi anulada, as forças coloniais foram obrigadas a ficarem de costas voltadas para o mar. Sem outras opções, entraram no processo de rápida desintegração.

Enquanto o PAIGC intensificava a luta armada simultaneamente se apressava na organização de seus II Congresso, sob o lema “Unidade, Luta e Vigilância”, realizado entre os dias 08 e 23 de março de 1973 onde decidiram, entre outras medidas importantes, eleger Aristides Pereira como Secretário-geral do partido (substituindo Cabral) e dar continuidade ao projeto de criação do Estado da Guiné-Bissau. Através da Assembleia Nacional Popular, presidido por João Bernardo Vieira (Nino), no dia 24 de setembro de 1973, foi proclamado solenemente a República da Guiné-Bissau, reconhecida em algumas semanas por mais de 80 países de todos os continentes, como aventou Campos (2012), e o reconhecimento por parte de Portugal aconteceu um ano após a autoproclamação (1974), sendo assim, foi o primeiro país em África cuja independência não foi concedida, mas reconhecida pela potência colonizadora.

A proclamação do Estado da Guiné-Bissau colaborou para um maior isolamento do governo de Lisboa na comunidade internacional. Em consequência desse ato histórico de soberania do povo guineense, a OUA admitiu a integração do Estado da Guiné-Bissau na organização continental a 19 de novembro de 1973, não sem antes ter condenado a ocupação ilegal de parte do seu território por Portugal, felicitando a criação de um novo Estado.

Em 25 de abril de 1974, aconteceu o golpe de Estado em Portugal que ficou conhecido por Revolução dos Cravos pondo fim a uma ditadura que durava quase 50 anos. Após o golpe que derrubou o regime do ditador Salazar, o reconhecimento oficial da independência por parte do Portugal deu-se em 10 de setembro de 1974. Pelo estatuto do PAIGC, numa situação da proclamação do Estado independente o secretário geral do partido deve ocupar o cargo de Presidente da República, nesse caso o cargo seria ocupado pelo Amílcar Cabral se não fosse assassinado. Aristides Pereira mesmo substituindo Cabral no cargo do secretário geral do partido não podia ocupar o cargo do presidente, por ser cabo verdiano, jamais os dirigentes guineenses do PAIGC aceitariam que ele ocupasse a presidência da república. No entanto, o Luís Cabral (irmão do Amílcar Cabral) foi escolhido para ser o primeiro presidente do mais novo Estado, Guiné-Bissau.

A partir desta contextualização histórica da luta pela independência, podemos perceber que, apesar da vitória incontestável na conquista da independência, no campo da política, o PAIGC fora abalado pelos falatórios, contestação das suas lideranças no seio do próprio partido e mesmo com a proclamação da independência este cenário não mudou, ou seja, agravará por conta da corrupção, nepotismo, golpes e contragolpes o que conseqüentemente constituirá parte dos problemas que provocará às instabilidades políticas que caracterizará o país e, por conseguinte, terá impacto negativo para sua política, economia e provavelmente apresentará efeitos negativos para a participação do país no espaço da UEMOA.

3.4 PERÍODO PÓS- PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA GUINEENSE

Com a nova liderança da Guiné, teve início a segunda etapa do projeto de unificação entre os povos de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, que inicialmente tinham projetado a reconstrução e o desenvolvimento nacional baseado na ideologia socialista, em função dos países aliados naturais nomeadamente a URSS, China e Cuba que o apoiavam na luta pela independência. É importante ressaltar que grupo dos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC que participaram ativamente na luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde após a independência da Guiné (24 de setembro de 1973), decidiram voltar para Cabo-Verde, aonde a independência deste pequeno arquipélago veio acontecer em 05 de julho de 1975. Com a proclamação do Estado de Cabo-Verde pelo PAIGC (cabo-verdiano), Aristides Pereira na altura, secretário geral do PAIGC, se tornou o primeiro presidente da República de Cabo Verde.

Como havíamos referido acima, no período antes e durante a luta de libertação surgiram várias formações políticas que tinham como principais objetivos conquistar independência da Guiné e Cabo-Verde, e sobre tudo o primeiro. Obviamente, durante o período da libertação, o PAIGC se destacou através do seu projeto comandado por Amílcar Cabral. É válido lembrar que após o I Congresso do PAIGC em 1964, Cabral determinou a execução de pessoas que eram considerados desleais à linha do pensamento do PAIGC, ou seja, pessoas que pertenciam a outros partidos contrários ao PAIGC e, como forma de escapar da caçada perpetuada pelo partido do Cabral, muitas pessoas tinham que voltar para Bissau, uma vez que ela era governada pelos portugueses. Com a intensificação da violação dos

direitos humanos em 1948, proliferaram partidos⁹ nacionais com posições contrárias ao sistema colonialista.

Segundo Campos (2012), com o golpe de 25 de abril, o PAIGC saiu da mata para se instalar na cidade de Bissau, com a mudança do partido para capital do país, o povo assistiu a uma onda de “sequestros” seguidos de fuzilamentos dos indivíduos que haviam abandonado o PAIGC e se encontravam em Bissau, e de outros que eram acusados de colaborar com o colonialista português. Tudo isso acontecia e nem sequer havia julgamento. O partido montou uma “brigada” composta por um agente na clandestinidade, cuja função era apontar e localizar as pessoas “inimigas do partido” não se sabe com que critério. Essas pessoas eram levadas e quando se perguntava por fulano, que se supunha nessa situação, a resposta era o seguinte: *partidu lebal* (expressão em crioulo que significa *o partido levou-o*). Tudo acontecia na calada da noite e sob a cumplicidade silenciosa de todos. Tudo era permitido ao PAIGC, inclusive tirar vidas aos seus concidadãos, por simples decisões dos seus dirigentes e sem que tenha de prestar quaisquer justificativas públicas.

O novo governo que se instalou em Bissau (1974) não escondia o seu caráter repressivo, autoritarista e revanchista. O Medo e a intolerância instalaram-se. O ajuste de contas havia substituído à reconciliação, ocorreram desaparecimentos misteriosos e execuções sumárias, a título de exemplo, do Primeiro Ministro Francisco Mendes (Chico Té) cuja morte gera mistério até os dias atuais (CAMPOS, 2012).

Tudo isso contrasta-se com o fato de o PAIGC, de fato, ter conseguido desenvolver a maior e a melhor guerrilha do mundo, derrotando um inimigo mais forte e mais potente o que gerou o seu reconhecimento mundial e o orgulho da maioria dos guineenses cuja crença era em que aqueles que foram capazes de vencer o colonialismo, com todo brilhantíssimo que se lhes reconhece, um exército europeu, também seriam competentes para gerir o país. Mas como mostra Cardoso (1995), com proclamação do novo Estado da Guiné-Bissau, o PAIGC resolveu optar por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista, sendo que o partido nunca teve inscrito no seu programa de governança, como fizeram os seus homólogos de luta Angola e Moçambique, a opção do partido escolher o sistema socialista, o que foi incentivado, fundamentalmente, por simples razão de um gesto de

⁹ FLING (Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné-Portuguesa); FNLG (Frente de libertação da Guiné); MLG (Movimento de libertação da Guiné); PDG (Partido Democrático da Guiné-Bissau); PELUNDENSE (Formado apenas por manjacos de Pelundo); PLG (Partido de Libertação da Guiné); UNGP (União dos Naturais da Guiné Portuguesa); UNG (União Popular da Guiné); UPLG (União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa); FGICV (Federação da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde); FLGC (Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde); FUL (Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde); MLGC (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde); MLGCV (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde) e PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde).

reconhecimento pela ajuda recebida dos países socialistas, em especial URSS e Cuba, que, de certa forma, tinha que ser reconhecida, ao mesmo tempo em que se deviam criar as condições internas para que, através de um “novo tipo” de relacionamento econômico, se pudesse preservar os “aliados naturais”.

A semelhança do resto dos países da África Subsaariana, após a sua independência, a Guiné-Bissau, inicialmente herdou da colonização a monocultura do amendoim. Durante o período da colonização e da pós-independência a Guiné se tornou na região um dos maiores produtores e exportadores do amendoim para captação de divisas necessária ao desenvolvimento da sua economia.

Segundo Seide (2006), na Guiné-Bissau, depois da independência, o setor agrícola podia ter tido um rumo diferente não fossem as nacionalizações de grandes empresas exportadoras, política cambial de exportação penalizada (sobrevalorização da moeda nacional) e a gradual queda de procura de amendoim no mercado internacional e consequentemente a baixa do seu preço. Outro fator que contribuiu de forma negativa, ou seja, na fraca capacidade produtiva na década de 60/70, foi à migração da mão-de-obra guineense ao Senegal para justamente continuar a cultura de amendoim, onde por certo era muito melhor remunerado. E Senegal liderava a exportação mundial deste produto.

O primeiro governo da pós-independência dirigiu o país por seis anos (1974-1980). Com êxitos alcançados na luta da libertação o PAIGC conquistou confiança e admiração do mundo, tendo o privilégio de ter sido o governo que maior ajuda per capita recebeu no mundo inteiro, embora essa ajuda tenha sido mal aplicada e aproveitada. Em 1975, chegaram ao país centenas de estrangeiros provenientes do Portugal, URSS, Brasil, Holanda, Cuba etc. com o intuito de ajudar na reconstrução da Guiné por meio de um quadro da cooperação que o governo libertador assinou com aqueles países. Se, por um lado, defende-se que o PAIGC, por um vasto período, viu a maioria da sociedade que defendia sendo marginalizada dos principais direitos sociais, políticos e econômicos e, com isso, preferiu uma independência total, descartando a oportunidade de poder contar com a contribuição e experiência de Portugal na instalação do recém-proclamado Estado, por outro lado, assistiu-se à excessiva euforia dos liberais de 25 de Abril que apenas observavam a retirada das forças coloniais como solução imediata. Com o golpe de 25 de abril em Portugal, este país conseguiu se reaproximar da Guiné, assinando acordos de cooperação nas mais diversas áreas. E estes acordos de cooperação acarretaram na entrada das empresas portuguesas na Guiné e, a partir dessa época, as grandes obras – como pontes, estradas etc. – eram executadas por essas empresas.

De acordo com R. Semedo (2010), com a inauguração de uma nova república, o PAIGC assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, sobretudo no que diz respeito à distribuição dos cargos públicos e à garantia do bem-estar dos cidadãos. Na época, a situação era muito complicada, porém, além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com as exigências de governar, também apresentava carência de militantes com formação técnico-administrativa necessária para fazer funcionar a máquina pública. O novo governo pós-colonial tomou como uma das prioridades a consolidação e o reforço do poder burocrático estatal, tendo como ênfase o aumento das dimensões da burocracia com rápida proliferação de organizações governamentais e do recrutamento de centenas de novos servidores públicos. Assim, procurou seguir os passos históricos da rápida expansão pós-colonial das burocracias estatais dos países como Senegal, Gana, Serra-Leoa, Camarões entre outros países africanos.

Era pouca a flexibilidade do PAIGC para decidir afastar ou colocar numa posição subalterna os indivíduos que serviram à administração colonial, inclusive alguns colaboradores da então administração colonial foram julgados e condenados por crime de traição à pátria. Portanto, nessa época, os Comissariados (termo na época equivalente aos Ministérios) foram assumidos, na sua grande maioria, por militantes que desempenharam funções políticas durante a revolução, enquanto os que se sobressaíram mais por agilidades militares concentraram-se nos quartéis ou desempenharam funções de governadores nas regiões ou de diretores gerais em repartições públicas. De certa forma, era visível a escassez de técnicos com qualidade necessária às exigências administrativas.

Dentro dessa ótica, é válido ressaltar a forma que se deu a transferência do poder político-administrativo, sendo que a independência foi assinada sem que as partes levassem em consideração a condição peculiar da colônia, a qual não tinha formado uma estrutura técnico-administrativo para dar continuidade aos desafios de governança. Para R. Semedo (2010), o ressentimento dos onze anos de confronto militar e diplomático e a pressão interna que se fazia na metrópole, são os dois principais fatores que podem estar na base de uma negociação que apenas teve como prioridade a desocupação em função da elaboração de diretrizes consistentes que podiam servir de base de sustentação para a implantação de um novo modelo político-governativo.

Segundo Campos (2012), neste cenário, as funções mais altas chegaram a ser exercidas por autênticos analfabetos cujo único curriculum era ter participado na luta para a independência, e existia um forte rumor em toda cidade de Bissau sobre eventual golpe de

Estado, que veio a acontecer em novembro de 1980 através do autodenominado “movimento reajustador”¹⁰, não obstante as diligências investigativas do então presidente da República.

Com o golpe de estado de 14 de novembro de 1980, Nino Vieira, o líder do suposto “movimento reajustador”, consuma o que muitos esperavam, pondo fim ao governo de Luís Cabral, do qual ele era primeiro ministro, suspende a Assembleia Nacional e cria o “Conselho da Revolução”. Porém, foi na sequência desse golpe que foram descobertas as valas comuns com algumas centenas de cadáveres, expondo a crueldade do PAIGC e que pela sua gravidade e dimensão humana e no quadro do sistema de funcionamento do PAIGC – estrutura marxista-leninista – não se podem alhear, como bem o tentaram, os seus dirigentes de topo (ainda em unidade) em Cabo-Verde e na Guiné-Bissau (CAMPOS, 2012).

As justificativas do dito “movimento reajustador” são imensas: uma onda de sequestros e assassinatos dos próprios cidadãos que constituíram motivos da luta pela liberdade; a crise no seio do partido libertador referente à desestruturação do partido e à crescente dificuldade de mobilização popular com obstáculos ao debate e à aplicação da democracia revolucionária; as posições autoritárias que o governo de Luís Cabral impunha, estabelecendo medidas de forte censura nos órgãos de informações, provocando ambiente de intimidação; as torturas e prisões arbitrárias perpetradas pelas seguranças do Estado sem garantias legais nas suas patrulhas na cidade de Bissau, reforçando maior operacionalidade e dureza de controle social. Tudo isso se refletiu na crise do partido, sem esquecermos os privilégios da camada dirigente a nível do aparelho do Estado, bem como a acumulação de erros em política macroeconômica, que iam desde a aprovação de projetos de prestígio político até a incorreta gestão da ajuda externa (MOITA; QUINA, 1980).

Para Gonçalves (2011), o golpe de estado de 1980 foi motivado por agravamento das condições econômicas, a grande desigualdade entre as elites dirigentes e a população, a precariedade dos recursos alimentares, a violação dos direitos humanos (repressão e violência) e o ressentimento pelo maior nível sociocultural e acesso à educação dos cabo-verdianos, que tinham colaborado com o poder colonial e, após a independência, foram promovidos pelo regime de Luís Cabral para comandar os verdadeiros combatentes, gerando revolta social.

¹⁰ O Movimento foi antes de tudo definido como um “reajustamento”, cujos objetivos prioritários eram combater as injustiças, a resolução da crise econômica e satisfazer as necessidades do povo e ao mesmo tempo dar a esse povo condições para ser senhor do seu próprio destino; da mesma forma, o Movimento propôs-se relançar o partido, restabelecendo o debate e a participação e rever o processo de unidade Guiné-Cabo Verde. O Conselho da Revolução era constituído predominantemente pelos militares operacionais, agregando também um grupo de civis, que em conjunto procuravam resolver problemas imediatos, de certa forma houve um claro rompimento com o regime anterior através da dissolução de todos os órgãos do Estado, inclusive ANP, em contrapartida o movimento manteve intactas as estruturas do partido.

A degradação da economia guineense, no início de 1980, piorou com a diferença entre elites dirigentes vivendo luxuosamente enquanto a população vivia numa extrema pobreza, o que era inaceitável em um país que havia efetuado inúmeros sacrifícios na luta da libertação nacional. O governo demonstrou a sua incapacidade de resolver principais questões sociais e, com isso, as tarefas políticas tornaram-se cada vez mais complicadas, (SÁ, 2010). Outra questão levantada eram os privilégios dos cidadãos de origem cabo-verdiana que inclusive colaboraram diretamente com colonialistas e, após a independência, continuaram a desempenhar cargos mais altos do Estado, enquanto os combatentes que lutaram por onze anos contra os colonialistas continuavam na miséria.

Ainda destacando as razões do golpe de 14 de novembro, a situação que se vivia provocou insatisfação popular, conjuntamente agravada pela ruptura do abastecimento de produtos alimentícios de primeira necessidade, como o arroz, originando uma situação de fome no país que estava a atingir um ponto explosivo, e a tudo isso acrescentava-se a multiplicação dos casos de corrupção, de ostentação de privilégios, de esbanjamento do dinheiro público bem como os fenômenos de nepotismo e favoritismo. A insatisfação com o governo não se restringia apenas à sociedade civil, sendo que no seio das Forças Armadas Revolucionárias do Povo – FARP – acumulavam-se fatores de descontentamento não apenas como o reflexo da tensão popular existente e a pressão social, mas sobretudo sobre os aspectos específicos como a gravidade dos problemas que afetam os antigos combatentes, os baixos salários dos militares e o desagrado por algumas colocações e promoções por mérito na recente hierarquização das FARP; por um lado as motivações corporativas, havia também a reação das FARP como fidelidade ao espírito de luta e em oposição aos desvios do poder.

Outro importante fator que ocasionou o golpe foi à aprovação da nova Constituição do país pela Assembleia Nacional Popular – ANP – que encerrou os seus trabalhos no dia 10 de novembro de 1980. O novo projeto constitucional, elaborado pelo PAIGC, tinha sido amplamente debatido, com participação efetiva das bases do partido, havendo críticas generalizadas referentes aos seguintes pontos do projeto: ausência do ponto que expressa a obrigatoriedade do presidente da República de ser cidadão guineense; a concentração de poderes no presidente; admissão da pena de morte e as discrepâncias consideradas negativas e inferiores em relação à Constituição de Cabo-Verde. As críticas, apesar da sua dimensão, não foram levadas em consideração, tendo havido na ANP um processo de manobra e intimidação que levou à aprovação da Constituição por unanimidade, apesar da insatisfação generalizada (MOITA; QUINA 1980).

Na realidade, as consequências das rupturas dos fatores políticos, econômicos, sociais, militares e institucionais geraram uma situação explosiva que poderia de certa forma, ter explodido da pior maneira possível. Inicialmente, a partir do primeiro de novembro, tendo aumentado as pressões por parte dos civis e dos militares sobre o comandante Nino para que “assuma as suas responsabilidades”, significando tomar o poder por meio de força, veio o golpe de estado de 14 de novembro de 1980 que veio configurou-se num ponto de partida para a segunda fase da governação da Guiné-Bissau pós-independência; a partir dele, o país passou a ser presidido por João Bernardo Vieira (Nino).

O Movimento de 14 de Novembro pode até ser caracterizado como uma revolução nacionalista e popular, sem ter começado com grande definição política, ideológica e pragmática, mas a sua característica nacionalista ficou marcada por inúmeros fatos: os Membros do Conselho da Revolução e os seus assessores são exclusivamente guineenses; os apelos feitos à reconciliação nacional e ao regresso ao país de todos os guineenses; os sentimentos explícitos contra os cabo-verdianos; as afirmações de dignidade e identidade nacional; por fim, a declaração da necessidade de repensar o processo de unidade com Cabo Verde numa base de igualdade, etc. O populismo presente no movimento se traduz na insatisfação da população que queria governo com capacidade de servir todo povo e reparar as injustiças:

As razões do Movimento Reajustador não estão voltadas contra cabo-verdianos, ou quaisquer outros grupos, camadas sociais, mas sim contra a injustiça, o nepotismo, a corrupção, em suma, contra os direitos sagrados do povo guineense, que um pequeno grupo de dirigentes pretendia espezinhar, transformando esta terra, num feudo de certo grupo imbuído de espírito de régulo (SEMEDO, J., 2009, p. 52).

Após o golpe, a ação da nova direção política concentrou-se diretamente na sobrevivência do PAIGC enquanto força dirigente da sociedade e, nos primeiros dias, multiplicou-se as afirmações oficiais de fidelidade ao espírito de Amílcar Cabral e de continuidade do Partido. Na ocasião, a sobrevivência do Partido era inseparável da questão da unidade Guiné e Cabo-Verde, uma vez que a unidade nacional era uma das bases políticas em que se assentava o PAIGC. Os argumentos para uma política de unidade foram visivelmente exibidos por Amílcar Cabral, a partir das raízes históricas, multiculturais e geográficas e como necessidade de juntar forças na luta contra o inimigo comum. Na época, a vantagem de uma unidade era de que seria de um alargamento do espaço humano, social, econômico, político e estratégico para os dois povos, reforçando as respectivas posições no contexto africano e mundial.

Moita e Quina (1980) defendem que o caso de 14 de novembro não se tratou de um mero golpe, por ser uma operação de grande envergadura, envolvendo uma mobilização das FARP no seu conjunto, em especial, das unidades da capital com ocupação militar dos pontos estratégicos de Bissau e com uma série de detenções programadas, em todo este acontecimento o empenho dos jovens oficiais da FARP foi determinante.

No entanto, outra fase do “Movimento Reajustador” foi caracterizada pela reafirmação da linha política de Amílcar Cabral e do PAIGC, com apelos de revitalização do partido e a dinamização das suas estruturas, porém, foram feitos esforços para travar e corrigir a dinâmica contra os cabo-verdianos o que levou ao início do processo das denúncias das arbitrariedades cometidas pelo governo deposto. As denúncias centraram-se, particularmente, na revelação dos fuzilamentos de guineenses em valas comuns, na sua maioria “comandos africanos” que serviram ao exército colonial, portanto, essas denúncias provocaram um autêntico e sincero traumatismo coletivo. Foram libertos todos os presos políticos, que tinham sobrevivido a polícia política do regime.

Na verdade, perante o golpe de 14 de novembro, o Cabo Verde se apressou num gesto de pleno oportunismo para romper com processo de unidade, sem levar em consideração todos os motivos que contribuíram para o golpe. A ala do PAIGC de Cabo Verde desclassificou a onda de assassinatos cometidos pelo partido de Cabral no período que o primeiro governo se instalou, todas as barbaridades foram ignoradas pelo fato de que existia certo grupo de cabo-verdianos que eram privilegiados pelo governo deposto. Na realidade, a reação cabo-verdiana comprovava visivelmente que o sonho do Amílcar Cabral era uma utopia, uma vez que os interesses (guineense e cabo verdiana) se divergiam, ou seja, nenhum dos lados estaria disposto a abrir mão do seu interesse em nome da unidade dos dois povos.

Portanto, o golpe criou uma ruptura que foi decidida entre os dois presidentes, da Guiné e do Cabo-Verde, João Bernardo Vieira (Nino) e Aristides Maria Pereira, respectivamente. Com o fim do projeto de unidade, o PAIGC continua na Guiné até os dias de hoje como maior partido do país, e se seguiram alterações em função do fim do projeto da unidade entre as quais a mudança do nome da principal avenida da Guiné de “Av. Unidade Guiné e Cabo Verde” para “Avenida 14 de Novembro”, enquanto que em Cabo-Verde, a sigla do PAIGC foi alterada para PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo-Verde), adotando uma nova bandeira, hino nacional e também continua sendo o maior partido daquele arquipélago. Mas o PAIGC, por outro lado, escolheu ainda a manutenção dos símbolos históricos como forma de preservar a memória coletiva do partido.

Contudo, o partido não conseguiu preservar o processo de desenvolvimento que estava em curso e logo após a ruptura entrou em declínio porque se desarticulou com o cérebro do partido. Em síntese, o fim do projeto de unidade entre os dois povos colocou em pauta uma nova ordem dinâmica política, econômica, social e cultural nos dois países; se de um lado configura-se a necessidade de não desperdiçar a vida humana, por outro lado, ficou a lição de que a violência, além de ser inimiga da ordem, embaraça o desenvolvimento. No entanto, tirando os obstáculos que o regime militar causou a si próprio em não permitir as diferenças ideológicas, o golpe de estado de 80 representou o adiamento da possibilidade de o PAIGC evitar futuros conflitos e assumir a governança com mais tranquilidade (SEMEDO, J., 2009).

O autodenominado “movimento reajustador” não levou muito tempo para frustrar a expectativa da população, uma vez que o ambicionado projeto que tanto agradou os grupos de guineense nacionalistas apresentou séries de contradições. Por exemplo, a contradição no campo político, segundo Koudawo (2001), após o movimento de 14 de novembro, o PAIGC foi perdendo cada vez mais importância como coletivo e cedendo terreno à afirmação de um poder pessoal que se serve do partido como simples ponto de apoio. De fato, a chegada do Vieira à presidência não foi vantajosa para próprio PAIGC e nem para o país, haja vista que a situação político-econômica e social apresentou vários sobressaltos e, em alguns casos, com incapacidades de dar repostas às crises.

O povo guineense estava depositando muita esperança no presidente Vieira, por ser ele de origem guineense e considerado um grande combatente, embora a população não levasse em estima a função desempenhada por este combatente no regime deposto, que era o cargo de Primeiro Ministro, o que significa a probabilidade de Vieira ter sido cúmplice era elevada. Segundo Campos (2012), após o golpe do Estado, não demorou muito para que o chamado “Movimento Reajustador” mostrar logo a sua verdadeira face e fez desaparecer toda a esperança que nele se havia depositado de promover a concórdia nacional e “reajuste”, de eliminar tudo que se considerava desvio da linha orientadora do PAIGC. Liberto da ala cabo-verdiana do PAIGC, o que foi fortemente aclamado pelos quadros guineenses que participaram na luta de libertação, realmente, o governo golpista acabou com a onda de assassinatos em massa, mas, em compensação, aperfeiçoou o aparelho repressivo, mostrando claramente que a ditadura estava para durar.

Embora no âmbito político o partido começasse a demonstrar a sua verdadeira cara, que é de prolongar o regime da ditadura. No aspecto econômico, na segunda metade da década de 80, o novo regime começou a implementar o processo de desnacionalização, liberalizando o mercado, no período da vigência do “Consenso de Washington”. Foi neste contexto que surge

outro produto agrícola, a castanha de caju, com forte demanda no mercado internacional, da qual o país dispõe de vantagens pela sua qualidade natural se comparado a outros. Conseqüentemente, o país abriu mão da cultura de amendoim, dado que o preço da nova cultura era mais atrativo no mercado internacional.

Segundo Gonçalves (2011), a Guiné-Bissau, nas suas duas primeiras décadas de existência, enquanto país independente e soberano (1974-1994), foi um Estado autocrático, com sistema de um único partido monopolizado pelo PAIGC, ou melhor, na prática, o poder era exercido por um só líder com poderes ilimitados, inicialmente Luís Cabral e posteriormente João Bernardo Vieira; no começo da década de 90, iniciou-se o período de abertura democrática, foi elaborada uma nova Constituição que consagrava o direito de eleições multipartidárias (legislativas) e eleições presidenciais por sufrágio universal com um mandato de cinco anos.

De acordo com Cardoso (1995), as décadas finais de oitenta foram assinaladas por fatos que agitaram significativamente as estruturas políticas de quase todos os países, em especial, dos do Leste europeu e, nessa mesma época, o continente africano encontrava-se mergulhado numa profunda crise econômica semelhante a outros países como é o caso da Guiné-Bissau, de Gana, da Costa do Marfim, do Senegal entre outros países que vinham tentando ultrapassar esta crise, recorrendo a ajudas de organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Por outro lado, países como Angola, Moçambique e Benim persistiram em conservar um sistema econômico baseado na planificação centralizada, assistido por um sistema político autoritário de partido único.

Com o desmoronamento do sistema socialista em 1989, acarretando perda de credibilidade dos países que o representavam, criaram-se as condições propícias para que os países ocidentais pudessem propagar a ideologia liberal como não só a única digna de crédito, mas como o único modelo a ser seguido. No contexto interno do continente africano, tinha-se igualmente chegado à conclusão de que o sistema de partido único, bem como a ausência da democracia, tinha sido uma das causas fundamentais da catástrofe econômica que vinha ocorrendo ao longo das décadas após a independência. Diante disso, foram criadas condições internas e externas para que a África pudesse embarcar no trem da mudança que, no entanto, içava a bandeira do liberalismo econômico, da democracia multipartidarista e da defesa dos direitos humanos.

Nas duas primeiras fases da governança pós-independência nacional, o país experimentou dois modelos do desenvolvimento, sendo que o primeiro, executado pelo

governo do Luís Cabral, se centrava na forte intervenção do Estado na economia como regulador do mercado – economia planificada. Na segunda fase, o governo do presidente Vieira por recomendações das principais instituições financeiras internacionais, adotou a liberalização do mercado. Para Grellet (1992 apud SEIDE, 2006, p. 56) o modelo da economia planificada se denomina por “ortodoxia dependentista do desenvolvimento” ou “paradigma da introversão” no qual pressupõe quatro postulados fundamentais que se enquadram com as políticas econômicas para o desenvolvimento implementando no período pós-independência.

Os quatros postulados pressupõem que:

- a) o desenvolvimento das nações depende sobretudo da sua capacidade em romper os laços de dependência com o mercado mundial;
- b) a pobreza das nações resulta da insuficiência da oferta global e não da procura global, o que conduz a sublinhar a capacidade de acumulação dos fatores de produção e a importância da utilização das tecnologias;
- c) o mercado não ajuda espontaneamente na acumulação e alocação dos fatores de produção, sendo necessária a intervenção ativa do Estado; e
- d) o verdadeiro setor responsável pelo desenvolvimento é o setor industrial, especificamente, a indústria pesada, sendo que a agricultura e os serviços são relegados para o plano secundário, quando não completamente abandonados.

Obviamente, o setor industrial é dos mais primordiais para estímulo do desenvolvimento de um país, mas quando se trata dos países subdesenvolvidos, sobretudo dos países africanos, fica evidente que estes países dispõem de uma pauta exportadora altamente concentrada por produtos agrícolas, ou seja, produtos primários. A composição das exportações dos países da África subsaariana é agregada por produtos primários e serviços, porque estes países não dispõem de indústrias pesadas dado o conjunto de situações como a fraca captação do investimento estrangeiro para o setor industrial, baixo investimento educacional, ou seja, falta de mão-de-obra qualificada etc.

Voltando pelo trajeto da economia guineense após a independência, as nacionalizações das empresas e as preocupações com o fomento da produção agrícola e a construção do complexo agroindustrial do Cumeré, se relacionam a esta corrente de pensamento que é caracterizada pela ruptura com os laços da dependência colonial. Porém, a Guiné, em nenhum momento conseguiu romper os laços de dependência com o mercado mundial e nem reduziu a pobreza como era esperado, nas duas primeiras décadas de pós-independente.

No que concerne à segunda fase de transição do modelo do desenvolvimento, segundo Grellet (1992 apud SEIDE, 2006), a partir da segunda metade da década de 80, a Guiné-Bissau rompe com o modelo do Estado controlador do mercado ou economia planificada, passa adotar um novo modelo sob a recomendação do seu principal parceiro financeiro internacional que é o FMI e o Banco Mundial, que são instituições de corrente predominantemente neoclássica, neste modelo de “nova ortodoxia” ou “paradigma da extroversão” que se sustenta em três postulados.

Eis os três pontos que sustentam os pilares das mais diversas economias mundiais:

- a) o crescimento das nações depende nomeadamente da abertura do seu mercado para o exterior;
- b) a oferta depende da alocação dos recursos raros. Esta alocação é bastante benéfica num mercado concorrencial aberto à economia mundial; e
- c) o desenvolvimento será tanto mais rápido quanto os estímulos dos agentes forem socialmente compatíveis, ou seja, os agentes são racionais, acordados os meios com os objetivos pretendidos em resposta aos estímulos do mercado.

No entanto, com a adoção do novo modelo da liberalização do mercado, o princípio da livre concorrência passa a ser o lema e o país conheceu as primeiras privatizações neste período. O financiamento da economia é condicionado pelo cumprimento do “Programa de Ajustamento Estrutural” que implicava no reequilíbrio macroeconômico: controle do déficit orçamental; controle do déficit externo; e controle da inflação.

Historicamente, a situação política guineense não pode ser desvinculada da sua política econômica, uma vez que ao longo da sua trajetória houve uma interdependência que acabou por gerar certas decisões complexas. Segundo Koudawo (2001), a viragem iniciada na política econômica, a partir de 1983, marca um reconhecimento da crise econômica profunda em que o país mergulhara, é também o reconhecimento das escolhas erradas feitas no momento do arranque do país.

Pelo que percebemos, do período da independência até meados dos anos 80, o país escolheu um sistema econômico centralizado ou planificado e essencialmente voltado para o mercado interno e para a substituição de importações. A forte intervenção do Estado na economia bem como uma canalização dos recursos que são guiados mais por opções políticas do que por uma verdadeira satisfação das necessidades reais foram os maiores obstáculos à valorização do potencial de crescimento econômico do país. É provável que isso seja explicação para o fato de a economia guineense ter conhecido uma evolução relativamente

fraca de 1974 aos anos oitenta, com uma taxa de crescimento do PIB real por habitante anual de 2% em média.

Para J. Pereira (2012), as opções políticas feitas após a independência do país levaram a criação de várias empresas públicas industriais, comerciais, agrícolas e de serviços que por razões diversas acabaram muitas delas por decretando falência e criando sérios desequilíbrios econômicos. Certamente, como resultado de políticas inapropriadas, assistiu-se no início dos anos 80 a um agravamento dos desequilíbrios econômicos e financeiros, cuja percepção e diagnóstico de causas levaram o governo a abraçar, consecutivamente, em 1983, um Programa de Estabilização Econômica (PEE), uma política de liberalização comercial em 1986, e em 1987, o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) assinado com o Banco Mundial e o FMI.

O “programa de ajustamento estrutural” cuja aplicação se deu início em 1987 reforçou a via do desenvolvimento liberal que o governo, muito timidamente, começou a trilhar em 1983 e que a partir de 87 decidiu adotar definitivamente, abandonando assim os objetivos programáticos que inspiraram a luta pela independência e os primeiros anos da construção nacional. Inicialmente, o programa de estabilização econômica e financeira não tinha surtido o efeito esperado e a adoção do “Programa de Ajustamento Estrutural” foi apresentada pelo governo como alternativa. Na primeira fase, os objetivos principais deste programa consistiam em corrigir os desequilíbrios financeiros e em superar os obstáculos estruturais ao crescimento, essa nova orientação traduziu-se principalmente numa liberalização dos preços, numa desvalorização massiva da moeda (peso) e na adoção de um sistema de câmbio flutuante (CARDOSO, 1995).

O PAE apresentou a sua ineficiência, por exemplo, no domínio social, visto o programa ter contribuído fundamentalmente para a elevação do nível de desigualdade social que já existia antes da sua implementação, mas que se agravaram e se consolidaram com medidas de liberalização. Essas medidas provocaram sobretudo a promoção de uma classe de agricultores privados, os chamados ponteiros, que foram altamente beneficiados com os primeiros créditos concedidos pelo Banco mundial e pelo FMI. Desse modo, foi inevitável o conflito no nível do campo, especificamente no que se refere ao acesso à terra e, particularmente, à terra mais fértil.

Koudawo (2001) aponta que, para alguns especialistas, são os fracassos das políticas de liberalização econômica que levaram os regimes autocráticos a iniciarem a abertura política como uma válvula de escape que permitisse recuperar o controle do sistema, enquanto para outros, independentemente dos efeitos derivativos dos fracassos e das subsequentes

estratégias de recuperação, são os pressupostos ideológicos e os efeitos sociais do liberalismo que contribuem para minar as bases do sistema de partido único e agudizam a crise deste sistema político inadaptado ao novo ambiente em movimento.

Na realidade, as mudanças ocorridas no plano internacional a partir dos finais dos anos 80 tiveram uma forte influência sobre a evolução da crise do sistema descrito, elas foram um poderoso catalisador da evolução da Guiné-Bissau em direção à liberalização política, uma vez que o país é extremamente dependente da assistência externa e os dirigentes foram sensíveis, senão vulneráveis, aos condicionalismos democráticos surgidos no começo dos anos 90.

De acordo com Cardoso (1995), perante a necessidade da reforma política, a primeira medida formal tomada pelo poder no sentido de fazer face ao ar de mudança que se anunciava, foi à criação do Comitê Central do PAIGC, de uma Comissão alargada de reflexão, composta não apenas por dirigentes do PAIGC, mas também por alguns quadros e técnicos que embora outrora membros de estruturas políticas ligadas de alguma forma ao PAIGC e continuando a merecer alguma confiança do mesmo, mantinham, porém, por várias razões, alguma distância com relação à nomenclatura do partido.

O processo da abertura política na Guiné-Bissau se iniciou no fim dos anos 80. Segundo Koudawo (2001), em junho de 1988, o Comité Central do PAIGC cria uma Comissão Alargada de Reflexão cuja incumbência era estudar as possibilidades de transformação das estruturas do partido e das relações entre o partido e o Estado, tratava-se também de preparar as mutações do partido a fim de fazer corresponder melhor as suas estruturas e funcionamento ao novo ambiente social, a composição alargada desta Comissão onde estavam representadas diferentes sensibilidades do partido deu a entender que se tratava de uma tentativa de exploração de diferentes vias de instauração da democratização, mas a realidade foi outra, sendo que se tratava sobretudo de explorar diferentes vias de adaptação do unipartidarismo. Até então, o pluralismo político não estava na ordem do dia, o que estava era a flexibilidade interna do partido único.

O restrito alcance do real mandato da Comissão de Alargamento de Reflexão e o limitado leque dos cenários aceitáveis não impediu das conjecturas as alternativas realmente pluralistas, segundo o balanço feito por um dos protagonistas desta reflexão¹¹:

¹¹ Koudawo (2001) citando entrevista do Manuel Rambout Barcelos – Membro Permanente do Comitê Central do PAIGC.

[...] pelo que concerne à abertura política, no seio do PAIGC havia concepções diferentes, havia aqueles que defendiam uma real abertura política, porque acharam que com uma verdadeira abertura política o PAIGC ia ser obrigado a reformular-se para poder ser competitivo, regressar assim as suas vias originais, e defender os interesses das suas bases em conformidade com os princípios da luta, entretanto, assim em competição com os outros, o PAIGC teria sido obrigado a renovar-se e a regressar às suas bases ideológicas, mas havia outra corrente que defendia uma liberalização de fachada, uma liberalização política como uma maneira de criar uma aparente democracia na qual o PAIGC teria continuado a dirigir todo o processo, porque havia uma grande pressão externa em relação ao pluralismo em África.

Com base na participação desse grupo de pessoas que constituíram a Comissão, PAIGC objetivou, por um lado, alargar e aprofundar a reflexão que já se vinha fazendo em nível das suas estruturas internas, especialmente na Comissão ideológica e, por outro lado, abrir as fileiras do partido a uma corrente de pensamento menos ortodoxa, querendo assim produzir uma imagem de pluralismo. Para o partido, essas reflexões deviam contribuir em primeira linha para a manutenção do status no qual ele devia continuar a ser o motor das transformações, ou seja, “força política dirigente da sociedade”. No entanto, o PAIGC partiu da ideia de que devia conduzir a admissão do multipartidarismo como sistema político, e não propor mudanças que significassem uma perda de liderança do PAIGC em certos setores como, por exemplo, nas organizações de massas. (CARDOSO, 1995).

Naquela época, vários dirigentes daquele partido equivocaram-se com relação ao multipartidarismo, pensando que ele representava certos perigos, particularmente na África, onde, na opinião desses políticos, a vida econômica, política e social é muito diferente dos países europeus, podendo a multiplicidade de partidos conduzir ao tribalismo e à guerra civil. Por outro lado, já existia no seio do mesmo partido uma corrente que estava disposta a levar as reformas até as últimas consequências e que pensava que, mais do que mexer em certas estruturas desse partido, tratava-se de instituir novas formas de funcionamento da sociedade e, sobretudo, novos mecanismos de ligação entre as suas instituições políticas, que garantissem as liberdades fundamentais do cidadão.

Consideramos o período de liberalização política como a primeira transição política após a independência, uma vez que o PAIGC foi o único partido que conduziu o destino do país desde proclamação da independência, ou seja, nas primeiras duas décadas depois independência sistema político era monopartidário e partido governou com repressão, intimidação e várias tentativas de eliminação física das pessoas que apresentavam ideias opostas. Pois, o processo da democratização reinaugura uma nova fase na vida política do país, onde as críticas poderão ser vistas como algo construtivo para o desenvolvimento do

país, o que decerto será extremamente benéfico para a integração da Guiné-Bissau na UEMOA.

3.5 PRIMEIRA TRANSIÇÃO POLÍTICA

Nas origens da primeira transição política, toda a década que precede a liberalização política nos anos 90 é de uma crise cada vez mais profunda do estado pós-colonial guineense. Segundo Koudawo (2001), o golpe de Estado do *Movimento Reajustador* é o resultado de uma profunda crise, sendo que várias das suas causas datam do período da luta pela independência. Dentre os fatores mais marcantes destacam-se:

- a) as lutas fratricidas de longa data entre a ala militar e a direção política do PAIGC;
- b) as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional desejado pelo PAIGC, mas mal aceite e mesmo mal vivido pelas populações dos dois países destinados à união;
- c) e as dificuldades nascidas da passagem da teoria de Estado revolucionário à prática administrativa num contexto mal preparado para esta experiência.

Portanto, a evolução subsequente ao *14 de novembro* mostra uma desagregação da herança do período da luta de libertação. Ela coloca em evidência a inadaptação a realidade que levou a criação do PAIGC.

Conforme Cardoso (1995), as origens das primeiras oposições ao regime do PAIGC não podem ser procuradas somente no período da liberalização, pois também o seu início se deu nos primeiros anos após a independência, a oposição foi construindo pedra por pedra na medida em que aos erros do próprio regime do PAIGC se vinham acumulando as condições propícias ao seu surgimento. A primeira grande crise do PAIGC no período anterior a liberalização aconteceu em outubro de 1986, em consequência de uma alegada tentativa de golpe de Estado, cujas circunstâncias ainda estão por esclarecer, foram condenados a morte altos dirigentes e militantes do partido, nomeadamente Paulo Correia, então primeiro vice-presidente do Conselho de Estado, uma das figuras mais brilhantes do PAIGC na altura, e Viriato Pan, entre outros antigos militantes do partido.

Os impactos dos acontecimentos de 12 outubro foram bastante fortes que abalaram profundamente a imagem do PAIGC não só no plano externo, como também, principalmente, no plano interno. Este acontecimento reforçou a perda do prestígio do partido perante o povo que agora mais do que nunca tinha se apercebido das divisões no seio do partido. Porém, o

descrédito do PAIGC era cada vez maior que até os antigos alunos da escola de piloto “os meninos da luta” e orgulho dos militantes do PAIGC começaram a reivindicar uma defesa mais intransigente dos princípios de Cabral e um lugar mais destacado na sociedade. A União Nacional dos Trabalhadores Guineense (UNTG), que desde 1963 sempre foi a Organização dos trabalhadores unidos sob a bandeira do PAIGC reivindicou a sua desfiliação.

Koudawo (2001) assevera que as conclusões do II Congresso extraordinário do PAIGC, realizado em janeiro/fevereiro de 1991, marcaram uma etapa histórica desta pré-abertura durante a qual não se registrou nenhum avanço significativo no sentido da liberalização, mas ao abrigo da qual muitas transformações futuras estavam em gestação, a este título, o tema central do congresso extraordinário “Renovação, unidade nacional e aprofundamento da democracia” mostra que nada estava decidido ainda, uma vez que a “democracia” que se tratava de aprofundar não era certamente a do sistema pluralista, que nem sequer começara.

De acordo com Cardoso (1995), a segunda maior crise se dá na segunda metade de 1991, quando na sequência da assinatura da Carta dos 121, o PAIGC se divide em dois grandes grupos: os que são favoráveis às mudanças e os que, embora aceitando a mudança formalmente, mas no fundo não aceitavam a liberalização política. Em fevereiro de 1991, aconteceu o II Congresso extraordinário do PAIGC que foi marcado por três grupos distintos: conservadores, reformistas e liberais, estes últimos, embora favoráveis à abertura política defendiam a criação de tendências dentro do PAIGC, num sistema de partido único, mas com uma prática mais democrática, argumentando que não existia uma oposição digna desse nome e que o ideal era melhorar o que existia, trocando as principais figuras do quadro político guineense e renovando as estruturas e métodos de funcionamento, e ainda o modelo desse grupo previa que este tipo de democracia interna permitiria ao país desenvolver-se, mantendo a estabilidade, enquanto que, para os reformistas, isto não era suficiente e, por isso, propunham ir mais além, ou seja, devia se ter a coragem de se abrir a disputa política com outras formações políticas e aceitar a alternância no poder, este grupo considera que somente uma democracia de tipo ocidental, mantendo, contudo determinadas conquistas do tempo da luta pela independência, era susceptível de fazer avançar o país. Este grupo era constituído por uma classe de jovens tecnocratas e a nova classe empresarial.

Num campo totalmente contrário, situavam-se os conservadores, que não desejavam ceder um milímetro que seja do poder de que dispunham, argumentando com a legitimidade conquistada na luta de libertação nacional e agitavam como perigo o fantasma do abandono dos antigos combatentes da liberdade da pátria num quadro político diferente. Para Cardoso

(1995), com a participação de diferentes correntes, a população pensava que o PAIGC ia dar prova da sua vontade de remodelar por dentro, mas o que aconteceu neste Congresso foi um reforço da ala dura, reforço este que se traduziu na ocupação de altos cargos na direção do partido. Os da ala dura eram caracterizados não só pelo posicionamento negativo em relação à mudança, mas também pela sua posição anti-estrangeira.

A *Carta dos 121*, publicada em junho de 1991 para exigir a democratização interna do PAIGC, só conseguiu aumentar as contradições no seio do partido, mostrando assim a profunda ambiguidade desta fase de lenta evolução política e de difícil mutação das mentalidades; na ausência de mudanças espetaculares, foi um período de sondagens da sociedade, de ensaios e de posicionamento no xadrez político, em plena recomposição (KOUDAWO, 2001).

Segundo A. Gomes (2012), no começo de 1991, o PAIGC concordou com a liberalização política e em maio do mesmo ano a Assembleia Nacional Popular (ANP) aprovou a queda do artigo 4º da constituição, que consagrava o PAIGC como partido único no poder; no terceiro trimestre do ano em questão, concretizou a legalização do primeiro partido de oposição que se denominou: Frente Democrática (FD). Na verdade, a legalização dos primeiros partidos de oposição não conseguiu reduzir a tensão que rodeava o processo de abertura política¹².

Koudawo (2001) afirma que a abolição do artigo 4º da Constituição de 1984 marca a primeira fase da abertura, ou seja, ela pode ser qualificada de pequena abertura. Na verdade, é um período de evolução lenta, sujeita a pressões tanto internas como externas, que se inscrevem num contexto de elevada tensão. O período da abertura passou por alguma ameaça, ou seja, fase dos riscos institucionais da transição política, foi conhecida como o “caso de 17 de março”.

Com efeito, em 17 de março de 1993, a morte de um oficial das Forças Armadas durante um incidente violento num quartel de Bissau veio romper a fase de acalmia que conhecia a transição desde agosto de 1992. Quer fosse uma manipulação política, um ajuste

¹² A partir do mês de agosto de 1992, a criação de uma Comissão Multipartidária da Transição-CMT destinada a concertação entre o poder e a oposição sobre as condições de consolidação do pluralismo permite uma descompressão após um período de confrontação processual entre a oposição legal nascente e o partido no poder, que se mostrava pouco disposto a fazer uma abertura completa com regras do jogo claras, portanto, a criação da CMT marcou uma nova fase da transição: a da grande abertura- a grande abertura foi confirmada pela criação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) em janeiro de 1993, estas duas medidas garantiram a participação da oposição na balizagem da via para o pluralismo integral- elas criaram também as condições prévias da sua participação e organização das primeiras eleições pluralistas- assim fazendo, elas permitiram que diminuísse a tensão política, ao mesmo tempo em que determinavam alguns dos grandes traços da evolução do processo até as eleições (KOUDAWO, 2001).

de contas num caso de tráficos inconfessáveis, uma tentativa de golpe de Estado como foi pretendido ou um simples incidente de consequências imprevisíveis, o incidente de 17 de março, que envolveu a morte de um dos homens de confiança do presidente da República, provocou o regresso da crispação e da desconfiança entre o partido no poder e a oposição. Esta parecia tanto mais ameaçada na medida em que o processo eleitoral foi adiado vários meses. Este período de séria crise e de bloqueio do processo de liberalização terminou em fevereiro de 1994 com o julgamento e a absolvição dos políticos acusados de conspiração contra a segurança do Estado.

Em termos de organização política, inicialmente três partidos de oposição destacam-se; o Partido da Convergência Democrática (PCD), que congregava uma parte considerável dos seus quadros técnicos e da intelectualidade, os assalariados urbanos de baixo rendimento, bem como uma parte substancial de camponeses que constituem a base social da Frente Democrática Social (FDS); a Resistência da Guiné-Bissau Movimento de Bafatá (RGB-MB), inicialmente considerado um partido com uma boa implantação, conseguindo conquistar uma parte considerável da camada camponesa, mas também tinha um grande número de ex-servidores do aparelho colonial (burocráticos militares) (CARDOSO,1995).

Na verdade, a RGB-MB, o PRD e o Partido Democrático do Progresso (PDP) são os três outros partidos que dividiam com o PCD a intelectualidade guineense. Com a exceção do Movimento de Bafatá, que era constituído por uma forte influência democrático-cristã, os restantes têm uma orientação liberal e social-democrática. O Partido da Renovação Social (PRS), liderado por Koumba Yalá, agregava no seu seio uma parte dos assalariados empobrecidos dos centros urbanos e alguns jovens do não proletariado.

Segundo Koudawo (2001), com a absolvição dos homens políticos acusados de conspiração contra a segurança do Estado, se inaugurou a última fase da transição, a da abertura das urnas – foi a reta final até as primeiras eleições pluralistas, que tiveram lugar em julho e agosto de 1994. É válido ressaltar que este período foi marcado pela afirmação da vontade de independência da Comissão Nacional de Eleições (CNE), as incertezas sobre o financiamento das eleições, o papel crescente da comunidade internacional, a fragmentação da oposição e as surpresas das eleições, que se concluíram pela vitória do antigo partido único tanto nas legislativas como nas presidenciais, excluindo por consequência toda hipótese de alternância de coabitação ou de partilha do poder executivo.

Os resultados definitivos das primeiras eleições multipartidárias foram divulgados em 17 de julho, catorze dias após a realização das mesmas. Esta eleição apresentou surpresa, sendo que as pesquisas de opiniões realizadas antes do ato eleitoral apontavam, em termos

relativos, uma vitória do candidato do PAIGC nas presidenciais logo no primeiro turno, (quadro 1). No entanto, o PAIGC conseguiu uma maioria significativa em termos de eleições de deputados à Assembleia da República, enquanto que João Bernardo Vieira se viu obrigado a ir para o segundo turno com o candidato do PRS, Koumba Yalá. Inicialmente, a confiança sobre a vitória de Nino Vieira logo no primeiro turno, deve-se a seu carisma de defensor da unidade nacional, bem como a pouca popularidade dos outros candidatos, o que levou a crer que não haveria um segundo turno.

O desempenho do candidato líder do PRS, nestas primeiras eleições, fora surpreendente para alguns analistas, inclusive a opinião pública estava longe de esperar que o candidato Koumba Yalá tivesse um alto desempenho, apesar do aumento de sua popularidade de forma considerável durante a campanha eleitoral, a influência massiva nos comícios deste candidato era indício objetivo desta popularidade, mas vários observadores interpretaram como uma vontade de assistir a um espetáculo. É válido ressaltar que na época, o Sr. Koumba Yalá era um dos poucos políticos com ousadia para enfrentar o presidente Nino Vieira. Em seus comícios, ele acusava o presidente da República de cometer várias atrocidades no seu mandato e isso realmente cativava parte da população e era apenas isso que ele tinha, porque no que concerne ao programa de governança ele não apresentava solução para o país.

Quadro 1 – Eleições presidenciais de 1994

Candidatos às eleições presidências-1994	1º Turno 03/07/1994		2º Turno 07/08/1994	
	Resultados	%	Resultados	%
João Bernardo Vieira “Nino” ¹³ (PAIGC)	46,20%		52,00%	
Koumba Yalá ¹⁴ (PRS)	21,88%		48,00%	
Domingos Fernandes ¹⁵ (RGB-MB)	17,44%		-	

Fonte: Elections... (2012).

Com relação à eleição legislativa no mesmo dia do primeiro turno, o PAIGC ganhou a eleição com maioria significativa. A maior das surpresas foi à derrota retumbante do PCD, pois antes da eleição as pesquisas de opiniões apontavam este partido como um dos mais

¹³ João Bernardo Vieira- nascido em 27 de abril de 1939-Bissau, Guiné-Bissau, morto em 02 de março de 2009, era electricista de formação, político, Presidente da Republica da Guiné-Bissau no período de 1980-1999 e 2005-2009, Nino Vieira foi um dos grandes combatentes da guerra de guerrilha pela independência da Guiné e Cabo Verde.

¹⁴ Koumba Yalá foi um político e ex-presidente da República da Guiné-Bissau, nascido em 15 de março de 1953. Licenciou-se em Teologia e Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, também se formou em Direito pela Faculdade de Direito de Bissau, Guiné-Bissau. Faleceu no dia 04 de abril de 2014, vítima de um ataque cardíaco.

¹⁵ Domingos Fernandes era político, médico de profissão formado em Itália, faleceu em 2013.

votados, porém, os resultados demonstraram que esse partido não conseguiu eleger mais de um deputado na Assembleia e o seu candidato às presidenciais por ele apoiado, Carlos Domingos Gomes, não conseguiu ultrapassar a marca dos 5,07% no primeiro turno.

Quadro 2- Eleições legislativas: 03.07.1994

Candidatos	Resultados	Numero de Deputado
PAIGC	46,39%	62
RGB-MB	19,78%	19
UM ¹⁶	12,65%	6
PRS	10,30%	12
PCD	5,30%	1
FLING ¹⁷	2,57%	1

Fonte: Elections... (2012).

Após as eleições gerais e com a formação de um novo governo do PAIGC eleito, a situação socioeconômica apresentou uma melhora, sobretudo no ano de 1995 e 1996. Em 1997, esse desempenho começou a se deteriorar em função das greves dos funcionários da educação (professores), da saúde e funcionários públicos de outros setores que protestavam contra desvios de fundos da ajuda internacional por parte do governo do PAIGC. Adoção de uma política econômica deficiente com elevada índice de inflação expor a necessidade de procurar a integração como o caminho do refugio.

3.6 A ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU A UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA OESTE AFRICANA – UEMOA

A UEMOA por ser um espaço de partilha da moeda única entre os seus membros, nos permite afirmar que a política monetária guineense é estritamente vinculada a este bloco regional. Os controles dos preços, a quantidade da moeda, taxa de juros e a oferta do crédito são estabelecidos pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). O processo de integração regional em que a Guiné-Bissau está envolvida traduziu-se em alterações fundamentais relativamente à situação vigente. A integração da Guiné-Bissau na UEMOA significa que o país passa a partilhar com os outros países membros da União uma parcela da sua soberania no que concerne à definição da política monetária comum.

¹⁶ UM – União para Mudança.

¹⁷ FLING – Frente de Libertação e Independência da Guiné.

O BCEAO, uma das instituições financeiras autônomas com principal sede em Dakar (capital senegalesa), criado no dia 12 de maio de 1962, corresponde à instituição de emissão comum dos oito Estados membros da UEMOA. Tem uma Agência Nacional em todas as capitais dos Estados-membro assim como um escritório de representação em Paris. Esta instituição financeira tem um papel preponderante no que toca a política monetária guineense, mas a relação da Guiné-Bissau e a UEMOA não se restringe a adoção da política monetária sendo que a parte da política fiscal daquele país é financiada pela mesma união. Se de um lado, a adesão da Guiné-Bissau a UEMOA suscitou as entradas dos bancos privados dos países africanos que falam francês, por outro lado, a entrada daquele país lusófono no espaço do Franco CFA gerou o fechamento dos bancos privados que pertencia aos portugueses.

3.6.1 Breve retrospectiva das principais instituições financeiras do país após a independência

Após a independência em 1974, a Guiné-Bissau herdou dos colonialistas um sistema financeiro constituído por uma filial do Banco Nacional Ultramarino (BNU); criado na então Guiné Portuguesa desde 1902, esta instituição detinha o privilégio de emissão de moeda na colônia de que era igualmente caixa tesouro, logo nos primeiros anos da independência, por meio de um acordo firmado entre a recém-nascida República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa e contemplava a transferência dos ativos e passivos da filial de Bissau do BNU para o Banco Nacional da Guiné-Bissau (BNG), criado em 1974 com funções de caixa tesouro e o principal banco do país. Em 1976, ocorreu a reforma monetária que criou uma nova moeda (peso) guineense, em substituição a antiga moeda (Escudo) portuguesa (GOMES, P., 2007).

Através da aprovação de uma Lei Orgânica em 1983, o BNG passou a desempenhar duplas funções, ou seja, as suas atividades foram divididas por duas grandes áreas a cargo de dois departamentos: ao Departamento Monetário, eram atribuídas as funções de Banco Central, enquanto que o Departamento Bancário, funcionava com funções de banco comercial e de desenvolvimento. O estabelecimento de relações de cooperação monetária e cambial com outros espaços mostrou desde início ser uma solução que poderia abrir à Guiné-Bissau as portas para um desenvolvimento sustentado, num quadro marcado por uma disciplina monetária e financeira que seria o garante dessa cooperação monetária da extrema importância.

O peso guineense era uma moeda bastante fraca na sub-região, o custo da conversão da moeda nacional¹⁸ era elevado e a composição da pauta exportadora guineense era mais de 90% da castanha de caju, o país era altamente dependente das importações o que acarretava na elevação da inflação de forma significativa.

O período após a primeira eleição democrática, precisamente de 1994-1997 corresponde, para a Guiné-Bissau, a uma era de relativos progressos no tocante a estabilização da situação macroeconômica e financeira. Foi durante esse período que se iniciaram a execução de reformas estruturais fundamentais, como sendo:

- a) as reformas físicas, que incluíram a adoção do Imposto Geral sobre Vendas e Serviços (IGV);
- b) a adoção da uma nova tarifa aduaneira;
- c) a melhoria na gestão das despesas públicas;
- d) a racionalização da admissão na função pública;
- e) a reforma das empresas pública, etc.

A adesão a UEMOA em 1997 veio reforçar a estabilidade monetária, levando à adoção de leis e regulamentos bancários da zona do franco CFA que estabilizaram a taxa de câmbio (PEREIRA, J., 2012).

3.6.2 Os motivos que acarretaram na inserção da Guiné-Bissau na UEMOA

Para alguns teóricos integracionistas como, por exemplo, Balassa (1980), Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010), Lavergne (1996) e Swalem (2011), as motivações para a integração econômica regional se centram na expansão do mercado, os ganhos provenientes do comércio entre os países que constituem o bloco, atingir a economia de escala e maior produtividade, atrair direto investimento estrangeiro de fora do espaço integrado e fortalecer a posição política defensiva.

A Guiné-Bissau desde sempre se identificou com os princípios da solidariedade e cooperação que estão na origem da União Monetária Oeste Africana. Segundo Santos (2010), inicialmente a Guiné-Bissau apresentou a sua primeira candidatura com vista à adesão na

¹⁸ Preocupado com a situação macroeconômica do país, o governo guineense procurou assinar um acordo de cooperação monetária com o Portugal, acordo designado “Arranjo Monetário”, visava obter a estabilidade cambial entre o peso Guineense e o Escudo Português, garantir a conversibilidade limitada do peso em relação ao escudo, estabelecer uma facilidade de crédito em reforço das reservas cambiais da Guiné-Bissau, estabelecendo a ligação das moedas dos dois países por uma relação de paridade controlada e previsível.

UMOA/UEMOA em 1985 e que, por vários motivos, não chegaria a ser concretizada na época, tendo sido, posteriormente, efetuado em 29 de janeiro de 1997, numa situação já mais favorável, tanto de natureza política como de enquadramento macroeconômico.

Para P. Gomes (2007), os princípios de solidariedade e de cooperação que desde sempre norteia a União Monetária Oeste Africana (UMOA), com que a Guiné-Bissau sempre se identificou, levou o país, em 1985, a iniciar contatos entre o BNG e o BCEAO em nível da governação das duas instituições, tendo em vista a futura adesão da Guiné-Bissau a UMOA, mas este projeto não se concretizou em função das razões da natureza política. Passados doze anos após a primeira tentativa da sua inserção na UMOA, a Guiné-Bissau retomou o projeto da sua adesão a UEMOA, e os motivos que impulsionaram a primeira tentativa não se diferem das causas que incentivaram a segunda.

Antes da sua decisão política de aderir a União, as autoridades da Guiné-Bissau solicitaram e obtiveram o apoio da ONU para realização de um estudo preliminar do seu processo de adesão a UEMOA, este estudo viria a ser realizado pela Missão Guiné-Bissau-GBS/96 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que em 27 de novembro de 1996 submeteu ao governo o relatório intitulado “Cadre Macro-Economique et Potentiel Sectoriel du Developpement de la Guinée-Bissau Dans Lúemoa” (GOMES, P., 2007).

O estudo das Nações Unidas foi liderado pelo professor Joseph Tedajo, que refere no prefácio do mesmo:

Este estudo é um quadro geral de referência para a compreensão da decisão das autoridades da Guiné-Bissau de aderir à UEMOA e à Zona Franco, bem como para o seguimento das políticas de integração e do desenvolvimento da Guiné-Bissau na UEMOA. O estudo apela a uma atualização periódica para ter em conta os progressos realizados na integração do país na UEMOA e isto nas duas dimensões da análise, a saber: a dimensão macroeconômica, indispensável à organização da exploração eficaz do potencial setorial, e a dimensão setorial, motor do desenvolvimento e do crescimento acelerado. A regulação dos desequilíbrios de desenvolvimento depende do perfeito domínio destas duas dimensões na gestão da economia nacional. Trata-se, portanto de um estudo dinâmico do impacto da adesão da Guiné-Bissau à UEMOA. Para além deste quadro geral, deverão ser levados a cabo vários estudos do impacto econômico e social da integração da Guiné-Bissau na UEMOA, isto na fase de apoio à integração para aconselhamento do governo sobre os diversos aspectos da questão (GOMES, P., 2007, não paginado).

Para além de estudo de abrangência, a investigação preliminar da ONU recomendou estudos mais aprofundados com intuito de entender qual seria o impacto econômico e social da inserção da Guiné-Bissau no bloco. Infelizmente, este estudo não aconteceu, ou seja, o governo arrastou o país para o bloco ignorando os estudos aprofundados. Segundo P. Gomes

(2007), o aumento da competitividade externa que deviria resultar da adesão do país à UEMOA só seria, no entanto, possível, através de ganhos suplementares da eficácia, permitindo ao país reduzir os seus custos e melhorar a sua produção e a sua competitividade no domínio das exportações. Embora o governo tenha ignorado a realização do estudo que demonstraria a importância socioeconômica do país dentro do bloco.

Se o impacto da sua entrada naquele bloco é negativo, pretendemos desvendar ao longo deste trabalho, mas o fato é que a primeira vista a sua inserção na UEMOA produziu efeitos positivos. Os dados do FMI (2013) apontam que, durante 1990 a 1997, a média da taxa inflacionária medida pelo Índice de Preços dos Consumidores da Cidade de Bissau era de 46% ao ano, após a sua adesão, nomeadamente entre 1998 a 2007, esta média foi ajustada para 2,5%, enquanto que, no primeiro momento, a média do crescimento econômico era de 4,2% ao ano e entre 1998 a 2007, esta média subiu para 5%. Salientamos que crescimentos econômicos guineenses são influenciados pelos fatores externos, nomeadamente o preço internacional da castanha de caju que constitui a principal base das exportações do país.

Segundo P. Gomes (2007), no período que o país entrou na UEMOA, a balança de pagamento melhorou substancialmente graças à duplicação das exportações de castanha de caju, resultado do aumento da produção e do escoamento do stock do ano anterior. Todas as estimativas apontavam para um crescimento das exportações de 28%, reflexo já dos resultados da integração, este ambiente favorável se estendeu para finanças públicas do país, que conseguiu excluir parte do déficit que era de 27,5% em 1996 para 23,4% do em 1997. No entanto, a evolução dos agregados monetários foi igualmente favorável, desenhando-se assim um quadro que, com a aplicação das políticas comuns e das políticas setoriais comuns em vigor na União, seriam a descolagem econômica do país, com o apoio da comunidade internacional e a plena participação dos investidores privados nacionais e estrangeiros, no esforço de desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau.

É de recordar que a UEOMA é uma organização econômica regional, tradicionalmente criada para nortear os desígnios almejados pelos países africanos da região este africana, nomeadamente os da antiga colônia francesa e mais a Guiné-Bissau, de modo a alcançar o seu desenvolvimento socioeconômico. P. Mendes (2013) defende que, no caso da integração, a concretização do aspirado desenvolvimento é conseguida pela harmonização das políticas econômicas, unificação dos mercados nacionais e implementação de políticas setoriais comuns; do mesmo modo, requiere o fortalecimento da competitividade entre os Estados membros em atividades econômicas e financeiras, a harmonização do quadro jurídico e a instituição da supervisão multilateral de forma a garantir a convergência macroeconômica.

Na busca pelo motivo que está por de trás da inserção da Guiné-Bissau naquele bloco francófono, podemos encontrar diversas razões, iniciando pelos anos de desequilíbrios macroeconômicos com que o país tem convivido¹⁹, uma elevada depreciação da moeda nacional (peso), um sistema financeiro ineficiente constituído apenas por bancos privados estrangeiros, um déficit persistente das contas externas e das finanças públicas, um mercado nacional menos atraente aos investidores e com a estrutura de produção pouco diversificada, com a castanha do caju a constituir na época mais de 90% do valor das exportações totais do país. Ainda a outra razão que pode justificar a integração da Guiné-Bissau na UEMOA se prende ao atraso dos países africanos da língua oficial portuguesa em não conceber uma organização similar a UEMOA. Este atraso se explica pelo fato destes países terem tomado as suas independências mais tarde e por meio de uma violenta guerra de libertação, por outro lado, também por geograficamente localizarem-se afastados uns de outros. Perante o cenário negativo, o governo desesperado em encontrar solução, provavelmente via na UEMOA uma alternativa de se reorganizar economicamente e socialmente.

A adesão da Guiné-Bissau a UEMOA acarretou numa nova reconfiguração do mercado regional, ou seja, este país lusófono que antes da sua inserção apresentava uma transação comercial voltada para os países da Europa nomeadamente Portugal e Holanda, passou a intensificar a sua troca com a vizinha Senegal em função da partilha do mesmo espaço monetário. Após a independência, Portugal se tornou o principal fornecedor dos bens e serviços do mercado guineense. A forte participação da Holanda se explica pela existência de grandes empresas holandesas que atuavam nomeadamente nos setores do comércio e da construção civil, essas empresas tiveram grande participação na importação do país uma vez que os produtos que comercializam são provenientes da Holanda.

No caso do Senegal, embora este país faça fronteira com a Guiné na região norte, as transações comerciais dos dois países eram inexpressivas até a inserção da Guiné-Bissau no bloco. Os dois países, por não serem industrializados, apresentam uma pauta exportadora similar, por isso, muitas das vezes o vizinho Senegal desempenha o papel da ré exportadora, ou seja, importa produtos dos países europeus nomeadamente da França e exporta para o mercado guineense. Portugal com o receio de perder ou dividir mercado guineense com os

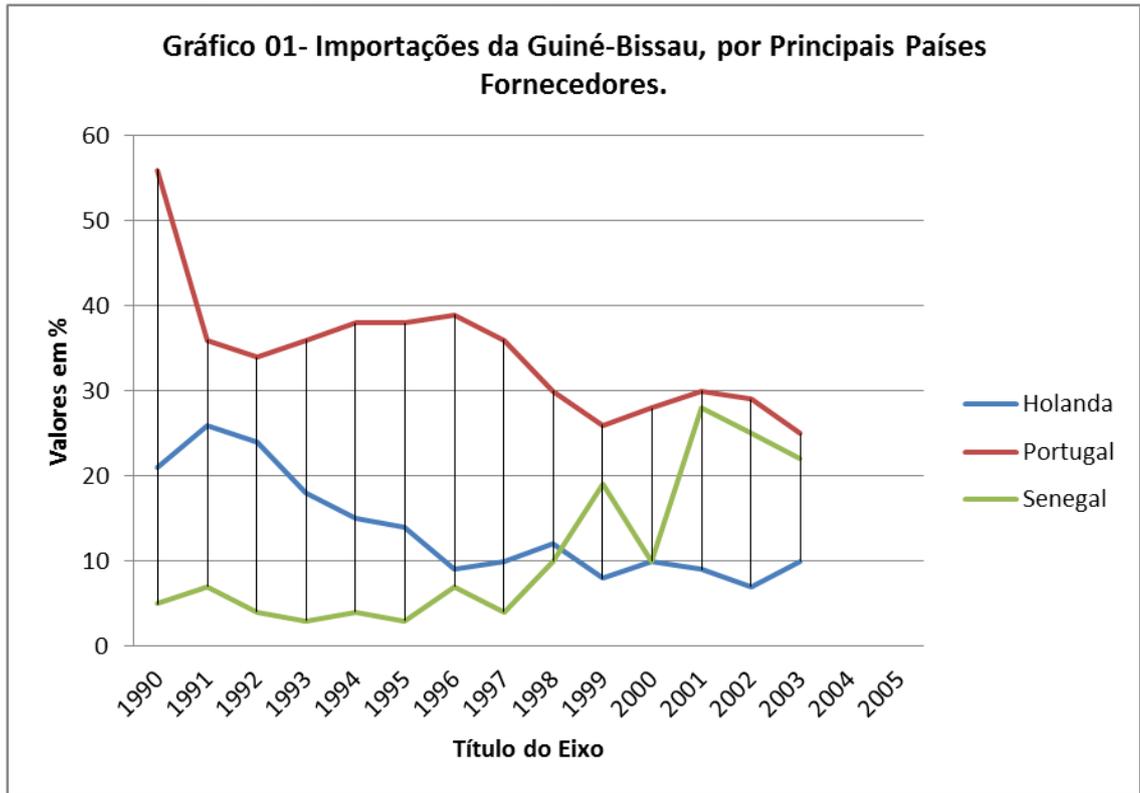
¹⁹ Durante a nossa visita em Guiné-Bissau, tivemos contato com alguns dos dirigentes daquele país que atuam em diversas áreas ligadas a UEMOA, um destes responsáveis é o senhor Armando Indi, que ocupa o cargo do secretário permanente da comissão da política económica, departamento ligado ao ministério da função pública, segundo este responsável, a adesão da Guiné-Bissau na UEMOA foi facilitada pelo espírito de solidariedade que norteia o referido espaço e foi promovida sem que o país lusófono cumprisse todos os requisitos exigidos pelo bloco, ele ainda afirma que a Guiné não tem sido um bom aluno, uma vez que ao longo de toda a sua participação no espaço tem deixado de cumprir parte das suas obrigações.

países francófonos e também de perder a sua influência política, desde início se mostrou reticente com a entrada na Guiné neste bloco francófono. Com isso, jogou diversos papéis na estabilização da situação macroeconômica deste pequeno país lusófono, embora não tenha encontrado resultados palpáveis o que de certa forma acabou sendo um dos motivos que empurrou o país aquele bloco.

Na verdade, o que Portugal temia acabou por concretizar. Logo após a independência até metade da década 90, as grandes construtoras portuguesas nomeadamente a Sociedade Metropolitana - SOMEK, ANCAR, Soares da Costa entre outras eram as únicas credenciadas para executar grandes obras do Estado guineense, semelhante ao sistema financeiro onde os bancos privados eram portugueses. O país europeu estava ciente de que um projeto guineense de aderir a UEMOA colocaria em causa todos os privilégios que as suas empresas usufruíam, por isso, inicialmente, tentou financiar os défices do orçamento geral do Estado, para evitar a referida adesão, acontece que os problemas eram maiores ao ponto de não conseguir impedir a participação da Guiné naquele espaço. Porém, com a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA todas as construtoras acima citadas fecharam as portas bem como os bancos privados portugueses, isso porque esta adesão suscitou uma nova agenda de relacionamento e em termos da influência política, o Portugal tinha agora disputar.

O gráfico abaixo, mostra de forma nítida a queda nas vendas dos bens e serviços provenientes de Portugal, Holanda e Senegal no período da década de 1990 a 2003. Os dois países europeus apresentaram quedas, sobretudo em 1997, ano que a Guiné entrou na UEMOA, foi justamente a partir deste período que o Senegal apresentou uma reação inversa, intensificando as suas vendas para Guiné-Bissau.

Gráfico 3 – As importações provenientes do Portugal, Holanda e Senegal entre 1990-2003



Fonte: Seide (2006 apud Banco Português, 2014).

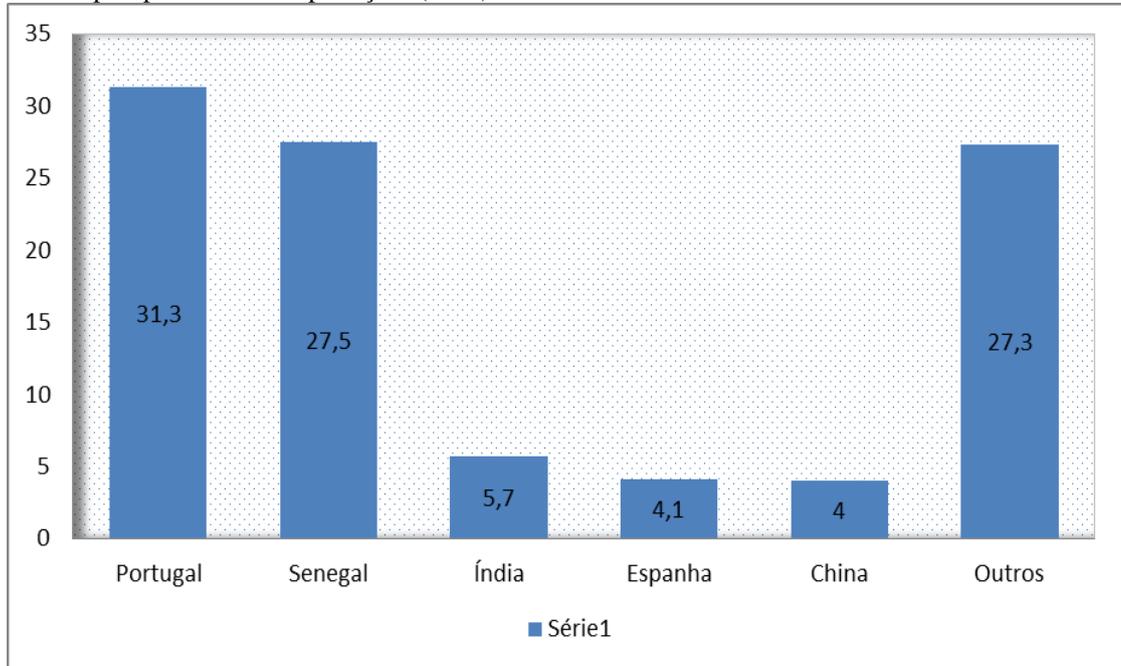
Após um ano da inserção da Guiné-Bissau na UEMOA, a evolução política do país ocorreu de forma acelerada. É válido lembrar enquanto nos primeiros vinte anos da sua existência como independente (1974-1994) o país conheceu cinco chefes de governo (inicialmente era denominado do Comissário Principal até 1980, Primeiro Ministro a partir daí), nos últimos dez anos (1997-2009), em que a Guiné-Bissau está na UEMOA, já se sucederam nove personalidades no cargo do Primeiro Ministro. Após um ano da sua inserção neste bloco econômico e monetário, a Guiné-Bissau inaugurou uma nova fase, ou seja, uma segunda transição política.

De acordo com P. Mendes (2013), embora o contexto internacional tenha contribuído para o atraso de uma parte significativa das economias dos países da África subsaariana, no caso específico da Guiné-Bissau, acrescenta-lhe a questão da instabilidade sociopolítica, como um dos fatores com elevada contribuição na degradação dos indicadores macroeconômicos e no seu marasmo em termos de desenvolvimento.

Com a inserção da Guiné-Bissau na UEMOA permitiu a intensificação do intercambio comercial e político entre a Guiné-Bissau e o Senegal, como mostra o (gráfico 4, abaixo), conhecido tradicionalmente como parceiro privilegiado em diversos âmbitos, o Portugal perdeu muito espaço, embora continua na frente dos outros parceiros. A Holanda que era um

dos mais importante parceiro comercial saiu de cena em consequência da instabilidade política que assolou aquele país africano lusófono desde 1998. As grandes empresas holandesa que atuavam na Guiné foram prejudicadas pela guerra.

Gráfico 4- Principais parceiros de importações (2013)



Fonte: Elaboração própria a partir dados de Montepio (2016).

3.7 GUINÉ-BISSAU À LUZ DA SEGUNDA TRANSIÇÃO

A crise política-militar que eclodiu em 07 de junho de 1998 e que mergulhou o país num ciclo de violência ao longo de onze meses apresenta origens múltiplas e complexas. Segundo Koudawo (2001), a sua causa imediata é uma sombria história de tráfico de armas para o movimento independentista casamancês, nomeadamente o Movimento das Forças Democráticas de Casamança²⁰ (MFDC); mas ela só pode ser compreendida através de uma série de causas de raízes tão profundas que remontam por vezes às próprias condições de emergência do Estado guineense, nos anos 1970. Entre as numerosas causas longínquas, as mais acentuadas são:

- a) os traços duráveis deixados pelo processo de acesso à independência ao fim de onze anos de guerra de libertação nacional levada a cabo por um partido armado, no caso o PAIGC;

²⁰ Casamança é uma pequena região situada na fronteira entre a Guiné-Bissau e Senegal, o povo desta região está travando uma luta pela independência contra o Senegal e esta luta já durou várias décadas.

- b) a questão mal resolvida da desmobilização dos antigos combatentes da guerra de libertação;
- c) o crescente fosso, desde a liberalização econômica lançada nos anos 80, entre uma categoria de antigos combatentes privilegiados próximos dos círculos do poder político e a grande maioria dos antigos combatentes proletarizados, que viviam bastante pior a sua condição de serviço militar na medida em que estimavam serem libertadores abandonados por um sistema injusto gerido pelos seus antigos companheiros de luta;
- d) a incompleta desfiliação das Forças Armadas, que, na origem, eram o braço armado do PAIGC;
- e) a incompleta conversão do PAIGC em partido civil deliberadamente liberto das suas antigas ligações institucional nas forças armadas nacionais;
- f) a difícil adaptação do antigo partido único, o PAIGC, ao novo contexto de multipartidarismo onde, ao mesmo tempo em que às oposições externas e internas deve fazer face e estas últimas é que dão origem a conflitos mal gerido e cada vez mais agudos;
- g) os entraves ao surgimento de um verdadeiro Estado de direito com um poder despersonalizado e instituições a funcionar nos estritos limites das suas competências;
- h) a prevalência da má governança com profundas deficiências da administração de Estado, uma ineficiência crónica na utilização dos recursos, uma permanente opacidade na gestão dos bens públicos, etc.

O conflito político militar de 07 de junho, não pode ser justificado restritamente ao caso da venda de armamento para o movimento independentista de Casamança, em nossa opinião, este conflito sobrevém na influência de todas estas causas profundas que, durante onze meses, lhe imprimiram as suas marcas para fazerem dele uma crise multidimensional.

Os seis meses que antecederam o conflito político militar de 07 de junho de 1998, o país foi confrontado com a crise que nasce das revelações sobre a existência de um tráfico de armas em benefício do MFDC. A suspensão, por negligência, do chefe do Estado-Maior, o brigadeiro Ansumane Mané, criou tensões cuja intensidade não cessava de aumentar desde fins de janeiro de 1998 até aos princípios de junho. Considerando parciais as diligências feitas para realizar um inquérito interno nas Forças Armadas, a Assembleia Nacional Popular

(ANP), sob a pressão dos grupos parlamentares de oposição, cria a sua própria comissão de inquérito, encarregada de apurar os fatos.

Com os progressos nos trabalhos da comissão parlamentar, o país entra numa instabilidade cada vez mais acentuada. Os sinais de turbulência apareceram tanto nos círculos próximos da presidência como dos partidários do chefe do Estado-Maior, suspenso por negligência. Enquanto os próximos do presidente da República recusaram ir responder à comissão de inquérito, um grupo de antigos combatentes publica uma carta advertindo que não aceitarão que as conclusões do inquérito sejam manipuladas para ocultar o que eles entendiam ser a verdade. Foi perante esse clima deletério carregado de suspeitas, ameaças e inquietação que a comissão de inquérito concluiu os seus trabalhos. A leitura do relatório da comissão de inquérito estava programada para a sessão parlamentar que começava a 08 de junho de 1998, mas a 05 de junho, perante a surpresa de todos, o chefe do Estado-Maior é demitido das suas funções. A 07 de junho explode uma revolta armada dirigida por este chefe do Estado-Maior (KOUDAWO, 2001).

O conflito político-militar durou onze meses e foi marcado por diversas fases ativas com combates, cessar fogo que simbolizava relativa acalmia, tensão e quebra dos acordos de cessar fogo. A tensão que começou como uma crise interna, posteriormente assumiu uma dimensão regional, com a intervenção das tropas do Senegal e da Guiné-Conakry. As durações da crise foram influenciadas pela característica da interação entre os aspectos puramente internos e os decorrentes da intervenção externa. Elas pesaram sobre a evolução do que à partida era uma tentativa falhada de golpe de Estado ou um motim de reivindicações limitadas, para um levantamento de envergadura nacional, de dimensões populares e contornos complexos.

3.7.1 Uma crise nacional de dimensões regionais

Na madrugada do dia 07 de junho de 1998, a população da cidade de Bissau foi surpreendida com uma guerra civil, entre o governo legítimo de Nino Vieira e o autodenominado JMCDPJ (Junta Militar para a Consolidação da Democracia, Paz e Justiça) liderado pelo Brigadeiro Ansumane Mané. A intervenção das tropas estrangeiras desde os primeiros dias do levantamento militar influenciou particularmente no posicionamento dos atores internos da crise. Por sua vez, o presidente da República invoca a sua legitimidade constitucional e justiça em acordos internacionais à presença de tropas estrangeiras para

defender a legalidade constitucional, os seus adversários denunciaram o recurso ilegal a tropas de invasão estrangeiras.

Ambas as partes envolvidas no conflito procuraram, por meio das suas forças caracterizadas por homens e armamentos, impor à outra parte a sua vontade. Assim sendo, o então Presidente Vieira resolveu solicitar a ajuda de seus amigos, o Presidente do Senegal, Abdou Diouf e o da República da Guiné-Conakry, Lassana Conté (ambos ex-colônias francesas) que atenderam ao seu pedido de imediato, enviando as suas tropas, incluindo armamentos pesados.

No início do levantamento armado, a JMCDPJ foi se instalando na zona industrial de Brá, na cidade de Bissau. Nessa zona existem importantes bases das forças armadas, como o quartel da Brigada Mecanizada, quartel do serviço Material e Base aérea, e todos esses quartéis tinham grandes depósitos de armamentos. Inicialmente, a intenção da JMCDPJ era destituir o Presidente da República e seu governo sem derramamento de sangue. A partir do momento que entraram tropas estrangeiras para ajudar o Presidente Vieira, tudo se transformou, tanto a população civil quanto os militares consideraram a entrada da força estrangeira no país como uma invasão, portanto, o que era para ser um levantamento que exigia demissão do presidente e de seu governo, transformou-se numa guerra sangrenta. Perante a participação das tropas estrangeiras, combatendo ao lado das forças leais ao Presidente Vieira, a JMCDPJ solicitou apoio ao grupo separatista de Casamança.

Para Koudawo (2001), se o controle do executivo, o reconhecimento internacional do poder estabelecido e o acesso aos fóruns internacionais permitiram ao presidente fazer prevalecer a sua causa perante a comunidade internacional sensível ao argumento da defesa da legalidade, a evolução interna assumiu contornos cada vez mais desfavoráveis ao campo presidencial, sendo que a presença de tropas estrangeiras não apenas foi denunciada como ilegal perante a Constituição República, mas, sobretudo foi sentida pela esmagadora maioria da população como uma ocupação estrangeira e uma grave afronta à dignidade do único país que se proclamou independência após ter libertado pelas armas os dois terços do seu território.

No nosso entendimento, esta percepção condicionou a evolução da relação de forças no plano nacional; apoiando-se nela, conseguiu-se operar uma conversão do seu movimento do quadro restrito de golpe de Estado ou da simples sublevação para o quadro mais extenso de um levantamento popular e, conseqüentemente, isso possibilitou ao movimento levar a cabo uma estratégia de legitimação que lhe garantiu uma audiência crescente e uma base nacional incontestável após seis meses de crise. Os diversos nomes da *Junta* no decurso deste processo refletem uma mutação que traduz a conquista de uma dimensão política cada vez maior; se

desde primeira semana do conflito o movimento se autodenominou *junta militar para a consolidação da democracia, paz e justiça*, em pouco tempo esta denominação enriqueceu-se e diversificou-se para tornar-se *junta militar do povo*, e posteriormente pura e simplesmente *junta do povo*, uma designação que legitima o movimento militar insuflando-lhe um conteúdo popular. É válido sublinhar que a crescente audiência da junta caminhou a par da extensão do seu controle sobre o país.

Como havíamos destacado anteriormente, as razões que originaram o conflito político-militar de 07 de junho são imensas incluindo ainda e sobretudo a má gestão da coisa pública e um elevado déficit de diálogo entre atores da política nacional. Considerando séries de sobressaltos político-econômicos que ocorreram ao longo da década 80, podemos afirmar que o golpe de Estado de 1980 denominado de “Movimento Reajustador” não cumpriu os seus objetivos de criar um bem-estar para população guineense, o que de certa forma teve forte influência na crescente popularidade da dita *junta militar*.

Com a intermediação da CEDEAO, foi assinado um acordo – o chamado acordo de Abuja (Nigéria) – de cessar fogo no dia 01 de novembro de 1998, pelo presidente Vieira e o comandante supremo da autodenominada JMCDPJ, brigadeiro Ansumane Mané, propondo o fim das hostilidades, a retirada das forças estrangeiras e a formação de um governo de unidade nacional (GOMES, P., 2007). Após sete meses do *Acordo de Abuja* (Nigéria), as tropas estrangeiras (do Senegal e da Guiné-Conacri) se retiraram do país e com essa retirada²¹, a ala das forças armadas que apoiavam o presidente Vieira ficou fragilizada. Os membros da dita JMCDPJ, embora tivessem assinado o acordo de paz, em nenhum momento queriam que o presidente Vieira participasse da eleição como candidato presidencial, uma vez que temia uma possível revanche em caso da vitória desde presidente. Por essa razão, aproveitaram a fragilidade das forças ligadas à presidência para destituir o governo constitucional.

É importante destacar que no primeiro cessar fogo em julho e agosto de 1998, tanto a *Junta* quanto a presidência controlavam cada um respectivamente metade do território. A partir desde momento cada fase ativa do conflito, de outubro de 1998 a maio de 1999, foi marcado por um alargamento do território sob o controle da *Junta*, com uma consequente afirmação da sua influência política. E a fase final desembocou na queda do presidente Vieira.

O ataque que foi efetuado pela JMCDPJ obrigou o presidente Vieira a assinar rendição, deixando o poder após 18 anos de mandato (1980-1999), obrigando-o a se exilar em Portugal, pondo, assim, um ponto final no conflito armado que durou onze meses

²¹ A retirada da força estrangeira configurava um dos pontos do Acordo de Abuja, consequentemente, o país organizaria uma eleição geral, para eleger um novo presidente da República e um novo governo.

(GONÇALVES, 2011). A operação encadeada pela *Junta* para derrubar o Presidente da república eleito por sufrágio universal teve uma duração de menos de 24 horas, havendo poucas baixas entre as partes em conflito, sendo que os militares leais ao presidente se renderam. Por outro lado, houve várias mortes da população civil, causadas por balas perdidas, inclusive algumas balas de canhões lançadas pela *Junta* para desestabilizar a força inimiga foram cair no campo de refúgio, matando muitos civis no bairro de Bandin, próximo ao centro da cidade.

3.7.2 Legalidade republicana versus legitimidade popular

A vasta duração do levantamento alterou profundamente os dados institucionais e políticas tal como eles se apresentavam no primeiro dia da crise – 07 de junho de 1998. Inicialmente, a configuração das forças evoluiu lentamente para depois se tornar cada vez mais rápida, terminando por oscilar em favor da insurreição durante os últimos meses do face a face entre um poder devidamente legitimado pelas urnas em 1994, e uma junta com efetivos iniciais tão reduzidas e com representatividade tão pouco expressiva que a sua iniciativa foi qualificada de “rebelião de um grupo sem resto” (KOUDAWO, 2001).

Porém, perante a teimosia do poder legítimo em pretender restabelecer a legalidade republicana pela força, a despeito dos apelos da maioria da população, favorável a uma solução negociada, pôs-se em marcha um processo de impopularidade crescente do poder legal e subsequentemente um flagrante fenômeno da retirada da legitimação deste poder. Ela é similar a retirada da confiança popular, que seria comparável a não renovação de confiança política. Para a população que estimava já ter pago um elevado tributo em privações, perdas de vidas humanas e danos materiais, para o restabelecimento da legalidade republicana, todo preço suplementar tornava-se inútil, na medida em que as negociações em curso há vários meses podiam restabelecer esta mesma legalidade pela via pacífica.

As sucessivas e cada vez mais mortíferas rupturas do cessar-fogo foram então percebidas como sinais de desprezo pela sorte da maioria da população, unicamente para a satisfação vingativa do presidente rodeada de uma minoria certamente legitimista, mas obstinadamente belicista. Por outro lado, a partir do mês de novembro de 1998, a legitimidade do poder presidencial foi radicalmente posta em causa em duas frentes complementares: os juristas da *Junta* apoiaram-se na rejeição maciça do campo presidencial para afirmarem abertamente a negação da “pretensa legitimidade do poder” enquanto os órgãos de

propaganda da *Junta* puseram em causa à própria regularidade das eleições em que supostamente se fundava esta legitimidade²².

Salientamos que a autodenominada *Junta Militar* recebeu apoio da massa popular que na sua grande maioria não tinha noção do efeito colateral que um levantamento militar poderia trazer; em alguns casos do continente africano, o golpe do Estado acaba acarretando as sucessivas instabilidades político-militar do país em questão. Não diferente de outros países da África que já passaram pela mesma via da força, na Guiné-Bissau o conflito de 07 de junho abriu caminho para a instabilidade política sem precedência, a dita JMCDPJ conseguiu conquistar apoio da população graças às campanhas de difamações feitas numa das rádios (Rádio Bombolom FM) mais ouvidas do país no período conflito político militar.

Graças à mesma campanha de difamação, o presidente da república foi crucificado tanto a nível interno como a nível internacional, os golpistas mantinham um representante em Lisboa (Portugal) que falava em seu nome. É bastante notório que o conflito de 07 de junho foi um grande erro, afinal não trouxe nenhum benefício para o país. Curioso é que em toda essa briga, tinha políticos opositores, inclusive membros do PAIGC (partido legítimo ao poder) que apoiavam a referida JMCDPJ, em quase todos os sentidos, ou seja, ajudaram a institucionalizar essa organização que era dirigida pelo demitido Brigadeiro Ansumane Mané. Provavelmente, em nenhum país do continente africano o cargo da Chefia do Estado Maior das Forças Armadas é tão importante quanto na Guiné, até o início do conflito de 98, a maioria da população guineense não sabia nem da existência dessa função, mas, após a revolta, esse cargo passou a ser o “cargo do mais alto nível” do país.

É verdade que, por um lado, o conflito político-militar que ocorreu na Guiné-Bissau foi promovido pelos próprios guineenses. Ao longo de várias décadas, os guineenses testemunharam que as forças armadas e em especial os antigos combatentes têm passado por séries de necessidades, que se refletiam numa sensação de abandono, enquanto que ao nível do Estado a corrupção crescia na mesma proporção que a pobreza grassava e todo esse fenómeno, em parte, contribuiu no apoio massivo popular a junta militar. Para Koudawo (2001), a presença das tropas estrangeiras, sentida pela maioria da população como uma invasão, provocou uma adesão maciça ao discurso da junta e o apoio popular maciço desencadeou um processo de legitimação que transformou progressivamente o movimento inicialmente percebido como rebelde num agrupamento que projetava uma imagem de defensor intransigente da independência nacional. Parece-me que a adesão da maioria da

²² As acusações sobre a irregularidade do processo eleitoral de 1994 foram proferidas desde começo da crise – elas se redobram em intensidade a partir de outubro/novembro de 1998, após o Acordo de Abuja.

população, dos partidos políticos e dos grupos da sociedade civil a este discurso fez oscilar a legitimidade popular em favor da *junta*. Contudo, por outro lado, não podemos ignorar a existência de interesses externos no nesse conflito político.

Segundo Teixeira (2009), dos finais da década de 80 ao início dos anos 90, a França e os países africanos francófonos começaram a aproximar da elite governamental guineense e tudo mostrava que as autoridades portuguesas não estavam satisfeitas com essa aproximação. Em 1997, a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA auspiciada pela França, adicionando a construção de um Centro Cultural Francês no país, ampliaram ainda mais a disputa geopolítica entre Portugal e França, cada um afirmando, à sua maneira, ser o porta-voz da Guiné-Bissau na União Europeia (EU); essa disputa ficou mais exposta no conflito de 1998, quando a diplomacia francesa enviou contingentes militares para ajudar na manutenção do presidente Vieira no poder.

Se, de um lado, o regime de Vieira estava recebendo apoio dos franceses e dos países francófonos que fazem fronteira com Guiné, do outro lado, o governo português descontente com a aproximação do governo guineense com a França, decidiu apoiar totalmente a *Junta Militar* no derrube do governo de Vieira, quer na concessão de armamentos e fardas militares, quer ainda na concessão de telefones satélites; ao mesmo modo, desenvolvia a partir de Lisboa uma campanha internacional a favor dos militares da *Junta Militar*, justificando, que não se tratava de um golpe de estado.

É importante lembrar que para além dos dois países europeus que entraram na briga, também outros países africanos como o Senegal e Guiné-Conacri tiveram uma forte participação apoiando Nino Vieira. Para Teixeira (2009), contínuos governos senegaleses mostraram preocupações com questão do conflito Casamança que, há décadas, vinha reivindicando a sua independência do Senegal; nesse contexto, as autoridades de Bissau diversas vezes foram acusadas de auspiciar os guerrilheiros de Casamança por meio da comercialização de armas, porém, o governo do Senegal colaborou com homens e armamentos para a manutenção de Vieira na presidência, pois esperava, com esse apoio, conseguir o apoio de Vieira na resolução do conflito de Casamança.

No caso da Guiné-Conacri, o motivo do apoio foi mais um gesto de solidariedade, lembrando que a Guiné-Bissau, nomeadamente, o presidente Vieira tem uma relação histórica com este país vizinho francófono, uma relação desenvolvida desde o período da luta de libertação contra o domínio colonial português, bem como Vieira e o presidente Conté desenvolveram uma boa relação de amizade, aliás ambos chegaram ao poder em circunstâncias não diferentes, o guineense, em 1980, o conacriense, em 1984.

Na verdade, a Guiné-Bissau, sendo um país com dupla transição, a segunda ocorreu com a derrubada de um presidente República que conduziu o país por mais de dezoito anos. Pela natureza da derrubada, podemos afirmar que o presidente Vieira foi tirado do poder por meio de um golpe de Estado. A sua retirada apresentou uma nova reconfiguração na política guineense, sendo que desembocou no surgimento de novos protagonistas da política guineense e, na mesma direção, não ficou para trás a ascendência da instabilidade política e militar. Entre as consequências da guerra, as de índole política apresentam-se como as mais profundas. Elas manifestaram-se através de todo o novo período de transição inaugurado em maio de 1999 após a queda do presidente saído das eleições pluralistas do país em novembro de 1999 e janeiro de 2000.

Após a derrubada do Presidente Vieira por meio do golpe, o então presidente do parlamento guineense, Malam Bacai Sanhá²³, assumiu o poder na qualidade de Presidente da República interino e José Francisco Fadul, ocupou o cargo do primeiro ministro formando assim um Governo de Unidade Nacional. Vale lembrar que este governo foi criado através do *Acordo de Abuja*, no entanto, estes governantes asseguraram a transição no período de 1999 a 2000, período esse em que foram realizadas Eleições presidenciais e legislativas. Nessa eleição, o presidente interino Bacai Sanhá tentou se eleger como presidente pela primeira vez, mas o fato de ser membro do PAIGC, impossibilitou-o de obter muito sucesso e foi derrotado nas eleições.

A história nos mostra que a candidatura do presidente Bacai surgiu no momento em que PAIGC perdeu a credibilidade perante a população. As razões que levaram a perda de credibilidade do partido de Amílcar Cabral estão estritamente ligadas à referida campanha de difamação que foi promovida pelos golpistas, no qual colocaram em exposição os fracassos do PAIGC durante toda a sua governação e a população responsabilizou o partido pelo levantamento militar. As duas razões pesaram na derrota do candidato deste partido, abrindo caminho para a subida e vitória do Partido de Renovação Social (PRS) e do seu candidato presidencial Sr. Koumba Yalá, que venceu Sanhá no segundo turno do escrutínio.

As mudanças saldaram-se por redistribuição geral das cartas políticas. Elas marcam o fim de uma era: a caracterizada pela dominação do partido único, de 1974 a 1991, seguida do predomínio do “único partido” de 1991 a 1999. Pela primeira vez as forças de oposição ao

²³ Malam Bacai Sanhá nasceu em Empada, Guiné-Bissau, no dia 05 de maio de 1947. Vítima de uma doença, acabou falecendo em Paris, França, aos 09 de janeiro de 2012. Formado em Ciências Políticas na antiga Alemanha Oriental, era um político da Guiné-Bissau que desempenhou o cargo de presidente da Assembleia Nacional Popular no período de 1994-1999, da presidência da República interinamente de 14 de maio de 1999 a 17 de fevereiro de 2000, e de presidente eleito em 28 de Junho de 2009 pelo PAIGC.

antigo partido único obtiveram a maioria no parlamento e fizeram eleger na segunda volta, o seu candidato presidencial: Koumba Yalá, derrotado anteriormente na segunda volta das presidenciais de 1994. Portanto, a alternância torna-se efetiva após 25 anos de hegemonia do PAIGC, o partido libertador.

Fazendo uma leitura dos fatos, dessa primeira legislatura após o conflito político militar, o PRS chegou ao poder sem ter apresentado um projeto capaz de criar estabilidade e colocar o país no eixo do desenvolvimento. No mês de novembro 1999, a televisão nacional promoveu o último debate entre os candidatos presidenciais Koumba Yalá e Malam Bacai Sanhá. O candidato da renovação social foi derrotado pelo seu adversário que representava os libertadores. Praticamente, durante todo o debate o candidato Yalá não conseguiu sequer apresentar ideias claras no setor da educação e saúde ou algum projeto relacionado à consolidação da paz. Mesmo derrotado no último debate, os guineenses não deixaram de votar no Koumba Yalá, embora o número de abstenção se elevasse.

Porém, a vitória dos renovadores se explica por diversas razões: a governança de 1974 a 1999 desgastou totalmente o PAIGC, o próprio partido estava fragmentado em diferentes alas, e, para grande parcela da população guineense, o PAIGC foi o principal responsável pela guerra de 07 de junho. Com todo esse conjunto de fatores, a derrota do PAIGC não se justifica pelos seus candidatos, sendo que deve ser atribuído ao próprio partido que estava desacreditado pela população.

Quadro 3 - Eleições presidenciais de 1999

Candidatos às eleições presidências-1999.	Resultados	%	1º	Resultados	%	2º
	Turno 28/11/1999		Turno 16/01/2000			
Koumba Yalá (PRS)	38,81%			72,00%		
Malam Bacai Sanhá (PAIGC)	23,37			28,00%		
Faustino Fudut Imbali ²⁴ (RGB-MB)	8,22%			-		

Fonte: Elections... (2012).

As eleições presidenciais e legislativas ocorreram em 28 de novembro de 1999, mas no que concerne ao presidencial nenhum candidato conseguiu maioria absoluta no primeiro turno, ou seja, o sr. Yalá alcançou 38,81%, seguido pelo sr. Sanhá com seus 23,37% bem

²⁴ Faustino Fudut Imbali nasceu em 1956. Formado em sociologia, é um político da Guiné-Bissau que assumiu o cargo de primeiro-ministro de 21 de março de 2001 a 09 de dezembro de 2001, atualmente é líder do Partido Manifesto do Povo.

como pelo candidato independente Faustino Fudut Imbali conseguiu 8,22% e outros (29,58%). Foram totais de 12 candidatos e os nove últimos tiraram menos de sete por cento. Em relação à eleição legislativa, num universo de cento e dois deputados, na primeira colocação o PRS elegeu trinta e oito deputados, seguido de RGB-MB que saiu com vinte e nove assentos, na terceira colocação ficou o PAIGC com vinte e quatro parlamentares.

Quadro 4 - Eleições legislativas: 28.11.1999

Candidatos	Numero de Deputados Eleitos
PRS - Partido de Renovação Social	38
RGB-MB	29
PAIGC	24
AD - Aliança Democrática	3
UM - União para Mudança	3
PSD - Partido Social Democrática	3
FDS - Frente Democrática Social	1
UNDP - União Nacional para Democracia e Progresso	1

Fonte: Elections... (2012).

Após eleições legislativas e presidenciais, senhor Kumba Yalá, novo presidente da República eleito e o líder do Partido de Renovação Social, nomeou Caetano Intchama²⁵ para liderar o novo governo do PRS, porém um ano depois da sua formação, este governo foi derrubado por decreto presidencial e os motivos da demissão estavam relacionados à má gestão, incapacidade e ineficiência que esta administração mostrou na resolução dos principais problemas que assolavam o país. Como consequência da guerra civil que afetou o país no período de 1998 a 1999, o PIB do país caiu a mais de 28%, acarretando uma crise econômica, a desigualdade econômica, a degradação dos serviços de saúde e a educação, a elevação da taxa de desemprego e a perda de credibilidade internacional; perante esse fato, houve uma crescente contestação por parte do general Ansumane Mané²⁶ que alegava a “balantização²⁷ da elite militar e política” (GONÇALVES, 2011).

²⁵ Caetano Intchama foi jurista de carreira e Ministro de Administração Interna do governo de Unidade Nacional no período de 1999-2000. Posteriormente desempenhou o cargo do Primeiro Ministro do Governo do PRS. Vítima de uma doença, faleceu em 2007 aos 52 anos de idade.

²⁶ General Ansumane Mané foi assassinado no regime do presidente Yalá e o motivo do assassinato se relaciona à insatisfação do General Mané em relação à promoção das chefias militares com patentes de generais; o antigo líder da JMCPD se revoltou com a promoção dos militares, alegando que o país não tem condição de pagar altos salários de quantidades de generais promovidos pelo Presidente da República e, com

Detendo-nos um pouco para uma pequena análise da gestão do PRS, este partido, que era a maior força de oposição antes das eleições de 1999, conseguiu conquistar posições expressivas no cenário da política guineense dada às brigas internas dos seus adversários. Logo após a liberalização política, na eleição de 1994, o PRS configurava-se como a quarta força política, atrás do PAIGC, RGB-MV e UM. O primeiro enfraqueceu com a guerra civil e os dois últimos se fragmentaram por disputas internas e acabaram se dividindo em diferentes alas, abrindo assim, o caminho para o PRS crescer.

Mas, por outro lado, o partido de Yalá cometeu dois principais erros nos seus mandatos: primeiro, o fato de ter ignorado as reformas. A Guiné-Bissau necessitar de uma profunda reforma administrativa para que possa ganhar um dinamismo sendo a mais importante e urgente delas a do setor da defesa e segurança. É evidente que o país carece de recursos para implementar essa reforma, no entanto, o conflito político militar de 1998, era uma forte justificativa para o país conseguir verba junto a comunidade internacional nomeadamente CEDEAO. O segundo erro da gestão do PRS está atrelado a carência na composição de um governo capaz de responder as necessidades que as populações demandavam, essas situações se refletiam em constantes decretos presidenciais que demitia e nomeava os membros do governo em quase todos os meses. Nenhum dos governos substituídos conseguiram formular uma política econômica eficiente ao ponto de tirar o país do marasmo, a situação socioeconômica piorava na mesma proporção que a constante instabilidade política ao ponto de o presidente da República destituir o parlamento e marcar uma nova data para eleição legislativa antecipada, essa eleição não chegou a acontecer dado o constante adiamento.

Neste período, o PAIGC que tinha perdido a última eleição em 1999, organizou o seu Congresso Extraordinário que ocorreu em janeiro/fevereiro de 2002 objetivando a reestruturação do partido e, nesse encontro, saiu uma nova liderança do partido com Carlos Gomes Junior²⁸ eleito o novo líder. Este congresso foi importante para o PAIGC na medida em que conseguiu dar um novo dinamismo a este partido. Carlos Gomes Júnior “Cadogo” se transformou num potencial futuro primeiro ministro, pois pelo estatuto do PAIGC, em caso de uma vitória do PAIGC numa eleição legislativa, o presidente do partido ocupará

isso, retirou todas as patentes das chefias das forças armadas que foram promovidas, e essa atitude gerou indignação, não só por parte do governo e da presidência como no seio das forças armadas, em função dessa insatisfação ele acabou sendo assassinado.

²⁷ Presidente Koumba Yalá é do grupo Balanta e foi acusado pelo General Mané de nomear pessoas do seu grupo étnico para altos cargos militar e político.

²⁸ Carlos Gomes Junior, nascido em dezembro de 1949, é banqueiro e empresário do ramo do petróleo, político, deputado da nação no período de 1994-1999, primeiro ministro de 2004 a 2005 e de 2009 a 2012, candidato as eleições presidenciais de 2012.

automaticamente o cargo do primeiro-ministro. A reestruturação do PAIGC visava preparar-se para um novo embate eleitoral, embora o Presidente da República não tivesse fixado a data de uma nova eleição legislativa, mas estava exposta à necessidade de antecipar a eleição para escolha de um novo governo, dada à degradada situação política e socioeconômica do país.

A má gestão do PRS liderado pelo Presidente Yalá gerou insatisfação no seio da população. O constante adiamento das eleições legislativas e a crescente instabilidade política foram algumas das razões que conduziram o golpe de estado liderado pelo Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, general Veríssimo Correia Seabra. Este golpe, que derrubou o regime de Yalá, foi realizado na madrugada do dia 14 de setembro de 2003, quando o presidente Yalá foi obrigado a abandonar o Palácio e voltar para sua antiga residência.

O golpe do Estado que tirou Yalá da presidência foi à consequência de dois fatores. O primeiro, de não priorizar o projeto da reforma no setor da defesa e segurança a fim de garantir uma estabilidade definitiva para o país o que deu a possibilidade do poder militar sobrepor ao poder político e com isso o cargo de Estado Geral das Forças Armadas se transformou no “mais” alto do país, o que tem gerado disputa interna nas forças armadas. O segundo fator se prende a ineficiência do governo do PRS, em melhor a situação econômica do país que foi devastada pela guerra civil de 98, isso sem falar do nível de corrupção que se elevou. O processo de transição foi assegurado pelo empresário Henrique Rosa, na qualidade do Presidente interino da República e o então secretário geral do partido dos “renovadores” (PRS), Artur Sanha, foi indicado para ocupar o cargo do Primeiro Ministro até as eleições legislativas de 2004.

A eleição legislativa ocorreu no dia 28 de março de 2004 e, como era esperado por grande parte da população, o PAIGC, liderado pelo Carlos Gomes Júnior, saiu vencedor. Esta vitória se traduzia numa resposta ao total fracasso da gestão do PRS cujo mandato se caracterizou por uma constante troca de governos, i.e., durante um mandato de três anos foram derrubados cinco governos por decreto presidencial e todos estes não conseguiram encontrar soluções para problemas que o país atravessava, alguns degradaram os indicadores socioeconômicos, a greve era vista em quase todos os setores da administração pública do país; o PRS, digamos, frustrou a expectativa da população, embora estivesse exposto que este partido não tinha condição de resolver problemas do país, algo que se viu no seu próprio líder, o Yalá, em cuja campanha eleitoral passava mais tempo atacando adversários verbalmente do que apresentar um projeto de seu futuro governo. Após o conflito político-militar, a população estava bastante decepcionada com o PAIGC que não conseguiu enxergar a ineficiência dos renovadores e essa deficiência acabou refletindo nas urnas de 2004.

Quadro 5 - Eleições legislativas: 28.03.2004

Candidatos	Resultados em %	Numero de deputados
PAIGC	33,88%	45
PRS	26,50%	35
PUSD ²⁹	17,60%	17
UE ³⁰	4,83%	2
APU ³¹	1,35%	1

Fonte: Elections... (2012).

Nessa legislatura foram eleitos um total de cem parlamentares, e, embora o PAIGC liderado por Carlos Gomes Júnior conseguisse alcançar a vitória, não obteve maioria absoluta. No primeiro momento após eleição, o partido vencedor manifestou e criou um governo de base alargada com o PUSD. Apesar da vitória do PAIGC, podemos concluir que o maior vencedor foi o PUSD que desde sua criação nunca tinha elegido um deputado, mas, na eleição de 2004, conseguiu dezessete parlamentares. O crescimento deste partido estava estritamente ligada ao antigo primeiro-ministro do governo de unidade nacional após o levantamento militar, Francisco José Fadul³², que assumiu a presidência desse partido a partir de 2003, ou seja, o crescimento deste partido se deu em apenas um ano.

Como afirmamos acima, a vitória do PAIGC era apenas na eleição legislativa, lembrado que na altura o presidente da república era interino, em função do golpe. Perante todo esse cenário, após quatro anos de exílio em Portugal, em 2005, o ex-presidente Vieira, derrubado no levantamento de 07 de junho de 1998, voltou ao país para se candidatar às eleições presidenciais do mesmo ano. Com o seu retorno ao país, gerou divisão no seio da sociedade, pois alguns afirmavam que ele devia ser julgado pelo crime que cometeu na sua gestão e outra parte da população incentivava a candidatura dele a presidente da República.

Segundo Teixeira (2009), a volta de Vieira foi resultado do papel desempenhado pela CEDEAO, bem como do engajamento diplomático da Comunidade Internacional sob a coordenação da França, o qual foi determinante para o retorno deste ex-presidente para concorrer às eleições presidenciais de 2005. Nesse caso, a sua volta foi por imposição externa.

²⁹ Partido Unido Social Democrático.

³⁰ União Eleitoral.

³¹ Estados Popular Aliança.

³² Francisco José Fadul, nascido na Guiné-Bissau, em 1953, formou-se em direito e é um político que já ocupou o cargo do Primeiro Ministro no período de 1998-2000. Foi líder do PUSD, a terceira maior força política do país no período de 2002 a 2006; ocupou o cargo de Presidente de Tribunal de Contas em 2007; Fadul deixou o PUSD e fundou o Partido para a Democracia, Desenvolvimento e Cidadania (PADEC).

É fato que por causa do interesse da França em ter uma dominação política na região e um interesse em explorar os recursos naturais da Guiné-Bissau, este país europeu jogou, a nível internacional, um papel preponderante na volta do seu principal aliado guineense, mas também podemos afirmar que o retorno do Vieira partiu de alguns dirigentes do PAIGC que eram seus principais assessores e que perderam espaço na nova direção do partido liderado por Carlos Gomes Júnior. Ainda é válido salientar que a iniciativa de articular o retorno do Vieira surgiu da insatisfação da parte da população em relação ao regime do Yalá recém-derrubado por meio do golpe do estado. Lembrando que neste golpe que derrubou Yalá, o período da transição foi assegurado pelo empresário Henrique Pereira Rosa³³, cuja gestão foi marcada por seu esforço em impulsionar a estabilidade política do país, embora, nesse período, o general Seabra³⁴, tenha sido assassinado pela cúpula das forças armadas.

Quadro 6- Eleições presidenciais: 2005

Candidatos	Resultado % 1º Turno	Resultado % 2º Turno
	19.06.2005	24.07.2005
João Bernardo Vieira	28,87%	52,35%
Malam Bacai Sanhá (PAIGC)	35,45%	47,65%
Koumba Yalá (PRS)	25,00%	-

Fonte: Elections... (2012).

Nesta eleição presidencial de 2005, João Bernardo Vieira saiu como vencedor no segundo turno com 52%; a sua vitória foi mero reflexo da má gestão de Yalá e seu partido; a nosso ver, o retorno de Vieira que culminou com a sua vitória traduz a característica de um povo que sempre foi vítima de um poder político-militar, um povo na sua grande maioria caracterizado por baixo nível de escolaridade, o que explica os erros de escolha. A volta do Vieira foi mal vista por Cadogo cuja justificativa nenhuma relação tinha com a questão da estabilidade política do país, mas as razões eram meramente pessoais.

³³ Henrique Pereira Rosa nasceu em 1946, na cidade de Bafatá, Guiné-Bissau; foi um empresário e político guineense; foi presidente interino da república no período de 2003-2005, candidato independente às eleições presidenciais de 2009 e 2012, faleceu em 2013 vítima de uma doença prolongada.

³⁴ General Veríssimo Correia Seabra nasceu em 1947; formado em engenharia eletrônica na Bulgária e Artilharia na antiga União Soviética; no conflito político-militar de 1998, era o segundo homem da Junta Militar após o qual assumiu o cargo de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, função em que acabou assassinado por seus companheiros. A sua morte se deve às disputas internas nas Forças armadas, uma vez que quem ocupa o cargo de chefe do estado Maior pode controlar, pela força, até o presidente da República, o que, pela constituição, devia ser o contrário. Este fato ilustra como os políticos são reféns dos militares na Guiné.

O presidente Vieira e o primeiro-ministro Gomes tinham uma boa relação de longa data que foi abalada durante o conflito armado de 98-99, quando a amizade ficou estremecida, uma vez que Cadogo responsabilizou o Vieira pela guerra civil, mas, na qualidade de primeiro-ministro, foi obrigado a aceitar a volta de Vieira no país pelos militares. Contudo, mesmo tendo Vieira vencido as eleições presidenciais, Cadogo não aceitou a vitória dele, o que levou o novo presidente da República a demiti-lo do cargo de primeiro-ministro, nomeando, assim, Aristides Gomes para ocupar a chefia do governo.

Em consequência da guerra de civil que ocorreu em 1998, a Guiné-Bissau se transformou num dos estados africanos com as mais frágeis instituições. A volta do Vieira se deu por meio deste cenário da instabilidade política que, durante todo o período da sua segunda gestão, não conseguiu contornar a situação. Em algum momento, o povo guineense presenciou a ousadia dos militares em desarmar as guardas presidenciais, o que talvez não aconteça em nenhuma parte do mundo. A questão da instabilidade política que, em decorrência da roída guerra civil, abriu o caminho para o poder militar atropelar tudo que a constituição do país impera, as forças armadas tiveram uma grande parcela de responsabilidade na degradação das instituições públicas do país e os governos eleitos igualmente não fizeram muita coisa para erradicar os problemas profundos que afetam o país.

Os narcotraficantes latinos americanos se aproveitaram das frágeis instituições públicas do país aliciando alguns membros da classe militar e política, transformando o país numa rota do tráfico de droga. As drogas tinham por destino final a Europa, mas saíam de alguns países da América do Sul e passavam por alguns países africanos incluindo a Guiné-Bissau. É importante nos lembrar de que a Guiné-Bissau se dispõe de oitenta e uma ilhas, entre as quais apenas doze são habitadas e o governo não tem condição de controlar todas as ilhas o que facilitava a logística dos narcotraficantes com os seus comparsas guineenses.

O país se transformou em rota do tráfico internacional de droga durante o governo do sr. Aristides Gomes Pereira³⁵, que sucedeu a administração do Carlos Gomes Júnior, derrubado através de um decreto presidencial que alegava o desentendimento entre a prematura e palácio da República o que levou o país a nova eleição legislativa realizada em novembro de 2008 sob o acompanhamento de observadores internacionais que consideraram as eleições livres, justas e transparentes. Contudo, o PAIGC, liderado por Cadogo, foi novamente vencedor, formando um novo executivo que substituiu o governo de transição.

³⁵ Aristides Gomes Pereira nasceu em Canchungo, Guiné-Bissau, em 1954. Sociólogo formado pela universidade de Paris VIII, é um político guineense que ocupou cargo de ministro do planeamento e cooperação internacional e foi primeiro-ministro de novembro de 2005 a abril de 2007.

Quadro 7 - Eleições legislativas: 16.11.2008

Candidatos	Resultados %	Numero de Deputados
PAIGC	49,52%	67
PRS	25,21%	28
PRID	7,48%	3
AD	1,38%	1

Fonte: Elections... (2012).

Mais uma vitória do PAIGC. E foi o reflexo de uma boa gestão que Cadogo começara a engendrar antes da queda de seu primeiro governo, embora ele também ignorasse as reformas dos setores da defesa e segurança, priorizando setores da economia. O seu executivo gerenciou o país até os meados de 2012, onde foi derrubado por mais um golpe de Estado, mas antes da queda deste governo ocorreu alguns dos importantes fatos que merecem destaques. Começando pelo assassinato do presidente da República João Bernardo Vieira e do Chefe do Estado General das Forças Armadas general Batista Tagme na Waie³⁶ que foram mortos no dia primeiro de março de 2009: o general, através de um atentado à bomba que ocorreu no Estado Maior General das Forças Armadas, enquanto que o presidente Vieira, foi assassinado na sua residência por grupos dos militares que invadiram a sua casa.

Com o assassinato das duas importantes figuras do país, o porta-voz dos criminosos, o Almirante José Zamora Induta, deu conferência de imprensa, em que assinalou que o atentado a bomba que matou o general Tagmé fora perpetuado pelo presidente Vieira e a morte do presidente era uma vingança. Para a população, essa desculpa foi e continua sendo pouco convincente e as investigações preliminares feitas pelo governo norte-americano apontam os militares como os principais responsáveis.

De outro modo, a comunidade internacional mostrou-se preocupada com os dois assassinatos e o governo norte-americano enviou para Guiné uma equipe de investigadores do FBI. De acordo com as investigações preliminares, as autoridades norte-americanas atribuíram a morte do Presidente Vieira e do General Waie aos militares. Algumas correntes apontam que a morte dos dois está relacionada ao narcotráfico, ou seja, foram assassinados porque estavam tentando acabar com o tráfico de drogas. O governo dos EUA prometeu enviar um procurador para fazer uma investigação mais densa. Mas, para o governo de

³⁶ Batista Tagmé na Waie nasceu em Catió, Guiné-Bissau, em 1949, e faleceu em março de 2009; era um major-general das forças armadas, ex-combatente da luta anti-colonial e um dos principais membros da Junta Militar; ocupou o cargo do Chefe de Estado maior General das Forças Armadas, sucedendo Veríssimo Correia Seabra, aliás foi acusado como assassino do Seabra.

Washington, existe suspeita de envolvimento de algumas chefias militares com o narcotráfico e, em função desse envolvimento, o Departamento do Tesouro Norte-americano congelou os bens financeiros do Chefe de Estado-Maior das Forças Aéreas, General Ibraima Papa Camará, do então Chefe do Estado-Maior da Marinha, Contra-almirante José Américo Bubo Na Tchuto. Para o governo do Washington, suspeita-se que Bubo Na Tchuto seja um dos principais facilitadores do narcotráfico na Guiné-Bissau. O Departamento do Tesouro acusou ainda os dois dirigentes de estarem ligados ao caso de um avião que transportou várias centenas de quilos de cocaína da Venezuela para a Guiné-Bissau, em 12 de julho de 2008.

Com o assassinato do Presidente da República, segundo a Constituição do país, o presidente do parlamento guineense, Raimundo Pereira³⁷, assumiu a Presidência da República interinamente até a realização das eleições presidenciais em junho de 2009 em que Malam Bacai Sanhá foi eleito no segundo turno.

Quadro 8- Eleições presidenciais 2009

Candidatos	Resultado % 1º Turno	Resultado % 2º Turno
	28.06.2009	29.07.2009
Malam Bacai Sanha (PAIGC)	39,59%	63,31%
Koumba Yalá (PRS)	29,42%	36,69%
Henrique Rosa (Cand. Indep.)	24,19%	-

Fonte: Elections... (2012).

No dia primeiro de abril de 2010, o vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Antônio Injai, juntamente com grupos de militares, decidiram sequestrar o primeiro ministro Cadogo e o então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Almirante José Zamora Induta (lembrando que nesse sequestro o general Injai teve apoio do Almirante Bubo na Tchuto), o que gerou protesto não apenas da comunidade internacional como da população, que saiu à rua para manifestar contra as forças armadas. O General Injai foi apontado como principal assassino do Vieira o que lhe rendeu o cargo do vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, como afirmou um oficial das forças armadas de nome Pansau Intchama que participou na operação do assassinato do ex-presidente Vieira. Podemos perguntar: onde está a justiça? A resposta é que na Guiné-Bissau, após o conflito de 98, nenhum juiz está disposto a enfrentar os militares, do mesmo jeito, nenhum político está disposto a realizar uma

³⁷ Raimundo Pereira nasceu na Bissau, em 1958; é um advogado e político guineense e membro do PAIGC; exerceu o cargo de presidente da Assembleia Nacional Popular; foi presidente interino da República interino por duas vezes.

profunda reforma nas forças armadas, porque sabem que estas reformas podem custar os seus cargos e até as suas vidas.

Como é do conhecimento comum que uma das consequências de uma instabilidade político-militar é a degradação dos indicadores sociais e econômicos, por causa do último golpe ocorreu no dia 12 de abril, houve uma elevada deterioração, a situação agravou de forma tão profunda que o chefe dos golpistas, Gen. Antônio Injai, afirmou que o último golpe piorou a situação do país em todos os sentidos, inclusive para a vida dos militares golpistas³⁸.

Nesse golpe, como forma de tentar evitar a pressão interna e externa, o primeiro-ministro sequestrado foi liberto, enquanto que Gen. Induta continuou no poder dos militares, aliás foi transferido para o quartel de cidade de Mansoa que fica a 68 km da capital Bissau. Perante esse fato, o Gen. Injai obrigou Induta a renunciar ao cargo da chefia geral das forças armadas. O presidente da República temendo um próximo golpe e a sua própria vida, aceitou colocar o Gen. Injai para chefiar as forças armadas.

Por motivo de doença, o presidente Bacai Sanha faleceu em Paris no dia 09 de janeiro de 2012 e, mais uma vez, Raimundo Pereira, na qualidade de Presidente do Parlamento assumiu a Presidência da República interinamente por um período de 60 dias como determina a Constituição guineense. Pereira convocou todos os partidos com e sem assento no parlamento para marcação da nova data de eleições presidenciais, o que foi acertado para o dia 18 de março de 2012. Lembrando que o presidente Sanhá era visto pela população como um homem que tentava promover a paz, embora muitas das vezes evitavam de bater de frente com os militares para expor a sua posição na qualidade do presidente.

Com a data da nova eleição agendada, Carlos Gomes Júnior deixou o cargo de primeiro ministro para concorrer às eleições presidenciais. O primeiro turno das eleições foi organizado no dia 18 de março de 2012, quando Gomes Júnior conseguiu apenas 48,97% dos votos, na segunda colocação aparece o candidato Koumba Yalá, que alcançou 23,36%.

³⁸ Dentro do bloco UEMOA, a Guiné-Bissau não é o único país com instabilidade política, temos outro país que é o Mali e, de fato, se analisado comparativamente, concluiremos que a Guiné apresenta melhores indicadores sociais em relação a este país, mas no momento essa análise não vem ao caso. Em 2012, os dois países (Guiné-Bissau e Mali) sofreram golpe de Estado, mas na busca pela solução dos problemas da instabilidade trilharam caminhos diferentes. No país lusófono, já ocorreu mais de dez golpes e contragolpes e o pior é que os golpistas são promovidos por essa razão já passou mais de uma década o país não consegue encontrar a solução para por fim nessa sucessiva instabilidade. Pelo contrário, Mali encontrou uma forma eficiente de resolver o problema; diante do golpe de 2012 que ocorreu nesse país, a justiça determinou a prisão de todos os implicados, ou seja, todos os militares que participaram no golpe foram considerados criminosos e estão presos.

Quadro 9 - Eleições presidenciais 2012

Candidatos	Resultado % 1º Turno 18.03.2012	Resultado % 2º Turno
Carlos Gomes Junior (PAIGC)	48,97%	00,00%
Kumba Yalá (PRS)	23,36%	00,00%
Manuél Serifo Nhamadjo (cand. Indep.)	15,74%	-

Fonte: Elections... (2012).

Não houve segundo turno por causa de um novo golpe de Estado orquestrado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Gen. António Injai. Na véspera da campanha para o segundo turno das eleições presidenciais, a residência do então primeiro-ministro e candidato a presidencial, Cadogo, foi invadida pelos militares que renderam a segurança e prenderam Gomes Júnior. Na mesma hora, outros elementos das forças armadas praticaram o mesmo ato com o Presidente interino da República.

O golpe de Estado ocorreu numa altura em que o país estava promovendo reformas no setor da defesa e da segurança através da parceria com o governo angolano e inclusive com a presença no país da Missão Angolana chamada “MISSANG” cujo objetivo era modernizar as forças armadas guineenses através de um projeto concreto desenhado pela CPLP e CEDEAO.

O último golpe justifica-se pelo fato dos militares guineense quererem quebrar o acordo da reforma nos setores da defesa e da segurança feito pelo governo guineense com o angolano. Segundo o porta-voz da junta militar (golpistas), o Estado-Maior das Forças Armadas não tinha informação sobre a quantidade de armamento que os militares angolanos estavam levando e nem a quantidade dos efetivos que estavam na Guiné, armamentos estes que foram levados para o treinamento dos militares guineenses. O governo da Guiné recusou quebrar o acordo. O Estado-Maior mostrou-se indignado com o governo. Com o golpe de Estado, os ministros do governo derrubado se refugiaram em diferentes embaixadas como as de Portugal e China e ainda na delegação da União Europeia.

Esse golpe gerou uma profunda instabilidade política para o país e foi imediatamente condenado pela comunidade internacional, que exigia a volta do governo legítimo que foi derrubado pelo golpe. A UE e a CPLP fizeram pressão em prol do retorno à legalidade, mas a CEDEAO, que tomou iniciativa de mediar a instabilidade gerada pelos militares golpistas, acabou decepcionando com sua mediação não só a população guineense mas também a comunidade internacional, sendo que acabou legitimando o golpe, aprovando a proposta dos

golpistas que foi a escolha do presidente interino do parlamento e candidato derrotado nas eleições presidenciais, lembrando que, no início das negociações, tanto o presidente interino como o primeiro ministro deposto estavam no poder dos golpistas.

O candidato derrotado Manuel Sirifo Nhamadjo é um dos dirigentes do partido deposto no golpe de 12 de abril (PAIGC). Ele se licenciou do partido para participar nas eleições presidenciais como candidato independente, uma vez que o PAIGC tinha em Carlos Gomes Júnior o seu candidato. Após a publicação dos resultados do primeiro turno, os candidatos Koumba Yalá, Manuel Sirifo Nhamadjo, Henrique Pereira Rosa, Afonso Té e Serifo Baldé protestaram contra o resultado, alegando que houve fraude nas eleições, o que foi contestado por observadores internacionais que consideraram as eleições presidenciais livres, justas e transparentes.

A instabilidade política que piorou com o golpe de estado, iniciou-se a partir do momento em que Koumba Yalá recusou-se a participar do segundo turno das eleições presidenciais com o seu adversário político, Carlos Gomes Júnior, alegando ter havido fraude no primeiro turno. Tudo indicava que Gomes Júnior venceria de forma significativa no segundo turno, o que não aconteceu por causa do golpe. A nível internacional, Yalá é sempre visto como foco da instabilidade, inclusive Angola e Portugal lhe acusaram de ser o mentor do golpe de Estado.

A comunidade Internacional, em especial, a UE, suspendeu toda e qualquer tipo de cooperação com a Guiné, inclusive retirou os seus navios de pesca no mar do país, lembrando que a UE é a maior importadora dos peixes guineenses. O país também foi suspenso da UA, e esta suspendeu qualquer tipo de financiamento ou ajuda financeira através do Banco Africano do Desenvolvimento (BAD) à Guiné. Indo na mesma direção das outras organizações, a Guiné foi suspensa da CPLP, reconhecendo essa organização apenas as autoridades depostas no golpe de 12 de abril e não o governo golpista. No VI Congresso da CPLP, realizado no dia 10 de julho em Maputo, Moçambique, foram convidados apenas os membros do governo derrubado no golpe e, por último, a ONU também afirmou que não reconhecia o governo golpista. Dentro dessa perspectiva, o governo que saiu do golpe estava praticamente isolado. Mas, na contra mão dos outros países e organizações internacionais, o governo golpista teve apoio da CEDEAO, UEMOA e alguns países como a China, Rússia, Cuba, Turquia e Índia etc. Os três primeiros países têm uma relação histórica com a Guiné, que começou na luta pela independência deste pequeno país.

Por outro lado, o golpe de 12 de abril acabou gerando tensão entre Angola e Nigéria, um acusando o outro de ser o mentor do golpe. Para o governo angolano, o governo de Abuja

é o principal responsável uma vez que apoiou a candidatura do Nhamadjo nas eleições presidenciais e aprovou a escolha desse político para o cargo de presidente interino de transição. O governo da Nigéria negou a acusação e afirmou que a participação dos militares de Angola nas reformas da defesa e da segurança é que provocou o golpe.

No centro de todo problema de instabilidade podemos perceber a forte presença dos políticos coligando com os militares para organizar e executar o golpe. A retrospectiva confirma que no conflito de 1998, vários políticos de oposição incluindo do próprio PAIGC decidiram apoiar os militares golpistas por terem perdido cargos no regime de Vieira; essa história não parou por aqui, mas em todos os golpes que aconteceram os políticos tiveram participação ativa. Salientamos que normalmente os partidos que apoiam golpes são aqueles que não têm assento parlamentar, os que só conseguem chegar ao poder por via da instabilidade política e militar.

A evolução política da Guiné-Bissau ao longo da última década, embora não fosse o objeto do nosso estudo, mostra-se com os fortes acontecimentos sócio-políticos como a grande marcadora da experiência do país no seio da UEMOA. Olhando para trás, para o que se passou na Guiné-Bissau a partir da sua inserção na União, damo-nos conta de que, malgrado os incidentes de percurso e as turbulências sociopolítico, esses acontecimentos marcaram o país de forma profundo.

3.8 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O ressurgimento das iniciativas de integração regional em África nos finais da década de 1980 e começo dos anos 1990 pode ser visto como uma resposta ao aprofundamento e ao alargamento da integração no continente. Com isso, a África pretende estreitar ou, no mínimo, alargar o fosso que já a separava das outras nações do continente, reduzindo os custos de fragmentação dos mercados e melhorando as possibilidades de atrair investimento.

A zona Franco CFA na costa oeste africana pode ser considerada como um espaço monetário homogéneo no qual os Estados-membro são levados a adoptar uma política comum no que concerne à moeda e ao crédito, assim como uma regulamentação uniforme em matéria monetária e bancária, a centralizar as suas reservas cambiais no banco emissor e a liberalizar as transferências de capitais no interior da zona. A UEMOA tem proporcionado séries de benefícios para os seus Estados-membro que vão desde a consolidação das instituições da república, a estabilização macroeconómica, financiamento e concessão de empréstimos, etc.

O bloco apresenta divergência na medida em que alguns países como a Costa do Marfim e o Senegal apresentam economias relativamente desenvolvidas em relação aos demais países.

O capítulo aqui apresentado tem por objetivo analisar as causas que contribuíram para a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA, dando especial atenção a sua trajetória política, antes e após a sua inserção naquele espaço. Em relação aos demais membros, a Guiné-Bissau apresenta uma história bastante peculiar, a sua independência custou suor e sacrifícios, com uma difícil luta armada que se arrastou por mais de onze anos custando vidas. Embora todas as nações de fala francesa que se juntaram a Guiné na UEMOA tomaram as suas independências por via pacífica, o que se verifica, grosso modo, é que o processo da integração tem sido assombrado pelo histórico de fatores internas ou externas.

No caso dos guineenses, a violência que caracterizou a luta contra o então colonizador não cessou no período pós-independência. O sucesso encontrado na libertação do país não se fez presente no período pós-luta, o país tem tido saldo negativo em função da má gestão e tais erros conduziram o país para um destino indesejado. Os erros da política econômica tiveram forte influência na inserção da Guiné na UEMOA. O fato desta inserção ter gerado controvérsias talvez se deve inicialmente a não existência dum estudo aprofundado que mostrasse os resultados palpáveis. Embora o governo guineense tenha recomendado um estudo sobre o impacto da Guiné na UEMOA, sabemos que a conclusão deste estudo era preliminar e, a seu turno, o governo sem que tenha aprofundado os referidos estudos, antecipou a sua decisão de arrastar o país para esta união. Foi uma decisão meramente precipitada motivada por várias razões.

A adesão da Guiné-Bissau na UEMOA foi o reflexo de uma situação macroeconômica conturbada, com uma moeda desvalorizada, inflação bastante elevada, baixo crescimento econômico e várias tentativas de políticas econômicas fracassadas, o país não tinha muita escolha, o que acabou acarretando a sua inserção neste bloco francófono. A sua entrada nesta organização apresentou uma nova reconfiguração a nível de importação, ou seja, a Guiné deixou de importar dos países europeus como Portugal e Holanda para comprar dos países vizinhos como Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri, os dois últimos não fazem parte da UEMOA, mas são membros da CEDEAO.

A Guiné-Bissau tem encontrado cadeias de dificuldades em obter ganhos comerciais neste intra-bloco. Contudo conseguiu sanear os problemas inflacionários que tanto afetava a sua economia. Os problemas recorrentes das perdas podem ser justificados pelo acidente de percurso. Após um ano da sua inserção neste bloco regional, a Guiné mergulhou numa

instabilidade política e militar sem precedência o que tem contribuído significativamente para a fraca participação deste país na UEMOA.

É prematuro concluir que a inserção da Guiné-Bissau na UEMOA foi uma decisão errada, uma vez que essa conclusão demanda uma análise cuidadosa, todavia o fato é que após integração do país neste bloco, ele trilhou caminho desfavorável à paz, estabilidade e progresso, sob vários golpes dos Estados e contragolpes. A sucessiva queda dos governos de curta duração não possibilita a estes executivos terminar os seus programas de governo. Isso tem dificultado a participação do país no seio da União, ao longo do seu percurso nenhum governo conseguiu terminar o seu mandato, a instabilidade política pode ser eleita como o primeiro dos mais sérios problemas que o país enfrenta.

4 UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA OESTE AFRICANA - UEMOA: O AVANÇO E O RETROCESSO

A UEMOA faz parte da chamada zona franco, juntamente com a CEMAC- Comunidade Economica e Monetaria da África Central, a República francesa e a República das Comores. Dentre os avanços e os obstáculos encontrados ao longo da existência, a UEMOA tem jogado importante papel perante os Estados membros. Entre os erros e acertos, este capítulo objetiva analisar os sucessos e o retrocesso.

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 2014, foi comemorado o aniversário das duas décadas de criação da UEMOA, porém esta sessão objetiva analisar a contribuição deste bloco no processo de desenvolvimento regional ao longo dos vinte anos da sua existência, dando ênfase aos avanços ou sucesso alcançado e sem deixar de identificar os obstáculos. Antes de desenvolvermos este tema, é mister salientar que a UA não reconhece a UEMOA como um bloco regional por ela não constituir uma das oito Comunidades Econômicas Regionais. Porém, as nações que compõem esta união são membros da CEDEAO e através das suas instituições a UEMOA tem jogado importante papel para o desenvolvimento social e econômico da região.

4.2 ALGUMAS DAS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DOS PAÍSES DA UEMOA

A maioria dos blocos é formada por países da mesma região geográfica; daí o nome, integração regional. Essa proximidade geográfica facilita o transporte de bens, mão-de-obra e outros fatores de produção, além disso, as nações vizinhas tendem a se assemelhar em aspectos culturais e linguísticos (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010). O processo da integração da UEMOA foi facilitado pelo laço histórico que uniu sete dos oito países. A similaridade destes países se assenta na língua, cultura e o ambiente socioeconômico herdado da então colonização francesa.

O oito Estados-membro da UEMOA ocupam um espaço geográfico de 3.509.600 k², deste total, o Níger é o país com maior dimensão territorial (1. 267. 000 k²); na sequência, aparece a República do Mali com 1. 240. 200 k²; na terceira posição, está a Costa de Marfim com 322.500 k²; O Burkina Faso, aparece em seguida com uma superfície de 274.100 k²; o

Senegal vem atrás com 197. 200 k²; o Senegal é seguido por mais um francófono, Benin, com 115. 700 k²; e, por último, temos o Togo e a Guiné-Bissau com 56. 800 k² e 36. 125 k², respectivamente (UEMOA, 2014).

É importante salientar que as fronteiras africanas foram divididas de forma superficial por então colonizadores, ou melhor, os africanos não tiveram oportunidades de delimitarem as suas fronteiras. Após a independência destes países, alguns Estados entraram em confronto político militar com o país vizinho, como é o caso do Mali e a Burkina Faso, entre o ano dos 1964 a 1965, ou a tensão política armada que ocorreu entre a Guiné-Bissau e o vizinho Senegal, na década de 90 bem como o conflito armado entre o Senegal e o movimento independentista de Casamança que continuam um conflito que tem já várias décadas. Todos estes e mais conflitos fronteiriços aconteceram em consequência de um projeto dos “africanos” que não foi pensado pelos africanos, ou seja, forma imposta pelos ocidentais com intuito de servir os seus próprios benefícios.

Figura 2 - Mapa dos países da UEMOA



Fonte: UEMOA (2012).

Segundo Fernandes (2011), o percurso dos países do bloco é caracterizado pela predominância de similaridades nas identidades culturais, idiosincrasias, hábitos e costumes, assim como a posterior formação de seus Estados. Vários grupos de língua *Mandinga*, *Sussu*, e sobretudo *Fula* falada na região da África ocidental não se deferem, apenas mudam somente a nomenclatura, por exemplo: os chamados Mandingas na Guiné-Bissau, são chamados *malinkes* ou *soninkes* no Mali, *sussos* na Guiné Conacri, *sosse* no Senegal, os *Fula* na Guiné-

Bissau, Senegal e Gâmbia correspondem a *fules* na Burkina Faso. Existem inúmeras opiniões que apontam estas características multiculturais como o foco das diversas convulsões sociais.

No campo da política, alguns dos países da união pegaram a onda da democratização que ocorreu nos finais da década de 80 e o início da década de 90, atualmente uns utilizam o sistema presidencialismo e outros adotaram o sistema semipresencial (tabela 1).

Tabela 1- Informação básica dos países da UEMOA

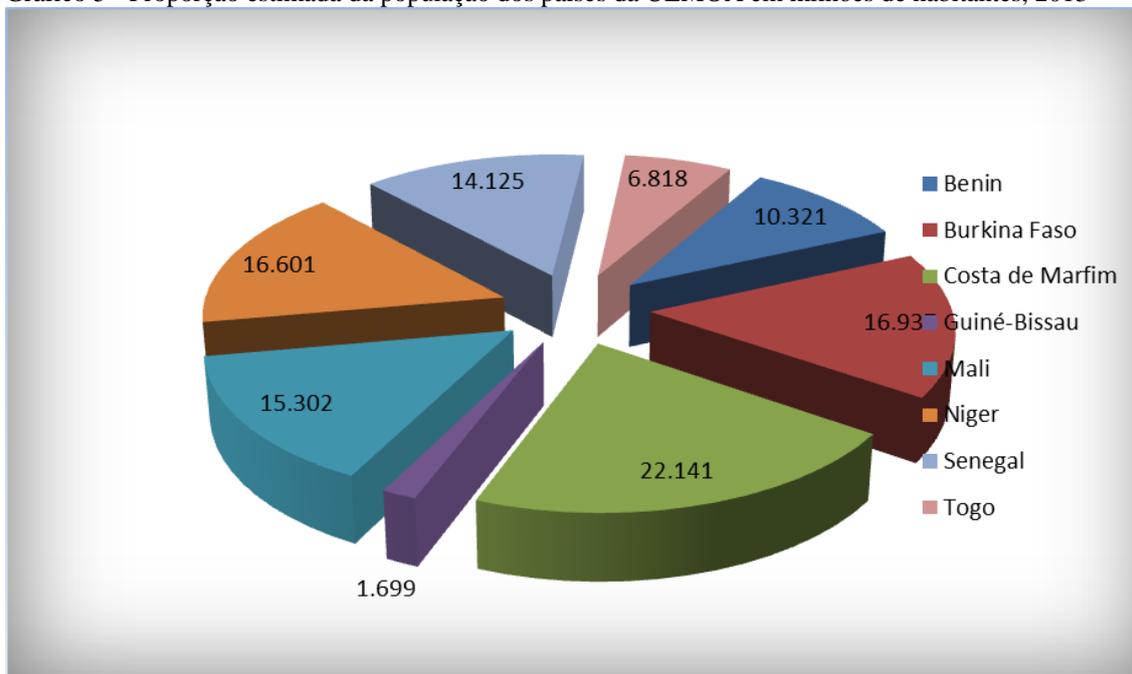
Países	Data da Independência	Governo	Idioma
Benin	01/08/1960	Presidencial	Francês
Burkina Faso	05/08/1960	Semi- presidencial	Francês
Costa de Marfim	07/08/1960	Presidencial	Francês
Guiné-Bissau	24/09/1973	Semi- presidencial	Português
Mali	22/09/1960	Presidencial	Francês
Níger	03/08/1960	Semi- Presidencial	Francês
Senegal	04/04/1960	Semi- Presidencial	Francês
Togo	27/04/1960	Presidencial	Francês

Fonte: Elaboração própria a partir de Fernandes (2011).

A União é caracterizada pela população na sua esmagadora maioria economicamente ativa, ou seja, a região oferece janela de oportunidade, embora as dificuldades sejam imensas. Segundo o Banco Mundial (2014), os países da África Subsaariana no qual alguns destes Estados do espaço UEMOA estão inseridos apresentam em média uma população urbana de 37%, contra 63% da população rural. O povo do espaço é marcado por baixo nível de escolaridade, alto índice do desemprego e falta de créditos para pessoas que queiram empreender algum tipo de negócio. E todos estes fatores têm contribuído para a alta dependência da população em relação aos seus governos ou outras instituições intergovernamentais, neste caso, como a própria UEMOA que tem jogado importante papel no sentido de diminuir essa dependência da população.

Segundo FMI (2013), em 2013, a população da UEMOA foi estimada em mais de 104 milhões de habitantes; deste total, a Costa de Marfim sendo o país com a maior número populacional do bloco, concentra 22.141 o que corresponde a 21,30%, de toda população da União, seguido do Burkina Faso com 16.937 milhões de habitantes, equivalente a 15,52% da população, Mali, 15,73% e Níger, 15,50%, Senegal, 12, 57%, Benin, 9, 63%, Togo, 6% e a Guiné-Bissau, sendo o país com menor população, tem apenas 1,63%.

Gráfico 5 - Proporção estimada da população dos países da UEMOA em milhões de habitantes, 2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (2013).

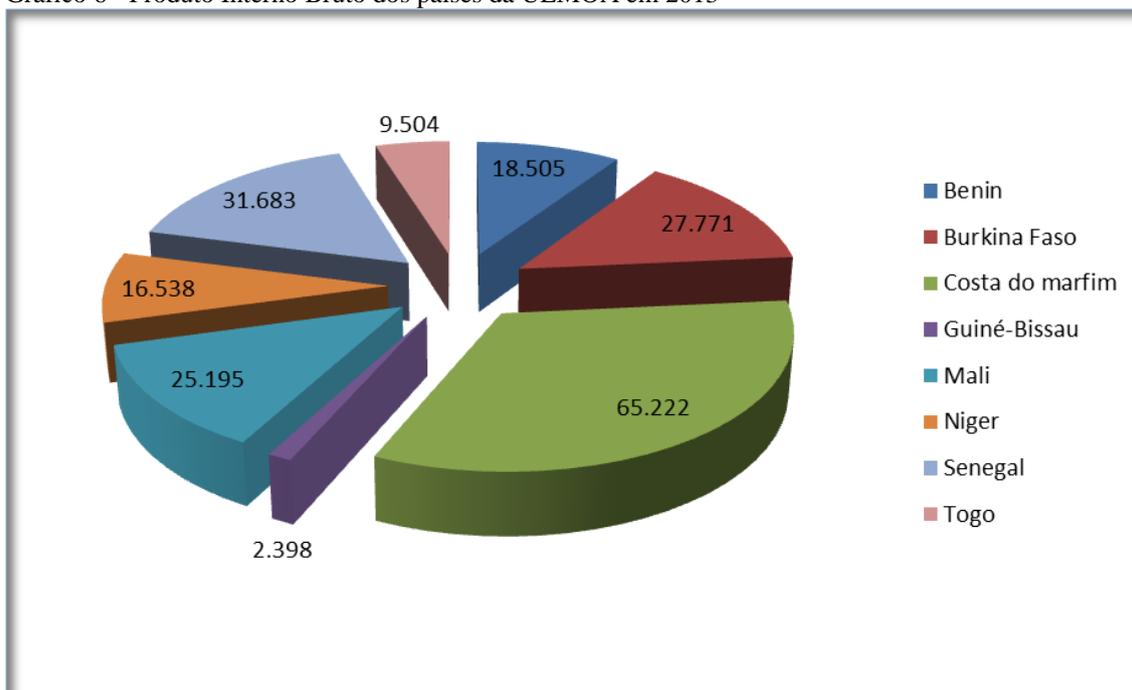
Conscidência ou não, é notável que dentro daquele bloco a influência política dos países que constituem o referido espaço em grande parte se dá em função do tamanho da sua economia incluindo o atual momento das explorações dos seus recursos naturais e também tamanho da sua população, dentro dessa perspectiva os gráficos 1 e 2 ilustram o tamanho das economias e a quantidade das populações dos países do bloco. Provavelmente, os dois indicadores podem não ser as variáveis independentes suficientes para explicar as razões que levam alguns países a exercerem tal influência política, ainda numa região com série de convulsões políticas, ou seja, pode ser necessário demandar mais indicadores para melhor criar uma compreensão das razões que levam os países como Costa do Marfim e Senegal a serem os mais influentes da UEMOA.

Portanto, o gráfico abaixo mostra que a República da Costa do Marfim não apenas concentra maior parcela da população da união, mas também é o país mais rico do bloco. No ano de 2013, este Estado francófono, o mais rico da África Ocidental, apresentou um PIB de US\$ 65.222 bilhões de dólares americano, o que equivale a 33,13% de toda riqueza produzida pela a UEMOA no mesmo ano. O desempenho econômico dos marfinenses não se restringe ao círculo da UEMOA, sendo que, em termo regional, é a terceira maior economia atrás apenas da Nigéria e do Gana. É válido salientar que com a exceção da Guiné-Bissau, todos os países integrados abarcam alguma instituição do bloco tanto no contexto da CEDEAO ou da

própria UEMOA, daí o centro financeiro da UEMOA se localiza em Abidjan (Costa de Marfim). A Guiné-Bissau, o único país da lusofonia neste espaço, apresenta o menor PIB do bloco que é de US\$ 2.398 bilhões de dólares americanos, o que corresponde a apenas 1,21% de toda a riqueza da união.

O Produto Interno Bruto dos países da UEMOA são caracterizados em grande parte pelos produtos primários que incluem a produção e exportação de algodão, amendoim, azeite de palma, cacau, castanha de caju, café, madeira, peixe, bananas, inhame, petróleo, gás, diamantes, ouro, fosfato, urânio, etc. O setor secundário da economia, caracterizada pelas indústrias, continua sendo pouco desenvolvida no espaço UEMOA, nomeadamente, os dois países com maior economia do bloco, Costa do Marfim e o Senegal, proporcionaram um relativo avanço nesse segmento, e também o PIB de ambos apresenta uma relativa participação no segmento dos serviços e comércio externos que caracteriza o setor terciário da economia.

Gráfico 6 - Produto Interno Bruto dos países da UEMOA em 2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (2013).

4.3 A BREVE RETROSPECTIVA DA UEMOA

Exceto a Guiné-Bissau, os sete países que constituem o bloco faziam parte da Afrique Occidentale Française (AOF)³⁹. Naquela região oeste africana, os franceses criaram e gerenciavam uma federação de oito territórios. Fernandes (2011) corrobora essa tese afirmando que no passado a maioria destes países compunham a AOF e depois a Comunidade Franco Africana (CFA) e todos conseguiram as suas independências em 1960. Na realidade, a raiz da integração está relacionada ao período da colonização.

Para o autor acima citado, a criação das duas agrupações iniciais foi uma estratégia do governo colonial francês de estabelecer uma política monetária e comercial nas suas colônias para o seu melhor controle; com a consolidação da sua estratégia, em 26 de dezembro de 1945 a França cria uma moeda denominada Franco CFA. É relevante destacar que a referida moeda é utilizada nestes Estados desde a sua criação (com exceção da Guiné-Bissau que aderiu ao bloco em 1997) até a data atual, evidentemente, num contexto já diferente.

A criação da UEMOA foi regida por dois acordos que são do âmbito da integração econômica e da integração monetária, sendo que o primeiro, o Tratado da União Monetária Oeste Africano (UMOA), assinado em 1962, tomava conta dos assuntos a respeito da integração monetária; enquanto que o segundo acordo, o Tratado da Comunidade Econômica da África de Oeste (CEAO), foi assinado em 1973, cuja meta era promover a cooperação comercial e setorial entre países membros (CELINE, 2010). É notável que o processo da integração econômica e monetária foi construído pelos africanos no período pós-independente.

Ainda segundo Fernandes (2011), a necessidade de consolidar a UMOA foi uma emergência depois se ter agravado a crise econômica de 1980, que teve como consequência a queda nos preços dos produtos primários cujas receitas representavam a principal e a maior fonte de renda dos países da UMOA. Dentro dessa perspectiva, o Tratado adicional que instituiu a UEMOA foi assinado em Dakar (Senegal), em 10 dias de janeiro de 1994, pelos presidentes de Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Este Tratado entrou em vigor em 1º de agosto de 1994 e, em 02 de maio de 1997, integrou o oitavo membro a Guiné-Bissau (o único do país lusófono).

³⁹ Entre o período de 1895 a 1958, a França criou uma federação com oito territórios franceses na África, a federação era composta por Mauritânia, Senegal, Sudão Frances (atual Mali), Guiné-Conakry, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Daomé (atual Benin).

4.4 OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UEMOA

Ao longo das duas últimas décadas, os dirigentes dos Estados que compõem o espaço UEMOA têm evidenciado esforço no sentido de consolidar as instituições que cunha a União. Os processos de integração regional são impulsionados pelos Estados e fazem parte de sua lógica estratégica, porém, na medida em que se desenvolvem, geram impactos que vão além dos governos nacionais participantes, influenciando o conjunto da sociedade (MARIANO; MARIANO, 2010). Naturalmente os Estados procuram se inserir em um determinado bloco ou criam blocos regionais acreditando nos benefícios que este processo acarreta para o bem-estar da população.

No entanto, antes de abordamos os objetivos que norteiam a UEMOA, podemos adiantar que o processo da integração regional apresenta várias complexidades. A dificuldade da integração regional no continente africano traz alguns elementos como: a pobreza; as incapacidades políticas e econômicas dos Estados; a insuficiência dos financiamentos; a adesão aos múltiplos blocos regionais e a interrupção dos mandatos em consequência das instabilidades políticas; as economias pouco dinâmicas; antagonismo de liderança entre os países mais poderosos em vários setores; e a ausência de grupos de interesse nacional, tanto empresas quanto a sociedade civil, na integração regional (FERNANDES, 2011).

Haffner e Viana (2013) defendem que os desafios da integração no continente africano apresentam elevada dependência face aos países doadores, assim como o domínio de países estrangeiros em termos de permissão de acesso a mercados e ainda as constantes instabilidades políticas. A África deve criar condições necessárias para poder advogar e lutar pelo desenvolvimento ligado à paz, à segurança, à boa governança e a contínua melhoria das condições de vida dos seus povos que tanto necessitam. Nesse sentido, o continente precisa avançar através de uma agenda de integração tanto política como econômica para alcançar essas metas.

Acreditamos que, em geral, qualquer integração, seja à luz da política, da economia ou da cultura, precisa definir claramente os seus objetivos e com o bloco em questão não é diferente. Segundo Camará (2012), a UEMOA pode ser enquadrada nos modelos de integração institucional aberta e os seus objetivos se assentam em

- a) fortalecer a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados-membro no domínio de um mercado aberto, concorrencial, dotado de um ambiente jurídico racionalizado e harmonizado;

- b) assegurar a convergência dos desempenhos e as políticas econômicas dos Estados-membro pela instituição de um procedimento de supervisão multilateral;
- c) entre os Estados-membro, criar um mercado comum baseado na livre circulação das pessoas, dos bens, dos serviços, dos capitais, bem como numa tarifa externa comum e numa política comercial comum;
- d) estabelecer uma coordenação das políticas nacionais através de ações comuns e, eventualmente, de políticas comuns, nomeadamente, nos seguintes domínios: recursos humanos, ordenamento do território, transportes e telecomunicações, meio ambiente, agricultura, energia, indústria e recursos minerais;
- e) harmonizar, na medida necessária, para o bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos Estados-membro e, particularmente, o regime de fiscalização.

Os objetivos preconizados pelo bloco mostram que as finalidades da UEMOA não se restringem às questões econômicas ou monetárias, mas se estendem a assuntos de políticas nacionais. Dada a degradante situação socioeconômica da região, ao atingir os objetivos traçados, a região oeste africana terá um salto qualitativo. Embora não podemos afirmar que estes objetivos serão cumpridos em curto ou médio prazo, pois, levando em conta as diversas problemáticas que a região apresenta, a implementação destes objetivos não serão uma tarefa fácil. Por outro lado, é válido salientar que apesar do longo caminho a ser percorrido, o bloco já conquistou alguns importantes avanços.

4.5 OS AVANÇOS DA UEMOA

É sabido que ao longo da sua existência, a UEMOA criou conjunto de instituições e instrumentos com o intuito de dinamizar o bom funcionamento do bloco, ou seja, com o objetivo de fazer avançar o processo da integração, para tal, começaremos por analisar os avanços conseguidos a partir do funcionamento da sua estrutura.

4.5.1 A estrutura e funcionamento da UEMOA

Inicialmente, o tratado da união previa a criação de diversos órgãos e instituições com distintas funções que podem ser classificadas em: diretivas, de controle jurídico, de parlamentar, de carácter consultivo e as instituições autônomas. Dentre as de carácter diretivo

teremos: o encontro ao mais alto nível dos Chefes dos Estados-Membros, Conselho dos Ministros das Finanças e uma Comissão. A Comissão é composta por um presidente, com os seguintes departamentos: Desenvolvimento Empresarial, Energia e Turismo (DDET); Mercado Regional, Comércio, Competição e Cooperação (DMRC); Comunidade Territorial e Transporte; Segurança Alimentar, Agricultura, Minas e Meio Ambiente (DSAME); Desenvolvimento Humano (DDH); Política Económica e Fiscal Nacional (DPE) e Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF).

No que concerne ao grupo de controle jurídico estão: o Tribunal de Justiça – que tem a função de garantir a interpretação uniforme do direito comunitário e da sua aplicação e os juízes, incluindo as falhas dos Estados de suas “obrigações comunitárias”. Esta Corte tem como uma das funções resolver disputas entre Estados-membro e é composta por oito juízes, sendo um de cada Estado-membro. Ainda no controle jurídico, inclui o Tribunal de Contas que tem atribuições de auditar as contas dos órgãos da União, e a confiabilidade das informações fiscais necessárias para o desempenho da supervisão multilateral, esta instituição é constituída por três juízes conselheiros. No controle parlamentar se encontra o Comitê Interparlamentar, composto por quarenta membros; este órgão se reúne pelo menos uma vez por ano e tem um papel consultivo em animar os debates sobre a integração, ainda é o responsável democrático dos órgãos da União e, com isso, recebe o relatório anual da Comissão (UEMOA, 2014).

Entre as instituições autônomas estão o Banco Central de Estados de África Ocidental (BCEAO) e o Banco de Desenvolvimento Oeste Africano (BOAD). O BCEAO é uma instituição pública internacional com sede em Dakar (Senegal), que tem o privilégio exclusivo de emissão de notas e moedas no território dos Estados da União. O Conselho de Administração desta instituição é composto por dezoito membros, dois de cada Estado participante na gestão do Banco (os oito membros e mais a França). A outra instituição é o BOAD com a atribuição de promover o desenvolvimento equilibrado dos Estados-membro facilitando a sua integração, e também objetiva captar recursos externos para a União, contribuindo para o financiamento em diversas formas, apoiando o desenvolvimento de infraestrutura, melhorando as condições e os meios de produção, o estabelecimento de novas atividades.

Por último, no caráter consultivo temos a Câmara Consular Regional que é responsável por alcançar o efetivo envolvimento do setor privado no processo de integração da UEMOA, incluindo:

- a) participação na reflexão sobre o processo de integração e implementação de reformas adotadas pelos órgãos competentes da União;
- b) promoção do comércio e investimento na UEMOA; e
- c) apoio técnico às câmaras nacionais e os seus outros membros.

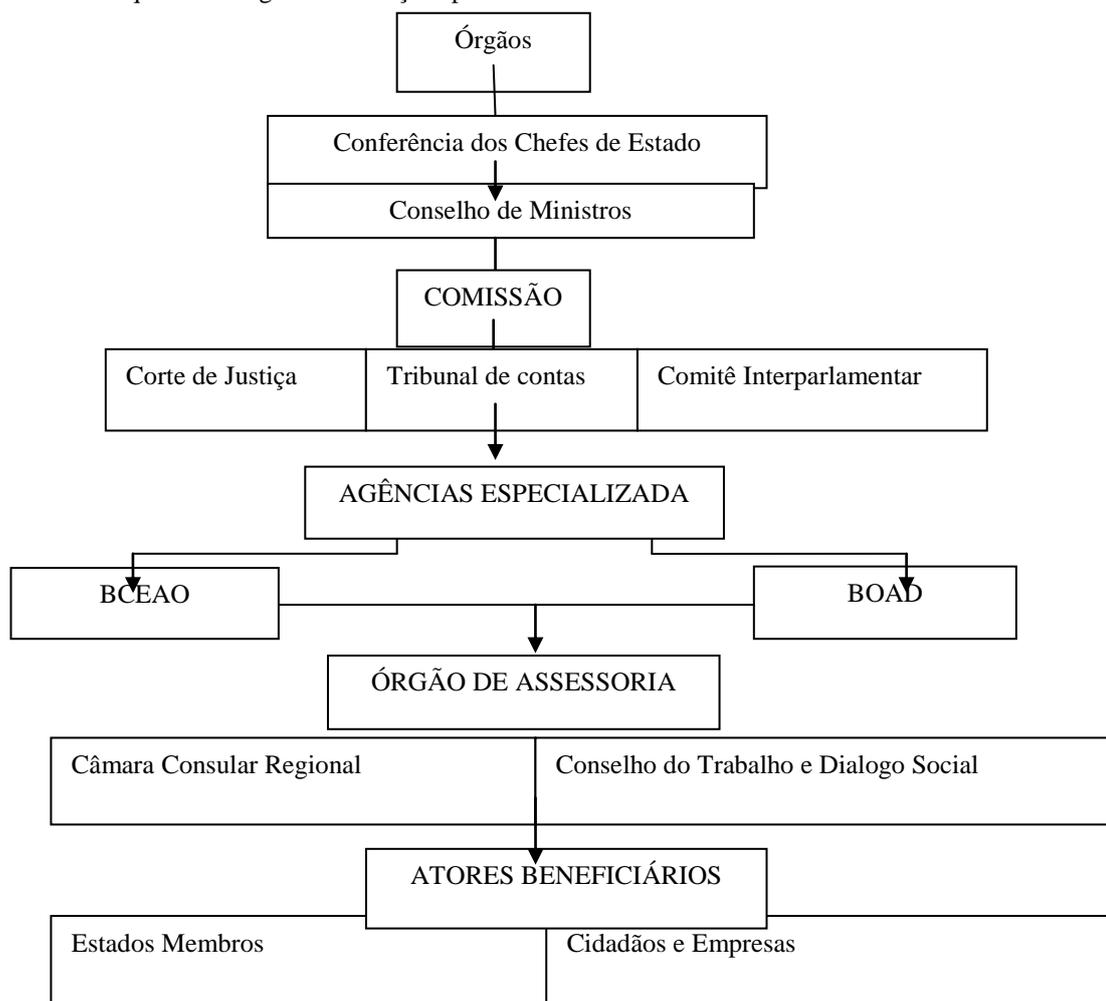
Por sua própria iniciativa ou a da Comissão, o Conselho presta assessoria em todos os assuntos relacionados com os objetivos do bloco em questão, incluindo:

- a) os comerciais, os costumes sociais e as leis tributárias;
- b) negociações comerciais que envolvem a União;
- c) a criação e o funcionamento das bolsas de valores ou de comércio, observatórios econômicos; e
- d) política econômica e monetária.

Os associados deste órgão são compostos por câmaras de comércio nacionais, associações profissionais e organizações de empregadores nos Estados-membro. Nesse mesmo caráter consultivo se encontra o Conselho do Trabalho e Diálogo Social que é um órgão consultivo que promove o envolvimento efetivo de todos os atores não estatais no processo de integração da UEMOA, entre as suas atribuições se destacam as seguintes:

- a) a análise e avaliação de todos os assuntos que poderiam ter um impacto social na UEMOA;
- b) o fortalecimento da consulta, a consulta tripartite no âmbito da União; e
- c) apoiar o processo de consolidação e estruturas de diálogo social nos países membros. Lembrando que este órgão é composto por mais de setenta e dois membros nomeados por oito Estados-membro.

Quadro 10 - Esquema de órgão e instituições para o funcionamento da UEMOA



Fonte: Elaboração própria com base na estrutura da UEMA (2015).

Embora o bloco seja de caráter econômico, podemos perceber que as suas estruturas institucionais são amparadas por órgãos jurídicas, legislativas e com tímida participação de diferente componente da sociedade dos Estados-membro. O conjunto de esforço desenvolvido que acarretam na criação das políticas se reflete na busca de um bom funcionamento do bloco.

Com o intuito de integrar os países francófonos da região oeste africana e gerar um bem-estar para sua população, o bloco criou importantes políticas, das quais destacamos:

- a) **política monetária comum:** que foi regida pelas disposições do tratado de 14 de novembro de 1973 que constituem a UMOA e os textos subsequentes. Em conformidade com os objetivos da União, a política monetária é assegurada por um banco de emissão comum: BCEAO;
- b) **aproximação das legislações econômicas:** a harmonização das legislações dos Estados-membro que fornece uma maior flexibilidade e assim cada Estado tem sob seu controle ações próprias, estabelecendo simultaneamente uma área de simbiose

jurídica extremamente maior entre parceiros, no qual as legislações aproximam-se sem irem até uma fusão pura e simples. Dessa forma, a harmonização das legislações dos Estados membros apresenta-se como um dos modos de ação do tratado da UEMOA e participa de uma verdadeira estratégia global na ótica da integração. Esta harmonização se relaciona aos domínios prioritários nos quais (de acordo com as disposições do tratado da UEMOA) uma aproximação das legislações dos Estados-membro é necessária para alcançar os objetivos da União como: a fiscalização, as finanças públicas, as normas técnicas e sanitárias, os procedimentos de homologação e de certificação, as restrições em matéria de direito de estabilidade e de livre prestação de serviços, das disposições em matéria aduaneira, entre outros;

- c) **coordenação das políticas econômica e orçamentaria:** é considerada de extrema importância na realização dos objetivos do Tratado da UEMOA, sendo que se trata de impedir o isolamento das políticas econômicas e ultrapassar esse risco através da construção conjunta de uma política comum baseada nas vantagens de todos os países membros.

No que concerne à convergência específica das políticas fiscais, esta foi prevista no artigo 67 que se refere à compatibilidade das leis de finanças, das contabilidades gerais e das contas públicas. Desse jeito, as políticas orçamentárias deverão respeitar uma disciplina comum, apoiar os esforços plurianuais de saneamento orçamentário e melhorar a estrutura das receitas e das despesas públicas. Em função de suas regras de convergência, qualquer déficit fiscal excessivo deverá ser eliminado.

A criação dos órgãos acima se acentua na busca pela convergência dos países que compõem o bloco e, em especial, na melhoria do funcionamento do bloco que, conseqüentemente, acarretará os benefícios para os cidadãos dos Estados-membro. Embora os países participantes têm demonstrado uma força de vontade em aprofundar o processo de integração, ainda, sem exceção, os Estados participantes não conseguem respeitar o conjunto de critérios da vigilância multilateral (CÂMARA, 2012).

Quadro 11 - Critérios de inserção total ou parcial à vigilância multilateral

Critérios da primeira fila:	Critérios de segunda categoria:
- um saldo fiscal básico/PIB nominal superior ou igual a 0% (critério chave);	- uma massa salarial que não excedeu 35% das receitas fiscais;
- uma taxa de inflação anual pelo menos de 3%;	- os investimentos públicos sobre recursos internos que atingem pelo menos 20% das receitas fiscais;
- não acúmulo de pagamentos atrasados internos e externos sob a gestão corrente e uma eliminação dos estoques de atrasados existentes;	- o déficit exterior corrente/PIB nominal que não excedam 5%;
- um curso da dívida interna e externa/PIB nominal que não excede 70%	- as receitas fiscais superiores ou iguais a 17% do PIB

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2012).

As estruturas da UEMOA incluem a criação de diferentes políticas que são coordenadas por departamentos da comissão da União. Dentre as políticas desenvolvidas podemos destacar seguintes:

- a) **política agrícola da União:** é conduzido pelo Ato Adicional nº 03/2001, de 19 de dezembro de 2001. Ela visa a garantir a convergência das políticas agrícolas dos Estados-membro e o estabelecimento de espaço agrícola integrado na União. Preocupado com problemática da fome, esta política objetiva: realizar a Segurança Alimentar e a autossuficiência alimentar da União, levando em conta as complementaridades entre Estados-membro e suas respectivas vantagens comparativas; estimular o crescimento sobre uma base sólida da produtividade agrícola, graças ao domínio do progresso técnico, ao desenvolvimento e à demanda de racionalização na produção agrícola, no caso específico da mão de obra empregada no campo e melhoria nas condições de funcionamento dos mercados de produtos agrícolas, de pecuária e pesca;
- b) **política de ordenamento do território comunitário:** por meio do Ato Adicional nº 03/2004, de 10 de janeiro de 2004, que encaminha adoção da política de ordenamento do território comunitário, a UEMOA dotou-se de um Documento-Quadro de Orientações Gerais da Política de Ordenamento do Território (POT) que visa à construção de uma União mais forte, mais sólida, mais atrativa e competitiva, com um mercado regional no qual cada país integrante aperfeiçoa, segundo as complementariedades, suas vantagens comparativas. No entanto, esta política funciona no quadro de um Esquema de Desenvolvimento do Espaço

Regional (SDER) que procede à harmonização dos planos nacionais de ordenamento e de desenvolvimento para o equilíbrio dos diferentes componentes do território comunitário e a sua integração;

- c) **política de transportes e telecomunicações:** no estabelecimento de um mercado comum é imprescindível o papel dos transportes e telecomunicações para seu bom funcionamento. Por este motivo, a União institui o sistema da melhoria das infraestruturas e das telecomunicações que ligam os seus Estados-membro. Arranjos relativos à liberalização das prestações de serviços em matéria de transportes e telecomunicações foram igualmente realizados e, dentro desse quadro, o setor privado passou a desempenhar um papel preponderante no financiamento das infraestruturas, graças à instauração das fórmulas adaptadas de parcerias público-privada. Estas disposições cobrem um carácter gradual a fim de facilitar a adoção, em cada Estados-membro, dos setores dos transportes e das telecomunicações segundo as perspectivas oferecidas pela abertura do mercado da União;
- d) **política energética comum:** foi estabelecida com intuito de garantir a segurança no fornecimento energético dos Estados-Membros e a gestão ótima dos recursos energéticos, sistematizando a interconexão das redes elétricas. Trata-se de definir procedimentos de informação mútua dos quais participam os Estados-membro, com o intuito de coordenar as políticas energéticas. Dentro dessa perspectiva, foram definidas as orientações que os Estados-membro devem seguir visando a otimizar o consumo de energia e salvaguardar seus recursos energéticos;
- e) **política no domínio da paz e segurança:** preocupados com a questão da instabilidade política e militar na região, os Chefes de Estado e de governo decidiram tornar a questão da paz e segurança como uma das prioridades. Esta política de mecanismo para a prevenção de conflitos, gestão, resolução de conflitos, manutenção da paz e segurança é primordial para um bom funcionamento do bloco, tendo em conta a frágil estabilidade política da região. E inclui ainda o progresso da UEMOA sobre a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, bem como projetos realizados para reforçar a competitividade da economia nacional, o que só podem prosperar em um ambiente de paz e segurança, no Ato Adicional n°42012/CCEG/UEMOA (UEMOA, 2014);

- f) **política industrial e de recursos minerais:** a construção de um mercado comum requer a valorização das correntes de trocas inter-setoriais e a harmonização dos quadros regulamentares das atividades industriais e minerais, em especial, a elaboração de um código comunitário dos investimentos. Porém, a política industrial e de recursos minerais deve ser compatível com a construção progressiva de um mercado aberto e concorrencial, bem como com a necessidade de favorecer um ordenamento equilibrado do território comunitário. Atualmente o bloco está construindo um mercado comum, o que representa um sinal positivo;
- g) **política para o desenvolvimento dos recursos humanos:** o bloco levou a cabo uma ação comum para a racionalização e a melhoria dos desempenhos do ensino superior e a formação profissional, por meio da criação de instituições comuns de ensino. Foi também previsto o desenvolvimento dos centros de excelência regionais e o reconhecimento mútuo dos diferentes diplomas. Através desta política, a União alcançou resultados como, por exemplo, a criação da Escola Superior para a Indústria e o Têxtil (ESITEX), no Mali, e o Centro de Estudos Especializados em Auditoria e Gestão (CESAG), em Dakar. Estes são a concretização de uma política de desenvolvimento dos recursos humanos na UEMOA.

Na realidade, as políticas desenvolvidas não têm suprido a boa parte das necessidades demandadas pela população. Estes projetos do desenvolvimento ainda continuam tendo impacto tímido no seio da sociedade, para tal, os Estados-membro precisam ampliar os seus esforços honrando todos os compromissos que incluem os pagamentos das cotas e outros acordos. As limitações da união se refletem nas características estruturais dos países que compõe o espaço.

4.6 OS FATORES QUE CONSTITUEM ENTRAVES PARA UEMOA

O continente africano e nomeadamente a região oeste africana apresenta algumas peculiaridades em função das quais inicialmente procuramos entender a evolução política e o perfil econômico dos países que compõem este agrupamento; em seguida, criamos uma compreensão da influência externa, especificamente, a participação francesa no espaço, relacionando as influências externas com os obstáculos do bloco.

4.6.1 Análises da evolução política e perfil sócioeconômico dos países da UEMOA

Segundo Fernandes (2011), a trajetória dos países da UEMOA se caracteriza pela predominância de semelhanças nas identidades culturais, hábitos e costumes. Ainda em termos econômicos, esses países se assemelham na concentração da pauta exportadora que é em parte composição feita de produtos primários.

As economias dos países da União são pouco desenvolvidas e altamente dependentes da agricultura de subsistência, em especial, a produção do arroz, amendoim, manga, caju, milho, mandioca assim como a criação dos animais (UEMOA, 2014). Para PEA (2014), as principais produções e comercialização da região são algodão, petróleo bruto, castanha de caju, frutas frescas, ouro (incluindo o ouro platinado) em formas brutas, fosfatos de cálcio naturais, peixe fresco, animais vivo, etc. Tendo em conta esta cesta de produtos, podemos, em parte, afirmar que um dos motivos para o fraco desempenho das economias da união se atrela as suas exportações que são compostas por produtos de baixo valor agregado.

Segundo Visentini (2012), o continente africano tem abundância em recursos naturais e uma posição geopolítica que faz dele o centro da disputa imperialista e dos conflitos da Guerra Fria em sua fase final; no momento atual, a acelerada taxa do crescimento asiático, a forte demanda por matéria primas e fontes de energia fazem com que o continente seja objeto de intensas disputas. O autor supracitado, enfatiza ainda que o continente é voltado ao passado, num contexto de conflitos insolúveis, isso sem esquecer que o movimento histórico foi distorcido pela continuação das estruturas coloniais por meio do neocolonialismo e, grosso modo, a implantação de Estados inviáveis do ponto de vista da política e da economia. Por outro lado, as sociedades africanas estão trilhando um processo semelhante ao atravessando por outras regiões do mundo, qual seja as edificações dos Estados modernos nacionais e a definição de sua inserção internacional. Embora a independência da maioria dos Estados-membro foi tomada por via pacífica, a evolução política dos países da UEMOA foi recheada da instabilidade política no período pós-independência, acreditamos que uma das razões das instabilidades se prende a distorção do movimento histórico através da permanência das estruturas colonialistas como frisado pelo autor.

4.6.2 República de Benin

A República de Benin é um país da África ocidental, na região Oeste faz fronteira com Togo, com a Nigéria a Leste e com Burkina Faso e Níger ao Sul e o Norte respectivamente.

Daomé, como era chamado até 30 de novembro de 1974, foi colonizada pela França, a partir de 1904, onde passou a integrar a OAF. Tornou-se independente no dia 1º de agosto de 1960. A partir dessa data até 1972, o Daomé passou por um período de truculência política que testemunhou a sucessão de vários regimes; em outubro do mesmo ano, o comandante Mathieu Kerekou acende ao poder e inaugura a era da revolução que acarretou a adoção do Marxismo-Leninismo em 1974 e, com isso, no ano seguinte, com a iniciativa governamental do presidente Kerékou decidiram que até então Daomé passaria a ser chamada República Popular do Benin (BENIN, 2014).

Segundo Fernandes (2011), este governo militar que tomou poder em 1972 e instituiu um regime de esquerda, governou o país até 1990. Efetivamente durante todo esse período existia um único partido (Partido da Revolução Popular do Benin- PRPB), que dirigiu o país até o período da liberalização política que ocorreu no continente no início dos anos 90. No percurso do seu mandato ao longo da década de 70, o PRPB nacionalizou várias companhias estrangeiras e estatizou algumas empresas privadas de grande porte. Do mesmo modo, criou programas de saúde e educação, ignorando unicamente a agricultura e o comércio para o setor privado.

Com característica similar a vários países do continente, em especial da região oeste africana, Benin é um país com diversidade cultural. A sua população é composta por mais de vinte diferentes grupos socioculturais tendo cada um sua história, sua língua e suas tradições. Porém, na região sul deste país, os grupos socioculturais mais destacados são os Fon e os Yoruba. No entanto, a língua local predominante é o Fon, embora existissem outras variedades. Historicamente, os Fon eram uma das mais poderosas civilizações da África Ocidental, foram eles que fundaram o famoso reino de Doamé que constituem uma grande parte da história do Benin.

Por sua vez, a região norte é dominada por grupos culturais como os Bariba, os Dendie os Bentammaribe (também chamados Somba). Se na sua maioria, os Bariba são camponeses e agropecuários, eles são particularmente conhecidos pela produção de tecidos deslumbrantes e ricos em cores que são fabricados por mulheres e usados como vestidos tradicionais. Os povos da cultura Dendi, descendentes do antigo império do Mali, são camponeses na sua maioria e também criam gados, enquanto que os Bentammaribe são particularmente conhecidos pelo estilo arquitetural único, são vistos a partir das montanhas da região (BENIN, 2014).

No que se refere à economia deste país africano, sabemos que é pouco desenvolvida e altamente dependente da agricultura de subsistência. Segundo Fernandes (2011), a população

beninense cultiva diversos tipos de produtos agrícolas, sobretudo milho, feijão, arroz, amendoim, caju, abacaxi, inhame e mandioca. Conforme PEA (2014), a pauta exportadora deste país é bastante concentrada onde o algodão, sendo o principal das exportações, corresponde a 40% do PIB e quase 80% do volume de exportações e os restantes 20% equivalem aos produtos têxteis, artesanais, soja, cacau etc. No que diz respeito a parceria comercial, a China é o principal parceiro, responsável por um quinto das receitas de exportações e 47% das importações (FERNANDES, 2011). A economia do Benin caracteriza-se por um mercado trabalhista dominado pelo setor informal, que implica aos 95% da população ativa. Os setores mais importantes são a evidentemente, as produções agrícolas, as infraestruturas, a atividade portuária e o trabalho de construção.

Segundo Visentini (2012), os principais parceiros comerciais do Benin são a Índia (26,4%), a China (21,4), o Níger (6,5) e a Nigéria (5,6%), e que a principal pauta das exportações, que é a produção de algodão, sofreu bastante com flutuações ocorrida em 2010 e 2011. Ao longo dos últimos anos, houve a privatização de diversas empresas, sendo que empresas estatais de grande porte, em geral, passaram a mãos de estrangeiras, sobretudo francesas e libanesas.

4.6.3 República da Burkina Faso

Burkina Faso inicialmente fazia parte do Grande Império Mossi, e estava dividido em vários reinados. O reino Mossi sofreu inúmeras alterações e invasões por parte do povo do Sul que deslocou tribos que eram conhecidos por “Bobo, Lobi e Gurunsi” estas tribos ocupavam a região nessa época, e essa região em si era caminho de várias migrações históricas das populações (BURKINA FASO, 2014). Antigo Alto Volta (Burkina Faso), detém uma extensão territorial de 274, Km² e se limita a oeste e a norte pelo Mali, ao leste pelo Níger, e ao sudeste pelo Benin, Togo e Gana pelo sul e Costa de Marfim ao oeste sul.

Para Fernandes (2011), em função da resistência local, no período de 1895 até 1904, ocorreram sucessivas intervenções militares (franceses) que foram devastando os territórios locais, incendiando casas, assassinando pessoas, entre as resistências que aconteceram neste período, a mais marcante foi à batalha o reino Mossi de Uagadugu contra as forças francesas, em 1896. Por outro lado, após as longas e duras batalhas, a derrota apareceu devido à sofisticação do exército francês, o que imediatamente facilitou que a então Alto Volta se tornasse uma colônia da França, com isso, a partir de 1904, passou a constituir a parte da OAF.

A França estava determinada a criar as suas colônias na região da África Ocidental a todo custo, com isso, o denominado Alto Volta não escapou deste projeto ambicioso dos franceses. Ainda segundo o autor acima, em 1916, ocorreu um grande levantamento que foi duramente reprimida pelas autoridades francesas, essa repressão culminou com assassinatos de todos os supostos implicados, fator que acarretou um fluxo de imigração de grande parte da população burkinabe para os países vizinhos, sobretudo para Gana. Após a sua independência, este país foi rebatizado com nome do Burkina Faso, em agosto de 1984, pelo então presidente Thomas Sankara.

Do final da década 70 ao início dos anos 80, a população deste país africano deparou com várias dificuldades. Sem acesso ao mar, cercado ao norte pelo deserto o país se estagna na pobreza. Considerado como um reservatório de mão-de-obra barata, a população deste país era convidada a trabalhar no país vizinho, a Costa de Marfim, que nessa altura era considerado um celeiro africano, onde a França retirava a maior parte da sua riqueza tropical (SHUFFIELD, 2012).

Dois meses após a sua chegada à presidência, num dos discursos políticos de Sankara era o combate a corrupção, promoção do reflorestamento, erradicação da fome e forte investimento na educação e saúde, eram as suas verdadeiras prioridades. Segundo Shuffield (2012), desde a sua independência em 1960, o Burkina Faso, deparou com estagnação e este atraso se prende com a incapacidade dos sucessivos governos e elevado nível de corrupção, o país passou por vários estágios da instabilidade que culminaram com o golpe de 1983, no qual o governo de Sankara acabou adotando o sistema socialista, promovendo sérias reformas.

Burkina Faso se revolucionou em 1983, através de um golpe de Estado que levou o jovem capitão das forças das forças armadas Thomas Sankara a presidência do país. Este golpe foi apoiado massivamente por populações mais pobres do país, que era a maior parcela da população. Por trás de o uniforme militar que este governante usava e do seu discurso marxista, a África descobre um chefe de Estado jovem, dinâmico e inovador. Ele colocava as suas ideias progressistas a serviço dos seus cidadãos. A ideologia da “Revolução” era definida por Sankara, como anti-imperialista. Porém, este líder africano era mal visto pelo governo do Paris, uma vez que a sua ideia poderia propagar por toda região.

O governo deste jovem capitão foi derrubado através de um golpe que culminou com sua morte 1987. Fernandes (2011) aponta que este golpe de Estado foi liderado por Blaise Campaoré, que assumiu o poder até a data de hoje. Também há quem afirma que este golpista teve apoio do governo francês, uma vez que os franceses tentavam a todo custo travar os ideais deste jovem líder.

O PIB do Burkina Faso em 2013 apresentou um crescimento de 6,9% contra 9% de 2012, esta desaceleração se prende ao choque externo negativo, ou seja, a queda nos preços dos produtos primários dos quais compõem a pauta da venda externa deste país africano (PEA, 2014). Para Fernandes (2011), o povo burkinabe depende, sobretudo, da agricultura da subsistência no qual se destacam as culturas agrícolas de algodão, amendoim, nozes de carité, milho, arroz e o gado, sendo algodão a principal cultura de renda. Segundo PEA (2014), as exportações do algodão ocupam 44,9%, de tudo que o país vende para o mercado externo, e na sequência aparece o ouro (incluindo o ouro platinado) que destaca com 29,4%. Entretanto, o crescimento do país depende da elevação do preço internacional destes produtos. 90% da população burkinabé atuam no setor da agricultura e, por ser um país sem saída para o litoral, os portos mais próximos para escoamento da sua produção são os da Costa do Marfim, Togo e Gana.

4.6.4 República da Costa do Marfim

A República da Costa do Marfim ou République de Côte d'Ivoire, como é denominada em francês, é um dos países francófonos da África Ocidental, limitado a norte pelo Mali e pelo Burkina Faso, a leste pelo Gana, a Sul pelo Oceano Atlântico e a Oeste pela Libéria e pela Guiné-Conakry. O país apresenta duas capitais: Yamoussoukro, como a capital constitucional e Abidjan, a capital política. A Costa de Marfim é o gigante regional da UEMOA, tendo uma população estimada de 24 milhões de habitantes pelo FMI em 2013. A maioria dos habitantes⁴⁰ do país, 38,6% segue a religião islâmica, 32,8 são cristãos e o restante divide-se em outras crenças religiosas (COSTA DO MARFIM, 2014).

Segundo Fernandes (2011) os portugueses chegaram a este país africano a partir do século XV, onde iniciaram o comércio de marfim e escravos no litoral e posteriormente, no século XVII começaram a surgir pequenos Estados com destaques para os *baules* por sua atividade artística. Portanto, a chegada dos franceses (1842), criaram inúmeros entrepostos com destaque para *Assini e Grand-Bassam*, que se empenhavam ao comércio de escravos e outros produtos. Temendo a expansão dos *baules*, imediatamente, vários reinos se colocaram sob a proteção da França no século XIX. Os Franceses não perderam oportunidade para

⁴⁰ A Costa do Marfim apresentam mais de 60 grupos étnicos distribuídos pelo seu território, os povos marfinenses podem ser classificados em cinco grandes grupos: Akan (leste e centro, incluindo os povos lacustres do sudeste), Krou (sudeste), Mande meridional (oeste), Mande setentrional (noroeste), Senoufo/Lobi (centro norte e nordeste) - os Baules, integrantes dos grupos Akan, formam provavelmente o maior subgrupo étnico, compondo cerca de 15% a 20% da população, (COSTA DO MARFIM, 2014).

celebrar pactos com os chefes locais que recorriam à proteção, o que facilitou o domínio da região para o estabelecimento de uma colônia.

A França recorreu a estratégia de ocupação militar que começou em 1808 e durou até 1818, ressaltando que a tentativa de ocupação francesa enfrentou uma dura resistência dos bauleses e outros povos locais. Após as longas e duras batalhas, os europeus conseguiram derrotar a resistência local e a região se tornou colônia autônoma da França, passando assim a integrar a AOF a partir de 1899. Depois de 40 anos, começou uma série de protestos e boicotes por parte da população local dirigidos por alguns intelectuais da resistência local com destaque para Felix Houphouet-Boigny que, em 1946, junto outros líderes criaram a União Democrática Africana ou *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), o primeiro partido anti-colonial da África (ENTRALGO, 1999 apud FERNANDES, 2011).

Numa situação similar à de outros países francófonos da África Ocidental, a República da Costa do Marfim alcançou a sua independência em agosto de 1960; o país se tornando independente, o líder do RDA Félix Houphouet-Boigny foi eleito como primeiro presidente do país e dirigiu a sua nação por mais de 33 anos, ou seja, do período pós-independência em 1960 até data da sua morte em 1993 (COSTA DO MARFIM, 2014).

De acordo com Fernandes (2011), em 1989, houve uma crise econômica reflexo da queda nos preços internacionais de produtos tropicais o que elevou a insatisfação no seio da população marfinense e com isso, o governo aceitou o reconhecimento do partido da oposição que já vinha existindo na clandestinidade. Na verdade, os países em crise foram obrigados adotar a liberalização política como parte da condição para receber ajuda das principais instituições financeiras internacionais, nomeadamente FMI e Banco Mundial.

A Costa do Marfim foi abalada com instabilidade política que dividiu o país em 2010; a Guerra civil que assolou a Costa do marfim durante o período de 2010 a 2011 ceifou milhares de vidas e resultado de uma disputa eleitoral entre o derrotado presidente Laurent Gbagbo e líder então oposicionista vencedor Ouattara. Vale recordar que os marfinenses já passaram por outra instabilidade política militar entre 2002 a 2007. É notável que antes das convulsões que ocorreram naquele país era considerado como espaço da região com maior infraestrutura.

Segundo Cardoso (1995), nesta mesma altura a África se encontrava mergulhada numa profunda crise econômica, alguns países da região nomeadamente a Guiné-Bissau, o Ghana, o Senegal e a Costa do marfim vinham tentando ultrapassar esta crise apelando às ajudas de organismos financeiro internacionais como o FMI e o Banco Mundial. A crise

econômica que atingiu estes países foi o reflexo da queda dos preços de produtos tropicais que compõe a pauta das suas exportações.

A economia deste país se baseia na agricultura, com destaque para os cultivos de abacaxi, banana, café e, principalmente, cacau – o país é o maior produtor mundial desse fruto. Outro elemento importante a ser levado em consideração é a exploração de gás natural e do petróleo. A partir de 2002, este Estado africano entrou numa guerra⁴¹ civil que acabou devastando o país por longo período de tempo e, como consequência deste conflito, a economia foi fortemente afetada gerando uma profunda crise econômica por vários anos, como consequência dessa crise política militar; o PIB desta nação só veio a ser recuperado em 2012, atingindo 8,6% do crescimento (UNECA, 2014).

4.6.5 República da Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental do continente africano com uma dimensão territorial de 36.125 Km², limitado a região norte pelo Senegal, no sul e leste pela Guiné-Conakry e com Oceano Atlântico a oeste. O território guineense se divide em duas partes: uma continental e a outra insular, integrada com mais de oitenta ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, deste total apenas dezessete foram habitadas, ou seja, a grande maioria é despovoada (FERNANDES, 2011).

A população desta nação apresenta uma grande diversidade cultural com mais 20 grupos étnicos e cada um tem seus costumes, língua, hábitos e etc. Entre os grupos mais representativos, damos destaques para os Balantas (30% da população), os Fulas (20%), os Manjacos (14%), Mandingas (13%) seguido dos papéis (7%) e outras culturas (16%), salientando que a língua oficial é portuguesa, mas também existe uma língua falada por quase metade da população que é *kriol* (VISENTINI, 2012).

Obviamente, antes da chega dos europeus no continente africano, já existia um povo nativo com sua cultura, língua, costume etc. Na Guiné os portugueses começaram a

⁴¹ Ao longo da década passada, a Costa do marfim se mergulhou num conflito armado civil que teve diversos capítulos, a sequência da instabilidade pode ser partilhada em duas fases, sendo que a primeira iniciou em 2002, quando soldados rebeldes provenientes do Burkian Faso tentaram tomar o controle da principal capital do país (Abidjan) e das cidades de Bouaké e Korhogo, em função da forte confronto militar os rebeldes não conseguiram tomar Abidjan, mas tomaram outras cidades e finalmente surgiu um acordo político em Ouagadougou-capital de Burkina Faso, visando à reconciliação do país e a realização de eleição, o presidente da república marfinense, Laurent Gbagno, anunciou a realização do escrutínio, esta eleição desenvolveu um novo capítulo, em 2010 após eleição começaram combates entre forças armadas leais ao presidente Gbagbo que foi derrotado nas urnas, contra as forças fieis ao líder opositor Alassane Ouattara vencedor da eleição, a guerra civil só terminou após a captura do presidente Gbagbo em sua residência.

desembarcar precisamente em 1466, a caravana dos primeiros colonizadores foi comandada por Álvaro Fernandes que no começo se dedicou exclusivamente ao tráfico dos escravos (FERNANDES, 2011). O povo da Guiné-Bissau ou Guiné Portuguesa, como era denominado pelos portugueses, apresentava resistência desde período da escravatura e posteriormente contra a colonização dos europeus, o que acabou culminando com a independência deste Estado africano.

A luta armada pela independência foi conduzida pelo PAIGC. O país foi a primeira colônia portuguesa a proclamar, unilateralmente, a independência, em 24 de setembro de 1973, o que só foi reconhecida por Portugal em 11 de setembro de 1974 (SANGREMAN; ZEVEVERINO; BARROS, 2006). É válido lembrar, que o PAIGC, sendo um movimento de libertação nacional, exerceu uma liderança na luta pela independência elegendo três principais objetivos: a conquista da independência, o desenvolvimento e a unidade de todos os que viviam no território colonizado pelos portugueses.

No entanto, após a independência, a trajetória do país foi repleta de desfolhar das instabilidades políticas e militares. As expectativas da grande maioria da população foram frustradas por sucessivas instabilidades. A contínua crise teve consequência negativa direta para economia desta nação. Em função da guerra civil que ocorreu na Guiné no período de 1998 a 1999, o produto interno bruto deste país foi fortemente atingido com uma queda de 28% e no mesmo período a produção agrícola caiu em 17% (Ministério das Finanças).

Durante o período pós-conflito, a evolução sociopolítica não contribuiu para a criação de um ambiente favorável para relançamento da economia e a reconstrução do país. A magnitude da destruição em capital e vidas humanas sofridas pelo país durante a guerra demandava da comunidade internacional uma ajuda massiva, que não foi possível mobilizar neste contexto, embora as promessas fossem feitas por parceiros internacionais através de uma Mesa Redonda organizada em Genebra (Suíça)⁴², em 1999.

Na arena da economia, a Guiné-Bissau é bastante vulnerável, o seu PIB é um dos mais baixos do continente africano; alguns especialistas apontam que esse fator se deve a constante instabilidade política que tem enfrentado. A República da Guiné-Bissau tem importantes recursos naturais, porém, no momento, pouco explorados. Segundo Visentini (2012), a economia guineense é baseada principalmente, na agricultura e na pesca, com especial importância para a produção e exportação de castanha de caju, sendo o mais relevante produto

⁴² Com intuito de ajudar na reconstrução do país a pós-conflito, com forte participação da diplomacia portuguesa foi organizada uma mesa redonda em Genebra para que a comunidade internacional ajudar a Guiné-Bissau, nesse encontro saiu a promessa de apoiar o país com um montante de 240 milhões de dólares americano, mas o dinheiro nunca foi desbloqueado.

da pauta exportadora. Ainda é notável que, tanto no contexto da CEDEAO quanto na UEMOA, a Guiné é o país com menor captação do investimento direto estrangeiro.

4.6.6 República do Mali

A República do Mali é um país localizado na África Ocidental, abrangendo parte do Sul do deserto de Sara, tendo maior parte do seu território na faixa do Sahel. O país tem superfície de 1.240.192 km², faz fronteira a norte com Argélia, a leste, tem o Níger, a sudeste, o Burkina Faso, a sul, Costa do Marfim, a sudeste, Guiné, e o Senegal e a Mauritânia ao oeste, ou seja, o Mali é um dos países da região sem saída ao mar, por este motivo faz fronteiras com até sete países (UEMOA, 2014), sendo Bamako a principal capital e a população do país, em 2013, estimada em 15. 400 milhões habitantes cuja grande maioria é da religião muçulmana.

Segundo Owusu (2013), boa parte do seu território é ocupado pelo deserto. É herdeiro do império Songhai que foi nos séculos XV e XVI o principal centro de difusão da cultura islâmica na África subsaariana. Em 1591, invasores marroquinos destroem a capital do império, Tumbuctu, o que leva a região a se fragmentar em pequenos impérios, incapazes de resistir à penetração francesa ao longo do século XIX e, com isso, em 1898 o atual Mali se tornou uma colônia, com o nome de Sudão Francês.

Em 1946, a colônia adquiriu autonomia para os assuntos internos e, em 1959, com apoio da França, o Sudão Francês e o Senegal formam uma Federação, com capital em Dakar. A atuação da Federação não demorou em apresentar resultados palpáveis; em agosto de 1960, a Federação do Mali conquistou a independência da França. Depois da retirada do Senegal da Federação do Mali em setembro de 1960, o Sudão Francês formou uma nação independente e mudou o nome para Mali⁴³, elegendo a Modibo Keita como presidente (FERNANDES, 2011).

Durante o seu mandato, Keita fez importantes mudanças com vista a incentivar o desenvolvimento econômico e as transformações que ocorreram incluem a estatização de algumas empresas privadas. Em 1968, este governante adotou uma política com conotação comunista contrária às tradições e à cultura do seu povo e, neste mesmo ano, o tenente Moussa Traoré conduziu um golpe de Estado que derrubou o governo de Keita e assumiu o poder, apoiando-se em uma plataforma de apelo popular; em 1979, Traoré fundou um partido

⁴³ Entre 1974 a 1975, a República do Mali entrou em conflito militar com o então Alto Volta (atual Burkina Faso), após o término deste conflito, o país iniciou novo período de ciclo de instabilidade política que foram acompanhados de distúrbios dos estudantes e as tentativas fracassadas de golpes de Estados cujos promotores foram brutalmente punidos.

único denominado União Democrática do Povo Malinês (UDPM), porém, as promessas democráticas se transformaram em autoritarismo e este líder foi deposto por militares em 1991, após uma onda de protestos que culminou com a morte de 106 manifestantes em consequência da repressão (ALMOULOUD, 2001).

Com a queda do presidente Traoré, foi criado um comitê de transição democrática sob a presidência do tenente-coronel Amadou Toumani Touré, líder do golpe militar que derrubou o regime anterior. Eleições presidenciais livres foram realizadas em abril de 1991, com a vitória de Alpha Oumar Konaré. Em maio de 1997, Konaré foi reeleito com 80% dos votos válidos (a oposição apelou ao boicote). Com um orçamento mais ou menos equilibrado e a boa imagem que o presidente tinha, a República do Mali foi, muitas vezes, citado pela comunidade internacional como um país de “boa governabilidade” na região. Em 2012, o país se deparou com um novo golpe de Estado que derrubou o presidente Amadou Toumani Touré.

Em termos econômicos, o país não apresenta saída para o mar, com isso, a maior parte do seu território formando a parte do sul de deserto do Saara, o país enfrenta problemas ambientais como a desertificação, a erosão do solo, suprimento inadequado de água potável e caça furtiva, sendo que sua atividade industrial é concentrada em processamento de *comodities* agrícolas (FERNANDES, 2011).

A pauta exportadora do Mali é composta pelos seguintes produtos: ouro (sendo terceiro maior produtor, perdendo apenas para África do Sul e Gana), algodão e gado, enquanto que a importação do país inclui petróleo, alimentos, produtos e peças industriais etc. os recursos naturais do país incluem o ouro, caulim, fosfato, sal, calcário, gesso, granito. Foram descobertos outros recursos minerais não exploráveis como bauxita, mineiro de ferro, estanho, manganês e cobre.

A economia do Mali é um dos 25 mais pobres do planeta, com mais da metade de sua área coberta pelo deserto; diante disso, a sua atividade econômica está principalmente ligada ao rio Níger e cerca de 80% da sua força de trabalho está envolvida na agricultura e na pecuária (VISENTINI, 2012).

4.6.7 República do Níger

A República do Níger é um dos países oeste africanos cuja capital é Niamey. Esta nação apresenta uma população de quase 16.600 milhões de habitantes, dos quais 98,8% professam o islamismo, e uma superfície de 1.267.000 Km², representando o país que liga a África Subsaariana e a África do Norte. Limita-se ao sul com Argélia e Líbia, ao norte com a

Nigéria, ao leste com o Chade e ao noroeste com Mali e ao sudeste com Burkina Faso (FERNANDES, 2011 apud NÍGER, 2011).

Os escoceses e alemães foram os primeiros europeus a desembarcar no Níger. Porém, o país foi dominado pelos franceses a partir de 1890, de que herdou o desenho de suas fronteiras, como parte da África Ocidental Francesa. Assim como seu vizinho Mali, praticamente toda a população é seguidora do islão: 90% dela. O restante da parcela populacional se divide entre as religiões animistas africanas e a religião católica. A língua oficial é francesa, mas as várias línguas locais são utilizadas no cotidiano.

Como em outros países africanos que compõem a CFA, o Níger⁴⁴ proclamou a sua independência em 03 de agosto de 1960, e Diouri Hamani foi indigitado para ocupar o cargo do Presidente da República do país. Ao longo da gestão do primeiro governo nigerino, a situação econômica e social começava a se tornar difícil entre final da década de 1960 e início da década de 1970, e o presidente Hamani foi acusado de corrupção e fracasso nas gestões públicas (FERNANDES, 2011).

O indício de corrupção acarretou um golpe de Estado que ocorreu no abril de 1974, este golpe foi comandado pelo tenente coronel Lieutenant Seyni Kountché que afastou Hamani do poder. Por sua vez, Kountché centraliza seu programa governamental na recuperação econômica e no estabelecimento de relações comerciais com vários países, a começar pela França. Após a sua morte, em 1987, foi substituído pelo coronel Ali Saibou.

A instabilidade política não parou, sendo que em janeiro de 1996, houve um novo golpe militar liderado pelo brigadeiro Ibrahim Baré Mainassara que assumiu o poder e suspendeu a Constituição e os partidos políticos. No mesmo ano, um referendo foi aprovado e Mainassara ganhou as eleições presidenciais que foi fortemente contestada pela oposição, provocando violentos protestos em Niamey, capital do país. Esta crise política foi acompanhada por outra crise econômica provocada pela queda de preços de urânio no mercado internacional (UEMOA, 2014).

As exportações do Níger são altamente concentradas na agricultura de subsistência, que equivale a 39% do produto interno bruto e emprega 90% da força de trabalho, na criação de animais e na exportação de urânio; os produtos agrícolas incluem ainda algodão, amendoim, milho, sorgo, mandioca, arroz, gado, ovelhas, camelos, burros, cavalos e aves,

⁴⁴ Como em vários países francófonos da região, na década 1940, o Níger começou uma série de protestos contra a dominação colonial, como forma de evitar o confronto, em 1946, a França outorgou aos cidadãos nigerinos a cidadania francesa, no entanto, população local prosseguiu com a esperança da independência, até que, em 1958, Níger tornou-se uma República autônoma dentro da CFA (UEMOA, 2011).

enquanto que as importações nigerinas incluem os gêneros alimentícios, máquinas, veículos e peças, petróleo e cereais (FERNANDES, 2011).

A economia do Níger baseia-se principalmente na produção agrícola, criação do gado e na produção do urânio. O Níger tem duas minas de urânio: COMINAK e SOMAIR (consórcio francês), sendo que as empresas da República Popular da China e do Canadá estão estudando a viabilidade de explodir novas minas a céu aberto. De acordo com Visentini (2012), as taxas de crescimento econômico de 5% que se iniciou a partir de 2001, continuam sendo insuficientes para tirar o país da extrema pobreza, quase 80% da força do trabalho está no setor primário, onde se concentra apenas 40% do PIB e, na zona sul do país, o cultivo é de cereais, cebolas e hortaliças para consumo no mercado interno, enquanto que algodão, amendoim e feijão são para exportação.

4.6.8 República do Senegal

A República do Senegal localiza-se na parte ocidental do continente africano, abrangendo uma área de 196.190 km². Este país francófono é banhado pelo oceano Atlântico, a oeste, e faz fronteira com a Mauritânia, a norte e a nordeste, com Mali, a leste, com a Guiné e com a Guiné-Bissau, a sul, e ainda com a Gâmbia, país encravado no seu território e com uma estreita faixa litoral.

Como a grande maioria dos países africanos, as populações deste país estão divididas em vários grupos linguísticos e culturais, obviamente a língua oficial é francesa, os grupos linguísticos mais numerosos são os *Wolof*, que constituem 43% da população, seguindo-se os Serer com 15%, as Fula com 14%, os Tukolor com 9%, os Diola com 5% e os Mandinga com 4%.

Os portugueses foram os primeiros a chegarem no Senegal a partir do século XV e estabeleceram pontos comerciais, inicialmente na península de Cap Vert (atual Dacar), depois em Gorée, Rufisque e Joal. No entanto, apenas após a chegada dos franceses, a partir do século XVII é que a cultura e hábitos senegaleses ficariam marcados, sobretudo, porque os colonos franceses utilizaram a estratégia de usar os chefes tribais locais como seus intermediários e colaboradores (SENEGAL, 2011 apud FERNANDES, 2011)

Durante o período da colonização, entre os países que constituíam a África Ocidental Francesa, o Senegal sempre teve posição privilegiada em relação aos demais países. Naquela altura, Dacar era utilizado como o capital da AOF. Em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, em função da dominação francesa nessa região o aeroporto de Dacar foi

bombardeado pelas tropas inglesas, quando o General De Gaulle tentava se desembarcar numa das bases militares francesas radicadas em Dacar, lugar onde saíam tropas africanas que representaram a França durante as duas Guerras.

Em 1946, foi criada a União Francesa e o Senegal aderiu a União e elegeu dois deputados para o parlamento francês. O país alcançou a sua independência em 1960, quando ainda fazia parte da Federação do Mali e o seu grande líder na altura, o célebre Léopold Sedar Senghor, foi nomeado presidente da República num mandato de sete anos que começou com realização de reformas económicas (FERNANDES, 2011).

Após a sua independência, a República do Senegal passou por séries de reformulações políticas. As reformas que começaram no final de 1962 foi o reflexo de uma tentativa de golpe que derrubou o primeiro ministro. Na qualidade do primeiro ministro, Mamadou Dia⁴⁵ e outros membros do governo foram julgados por violação dos direitos do Parlamento e condenados à prisão por suspeita de um golpe de Estado que pretendia afastar do poder o presidente da República, como forma de evitar uma futura instabilidade política; o país se viu obrigado a iniciar séries de reformas (DIALLO, 2011).

Em parte, as reformas feitas conseguiram colocar o Senegal como exemplo de “país mais estável da região”. Porém, por várias décadas, o país tem travado uma guerra contra os independentistas do Casamança que reivindicam a sua independência. Segundo Diallo (2011), por meio da independência do Senegal e o começo da construção do Estado senegalês, os problemas da Casamança pareciam que estavam caminhando para mesma direção de uma solução consensual, ao ponto dos responsáveis do MFDC alegarem que havia o primeiro presidente do Senegal, Leopold Sedar Senghor, prometido a autonomia da Casamança com base no particularismo da região. Ainda para este autor, a justificativa dos independentistas não se resume a suposta promessa, mas se estende a fatores económicos, políticos e socioculturais.

A justificativa da luta pela independência de Casamança pode ir além do que foi citado pelo autor acima, pois, o fato é que a região em guerra detém grande parte dos recursos naturais do país, no entanto, é menos desenvolvida em relação a demais regiões do país. É notório que o conflito armado entre MFDC e o governo Senegalês tem afetado não só país em

⁴⁵ Com o fim da federação do Mali e a proclamação oficial da independência do Senegal em 1960, Leopold Sedar Senghor e Mamadou Dia, líderes do Bloco Democrático Senegalês-BDS chegaram à direção do país com ideologias diferentes e visões políticas contraditórias, porém, os dois homens se uniram no mesmo partido por necessidades imediatas e motivos políticos tendo como resultados o apoio das diferentes forças políticas do Senegal (DIALLO, 2011).

questão, como também os seus vizinhos, sobretudo a Guiné-Bissau, o país que faz fronteira com a região senegalesa em conflito.

No que concerne à situação econômica, em 2011, a atividade econômica senegalesa registrou uma taxa de crescimento de 2,6% contra 4,1% de 2010; os desempenhos macroeconômicos foram afetados pela seca no Sahel, diminuindo em cerca de um terço a produção de cereais e amendoim gerando a queda no crescimento do PIB (UNECA, 2013). A cesta das exportações do país é composta pelo setor pesqueiro, fosfato, amendoim, produtos petrolíferos e algodão. Similar aos demais países africanos, a pauta exportadora do Senegal é constituída por produtos primários com baixo valor agregado. A economia do Senegal continua a ser dominada pelo setor terciário que inclui comércio e serviços, correspondendo assim a 60% PIB daquele país, enquanto que o setor primário contribui com 20% do PIB senegalês.

4.6.9 República do Togo

A República do Togo é um pequeno país com 6 milhões de habitantes, localizado na África Ocidental, com um território de 57 mil km², junto ao Golfo da Guiné. Faz fronteira com Burkina Faso ao norte, com Benin, a leste e Gana, a oeste. A capital e principal cidade do país é Lomé. Togo é constituída por cinco regiões administrativas: a Região de Savanas, a Região de Kara, a Região Central, a Região de Plateaux e a Região Marítima. A língua oficial é o francês, porém, no cotidiano os habitantes do país utilizam cerca de trinta línguas regionais, em especial o Ewe, Mina e Kabye; a maioria da população, cerca de 51%, adotam cultos tradicionais africanos como sua religião, sendo 29% cristãos e 20%, muçulmanos (TOGO, 2014).

Até final de 1880, Togo, tal como é conhecida hoje, não existia; sendo que os ingleses e franceses ocupavam a então Costa de Ouro (atual Gana) e Daomé (atual Benin), as duas grandes potências instalaram postos aduaneiros nas suas fronteiras com o objetivo de exploração dos recursos naturais. Em 1883, o chanceler alemão Otto Bismarck tenta impor um protetorado sobre o Togo, mas o ato foi consumado apenas depois da Conferência de Berlim, quando a costa togoleza foi oficialmente atribuída à Alemanha (TOGO, 2011 apud FERNANDES, 2011).

Com a instalação no Togo, os alemães criaram o Porto de Lomé implementando uma economia de plantações de cacau e de café, mas sempre enfrentavam fortes resistências da população local; como forma de amenizar as revoltas dos togolezes, os alemães tentaram

estabelecer vários acordos com os reinos locais e depois incentivavam os próprios cidadãos alemães a se instalarem na então colônia que eles chamavam “Togolang”, propiciando-lhes concessões com condições muito vantajosas.

Após o início da Primeira Guerra Mundial, a operação conjunta franco-britânica com base na Liga das Nações obrigou os alemães a deixar o Togo em 1914 e as duas potências dividiram entre si o território togolês; passado anos, a porção britânica foi incorporada ao território da Costa de Ouro (atual Gana) enquanto os territórios franceses transformaram-se em República de Togo (FERNANDES, 2011).

Em 1955, a parte francesa tornou-se uma república autônoma dentro da União Francesa e em 27 de abril de 1960, em uma transição pacífica, o Togo se declara independente sob uma constituição provisória, sendo Sylvanus Olympio o primeiro presidente deste país africano recém-independente; três anos após a independência, o presidente Olympio é assassinado em uma revolta do exército togolês que estava insatisfeito com a situação política e econômica do país. Com este golpe do Estado, o Nicholas Grunitzky assumiu o poder e em 13 de janeiro de 1967, o tenente-coronel Etienne Eyadema, posteriormente conhecido por General Gnassingbe Eyadema, organizou e executou outro golpe que culminou com a queda do Grunitzky e o general permaneceu no poder até a sua morte em 05 de fevereiro de 2005. É importante ressaltar que durante o seu mandato eram proibidas atividades de qualquer que seja partido político oposto ao governo, também todos os processos constitucionais foram suspensos, o que veio a mudar apenas a partir de 1991, através da onda da liberalização política (TOGO, 2014).

Quanto à economia do país, o Togo depende tanto do comércio como de agricultura de subsistência que emprega 65% da força de trabalho e contribui para 40% do PIB (FERNANDES, 2011). Na verdade, a economia togolesa tem certa vulnerabilidade, em função da base das exportações muito estreita e uma clara dependência dos fluxos financeiros externos significativos. Para se ter uma ideia, dois produtos primários (algodão e fosfatos) representam cerca de dois terços das exportações do país fazendo com que o desempenho macroeconômico do país seja exposto a flutuações nos mercados internacionais.

4.7 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A INFLUÊNCIA EXTERNA NO SEIO DA UEMOA

As evoluções políticas dos países que constituem a UEMOA apresentam características similares. Sete dos oito Estados tomaram as suas independências nacionais por via de

negociação, excetuando o Senegal, que ao longo de vários anos, travou uma luta armada contra os independentistas de Casamança. No período pós-independência, a grande maioria dos países do bloco passaram por algum tipo de instabilidade política militar, seja da guerra entre estados vizinhos ou da guerra civil. Outra característica comum é que todas estas nações já tinham experimentado alguma crise da natureza econômica ou financeira. O fato é que a trajetória ou os sobressaltos políticos e econômicos dos países da UEMOA nos períodos pós-independência em parte não podem ser desvinculados dos efeitos colaterais da colonização.

O continente africano, em especial os países da UEMOA, tem enfrentado uma cadeia de problemas, seja a instabilidade política e militar ou as crises econômicas e financeiras ou até problemas recorrentes a saúde pública como é o caso do HIV. Para Visentini (2012), é forçoso reconhecer que o continente está em um processo recente, de apenas algumas décadas, que corresponde à vida de uma pessoa, por outro lado, a sociedade africana está passando por um processo semelhante atravessado por outras regiões do mundo, qual seja a construção dos modernos Estados nacionais e a definição de sua inserção internacional.

Os países da UEMOA têm tido um elevado grau da dependência, por isso recorreremos à teoria da dependência para melhor compreender os países oeste africanos no contexto da sua relação com diversas potências. Segundo Duarte e Graciolli (2007), a teoria da dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico na região, em especial, a partir de sua fase de industrialização iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Em termos de corrente teórica, a teoria da dependência se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

A teoria da dependência identificou que o padrão de comércio internacional segundo o qual os países em desenvolvimento se especializavam na produção, principalmente, de commodities agrícolas e os países desenvolvidos, em produtos industrializados, aprofundava as diferenças econômicas entre os países (SARFATI, 2005). Na realidade, havia um mecanismo de trocas desiguais, no qual os termos de troca dos países em desenvolvimento iam piorando ao longo do tempo, sendo que a competição entre as commodities se dá apenas via preço, enquanto os produtos industrializados possuem um valor agregado maior e, com isso, representa uma margem de lucro maior.

Em outras palavras, podemos dizer que a Teoria da Dependência trata do relacionamento das economias dos países denominados de “periféricos” com as economias

dos países “centrais” ou “hegemônicos” e que estas relações econômicas “dependentes” por parte dos países periféricos em relação às economias centrais, criavam teias de relações políticas e relações de interesse que moldavam formas determinadas de desenvolvimento político e social nos países “periféricos” ou “dependentes”. A UEMOA se enquadra no grupo dos países periféricos e seus Estados-membro apresentam um grau elevado de dependência; a própria UEMOA, como organização institucional, em grande parte, as suas decisões políticas e diplomáticas dependem das grandes potências, em especial da França.

Ao longo de várias décadas, os países africanos, em especial da UEMOA, têm convivido com certo dilema. Os fracos desempenhos das economias africanas são resultados da incapacidade produtiva que é reflexo da ausência de elevado grau do investimento a nível educacional, baixo índice de população capacitada, trabalhadores com baixos salários, tanto os de trabalho quanto dos bens e serviços são na sua grande parte constituída pela informalidade, superando assim os mercados formais, o que conseqüentemente reduz as arrecadações dos respectivos governos. Esses países são também caracterizados por exportações de produtos primários, ou seja, produtos que não possuem valores agregados e, em contrapartida, os países oeste-africanos (Franco CFA) importam produtos industrializados.

A teoria da dependência mostra que as economias periféricas, que na sua grande maioria basearam seu crescimento econômico em modelos exportadores de matérias primas, produtos em geral ou manufaturas, acabou reforçando uma situação de dependência, limitando as possibilidades de decisão e ação autônomas destes países periféricos, impedindo que os centros políticos das forças sociais locais nesses países se sobrepusessem ao mercado e conquistassem maior autonomia política.

A incapacidade do setor manufatureiro se reflete a falta de coordenação e harmonização das políticas de produção e comercialização que advém do baixo nível de potencial significativo para o comércio entre países de uma sub-região. Partindo deste pressuposto, podemos afirmar que o elevado custo de produção é provocado pelo baixo nível tecnológico, o que provoca um encarecimento dos bens locais em relação aos bens importados.

No que concerne aos quesitos institucionais e políticas da união, ainda persistem várias limitações. A consolidação dos objetivos da UEMOA e da implementação do seu mercado comum exige a participação dos operadores econômicos por serem os verdadeiros atores do processo de integração. A ausência de informações organizadas dos cidadãos é um dos principais obstáculos para o projeto de integração regional da UEMOA. A sociedade civil, nomeadamente, os agentes econômicos da sub-região não são devidamente envolvidos no

processo integracionista na África Ocidental, segundo a UNECA (2010), estes não compreendem muito frequentemente um regulamento comunitário complexo e de mudança normativa cuja execução é difícil.

Não podemos deixar de ressaltar que grande parte do mercado dos países da UEMOA são informais, onde maior parte dos agentes econômicos são analfabetos e não domina, as técnicas do comércio exterior e das relações internacionais. A má circulação de informação tem consequências prejudiciais para o pedido de aprovação dos produtos junto das autoridades da UEMOA. Exemplo disso: vários agentes econômicos dos países-membros deste bloco ignoram que podem introduzir individualmente a Comissão e o Tribunal da União no caso de litígio.

Dentro dos obstáculos não podemos ignorar que os conflitos e crises internas, instabilidade política e má governança que marcaram grande número de países na África Ocidental e especificamente os países da UEMOA são notáveis barreiras do processo integracionista e a realização de um mercado comum. Convém ressaltar que o desencadeamento da crise político-militar na Costa do Marfim, mostrou o quanto o bloco é vulnerável, sendo este país detentor da maior fatia da economia do espaço UEMOA.

No que tange as infraestruturas, a UEMOA apresenta uma clara insuficiência ou mesmo uma ausência de infraestruturas regionais nos domínios rodoviários, energéticos e de telecomunicação necessárias para o desenvolvimento do comércio e investimentos o que constitui uma séria ineficiência para a integração das econômicas e para a realização do mercado comum. Perante essa situação, os operadores econômicos da UEMOA são severamente desabilitados pela insuficiência das infraestruturas físicas de transporte de armazenamento e a ausência de telecomunicações modernas e isso são sem falar que os governos nacionais dos respectivos países integrados, agravam os problemas de transporte instituindo procedimentos comerciais que exigem um tratamento dispendioso de documentos aduaneiros.

Para finalizar a abordagem referente aos obstáculos enfrentados pela união ao longo de duas décadas da sua existência, não menos importante é a participação da força externa na união. Tanto os Estados-membro da UEMOA quanto o próprio bloco têm sofrido forte influência externa e, sobretudo, das autoridades francesas.

A busca da compreensão acerca da estrita relação entre França e a UEMOA não pode ser distanciada da sua histórica ligação com a moeda Franco CFA ou do período da colonização. Lembrando que sete dos oito Estados-membro do bloco são ex-colônias francesas. Bial (2013) afirma que o estabelecimento da zona do franco CFA é resultado direto

da vontade de manter a ligação monetária ao franco francês após a independência nacional de muitas das antigas colônias francesas, na mesma ordem de ideia, a criação da UEMOA está vinculada a uma desvalorização em 50% do franco CFA da África Ocidental.

Desde a criação do Franco CFA pelos então colonizadores franceses até datas atuais, a moeda utilizada no espaço UEMOA passou por diversos sistemas cambiais que foram assegurados integralmente pela França. Segundo Fernandes (2011), a partir da sua criação até em 1948, o Franco CFA tinha paridade fixa com relação ao Franco Francês (FF), porém, devido à desvalorização do FF no dia 17 de outubro de 1948, 1 Franco CFA passou a equivaler 2 FF e em 1958, com a instauração do novo Franco Francês, 1 Franco CFA passou a valer a 0,02 FF, mais recentemente, no dia 12 de Janeiro de 1994, houve uma desvalorização brusca do Franco CFA de 50% (passando de 0,02 FF para 0,01 FF) imposta pela França com respaldo do FMI e Banco Mundial. Ressaltamos que a partir de 01 de janeiro de 1999, com a influência da própria França, a paridade do Franco CFA foi fixada com o euro: 1 euro = 665,957 Franco CFA.

A criação da UMOA ensejou a inauguração de uma nova etapa, a convertibilidade do Franco CFA é feita por meio de uma conta denominada “Conta de Operação”, aberta nos escritórios do Tesouro Público Francês em nome do BCEAO, para a aplicação das disposições do artigo primeiro da convenção da cooperação monetária entre a República Francesa e os Estados-membro da União, sendo que este último tem por obrigação de depositar 65% das divisas provenientes do resultado das suas receitas de exportações (FERNANDES, 2011).

Para Banque de France (2015), a cooperação monetária entre a França e os países africanos na Zona Franco é governada por quatro princípios fundamentais: garantia ilimitada de convertibilidade do Tesouro francês, paridades fixas, livre transferência e centralização das reservas cambiais. E em troca dessa garantia, os três bancos (Banque Centrale des Etats de I’Afrique de I’Ouest-BCEAO, Banque Centrale des Etats de I’Afrique Equatoriale et du Cameroun-BCEAEC e Banque Etats de I’Afrique Centrale-BEAC) são obrigados a depositar parte de suas reservas cambiais em uma conta “operacional” com o Tesouro francês.

A “Conta Operação”⁴⁶ funciona da seguinte forma: todos os países da UMOA (e atualmente os da UEMOA) depositam suas receitas em divisas no BCEAO que, por seu turno,

⁴⁶ Durante a nossa visita à Guiné, tivemos privilégio de conversar com o senhor Wilson Cardoso – quadro efetivo do BCEAO que, na altura, em comissão do serviço, desempenhava o cargo do diretor geral do tesouro nacional da Guiné-Bissau – que nos afirmou que a participação da França na UEMOA se dá por via da “conta operação”, o acordo feito entre a UEMOA e a França, e evidentemente é mais vantajoso para o país europeu uma vez que os africanos por obrigação devem depositar a parte das suas receitas proveniente das

deve depositar na sua “Conta de Operação” aberta junto ao Tesouro Público Francês, no mínimo, 65% das divisas proveniente das exportações dos Estados-membro e, com isso, a França garante a convertibilidade do franco CFA permitindo ao BCEAO a emissão da moeda. Perante esse acordo, é permitido à participação das autoridades francesas na definição da política monetária da UEMOA.

O acordo denominado “Conta Operação” foi, ou melhor, continua sendo nutrida com a criação da UEMOA, em cumprimento a esse acordo, atualmente com a intermediação do BCEAO, o bloco guardou no tesouro francês nada mais do que seis bilhões de euros. Lembrando que esta quantia é proveniente das receitas das exportações dos oito países que compõem o bloco. Em contrapartida, o país europeu assegura a conversibilidade da moeda nacional dos Estados-membro, inclusive a sua participação na definição da política monetária da união.

O papel da França na União vai além, ou seja, não se restringe aos países da UEMOA, do mesmo modo que se amplia para toda zona “Franco” que inclui a Comunidade Econômica e Monetária da África Central e Comores dentre os acordos, e também abrange o papel do Banque de France (Banco Central da França), que realiza estudos sobre questões de financiamento do desenvolvimento em países da zona do franco; elaborar e publicar o “Relatório Anual para a Zona do Franco” em parceria com BCEAO, o BEAC e o BCC e, por fim, assegura a preparação das reuniões semestrais dos ministros das Finanças da zona do franco (BANQUE DE FRANCE, 2015).

O depósito efetuado pelo BCEAO no Tesouro francês como parte do cumprimento de acordo “conta operação” é destinado para financiar os empresários franceses as taxas de juros 3,5% ao mês, ou seja, é um dinheiro dos africanos contribuindo para o crescimento econômico da França. Este acordo não me parece bastante rentável para os africanos, uma vez que esta quantia poderia ser aplicada no desenvolvimento da região oeste africano.

Recentemente, duas influentes personalidades africanas, o guineense Carlos Lopes⁴⁷ e o Abdoulaye Wade, respectivamente, comungaram publicamente a ideia de que o acordo da

exportações no tesouro francês e, conseqüentemente, com esses recursos, o Banco Central da França concede empréstimos aos países e os empresários que demandam os referidos recursos às taxas de juros de 4% ao mês. Quanto ao desempenho da Guiné na UEMOA, o governante afirma que, para ele, a adesão guineense no referido bloco é um processo irreversível e que a participação do seu país tem sido tímida por culpa dos próprios guineenses que hoje não tem mais aquele espírito de nacionalismo que caracterizou a luta pela independência, ainda ressalta que os guineenses se dispõem de competências para tirar melhor proveito dentro do bloco, dando exemplo da agência do BCEAO da Guiné-Bissau dirigido por guineenses e se tornou referência a nível regional e recebe quadros de diversos países do bloco no âmbito da preparação (estágio) para posterior ocupação do alto cargo no BCEAO.

⁴⁷ Carlos Lopes ocupa o cargo de Secretário geral adjunto e Secretário Executivo da Comissão Econômica para África, ONU e Abdoulaye Wade, o então presidente do Senegal.

“conta operação” não favorece os africanos e que o dinheiro depositado no tesouro francês precisa ser investido em benefício dos africanos. Na realidade, os fatores como a instabilidade política, a corrupção e as ineficiências nas políticas públicas, acabam por afetar todo o sistema econômico da região e de igual modo, coloca em dúvida todo o ambiente do negócio que o bloco tanto planeja.

Na nossa percepção, a busca da paz e estabilidade precisa ser a luta diária, por que é com a estabilidade que a região conseguirá almejar um ambiente propício do negócio. Praticamente, quase todos Estados-membro já experimentaram golpe do estado ou guerra, são disso exemplos: os golpes e contragolpes que têm ocorrido em Guiné-Bissau ao longo da última década; o conflito armado de 2010 e 2011 na Costa do Marfim, a maior economia do bloco; o golpe de estado de 2012, no Mali, que culminou com o conflito interno cuja consequência demandou a intervenção de força externa, nomeadamente, a França; e mais recentemente, em 2014, foi o do Burkina Faso que derrubou o presidente da República; e, por último, o Senegal, mergulhado em uma guerra contra os independentistas há várias décadas. A instabilidade tem consequência desastrosa para a consolidação da integração na região.

Para concluir podemos, dizer que, dos inúmeros problemas que a região enfrenta, a superação das instabilidades deve ser a primeira meta a ser atingida. Por que a consolidação da estabilidade deve ser o ponto de partida para o avanço do processo de integração, levando em consideração a realidade da região que se difere de outros continentes ou das outras integrações.

4.8 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O capítulo aqui apresentado tem por escopo, evidenciar um entendimento relacionado ao avanço e atraso no processo da consolidação da UEMOA. Os objetivos da UEMOA se resumem em: assegurar a convergência das políticas econômicas dos Estados-membro, fortalecer a competitividade econômica e financeira no domínio de um mercado aberto e a criação de um mercado comum baseado na livre circulação das pessoas, dos bens, dos serviços, capitais, bem como numa tarifa externa comum e numa política comercial comum. A estrutura da união é composta por diversas instituições incluindo autônomas e independentes, o que reflete uma tentativa de colocar em prática os objetivos preconizados. Os países que constituem o bloco tiveram trajetória similar, uma caminhada recheada de explorações por parte das forças externas, as instabilidades políticas e econômicas fizeram parte das suas histórias ao longo do período pós-independências.

Não dá para ignorar que, ao longo dos vinte anos da existência, a união conquistou alguns avanços, nomeadamente na criação e fortalecimento das instituições políticas e financeiras que buscam responder as necessidades de populações da região através das suas políticas. As diversas políticas que foram criadas pela união, constituem avanços na medida em que a sua materialização tem contornado parcialmente a degradante situação vivida pela população do bloco. Por meio do financiamento (empréstimo e doações), a UEMOA tem contribuído na melhoria da agricultura dos países do bloco, no aumento da produção de energia, na promoção e criação de um mercado comum, e, entre outros avanços, também se destaca o controle da inflação por meio da política de conversão da inflação a taxa 3% e, ao longo das duas décadas da UEMOA, talvez o mais importante avanço se deva à aproximação dos povos da região do bloco. E, com todo esforço, não podemos afirmar que os objetivos do bloco foram atingidos uma vez que persiste uma série de fatores que têm constituído atraso neste processo da integração.

Os países da UEMOA ainda continuam enfrentando limitações nas trocas comerciais intrabloco. Essa dificuldade se deve a similaridade na pauta exportadora destes países que é constituída por produtos primários. E mais: a falta de diversificação da produção tem limitado a capacidade dos países da união, a ausência de um total empenho na construção de um mercado comum, a produção industrial continua sendo baixa ao ponto de não suprir a demanda da população e isso sem falar da precariedade das infraestruturas da região o que tem gerado enorme perda os países integrados e também para a UEMOA. Apesar dos obstáculos que devem ser superados com empenho de todos os Estados-membro e, sobretudo, com a participação de toda a sociedade, podemos concluir que a UEMOA é um processo bastante viável a prova disso, a relação dos Estados-membro é mais de que uma relação monetária.

5 OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA

Ao longo da última década e meia, a Guiné-Bissau tem tido dificuldade de encontrar a estabilidade política governativa que possibilita a elaboração e execução do plano do desenvolvimento do longo prazo, embora seja uma nação caracterizada com diversas potencialidades que inclui abundância em chuvas e solo de qualidade para plantação, ainda com vários recursos naturais não exploráveis, a sua participação naquela união deve ser visto como um grande oportunidade para desenvolver as suas potencialidades, porém, esta sessão pretende analisar os desafios e as oportunidades dos guineenses no referido bloco.

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Se, por essência, o processo de integração é bastante complicada, talvez para a sociedade guineense essa complicação seja ainda maior. A inserção da Guiné-Bissau na UEMOA divide opiniões; para alguns, o país tem mais a perder no bloco da união, enquanto para outros, a integração proporcionará inúmeros benefícios para o Estado Guineense. A razão pela qual a adesão deste pequeno país lusófono ao bloco é tanto questionada, talvez se explique, em parte, pela carência da pesquisa sobre o tema, porém, como forma de contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre o assunto, este capítulo pretende analisar os desafios e as oportunidades da nação guineense na UEMOA.

Com o intuito de melhor compreendermos os desafios da Guiné-Bissau neste espaço ou os benefícios que este processo da integração pode oferecer para os guineenses, forneceremos um quadro teórico que permita compreender a problemática da governança⁴⁸ neste país, explorando-a nas suas dimensões política e democrática, enquanto instrumento da política de promoção do desenvolvimento humano.

5.2 GUINÉ-BISSAU: A COMPLEXIDADE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

P. Gomes (2007), citando um estudo promovido pela OCDE (2001) sobre a governança democrática, afirma que as mudanças nas relações de poder foram influenciadas por quatro conjuntos de desenvolvimentos históricos, nomeadamente:

⁴⁸ O termo “governança” tem origem na palavra inglesa “governance”, que é uma substantivação do verbo “to govern”, que significa “governar” conduzir o Estado (MATOS e DIAS, 2013).

- a) “no impacto direto das lutas para introduzir maior democracia nos regimes políticos e trazer competitividade aos mercados”;
- b) na “forma como a produtividade econômica e o bem-estar alteraram os objetivos e os métodos de governança”;
- c) “nos sistemas de crenças e de normas que, implícita ou explicitamente, enquadram o processo de tomada de decisão e de implementação nas sociedades tomadas como um todo”; e
- d) nas “inovações e/ou transformações das instituições”.

Para o autor, estes são os fatores que contribuíram para alterar os sistemas de governança, criando um consenso na necessidade da governança democrática.

A análise do processo de transição para a democracia na Guiné-Bissau deve ser encetada num quadro abrangente de discussão sobre a implementação do regime democrático no continente africano. Atualmente, o regime democrático é uma realidade formal em grande parte do continente africano, com as suas entidades políticas a adoptarem regimes mais ou menos democráticos um pouco por todo o lado ao longo das duas últimas décadas do século XX. P. Gomes (2007) citando Gogue (2001) comunga da opinião de que um pouco por toda a África existe, no mínimo, um reconhecimento formal dos princípios basilares da democracia, as liberdades de imprensa e de expressão progrediram num número considerável desses países, revisões constitucionais introduziram o sistema multipartidário, deu-se uma eclosão de partidos em praticamente todos os sistemas partidários do continente e foram organizadas eleições multipartidárias.

Um bom funcionamento do estado de direito, em geral, passa pela consolidação do processo democrático. Para Silva (2012), o papel do Estado⁴⁹ é de tornar mais equitativas as oportunidades a fim de amadurecer a soberania e o processo de desenvolvimento nacional, no entanto, a própria democracia nacional depende desta melhora das oportunidades, pois ela depende de mais espaços de diálogo e maior interação entre a sociedade, possível apenas quando não se tem excluído desse processo, ou seja, a exclusão não acontece no direito a voto, mas na capacidade de tomada de decisão, representada, por exemplo, pelos milhares da população.

⁴⁹ Quando utilizamos a palavra “Estado”, nos referimos à totalidade da sociedade política, ou melhor, ao conjunto de pessoas e de instituições que formam uma sociedade juridicamente organizada sobre um determinado território (MATOS; DIAS, 2013).

Neste contexto extremamente complexo, entendemos que o desafio de amadurecimento do Estado guineense depende de governos e das políticas públicas inovadoras que permitam a inclusão da população na condição de cidadão digno e capaz de tomar suas decisões e contribuir para o desenvolvimento nacional, porém, ressaltamos que a implementação das políticas públicas inovadoras depende estritamente da estabilidade política de qualquer país.

Segundo Matos e Dias (2013), a palavra Estado refere-se à totalidade da sociedade política, ou melhor, ao conjunto de pessoas e de instituições que formam uma sociedade juridicamente organizada sobre determinado território, no entanto, a administração dos negócios do Estado, ou seja, as atividades desenvolvidas e sob a responsabilidade dessa instituição política são realizadas por um governo. Ainda de acordo com o raciocínio dos dois autores, a palavra “governo” relaciona-se somente à organização específica do poder a serviço do Estado, mais especificamente, àqueles que gerenciam os negócios do Estado por um determinado período do tempo.

O Estado guineense, por exemplo, tem um governo central (liderado por um primeiro ministro) que gerencia suas atividades e de acordo com a constituição do país, no entanto, o mandato dos governos deveria ser renovado de quatro em quatro anos por meio das eleições, mas isso nunca chegou a concretizar e o mais grave ainda é que na sua história democrática, aquele país nunca realizou eleição com próprios recursos, ou seja, as eleições legislativas ou presidenciais são financiadas pela comunidade internacional. Já que o sistema é Semi-presidencialismo, ao presidente da República é atribuído um mandato de cinco anos. O país nunca experimentou eleições autárquicas, ou seja, os governos municipais e governadores regionais são nomeados por decreto do governo central. Historicamente, nenhum governo eleito ou presidente da república escolhido pelo pleito, conseguiu terminar o seu mandato isso porque as instabilidades políticas e militares não permitiram a conclusão de nenhum mandato.

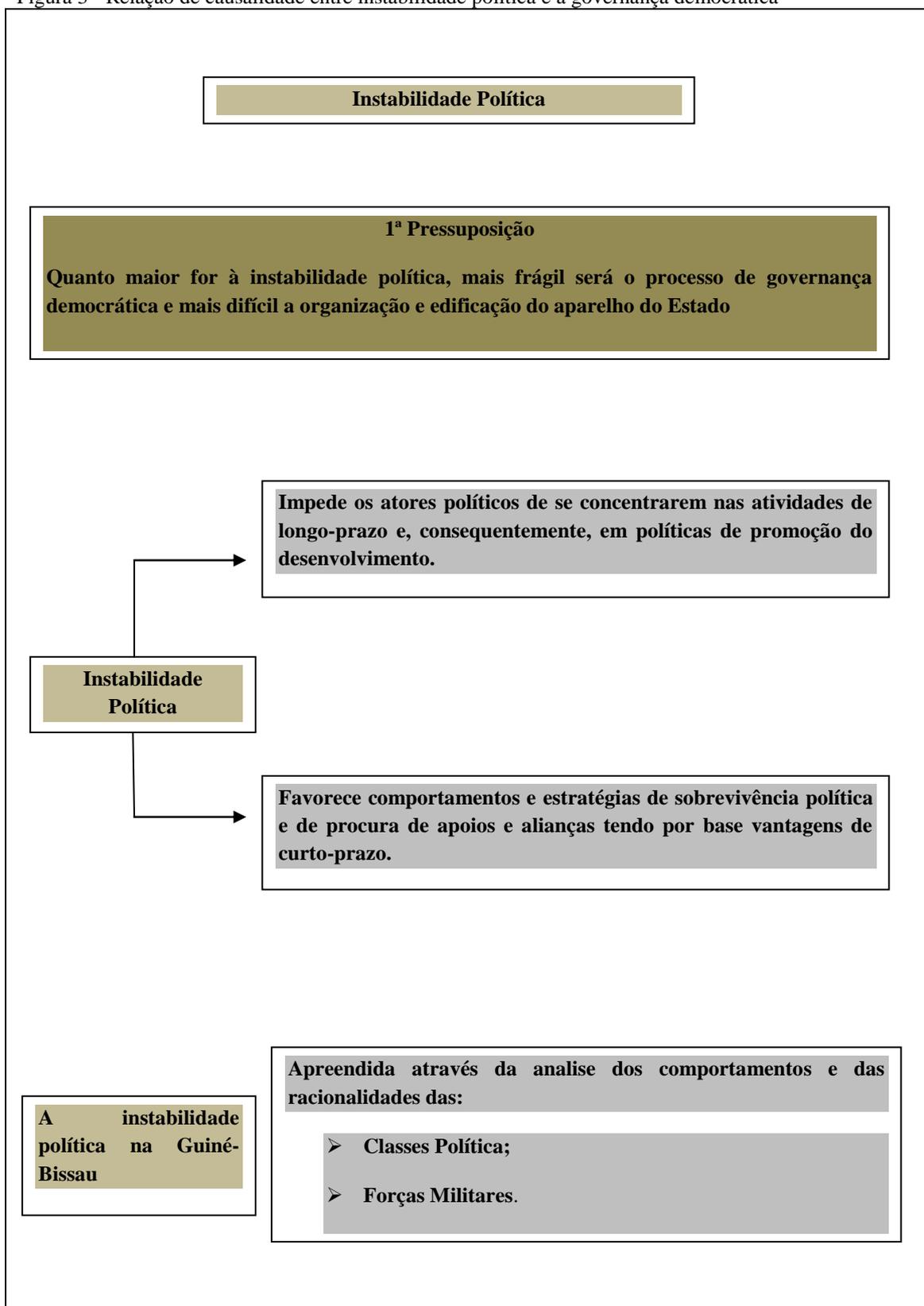
Desde a liberalização política, do final da década de 80 ao início da década de 90, sem sucesso, o país vem perspectivando organizar a primeira eleição autárquica, a razão do fracasso se prende a questão da instabilidade que já frisamos, ou seja, às transições e as governanças democráticas têm sido afetadas pela instabilidade e conseqüentemente inviabilizando os projetos do desenvolvimento que poderiam melhorar a vida da população guineense; com isso, podemos afirmar que, apesar de já contar vinte e cinco anos, o processo de democratização ainda não está concluída.

Para P. Gomes (2007), os fatores que bloqueiam a governança democrática na Guiné-Bissau se dividem em fatores estruturais e fatores histórico-conjunturais. O primeiro se

assenta na fragilidade econômica que tem impacto negativo nos indicadores sociais e econômicos; o processo de transição democrática se caracteriza por fragilidade das instituições que compõe a base do estado de Direito Democrático (judiciais legislativas e executivas); baixos níveis de educação e de rendimentos per capita, etc. O segundo fator se refere à colonização e o conturbado processo de independência (Luta de Libertação Nacional); violação dos Direitos Humanos; instabilidade política crônica; golpes militares e práticas governativas inconstitucionais, etc.

Como afirmamos, a realidade é que ao longo da sua história a Guiné-Bissau tem convivido com uma cadeia de instabilidades que consequentemente influencia a governança democrática e as implicações deste fenômeno se direcionam negativamente na viabilidade dos projetos de desenvolvimento social e econômico. P. Gomes (2007) parte de pressuposto de que existe uma relação de causalidade entre instabilidade política e governança democrática, sendo que a instabilidade política apresenta a relação inversa ao processo da governança democrática, como mostra figura abaixo:

Figura 3 - Relação de causalidade entre instabilidade política e a governança democrática



Fonte: elaboração própria com base em P. Gomes (2007).

Após o fim do conflito político-militar de 1998/1999, a Guiné-Bissau conheceu uma situação econômica, política e social difícil que afetou negativamente às condições de vida

das populações. Entre 2000 a 2004, o produto interno bruto real cresceu apenas 1%. A forte instabilidade que assolou o país não permitiu orientar a gestão pública no sentido de procura de vias e meios que permitirão atacar os desafios do desenvolvimento do país e, em particular, os projetos ligados a luta contra a pobreza e a realização dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento – OMD.

Na tentativa de atacar o problema da pobreza que assola o país, em 2005, o governo arquitetou um plano de ação de longo prazo denominado “Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - DENARP⁵⁰”. Este plano foi almejado com base nos indicadores que mostram a grave situação da pobreza. Os dados são do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) da Guiné-Bissau e se dividem em oito regiões do país ao lado do setor autônomo de Bissau⁵¹.

O número de pobres é maior nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, sendo que nas regiões, vivem 79,4% das pessoas vítimas da pobreza e na capital, Bissau, habitada por 20,6% da população total do país, conta com 51,6% de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia. Os números são bastante degradantes.

A pobreza é ilustrada pela dimensão geográfica do país, sendo que é relativamente mais marcada no interior do que o capital do país; as taxas de pobreza, como é demonstrado no quadro abaixo, oscilam, exceto em Bissau, entre 62,6% para Biombo/Bolama e 79,6% para Oio. O nível de pobreza é mais elevado nas regiões do que em Bissau (GUINÉ-BISSAU, 2011). Na realidade, a elevação do nível de pobreza nas regiões do país pode ser explicada pela ausência do Estado nessas regiões, ou melhor, por falta de um macro projeto de desenvolvimento ao longo prazo, projeto esse direcionado para educação, saúde, segurança, geração do emprego etc. Geralmente, nos interiores do país falta quase de tudo.

⁵⁰ O DENARP foi elaborado por governo do PAIGC eleito após um período político conturbado que culminou com o golpe de Estado que derrubou o presidente Koumba Yalá, em 2003.

⁵¹ O Estado guineense é constituído por estas oito regiões (Bafatá, Oio, Quinará, Bolama-Bijagós, Gabú, Tombali, Biombo e Cacine) e pelo o setor autônomo de Bissau (capital).

Quadro 12 - Taxa de pobreza por região e contribuição regional na pobreza, em 2002

Regiões	Taxa de pobreza absoluta (menos de 2 \$ por dia)	Contribuição por região na pobreza
Bafatá	72,4%	13,6%
Biombo/Bolama	62,6%	9,1%
Cacheu	63,8%	14,2%
Gabú	65,8%	12,3%
Oio	79,6%	18,0%
Quinará/Tombali	69,1%	12,2%
Bissau	51,6%	20,6%
Regiões sem Bissau	69,1%	79,4%
Total do País	64,7%	100%

Fonte: elaboração própria com base no INEC (2015).

A instabilidade política e os choques endógenos são fatores que contribuíram ou influenciaram a progressão da pobreza na Guiné-Bissau, este fenômeno está ligado à fragilidade da governança, cujas consequências recaem sobre o funcionamento deficiente das instituições e geram cadeias de evolução negativas nos setores econômicos e sociais (GUINÉ-BISSAU, 2005).

As razões que levaram a elaboração do DENARP⁵² se prendem com a problemática da pobreza que afeta o país e, sobretudo, com necessidade de fazer o país cumprir os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento⁵³, dessa forma, o documento objetivava, entre outros, o crescimento médio anual do PIB no período 2005-2015, deverá situar-se em, pelo menos 5%; a taxa média de investimento (global) deverá ultrapassar, pelo menos, 25% por ano no período 2005-2015 e previa-se uma forte mobilização de recursos externos que vai permitir progressivamente reforçar as capacidades de mobilização dos recursos internos (GUINÉ-BISSAU, 2011).

A concretização do DENARP era vista por seus mentores como um balão de oxigênio para o país, mas, infelizmente, a sua realização naufragou em função da conturbada deposição do governo que elaborou e estava por executar o referido documento. Os sucessivos governos,

⁵² A estratégia de luta contra a pobreza inspira-se nas opções feitas pelos guineenses no estudo prospectivo de longo prazo denominado “Djitu ten” (Há jeito), cujo horizonte temporal vai até 2025, a fim fazer face aos desafios causados pelo atraso verificado em termos de desenvolvimento e promoção de bem-estar das populações, a visão ao longo prazo projetada, através da abordagem do “Djitu ten”, baseada na valorização racional dos esforços e potencialidades internas, fazer da Guiné-Bissau: “(i) um país bem governado com instituições equilibradas e controle dos poderes; com uma administração descentralizada e que valorize o mérito; (ii) um país com um ambiente favorável para um crescimento econômico sustentável; com uma boa distribuição de rendimentos e bem integrado na sub-região; (iii) um país com recursos humanos bem formados e adequados às necessidades; (iv) um país com autossuficiência alimentar e exportador de cereais na sub-região; (v) um país com gestão racional dos recursos naturais, e maior consciência ambiental dos cidadãos [...]” (GUINÉ-BISSAU, 2011).

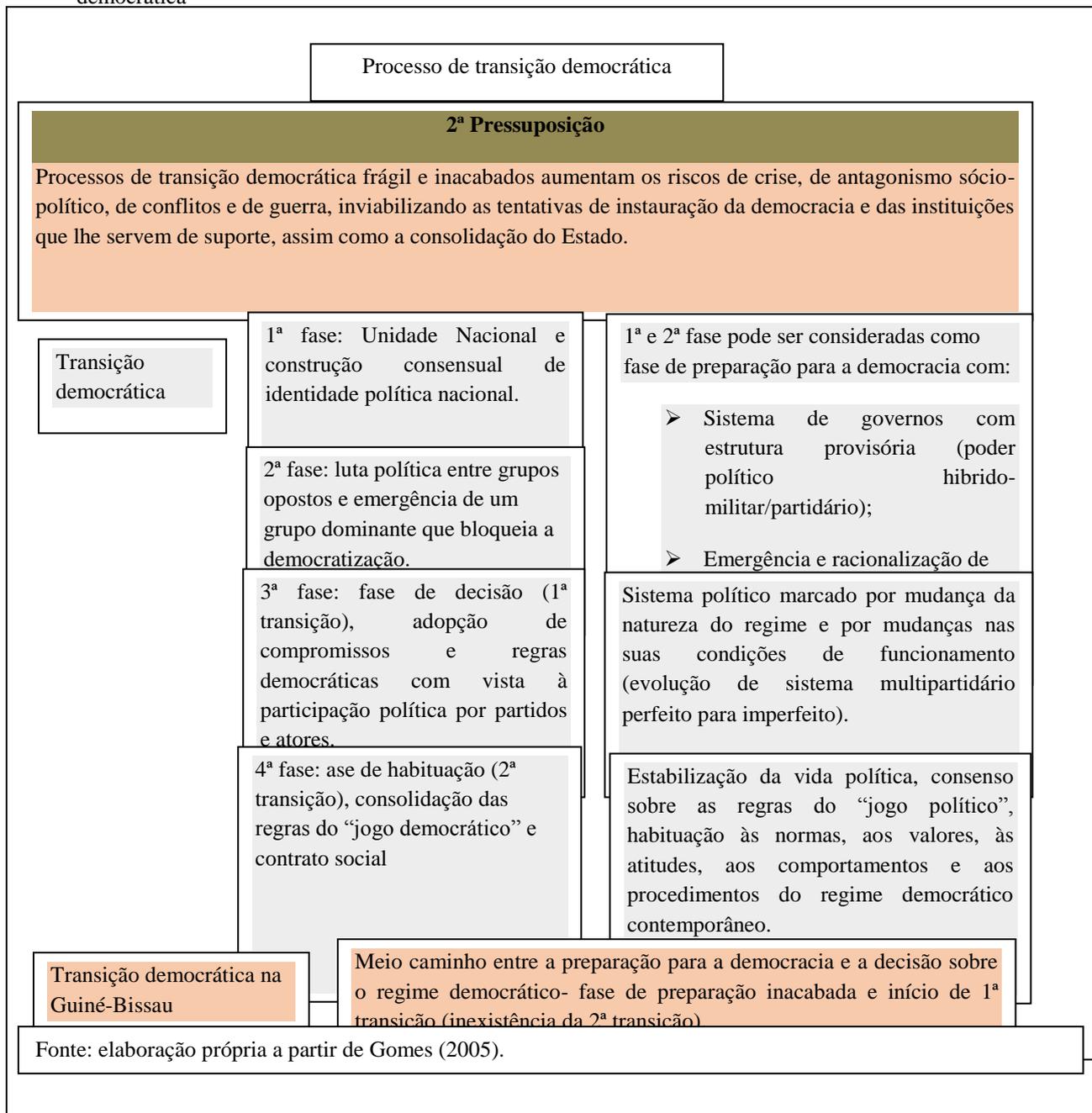
⁵³ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio- consiste numa parceria entre países desenvolvidos e os países em desenvolvimento que é impulsionada pela ONU, tendo em vista criar um clima, tanto a nível nacional como mundial, que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.

não colocaram em prática os objetivos traçados no documento e nem apresentaram um plano estratégico do desenvolvimento, o que quer dizer que, no tocante da eliminação da pobreza, o país não conseguiu maior avanço.

Os sucessivos atentados à ordem constitucional, o estado de crise que assola a justiça e a manutenção da ordem e segurança pública e a não submissão do poder militar ao poder civil contribuíram para o enfraquecimento da autoridade do estado de direito democrático e das instituições republicanas, com reflexos diretos na governança democrática e no respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais (GUINÉ-BISSAU, 2011).

Existe uma relação de causalidade entre o processo de transição democrática, instabilidade política e governança democrática (como mostramos na figura 4, abaixo). P. Gomes (2007) afirma que a consequência do processo de transição democrática frágil e inacabada são os aumentos dos riscos e da crise, de antagonismo sócio-político, de conflito e de guerra, que inviabilizam as tentativas de instauração da democracia e das instituições que lhe servem de suporte, assim como a consolidação do estado. Certamente, na nossa visão, existem outros problemas que ainda agravam o processo da consolidação do Estado democrático, problemas esses que se caracterizam pelo surgimento dos narcotraficantes latino-americanos que aproveitaram a fragilidade das instituições do país para colocá-lo na rota do tráfico de drogas que são enviados para Europa e os EUA. Este tipo de crime organizado tem exposto a imagem externa negativa do país e tem, do mesmo modo, apresentado uma enorme ameaça para a democracia e o bem estar da população.

Figura 4 - Relação de causalidade entre processo de transição democrática, instabilidade política e governança democrática



Como havíamos afirmado, o DENARP não foi concretizado em função da instabilidade política. O governo deposto que tomou a iniciativa de elaborar o documento voltou ao poder através uma eleição realizada em 2009. Preocupado com a degradação da pobreza e levando em conta a tentativa da estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP I) que foi interrompido logo no início da sua execução, o governo tomou a iniciativa de projetar um novo documento denominado DENARP II.

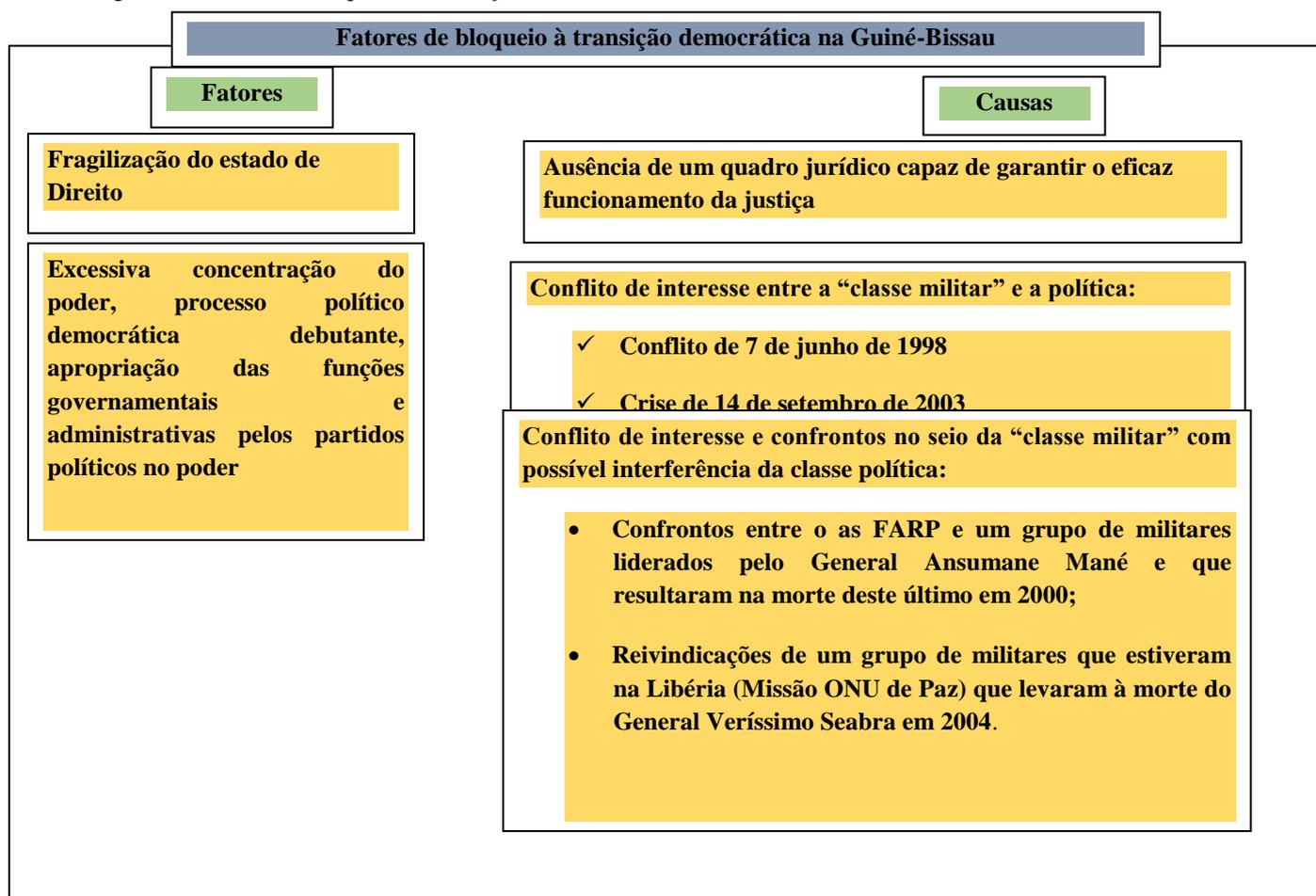
O DENARP II foi construído com base nas principais lições do DENARP I, e este documento previa um plano de execução de quatro anos (2011-2015), com o principal objetivo⁵⁴ de reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões, criando mais oportunidades de rendimentos, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num estado de direito reforçado (GUINÉ-BISSAU, 2011).

Este plano estratégico de desenvolvimento social e econômico era constituído por mais de dezessete objetivos específicos e a implementação do ambicioso documento poderia fazer diferença na vida da população guineense, mas, infelizmente, o projeto fracassou por causa de mais um golpe de estado que ocorreu em 12 de abril de 2012, ou seja, um após o seu lançamento do referido projeto. Na verdade, desde a explosão do conflito político-militar de 1998, este país oeste africano nunca mais conviveu com a estabilidade, porém, elaborar um projeto de desenvolvimento colocando a reforma da defesa e segurança no segundo plano nos leva a afirmar que a concretização deste ou de qualquer projeto do desenvolvimento além seria uma mera ilusão, significando que, para colocar em prática qualquer que seja documento que vise ao desenvolvimento de curto, médio e longo prazo, a estabilidade político-militar terá que ser prioritário, por ser uma condição indispensável.

Numa terceira pressuposição, P. Gomes (2007) defende que os fatores que bloqueiam a transição democrática prendem-se a fragilidade do Estado de Direito que, por consequência, causa a ausência de um quadro jurídico adequado que possibilita a eficácia no funcionamento da justiça.

⁵⁴ Os principais objetivos específicos do DENARP são: a) reduzir a incidência de pobreza ao nível nacional de 69,3% em 2011 para 59% em 2015; b) reduzir a taxa de insegurança alimentar de 32% para 16% em 2015; c) atingir a taxa de crescimento econômico anual de 4,3% em 2011, 4,5, em 2012, e 5% em média anual entre 2013 e 2015; d) estabilizar o contexto de segurança do país por uma reforma harmonizada das forças de Defesa e segurança pela redução de seu efetivo para 3.430 melhorando assim, a sua capacidade de intervenção; e) reduzir as despesas da função pública através de uma reestruturação e uma modernização das instituições públicas incluindo as ligadas às forças de Defesas e Segurança; f) reduzir significativamente as taxas de mortalidade materna e infantil até em 2015; g) alargar o acesso a água potável, atingindo a taxa de acesso de 80% em 2015, comparativamente à taxa de 66% do inicial da execução do documento; h) dotar o país de instituições jurídicas e judiciais operacionais, acessíveis à população ao nível central e ao nível das regiões (GUINÉ-BISSAU, 2011).

Figura 5 - Fatores de bloqueio da transição democrática na Guiné-Bissau



Fonte: elaboração própria a partir de P. Gomes (2007).

A problemática da governança na Guiné-Bissau, explorando-a nas suas dimensões políticas e democráticas, enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento humano, vem apresentando saldo negativo para o país; ao longo dos últimos dezessete anos, os sucessivos governantes eleitos pelo povo têm perdido o mandato em função de consecutivos golpes e contragolpes. Comungamos com a ideia de que quanto maior for a instabilidade política, mais frágil será o processo de governança democrática e mais difícil serão a organização e a construção do aparelho do estado e isso foi justamente o que tem ocorrido na Guiné-Bissau ao longo de quase duas décadas.

De certa forma, a instabilidade política deve ter produzido algum impacto em relação à participação da Guiné-Bissau na UEMOA. No entanto, nos próximos passos, com base nos indicadores sociais e econômicos dos países do bloco com ênfase para Guiné-Bissau, analisaremos a problemática do desenvolvimento humano através dos referidos indicadores.

5.3 INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DA UEMOA

Dentre os indicadores que iremos analisar, iniciaremos com o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pelo PNUD. Antes de mais, é válido lembrar que, para o PNUD (2015), o conceito de desenvolvimento humano parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é necessário ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana. No entanto, sem exceção, todos os países da união se enquadram no grupo de baixo desenvolvimento humano.

A República do Senegal embora ocupe segundo maior PIB do bloco atrás da Costa do Marfim, dentre os Estados que compõe a UEMOA, ela apresentou melhor IDH, com (0,485), seguido pelo Benin (0,476), Togo (0,473), a maior economia da união à Costa do Marfim (0,452) se situou na quarta colocação porque, ao contrário dos três primeiros países, ao longo da última década os marfinenses também têm sofrido com instabilidade política sobretudo com duas guerras civis em 2002 e 2011, que devastou o país e contribuiu significativamente para retrocesso do Estado. Ainda na cauda da classificação com um universo de 187 países pesquisados pelo PNUD, encontram-se Mali em (176), a Guiné-Bissau (177), em seguida o Burkina Faso (181) e o Níger (187), em último lugar.

Em termos de expectativa de vida dos países que constituem o bloco, os dados do Banco Mundial (2014) apontam que, em média os guineenses, vivem cinquenta e três anos, o que é considerado bastante baixo comparando com os países do rendimento médio como, por exemplo, o Cabo Verde que praticamente se tornou independente em 1975, um ano após a independência da Guiné-Bissau, e apresenta uma expectativa de setenta e um ano. Dentre os seus parceiros do espaço, a Guiné supera apenas a Costa do Marfim (cinquenta anos), mas o Senegal se destaca com a maior expectativa (sessenta e dois anos).

Tabela 2 - Indicadores dos países da UEMOA em 2015

Países da UEMOA	IDH-2014	Expectativa de vida	Acesso à eletricidade pela população em %.
Benin	0,476	58 anos	27,9
Burkina Faso	0,396	56 anos	13,1
Costa do Marfim	0,452	50 anos	58,9
Guiné-Bissau	0,396	53 anos	57,0
Mali	0,407	55 anos	16,6
Níger	0,337	58 anos	9,3
Senegal	0,485	62 anos	56,5
Togo	0,473	56 anos	27,9

Fonte: elaboração própria a partir do PNUD e Banco Mundial (2015).

Em média a maioria da população está sem acesso à eletricidade, o que de certa forma pode mostrar o grau do atraso em termos de desenvolvimento. A UEMOA tem financiado os respectivos projetos que objetiva elevar a eletricidade para a população, mas numa proporção abaixo do desejado. Os governos enfrentam restrições orçamentarias e muitas das vezes as dívidas externas que estes governos contraem com parceiros bilaterais e multilaterais são direcionadas para outras áreas da sociedade.

No âmbito do comércio internacional os despenhos dos países da UEMOA continuam sendo fracos, isso sem falar das suas pautas exportadoras que são caracterizadas por produtos primários. Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010) afirmam que, ao menos no curto prazo, a integração regional resulta na criação e também no desvio de comércio. Sendo que, na criação do comércio, as transações comerciais são geradas entre os participantes do bloco econômico. Isso ocorre na medida em que as barreiras são eliminadas dentro do bloco, cada país membro tende a favorecer o comércio com parceiros do bloco em função das relações comerciais. Ao mesmo tempo, quando o bloco está formado, as nações membros descontinuarão uma parte do comércio com não membros, levando ao desvio do comércio.

No que concerne às exportações dos países da UEMOA, a pauta exportadora destes países é essencialmente composta por produtos básicos, ou seja, produtos primários como: cacau, café, algodão, amendoim, castanha de caju, óleo de palma, borracha, madeira, ouro, diamante, fosfato, bauxita, petróleo (em menor quantidade), produtos semiacabados etc. Porém, a pauta exportadora dos países que compõem o bloco é altamente concentrada com a

composição dos produtos primários, essa concentração das exportações se explica pelas fraquezas do setor industrial e a parte preponderante dos produtos agro-tropicais não transformados.

Quadro 13 - A pauta exportadora dos países da UEMOA, 2014

País	Produtos produzidos e exportados
Benin	Castanha de caju com casca; algodão; óleos brutos de petróleo e óleos de minerais betuminosos, etc.
Burkina Faso	Algodão; ouro (incluindo o ouro platinada), em formas brutas, etc.
Costa de Marfim	Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado; óleos de petróleo ou de minerais betuminosos; borracha natural tecnicamente especificada, etc.
Guiné-Bissau	Castanha de caju com casca; óleo de petróleo ou de minerais betuminosos; minérios de cobre e seus concentrados, etc.
Mali	Algodão; óleos brutos de petróleo e óleos de minerais betuminosos (exceto óleos brutos); adubos ou fertilizantes químicos, contendo os três elementos fertilizantes: nitrogênio, fósforo e potássio, etc.
Níger	Urânio natural e seus compostos; óleos leves e preparações; óleos brutos de petróleo e óleos de minerais betuminosos (exceto óleos brutos); etc.
Senegal	Ácido fosfórico, petróleo bruto; peixes congelados; etc.
Togo	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos; jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios dos tipos utilizados em veículos, aeronaves ou navios; algodão, etc.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados das Perspectivas Econômica em África (2014).

Segundo Celine (2010), ao longo dos últimos anos foram feitos vários esforços no sentido de diversificar de forma progressiva as exportações através das políticas com metas que preconizavam transformação local dos produtos tropicais (cacau, café, algodão, têxtil, madeira, etc.). Além da imposição da concentração da pauta exportadora, podemos também

afirmar que o comércio entre os países da união é muito modesto, embora, o intercâmbio intra-bloco apresenta um forte potencial, ainda é pouco explorado.

Os países que compõem o bloco UEMOA apresentam uma característica comum, que é a composição da pauta agregada por produtos primários. É notório que o fato de que esses produtos não são industrializados implica no menor valor agregado e, com isso, os integrantes da União se tornam dependentes das nações industrializadas, ou seja, os componentes do bloco passam a importar mais produtos industrializados com maior valor agregado e exportando apenas matérias primas com menor valor agregado e, conseqüentemente, a balança comercial dos países da união apresenta um déficit. A Costa do Marfim, maior economia do bloco, é o único a apresentar o superávit comercial (tabela 1), os outros sete países apresentaram déficit comercial ao longo do período de 2009 a 2012. No entanto, a composição da pauta exportadora da UEMOA com produtos primários gera mais desvio do comércio em relação à criação.

Para Celine (2010), a pauta exportadora dos países da UEMOA se constitui essencialmente por produtos básicos, de criação e matérias primas: cacau, café, algodão, amendoim, castanha de caju, óleo de palma, borracha, madeira, ouro, diamante, fosfato, urânio, petróleo e em menor quantidade e outros tipos de produtos semiacabados. Porém, os países do bloco apresentam pauta das exportações concentrada em função do seu fraco setor industrial e a parte preponderante dos produtos agro-tropicais não transformados. Pelo fato de os países do espaço possuírem produtos primários com menor valor agregado, no cenário do comércio fora bloco, a França se torna o principal beneficiário, sendo país industrializado, fornece boa parte dos produtos industrializados para os países da África Ocidental francófona. O privilégio da França, a sua industrialização, coloca o bloco numa situação da balança comercial deficitária, ou seja, os países do bloco apresentam uma extrema dependência econômica ao antigo país colonizador. Em parte, o ganho da França no comércio com o bloco se explica pelo interesse francês na construção desse espaço, e este país europeu fornece para região produtos como carros, tratores etc.

Tabela 3- Balança comercial da UEMOA em 2009/2012. Em Bilhões de F. CFA

País	2009	2010	2011	2012
Benin	-242,2	-244,2	-321,1	-348,7
Burkina Faso	-401,4	-227,6	11,7	-125,2
Costa de Marfim	2002,5	1781,7	2771,2	1726,0
Guiné-Bissau	-38,1	-34,6	-5,4	-35,1
Mali	-100,4	-334,4	-186,0	161,4
Níger	-376,5	-402,7	-447,9	-473,6
Senegal	-957,7	-950,5	-1153,7	-1261,1
Togo	-194,6	-224,9	-273,7	-274,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banque France (2014).

Os países da UEMOA estão cada vez mais perdendo nas trocas comerciais mundiais, pelo fato dos produtos manufaturados, como os combustíveis e produtos da indústria extrativa, estarem em crescimento contínuo e bem acima dos produtos agrícolas (CELINE 2010). O processo da integração tem ajudado a melhorar políticas da produção, incluindo escoamento dos produtos, embora, numa proporção lenta.

Embora as economias da união apresentem algumas divergências, todas elas podem ser consideradas modestas se comparadas as de alguns países de rendimento médio ou até das grandes cidades mundiais. A tabela abaixo traz a estatística da dívida externa dos países da UEMOA, as dívidas são calculadas sobre a porcentagem do PIB que é a soma de bens e serviços produzidos durante um determinado período de tempo. Segundo o Banco Central da França (2015), ao longo da última década, a maioria dos países deste bloco econômico e monetário, apresentaram algumas oscilações nas suas dívidas externas e a República do Benin é o país com a menor parcela da dívida ao contrário da Guiné-Bissau, com a maior parcela da dívida externa. Este último, historicamente contraiu a maior fatia da dívida em relação aos seus parceiros do espaço. Em 2011, a sua dívida caiu significativamente, de 133,4% para 28,7%, a queda é explicada pelo perdão da dívida acertada pelos parceiros bilaterais e multilaterais, nomeadamente o BOAD, o FMI, Clube de Paris⁵⁵, entre outras. Após o perdão, em 2012, a dívida externa voltou a crescer.

É válido salientar que, neste período, Bissau mergulhou num novo golpe de Estado que talvez seja dos piores, isso por que quase toda a comunidade internacional suspendeu a

⁵⁵ Clube de Paris é uma instituição informal constituído por seguintes países, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Países Baixos, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Reino Unido, Rússia, Suécia e Suíça, cuja missão é “ajudar financiamento dos países com dificuldades econômicas.

cooperação com este pequeno país, exceto a CEDEAO. Neste contexto é bem provável que o aumento da dívida se deu através do donativo e empréstimo oferecido pela CEDEAO e a UEMOA.

Segundo FMI (2013), a Guiné-Bissau tem encontrado limitação no acesso ao financiamento externo (fora do continente e da região oeste africana), por falta de opção, as autoridades do estado bissau-guineense têm recorrido quase exclusivamente ao endividamento em condições menos favoráveis junto ao BOAD, para financiar os seus projetos de investimento público, nomeadamente, a construção e reabilitação de estradas, produção de arroz e apoio à segurança alimentar. Em função deste financiamento, a participação do BOAD no total da dívida cresceu de 0,1 para cerca de 21% no período de 2010 a 2013 e a tendência é que esse endividamento aumente num futuro próximo caso as autoridades mantenham os seus esforços de investimento e as opções de financiamento externo continuem limitadas.

Tabela 4 - A dívida externa dos países da UEMOA em %, 2015

Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Benin	13,6	13,9	13,9	20,0	24,3	25,6	27,2
Burkina Faso	18,5	24,7	25,5	22,9	24,1	22,4	23,4
Costa de Marfim	73,8	70,3	54,0	62,7	46,3	51,3	37,9
Guiné-Bissau	178,9	156,2	126,7	138,4	133,4	28,7	30,4
Mali	27,0	25,5	23,4	24,6	26,2	27,5	29,7
Níger	22,7	26,8	18,2	23,6	27,3	35,2	35,0
Senegal	20,3	22,6	21,3	29,2	30,2	30,1	34,9
Togo	80,5	77,2	51,5	54,5	40,2	16,7	19,4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Banque de France (2015).

Todos os Estados contemporâneos inseridos nas relações internacionais, contraem dívidas externas, seja com os parceiros multilaterais ou com parceiros bilaterais. Os países da UEMOA, por serem constituídos das mais modestas economias, em alguns casos, alguns países do bloco não conseguem honrar os seus compromissos com credores e por fim acabam ganhando o perdão da dívida.

Como frisamos anteriormente, de modo geral os dados acima apresentaram oscilações, em suma, a dívida externa dos países deste bloco econômico e monetário apresentou queda significativa se comparada a da década de 1990. Apesar desta evolução positiva, não podemos ignorar que por serem países de baixo rendimento ainda são vulneráveis a uma série de fatores como a ineficiência estruturais das suas economias e particularmente a exposição a choques externas, a incapacidade de gestão da dívida e acesso irregular a fontes de financiamento externas.

Segundo a UNCTAD (2015), ao longo das duas últimas décadas, o IDE tem desempenhado importante papel nas transformações da economia mundial, este tipo de investimento é caracterizado como uma forma de investimento de longo prazo capaz de atrair tecnologia, gerar fluxos de comércio, crescimento econômico e, do mesmo modo, pode acelerar o desenvolvimento de uma determinada região ou país. Ciente dos benefícios que o IDE proporciona, diversos países procuram flexibilizar a sua entrada, seja por meio das mudanças na legislação interna do país ou, diretamente, com programas de privatização.

O estoque do investimento direto estrangeiro nos países da UEMOA apresentou um crescimento em todos os Estados da união. A Costa de Marfim detém maior estoque do investimento direto estrangeiro, lembrando que, em termos econômicos, este país tem maior participação no bloco e também dispõe de um amplo mercado, sem deixar de lado a sua reserva em recursos naturais, pois, estes devem ser os motivos que levam esta nação a atrair mais IDE, em relação aos demais parceiros do bloco. O estoque do IDE da Guiné-Bissau representa menos de um por cento de qualquer país do espaço UEMOA, ou seja, o estoque do IDE na Guiné é bem menor em relação a todos os países da África Ocidental e isso, em parte, pode explicar razão pelo qual este país apresenta o menor PIB da região.

Tabela 5 - Estoque do investimento direto estrangeiro nos países da UEMOA em milhões de US\$ no ano de 2015

Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Benin	385	556	602	763	604	675	977	1.354
Burkina Faso	170	559	326	571	354	647	998	1.432
Costa de Marfim	5.372	6.463	6.534	7.155	6.978	7.038	7.507	8.233
Guiné-Bissau	1	10	16	14	63	84	92	112
Mali	966	967	978	1.883	1.964	2.419	2.875	3.432
Níger	161	277	624	1.404	2.251	3.172	4.098	4.940
Senegal	477	839	1.171	1.543	1.699	1.960	2.283	2.696
Togo	343	437	450	516	565	1.225	1.345	1.494

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UNCTAD (2015).

Os Estados da União precisam redobrar esforços no sentido de criar um ambiente favorável capaz de atrair investimento estrangeiro, a fim de aumentar as suas capacidades produtivas, gerando emprego e renda para a população da região e um crescimento econômico sustentável. No nosso entendimento, para alcançar estes estágios, o bloco precisará trabalhar no sentido de erradicar as instabilidades políticas que, ao longo de várias décadas, têm assombrado o espaço regional em questão, combatendo a corrupção, fazer com que as regras de jogo sejam mais transparentes e benéficas para duas partes, ou seja, proporcionando oportunidades tanto para o Estado quanto para o investidor. É válido ressaltar que os

crescimentos econômicos da maioria dos países da região continuam sendo dependentes dos produtos primários de baixo valor agregado.

A tabela a seguir mostra em porcentagem, a taxa de crescimento do PIB dos países do bloco. Embora seja o país mais pobre dos francófonos, Burkina Faso apresenta o maior crescimento em séries selecionado. Os crescimentos de alguns países da união foram afetados pela instabilidade política e militar. O PIB da Costa do Marfim decresceu em 2011 a -4% em função da guerra civil que ocorreu neste país, enquanto que no de 2012, por conta do golpe de estado que ocorreu nos dois países, o PIB da Guiné-Bissau e do Mali retraiu a -2,2% e 0,02%, respectivamente.

O crescimento econômico das duas economias relativamente industrializadas, nomeadamente a Costa do Marfim e o Senegal apresentam forte incidência nos domínios de serviços, as economias dos países do Sahel que inclui Burkina-Faso, Mali e Níger são fortemente dependentes das condições climáticas, enquanto que os países como Benin, Guiné-Bissau e Togo têm economias costeiras com uma dinâmica no comércio (importação e exportação).

O principal produto da venda externa daquele país lusófono é a castanha de caju, porém, o seu crescimento econômico depende deste fruto, ou seja, a sua evolução econômica se reflete na compilação de dois fatores favoráveis, sendo que o primeiro terá que ter uma boa safra na produção que, de certa forma, dependerá da chuva e, em seguida, dependerá da elevação no preço externo deste produto, uma vez que o mercado interno não tem a capacidade de determinar o preço deste produto, ou melhor, o preço é determinado pela lei da oferta e demanda.

Tabela 6 - A taxa do crescimento econômico dos países da UEMOA em %, 2015

Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Benin	3,7	4,6	5,01	2,6	2,5	3,3	5,3	5,6
Burkina Faso	6,2	4,1	5,8	2,9	8,4	6,6	6,4	6,6
Costa de Marfim	1,5	1,7	2,5	3,2	2,00	-4,3	10	8,7
Guiné-Bissau	2,3	3,2	3,2	3,3	4,4	5,4	-2,2	0,3
Mali	5,2	4,2	4,9	4,4	5,8	2,7	0,02	1,7
Níger	5,8	3,1	9,6	-0,7	8,3	2,2	11,8	4,5
Senegal	2,4	4,9	3,6	2,4	4,1	1,6	3,3	3,4
Togo	4,0	2,2	2,3	3,5	4,0	4,7	5,9	5,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (2013).

Historicamente, a teoria econômica sempre colocou a preocupação com o crescimento econômico e o desenvolvimento como uma das mais importantes questões. Segundo Vasconcellos (2011), o crescimento e desenvolvimento econômicos são dois fatores distintos,

sendo que o primeiro é o crescimento contínuo da *renda per capita* ao longo do tempo, enquanto que o desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação e moradia).

Souza (2012) aponta que, perante um cenário do crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra-se, automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo este autor reconhece que a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, sendo que, frutos dessa expansão, nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população.

Muita das vezes o termo crescimento econômico nos remete ao crescimento da renda nacional *per capita*. Segundo Vasconcellos (2011), a *renda per capita* é considerada o melhor indicador, o mais operacional, para se aferir a melhoria do bem-estar, do padrão de vida da população, embora apresentem possibilidades de falhas (os países árabes, por exemplo, estão entre os países com maiores rendas *per capita*, mas não com o melhor padrão de vida do mundo).

Os dados internacionais apresentam as amplas diferenças de renda entre os países em desenvolvimento, por exemplo, os níveis de renda médios em muitos desses países, nomeadamente na América Latina, são semelhantes aos níveis de renda americanos do século passado, porém, em outros países em desenvolvimento, na Ásia e na África, as rendas *per capita* são ainda menores.

De acordo com os dados do FMI (2013), no seio da UEMOA, a *renda per capita* da Guiné-Bissau supera ligeiramente apenas a da República do Togo e o Níger, que representa a menor *renda per capita* de todo bloco. O baixo indicador deste país da PALOP, provavelmente se prende com os obstáculos que esta nação tem encontrado ao longo de dezessete anos da instabilidade político-militar que consequentemente tem se refletido na degradação dos indicadores sociais e econômicos.

Tabela 7 - A renda per capita da UEMOA em 2015

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Benin	742,73	714,40	690,86	746,83	750,993	805,12
Burkina Faso	573,61	555,87	587,05	671,06	678,74	720,39
Costa de Marfim	1,249,77	1,218,19	1,218,12	1,207,83	1,256,40	1,403,338
Guiné-Bissau	572,32	533,84	535,14	680,11	577,52	557,33
Mali	668,18	662,84	674,95	741,21	702,94	723,44
Níger	382,36	368,27	378,20	410,91	415,50	451,61
Senegal	1,098,90	1,020,60	998,92	1,077,96	1,023,27	1,047,53
Togo	530,17	516,10	504,10	580,85	589,79	638,25

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (2013).

Na verdade, o fato de o país estar elevando sua renda *per capita* não necessariamente significa que está tendo uma melhoria do seu padrão de vida; neste caso, considerando opiniões de autores acima, o conceito de crescimento econômico capta apenas o crescimento da renda *per capita*. Um país está melhorando seu nível de desenvolvimento econômico e social se, juntamente com o aumento da renda *per capita*, estiver também melhorando os indicadores sociais (pobreza, desemprego, meio ambiente, moradia etc.). O elevado crescimento econômico de um determinado país pode contribuir não apenas na elevação da renda *per capita*, como ajudar no financiamento de outros setores sociais, por exemplo, educação e saúde.

Tanto os indicadores sociais como os econômicos dos países da UEMOA continuam deixando muito a desejar. Os dados abaixo (tabela 8) são indicadores das taxas de mortalidade de crianças com menos de cinco anos, para cada mil nascidos vivos. Todos os países da união apresentaram a redução da mortalidade infantil durante o período de 2010 a 2013, embora em termos comparativos, estas taxas ainda estejam distantes dos países africanos de rendimento médio como Cabo Verde, Líbia e Tunísia que apresentam em média, as taxas de 27, 16 e 16 mortos para cada mil nascidos vivos. A Guiné-Bissau e o Mali partilhem as últimas posições.

Segundo Ministério de Saúde Pública da Guiné-Bissau (2008), a taxa de fecundidade continua bastante expressiva, com cerca de sete crianças por cada mulher em idade fértil, número que se eleva para oito em meio rural, ainda de acordo os mesmos dados desta instituição governamental, apenas 29% das mulheres expressam a vontade de utilizar algum tipo de contraceptivo para regular a sua reprodução e cerca de 90% das mulheres que mantêm uma vida conjugal regular e que estão em idade fértil (15-49) não estão a utilizar nenhum tipo de método contraceptivo e esta proporção sobe para 93,2% no meio rural contra 81% no meio urbano.

Tabela 8 - A taxa de mortalidade infantil nos países da UEMOA

Países	2010	2011	2012	2013
Benin	96	92	89	85
Burkina Faso	108	102	102	98
Costa de Marfim	109	106	103	100
Guiné-Bissau	136	132	128	124
Mali	137	132	128	123
Níger	124	116	110	104
Senegal	66	62	58	55
Togo	93	90	88	85

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do banco Mundial (2015).

Os dados mostram o quanto os países deste bloco necessitam dar maior atenção ao setor de saúde. De acordo com a estatística do Banco Mundial (2015), dentre piores indicadores da mortalidade infantil do continente africano, figuram os países como Angola, Somália e Serra Leoa. No que concerne à situação bissau-guineense, o orçamento do seu ministério da saúde depende em grande parte do financiamento externo. Segundo MSPGB (GUINÉ-BISSAU, 2008), a grande fonte de financiamento do setor de saúde é proveniente da parceria externa que suporta cerca de 90% do Orçamento Geral do referido ministério, 80% destes fundos provêm de parceiros multilaterais liderados pelo Banco Mundial e pelo BAD e os restantes 20% dos parceiros da cooperação bilateral (os dinamarqueses financiadores do Projeto de Saúde de Bandim, a Cooperação Francesa, a Cooperação Portuguesa e a Cooperação Brasileira), exceto o Brasil que oferece medicamentos e formação dos quadros nacionais ligados à saúde, a cooperação com os outros três países acima, se insere na transferência de fundos. A forma de participação de cada uma destas instituições é variável e depende de protocolos anuais de colaboração de natureza bilateral ou multilateral.

Os indicadores socioeconômicos apresentados acima mostram o quanto os países do bloco se distanciam das nações com economias mais avançadas. O processo da integração pode ser caminho para que estes países alcançassem o índice do desenvolvimento considerável. Perante o desfavorável cenário, buscaremos entender de que maneira a UEMOA pode contribuir para evolução econômica e social dos indicadores da Guiné-Bissau e os motivos que constitui ou continua constituindo obstáculo na participação deste país no bloco.

5.4 OPORTUNIDADE DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA

Os países buscam integração regional em função de inúmeras motivações. Os teóricos integracionistas comungam da ideia dos benefícios que impulsionam o processo da integração. Swaleh (2011); Carmo e Mariano (2010), Balassa (1980) concordam com a ideia

de que os países integrantes da união poderão encontrar a ampliação dos seus mercados, produção em grande escala, redução de custos e preços, aumento da credibilidade, estabilidade política e outros benefícios, levando em consideração que a UEMOA é uma organização de caráter econômico e monetário e, desse modo, é imprescindível a criação de um grande mercado regional capaz de proporcionar inúmeras possibilidades aos países e gerar um bem-estar para cidadãos dos países que compõe o espaço.

Para o melhor entendimento acerca dos benefícios que o bloco pode oferecer a Guiné-Bissau, se faz necessário recordar os motivos que levaram a inserção deste país a um bloco francófono. É sabido que uma das razões que motivaram a entrada da Guiné na UEMOA se prende ao problema macroeconômico e, sobretudo, o descontrole da inflação que este país estava enfrentando. Santos (2010) afirma que quando este país da lusofonia aderiu à zona do franco, em 1997, a sua economia estava à beira do colapso, e tinha falhado a tentativa de executar o programa de Ajustamento Estrutural negociado com as Instituições de Bretton Woods, e que a abertura política não implicou necessariamente numa melhor transparência na gestão das coisas públicas, mas o acumular de anos de gestão danosa do bem público conduziu a economia nacional à profunda crise. É válido salientar que a Guiné-Bissau apresentou a sua candidatura com vista à adesão UMOA em 1985 e que, por diversas razões, não chegaria a ser concretizada na altura.

Com base nos dados do Fundo monetário Internacional, vamos construir uma tabela acerca dos benefícios acarretados pela inserção da Guiné na união. A estatística abaixo confirma que antes da adesão dos bissau-guineenses, no espaço, a inflação fugia do controle, o que vem sendo contornada com sua aderência nessa organização regional de caráter econômico e monetário.

A entrada deste país ocorreu a partir de maio de 1997, porém, naquele ano, os esforços conjugados para conter a inflação não foi suficiente e o índice de preços acabou fechando o ano em 49,06%. O preço só veio a retrair no ano seguinte com 8,01%, em 1999, 2003 e 2009. O país conviveu com a deflação⁵⁶ resultante da crise econômica, política e social. Nos dois últimos anos da década de 90, o país passou por uma guerra civil que teve como consequência a queda de 25% da soma da sua riqueza e uma população que ficou mais pobre e sem a renda para demandar os bens e serviços.

É válido ressaltar que nos três anos (1999, 2003 e 2009) que o país registrou deflação, ocorreu crise econômica, tensão política que culminou com a derrubada dos três presidentes

⁵⁶ Deflação entende-se por processo inverso a inflação- que é elevação generalizada ao nível dos preços.

da República, sendo o último assassinado em pleno exercício da sua função, ou seja, podemos afirmar que as deflações que ocorrem nesses períodos são reflexos das crises econômicas e políticas que tiveram como consequência, os colapsos sociais.

Tabela 9 - A taxa de inflação na Guiné-Bissau, no período de 1990/2013

Período antes da inserção da Guiné-Bissau na UEMOA						
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
33,01%	57,59%	69,44%	48,22%	15,17%	45,36%	50,73%
Período pós a adesão da Guiné no espaço econômico e monetário regional						
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
49,06%	8,01%	-2,10%	8,61%	3,25%	3,30%	-3,47%
2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
0,82%	3,24%	0,71%	4,62%	10,44%	-1,63%	1,07%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI (2013).

Podemos afirmar, com base nos números acima apresentados, que a Guiné-Bissau encontrou na UEMOA a oportunidade de estabilizar os preços seus produtos e serviços dos seus mercados; dito de outra forma, no seio do bloco, o país encontrou oportunidade de conter a inflação que tanto perturbava a sua economia ao longo de várias décadas.

Os benefícios ou ganhos provenientes da sua adesão à união não se restringem a contenção da inflação. Partindo do pressuposto de que o problema nacional como a instabilidade político-militar e o crime organizado que transformou o país em uma das rotas do tráfico de droga apresentam consequências negativas que contribuído de forma negativa para situação sócio-político do país, também afeta demais países que entregam o bloco e com isso, o fato de problema de um afeta outros, podemos afirmar que este país da lusofonia encontrou aliados nas resoluções das suas crises políticas e econômicas. A prova disso, em 2013, a UEMOA tomou a iniciativa de financiar as reformas dos quartéis por entender que a má degradação das infraestruturas das forças armadas se constitui parte dos problemas que tem afetado aquele país.

As reformas inacabadas após independência nacional continuam tendo implicações negativas para o povo deste país. Até a data de hoje, não existe concursos públicos que levam cidadão assumir um cargo público, ou seja, toda a contratação a nível estatal é feita com base no amiguismo ou nepotismo e isso, em parte, tem prejudicado administração pública deste país. A UEMOA se preocupa com a eficiência institucional de todos os seus Estados-membro; por outro lado, a Guiné-Bissau encarece de instituições sólidas capazes de responder as necessidades da sua população, daí surge a oportunidade do país melhorar o funcionamento

das suas instituições através das normas estabelecidas pela união e os cursos de capacitação promovida pela mesma organização.

No cerne dessa preocupação, os diretores gerais de diversas administrações públicas guineenses têm viajado de seis em seis meses para Ouagadougou, capital do Burkina Faso, onde é fixada a sede principal da UEMOA. As formações que estão sendo oferecidas têm contribuído na melhoria do funcionamento das instituições guineense, daí podermos afirmar que o país encontrou oportunidade para a consolidação das suas instituições.

Além disso, no campo econômico, a Guiné-Bissau encontrou a ampliação do seu mercado. Embora a economia guineense seja caracterizada pela venda externa de castanha de caju e a venda da licença de pesca. É de sublinhar que os pequenos empresários guineenses que atuam nos mercados informais encontraram oportunidades nas exportações de peixes para alguns países do bloco, nomeadamente Mali e Burkina Faso que não tem saída para o mar. Também o mercado do espaço UEMOA proporcionou a diversificação de produtos para o mercado nacional guineense, acarretando na diminuição de preços.

No nosso entendimento, as oportunidades acarretadas pelo processo de integração tanto no âmbito econômico quanto no campo da consolidação da estabilidade política são bastante importantes, mas talvez não quanto à aproximação dos povos da região. O processo da integração no continente africano tem resgatado a ideia inicial da africanidade, eliminado assim, as barreiras artificiais implantadas pelos então colonizadores. Ao longo das últimas décadas, em diversas regiões do continente africano, nomeadamente, a costa ocidental e os seus respectivos povos têm se aproximado em função da integração. O processo da integração tem proporcionado aproximação dos países da região, isso independente das línguas faladas, das culturas de cada povo, dos costumes ou até dos hábitos, direcionando-os para um único objetivo de criar um bem estar para o continente e, em especial, para a região oeste africana.

Perante os mais baixos indicadores sociais e econômicos, os guineenses podem tirar proveito da sua participação neste bloco econômico e monetário, as instituições financeiras autônomas da união, nomeadamente o BOAD, coloca a disposição dos Estados-membro montante significativo a título do empréstimo para financiar projetos do desenvolvimento de grandes envergaduras. É válido salientar que tanto o BOAD e quanto a comissão da UEMOA, já financiaram diversos projetos, mas o país precisa ir além, promovendo um profundo debate capaz de produzir ideias inovadoras que possam melhorar a qualidade de educação, saúde e gerar um bem estar para o povo.

As sucessivas conturbações políticas e militares têm impedido a Guiné-Bissau de elaborar um plano estratégico de longo prazo, que possibilite o seu desenvolvimento

econômico e social, ao mesmo tempo, a ausência da estabilidade tem afetado a participação guineense nesse espaço regional, apesar de ter encontrado algumas oportunidades no círculo da união, por outras razões, o Estado guineense tem encontrado algumas limitações no seio do bloco.

5.5 AS LIMITAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA

No nosso ponto de vista, a integração não é uma tendência uniformemente positiva, as mudanças advindas de uma integração regional podem ameaçar diversos componentes da sociedade. A integração regional pode suscitar questões complexas, pois nessa última parte da nossa pesquisa teremos a missão de analisar as limitações daquele país na zona franco, levando em conta o as motivações que acarretaram a sua adesão, incluindo toda a sua participação na união.

Inicialmente, sublinhamos que antes da inserção nessa união, foram tomadas algumas medidas com intuito de melhorar o desempenho da sua economia. Santos (2010) afirma que no período de 1994-1997, a Guiné-Bissau teve relativos progressos no que se refere à estabilização da situação macroeconômica e financeira, foi durante esse período que se adotaram e se iniciaram a execução de reformas estruturais fundamentais, como sendo:

- a) as reformas fiscais, que inclui a adoção do imposto Geral sobre Venda (IGV);*
- b) a adoção da uma nova tarifa aduaneira;*
- c) a melhoria na gestão das despesas públicas;*
- d) a racionalização da admissão na função pública; e*
- e) a reforma das empresas públicas, etc.*

A adesão à UEMOA veio reforçar a estabilidade monetária, levando a adoção de leis e regulamentos bancários da zona do franco CFA que estabilizaram a taxa de câmbio. Todas essas reformas foram importantes para o país, mas não o suficiente para vencer os obstáculos ou as limitações que vem afetando a participação desta nação na união.

Ao se tratar dos obstáculos⁵⁷ que o país pode ou que tenha enfrentado no seio da UEMOA, vale mencionar que a adesão da Guiné-Bissau na UEMOA foi facilitada sem que o

⁵⁷ Nas palavras da senhora Cristina S. Pedreira, diretora geral da Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional da Guiné-Bissau, as limitações da Guineense na UEMOA, em parte se prende com a questão da língua, sendo francês o único idioma do trabalho, em geral, o país lusófono é sempre o ultimo em termos dos cumprimentos de normas adotada pela união, isso porque precisa traduzir os documentos aprovados pelo bloco para posterior análise apreciação e votação dos deputados da câmara nacional e posterior promulgação

país reunisse toda condição necessária exigida pelo bloco. A união diz que se pauta pela solidariedade com estados vizinhos, nas teorias das relações internacionais esse sinal pode ser considerado de harmonia que se defere da cooperação.

Segundo Sarfati (2005), a harmonia refere-se à situação na qual as políticas dos atores (que perseguem seus propósitos interesses, independentemente dos interesses dos outros) automaticamente facilitam o outro a atingir o seu objetivo, por outro lado, a cooperação exige que ações de indivíduos ou organizações sejam trazidas para alguma conformidade por um processo de negociação que é normalmente visto como um processo de “coordenação política”, ou seja, a cooperação acontece quando os atores ajustam seus comportamentos às preferências dos outros por meio desse processo de coordenação de políticas.

Nesse contexto, é mister lembrar que entre os objetivos fundamentais do bloco, destaca-se a criação de um mercado comum baseado na livre circulação das pessoas, dos bens, dos serviços, dos capitais, bem como numa tarifa externa comum e numa política comercial comum. Com a sua adesão, a Guiné passa a se beneficiar deste propósito.

Por constituir um espaço de caráter econômico e monetário, entendemos que os benefícios resultantes da integração poderiam partir da intensificação no comércio intra-bloco e posteriormente se expandindo para outras áreas sociais. Para os autores Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010), ao menos no curto prazo, a integração regional resulta na criação do comércio que, por sua vez, implica que as transações são geradas entre os participantes do bloco econômico, pois isso ocorre por que, à medida que as barreiras caem dentro do bloco, cada país membro tende a favorecer o comércio com parceiros do bloco em detrimento das relações comerciais com os de fora dele.

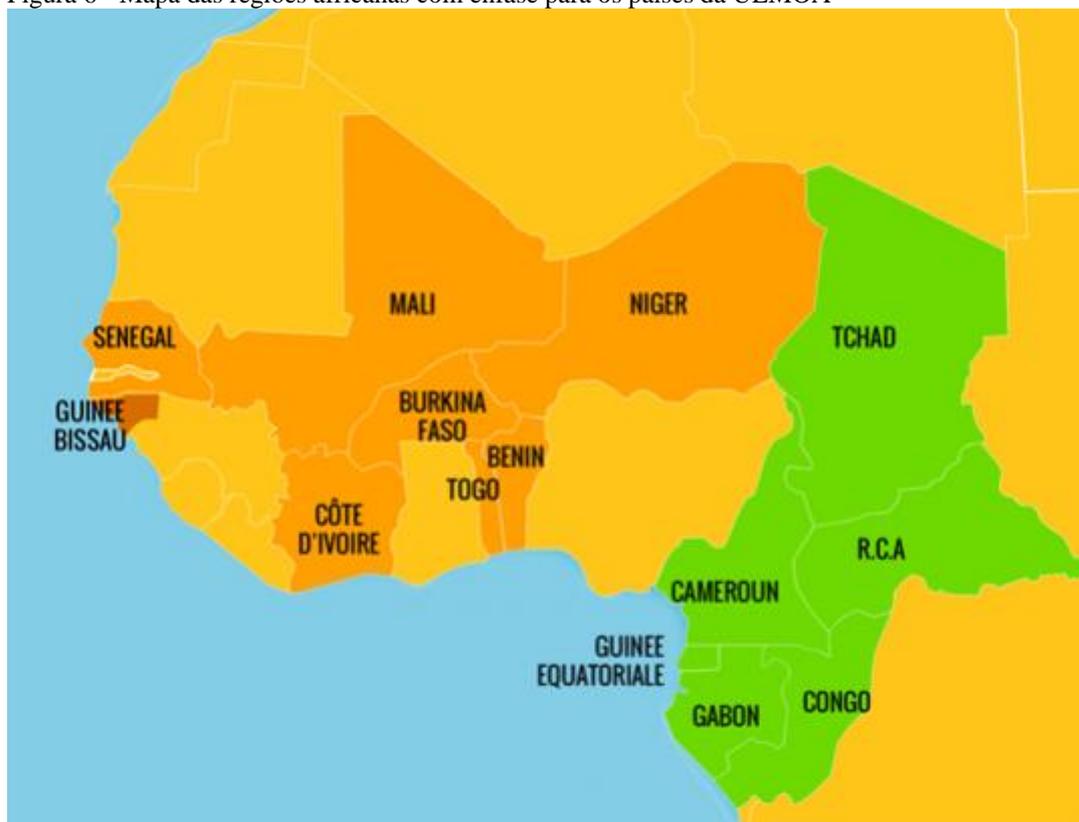
No pleno funcionamento de acordo de livre circulação de bens e pessoas e num contexto de mercado livre e concorrencial, os mais desenvolvidos são os mais competitivos. Os países da zona Franco CFA apresentam economias com estruturas produtivas e comerciais diferentes e a única nação da união que faz fronteira terrestre com a Guiné-Bissau é o Senegal. As taxas de crescimentos das duas economias são diferentes estando sujeitas a

por parte da presidência da República, todo esse processo demanda tempo e em alguns casos adicionando a falta de vontade política dos dirigentes nacionais, o país ignora algumas normas estabelecida pela união, no campo do comércio entre os seus parceiros do espaço, a Guiné-Bissau sai em desvantagem em função do seu sistema de produção desestruturada, segundo Pedreira, o governo já esta evidenciando esforço no sentido de inverter esse quadro de desvantagem através da criação de novos produtos e reforçando controle nas exportações dos produtos contrabandeado para os países vizinhos em especial da UEMOA, outro obstáculo que não passou em branco por esse dirigente, é a questão da instabilidade que tem afetado a participação do país drasticamente e chega até causar constrangimento perante os parceiros do bloco, ela ainda afirma que ao longo de vários anos a Guiné-Bissau não tem cumprido algumas das suas obrigações dentro do espaço, por exemplo, todas as importações guineenses a 100% das taxas cobrada pelos países do bloco 5% devem ser canalizadas para o cofre da união e a Guiné tem sido um dos principais violador dessa norma.

choques assimétricos sobre a procura que pode ser a causa do aumento das importações da Guiné proveniente do Senegal desde 1997 (SEIDE, 2006).

Na realidade a inserção do país lusófono na UEMOA suscitou as mudanças nas importações dos diversos produtos e, sobretudo, os produtos das primeiras necessidades, ou seja, antes da sua adesão nesse espaço econômico e monetário, guineenses compravam mais dos países europeus e após a sua entrada no bloco passou adquirir os produtos que são comercializados pelo outros participantes. Nesta ordem de ideia, a primeira limitação do país se prende a dependência criada em função da situação geográfica, como é ilustrado no mapa abaixo. A República do Senegal é o único país do bloco que faz fronteira com a Guiné-Bissau, daí que quase todos os produtos comprados de outros países participantes passam pelo Senegal, criando assim uma elevada dependência comercial.

Figura 6 - Mapa das regiões africanas com ênfase para os países da UEMOA



Fonte: UEMOA (2015).

Segundo Seide (2006), a integração também tem suas desvantagens, além da perda de instrumento da política cambial e monetária, existe o problema de simetria regional, ou seja, as diferenças de níveis de desenvolvimento dos países da integração podem causar problemas sérios para os menos desenvolvidos.

Em termos geográficos, a Guiné passa a se tornar dependente em detrimento de algumas compilações desfavoráveis. A sua economia é altamente dependente das exportações de casta de caju que tem a Índia como o principal comprador e a venda da licença de pesca cujos principais clientes são a União Europeia, a Rússia e alguns países asiáticos, nomeadamente, a Coreia do Sul, China, Japão etc. Com dois principais produtos que constituem a base da sua economia, esta nação carece de frutos que podem proporcionar seus ganhos no bloco por via do comércio, sendo assim, comercializa os seus principais produtos para os parceiros fora do bloco e com os ganhos obtidos consegue comprar os bens e serviços oferecidos pelos parceiros do espaço integrado.

As atenções de grande parte do setor privado e do governo são voltadas para comercialização de castanha de caju, por isso, os meses de maio, junho e julho são de muitas expectativas em função das colheitas desta cultura. Lembrando que a castanha de caju com casca passou a substituir as exportações do amendoim que era o principal produto da venda externa logo após a independência nacional. Apostar na castanha de caju com casca como principal base da venda externa, em nossa opinião, talvez tenha sido uma estratégia errada. É que a castanha de caju bruto não agrega valor, ou seja, o seu preço é bem baixo se formos comparar com a castanha sem casca, isso sem falar dos empregos que esta cadeia poderia gerar se o país optasse por exportações deste tipo de produto. Os dados da FAO (2013) afirmam que no ano de 2012, o preço da castanha de caju sem casca superou a castanha bruta com mais de 64,27%, ou seja, se a Guiné-Bissau tivesse apostado nas exportações de castanha de caju sem casca teria um ganho maior.

Outro problema que tem contribuído nas desvantagens do país nessa zona Franco CFA diz respeito à informalidade da sua economia. Ainda grande parte dos agentes econômicos do país continua operando na informalidade, o que de certa forma influencia negativamente na sua participação regional. Este tipo de mercado informal tem dado prejuízo para o estado guineense.

Sendo um país abundante em chuva e que dispõe de terras boas para o cultivo e isso é uma das grandes vantagens em relação alguns dos seus parceiros do bloco. Porém, a sua produção agrícola é exportada para os países vizinhos de forma clandestina, sem que os produtores ou importadores pagassem algumas taxas ou tributos, ou que essas vendas sejam ainda registradas nas estatísticas do governo; tudo isso caracteriza a falta de organização, resultado de constatare mudança nos governos e das fragilidades das instituições do país.

Perante a situação exposta, os empresários guineenses encarecem dos meios para competir com os seus compartos regionais, as razões se prendem a falta de créditos, ausência

de uma infraestrutura adequada como portos e aeroportos para impulsionar os negócios, despreparos dos “homens de negócios”, em fim, um setor privado que ainda continua deixando muito a desejar e, sobretudo por falta de organização e apoio por parte das instituições governamentais.

Se na arena da economia as limitações acontecem em função da incapacidade competitiva dos empresários, o que consequentemente faz do país dependente do Senegal em termos do comércio, no campo político, a preocupação que constitui limitação é a língua. Como enfocamos em diversas ocasiões, a Guiné-Bissau é o único país de fala portuguesa no bloco, sendo os sete da francesa.

Todas as decisões em torno das normas ou regras que são aprovadas pela UEMOA, necessitam passar por uma tradução em português, a após a tradução é submetido à ANP para aprovação e, na sequência, passa pela promulgação do Presidente da República. Todo esse processo demanda tempo que acaba deixando o país numa situação de atraso em relação aos demais parceiros do bloco.

É importante salientar que, com a adesão ao Tratado da UEMOA, em 02 de Maio de 1997, a Guiné-Bissau assumiu o compromisso de respeitar os clausulados do tratado, bem como os regulamentos, diretivas, decisões e recomendações (*artigo 43º*). Posteriormente a união publicou o regulamento nº 09/2001/CM/UEMOA, de 26 de novembro, em vigor a partir de 01/01/2003, revogando o Decreto-lei nº 3/91, de 14 de outubro. No seu artigo 188 do regulamento nº 09/2001/CM/UEMOA, permite aos Estados-membro a criação de zonas francas, todavia, as mercadorias ali produzidas são consideradas estrangeiras.

Em função da limitação imposta pela língua, a Guiné-Bissau é o participante do bloco que, mais demora em colocar em prática as medidas adotadas pela UEMOA. Por outro lado, as sucessivas instabilidades e consequentes quedas dos governos contribuíram para o atraso do funcionamento de alguns dos novos regulamentos adotados. Indo além, em alguns casos, o país deixa de adotar as novas normas ou regras, por falta de vontade política, como por exemplo, até o momento atual, por falta da vontade política, ainda não foi publicado o decreto regulamentar das zonas francas, armazéns, parques e portos, criados pelo Decreto nº 3/91, de 14 de outubro.

No nosso entendimento, a adesão da Guiné-Bissau a zona do Franco CFA é um processo irreversível, porém, quanto mais o país der maior atenção a sua participação neste espaço, maiores serão as possibilidades de obter ganhos, seja por via do comércio ou o aumentando o seu poder de barganha a nível político dentro do bloco. Para que isso aconteça,

o país precisa promover uma profunda mudança a fim de definir claramente a sua pretensão na união.

5.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O capítulo aqui apresentado, objetiva analisar as oportunidades que a zona do franco CFA pode oferecer para a Guiné-Bissau, por outro lado, procurar uma compreensão acerca das limitações que este país tem encontrado perante o seu percurso no bloco. Naturalmente, a adesão da Guiné a UEMOA foi impulsionado pela necessidade de encontrar solução para os seus problemas e, sobretudo problemas ligados às situações macroeconômicas que têm consequências diretas nas questões sociais. Vimos que a inflação foi estabilizada a dívida externa tem apresentado queda significativa, mas por outro lado, em outros indicadores econômicos e sociais, o país se encontra numa situação que deixa muito a desejar.

Isso quer nos dizer que, ao longo do seu percurso nesta organização, surgiram outros problemas no qual o bloco poderá contribuir como parte da solução. Na busca do entendimento pela oportunidade que este bloco poderá oferecer, concluímos que ao longo de quase duas últimas décadas, os guineenses conviveram lado ao lado com a instabilidade política e militar que devastou o país, ceifou vidas humanas, fragilizou as suas instituições democratas que estavam em plena construção. No entanto, o país tem encontrado oportunidade na UEMOA, para reconstruir as infraestruturas danificadas por conflito militar, financiar projetos de saúde e educação, indo mais longe, capacitando os recursos humanos que fazem as instituições democráticas do país a funcionar. Ao longo dos dezoito anos da inserção da Guiné-Bissau na UEMOA, foram financiados inúmeros projetos de desenvolvimento, incluindo a reconstrução do cartão posta da cidade Bissau (capital), tudo isso, constitui oportunidade para o país neste espaço sub-regional.

E, por outro lado, infelizmente, não podemos afirmar que este processo é meramente recheado de oportunidades, sendo que existe também as suas desvantagens. Com a sua adesão nesta zona, o país passou a depender do mercado regional para abastecer o seu mercado, ou seja, boa parte da mercadoria que é consumida no mercado é guineense é proveniente dos países da UEMOA. É importante concluir que, em geral, estes países não fabricam ou produzem grande parte das mercadorias que são vendidas para mercado guineense, o que quer dizer que jogam papel de ré exportador por oferecer melhor condição de competitividade, ou seja, importam da Europa para depois vender para os guineenses. Indo além, os obstáculos do

país também são impulsionados pela informalidade do mercado nacional e as dificuldades impostas pela língua do trabalho do bloco.

6 CONCLUSÃO

A integração regional caracterizou-se pela associação formal de países geograficamente próximos e com forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. O processo da integração econômica e monetária na região oeste africana remonta aos tempos coloniais, sendo que durante o período da colonização, a emissão monetária nos territórios colônias sob a dominação inglesa (Gâmbia, Gana, Nigéria e Serra Leoa) era assegurada por currency board. Para os territórios colonizados pela França (Benin (antigo Daomé), Burkina Faso (antigo Alto Volta), Costa do Marfim, Guiné, Mali, Níger, Senegal e Togo) a emissão monetária começou por ser assegurada por bancos privados e posteriormente por institutos de emissão. De mesma forma, a emissão monetária em Cabo Verde e Guiné-Portuguesa, eram asseguradas pelo Banco Ultramarino. Com a tomada da independência, alguns países decidiram criar uma união monetária entre si (UEMOA) e manter a cooperação monetária com a antiga potência colonial, enquanto outros decidiram criar as suas próprias moedas.

Embora a importância do regionalismo seja amplamente reconhecida, a África e em especial a região oeste africana enfrenta dilemas da integração. Caracterizada por três línguas oficiais herdada das colonizadoras (francesa, inglesa e portuguesa), dezenas de dialetos e grupos culturais, a forte influência externa e sobretudo, dos europeus e em especial os então colonizadoras tem piorado o processo da integração na região. A fragmentada da CEDEAO ou a dificuldade na implantação de uma moeda única se explica por tais motivos. A CEDEAO continua a ser uma das mais pobres regiões do mundo marcada por profunda miséria humana e pobreza extrema e endêmica. Vários programas nacionais e regionais não tiveram um impacto apreciável no desenvolvimento ou na melhoria das condições de vida dos cidadãos da CEDEAO. Este resultado medíocre tem sido agravado pela ausência de esforços visíveis para internalizar e incorporar as dimensões regionais na agenda de desenvolvimento nacional, reduzindo assim os efeitos das iniciativas regionais no crescimento.

Por exemplo, não existe à escala nacional um esforço consciente para adaptar e aplicar as políticas e instrumentos regionais como complementos das políticas nacionais. Do mesmo modo, preocupante é a ausência de qualquer tentativa sólida a nível regional de um plano de desenvolvimento de longo prazo. No entanto, uma dimensão ou estrutura regional está praticamente ausente das agendas de desenvolvimento nacionais.

Ciente da desvantagem no século XXI de economias minúsculas e fragmentadas numa “aldeia global” cada vez mais competitiva, os líderes da CEDEAO continuaram à procura de

modalidades mais eficazes de incorporar as abordagens regionais para atingir e manter o desenvolvimento. A Autoridade dos Chefes de Estado e Governo de CEDEAO reiterou o seu empenhamento em melhorar o processo de integração regional e reforçar a sua eficácia mediante uma resolução destinada a introduzir, em junho de 2007, uma Visão da CEDEAO para 2020, que prevê a criação de um espaço sem fronteiras, pacífico, próspero e coeso assente na boa governança onde todos os cidadãos possam aceder e aproveitar os abundantes recursos da região através da criação de igualdade de oportunidades para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental.

A Visão da CEDEAO para 2020 visa definir uma sólida e coerente linha de direção e orientação para aumentar significativamente o nível de vida do povo através de programas racionais e inclusivos que garantam um futuro digno para a África Ocidental e moldem o destino da região por muitos e muitos anos. A Visão reconhece o imperativo de centrar o processo de integração nas pessoas. Obviamente, para atingir a meta estabelecida para 2020, a CEDEAO precisará superar vários obstáculos, começando pela drástica redução da dependência externa que por consequência acarreta na influência econômica e política destes atores dentro da região.

No tocante das duas zonas monetárias implantadas na CEDEAO, sendo a primeira UEMOA (ativo) e na sequência ZMAO (inativo), quanto a UEMOA, devido aos avanços já realizados, esta União podia ser núcleo a partir do qual se realizaria a integração monetária na África Ocidental através do alargamento aos outros países da Comunidade. Contudo, os mecanismos de funcionamento da zona franco da qual faz parte a UEMOA, constituem um obstáculo ao alargamento desta União aos restantes países da CEDEAO. Realidade, a manutenção da conta de operações (compte d'opérations) enquanto o elo de ligação entre os países africanos membros da zona e a França (União Europeia), mediante a qual a França garante a conversibilidade ilimitada dos francos CFA, continua suscitar reservas por parte dos outros Estados membros da CEDEAO.

Em contrapartida de garantia da conversibilidade ilimitada por parte da França, os países africanos membros da zona franco que inclui a UEMOA comprometem-se a depositar 65% das suas reservas em divisas no Banco Central francês e ainda respeitar um conjunto de princípios, nomeadamente a manutenção de uma paridade fixa entre o franco CFA e o Euro e a liberalização da transferência de capitais no interior da zona franco. Os outros países da CEDEAO, vêm nos acordos de conta operações uma espécie de neocolonialismo da França sobre os Estados membros da zona franco. Realmente, este acordo representa atraso para o bloco. Embora o seu funcionamento tenha um preço bastante elevado em função da sua

dependência em relação a França, entre erros e acertos a UEMOA tem jogado importante papel no financiamento dos projetos do desenvolvimento dos Estados membros, nos controles dos preços (inflação), no estímulo do crescimento econômico e entre outras ações.

A UEMOA pode ser considerada um espaço homogêneo no qual os Estados-membro são levados a adotar uma política comum no tocante da moeda e do crédito, assim como uma regulamentação uniforme em matéria monetária e bancária, a centralizar as suas reservas cambiais no Banco Central e a liberalização das transferências de capitais no interior da zona. A zona Franco CFA oeste africana evoluiu e adaptou-se às várias fases, nascida duma construção empírica desde o período colonial, constituindo uma das raras zonas monetárias desse período num contexto muito peculiar. Embora seja criada numa das zonas talvez mais periféricas do mundo e sem as condições necessárias, a UEMOA tem apresentado avanços significativos nomeadamente no quesito financeiro. O bloco detem instituições financeiras autônomas e credíveis que têm suportado o financiamento de diversos projetos do desenvolvimento da região.

A adesão da Guiné-Bissau nesta organização foi uma decisão que talvez precipitada, uma vez que não foram feitas análises aprofundadas de viabilidade política e econômica daquele país bloco que contituido por país francófonos. Desde da sua inserção na UEMOA se passaram quase duas décadas, ainda sim, os guineenses questionam se o país devia entrar naquele espaço. Na verdade, é preciso distinguir duas coisas que talvez não estão estritamente vinculadas. É inegável que a UEMOA não é uma organização completada, aliás ao redor do mundo não existe bloco perfeito e com todas as dificuldades aquele espaço monetário e econômico esta a funcionar contribuindo na medida de possível para o bem estar dos Estados membros, ou seja, os problemas da Guiné-Bissau é interna.

A Guiné-Bissau tem sofrido com a instabilidade política contínua e com a ausência de instituições eficientes ao longo de mais de duas décadas, o que a tornou num dos países mais pobres e frágeis do mundo. O país tem enfrentado varias adversidades. A luta pela independência foi uma das mais prococes, longas e sangrentas em África. Quando a independência foi conquistada em 1973, a construção de um Estado viável e prospero apresentou vários desafios, até essa data não tinha existido um esforço para desenvolver infraestruturas ou instituições durante os tempos coloniais, a somar a isto, as tensões entre militares e dirigentes políticos resultaram numa guerra civil em 1998, este conflito político militar inaugurou uma nova fase da transição racheada de ciclo da instabilidades que ocorre até os dias de hoje. A Guiné-Bissau tem tido dificuldade de obter ganhos significativos no

seio do bloco, isso tanto do ponto de vista do comércio entre os seus parceiros do espaço, quanto na captação do investimento estrangeiro no quadro da união.

É de sublinhar que um ano após a sua inserção naquele bloco econômico e monetário, a Guiné mergulhou-se num ciclo de instabilidade político-militar prolongada que impossibilitou o país de desenhar um plano desenvolvimento de médio e longo prazo que incluiria uma estratégia voltada para sua participação dentro daquele espaço da zona Franco, ou seja, durante toda a sua caminhada no meio da UEMOA o Estado guineense foi confrontado com o acidente de percurso o que acarretou na sua fraca participação ou perda de competitividade perante os seus parceiros do bloco.

Se no campo da política, a inserção da Guiné-Bissau na UEMOA não produziu nenhum efeito positivo para o país ou se no âmbito do comércio exterior e captação do investimento estrangeiro o impacto da adesão do país naquela organização foi praticamente nula. Olhando pela ótica de controle dos preços pode-se afirmar que a Guiné-Bissau atingiu o seu objetivo inicial que era de estabilizar o cinco inflacionário descontrolado antes da sua entrada na união econômica e monetária, a UEMOA possibilitou o controle estável do cambio, em suma o Estado guineense conseguiu ter uma politica monetária e plítica cambial nos trilhos. A ideia de que a UEMOA é responsável pelos problemas da Guiné-Bissau é bastante equivocada, o país lusófono enfrenta series de obstáculos internas e naquela União pode encontrar soluções para responder parte dos seus problemas internas. Atualmente, um dos mais importantes parceiros bilaterais de financiamento é a BOAD que é uma instituição autônoma da UEMOA.

Os países da UEMOA, em especial a Guiné-Bissau, devem tomar como prioridade a estabilização política, porque só com esta, o bloco ou o país poderá criar condições necessárias para obter os reais ganhos proporcionados por este processo, ao longo da existência desta integração as experiências mostraram que em parte os grandes obstáculos se devem a instabilidade política na região. O franco CFA é uma das moedas mais valorizadas em relação a algumas moedas dos países vizinhos fora da UEMOA, por outro lado, a inflação está controlada em todos os países daquele bloco e tudo isso é consequência do acordo “conta corrente” assinada entre união e o governo francês, orginalmente ambos pareadas a 100 CFA para cada franco francês, mas, depois que a França se juntou à zona do Euro da Comunidade Europeia, a uma taxa fixa é de 665 para cada euro, mantendo a proporção de 100 para 1, em contrapartida a esse acordo, todos os países na UEMOA são obrigados a depositar no mínimo 65% de receitas das suas exportações no Tesouro Francês. De um lado, este acordo pode ser bem visto na medida em que permite com os países controlassem a inflação de maior forma

possível, por outro lado, prejudica os países integrados uma vez que impedem com que estes países investem as suas receitas nos seus respectivos países. Podemos concluir que este acordo é o reflexo da instabilidade da própria região, por que se os países da união ofereciam estabilidade política e um ambiente favorável ao investimento não existiria a necessidade de um acordo que tiraria as suas receitas para serem aplicadas em outro continente.

A maioria dos Estados-membro é vulnerável às crises políticas e é sabido que as tensões não combinam o desenvolvimento econômico e social, para tal, a maior economia do bloco, a Costa do marfim, já passou por uma guerra civil e ainda continua com sequelas, a segunda maior economia; o Senegal enfrenta uma guerra contra os independentistas de Casamança há várias décadas e longe de solução; Mali recentemente passou por um golpe de Estado que culminou com um conflito armado que ocorre até os dias de hoje; o país que concentra as principais instituições do bloco, o Burkina Faso, em 2014, mergulhou num golpe onde em dois dias o país conheceu três presidentes da república e até os dias de hoje o país continua sofrendo o efeito e, recentemente, o presidente da república e o primeiro ministro foram sequestrados pelos militares; e na mesma direção temos a Guiné-Bissau o único que fala português no bloco que talvez possa ser considerado como o mais instável do grupo e praticamente fora do eixo do desenvolvimento desde conflito político militar que ocorreu em 1998/1999.

Este último país como forma de atingir os “objetivos de milênio” traçou o DENARP I e II, mas frustrou-se por conta de sucessiva instabilidade. As tentativas na implementação do primeiro e do segundo DENARP foram interrompidas por dois golpes. Portanto, a instabilidade não deve ser motivo para impedir a integração, mas a integração não pode avançar com instabilidade política. A Guiné-Bissau se desestruturou um ano após a sua entrada naquele bloco, o país precisa se reorganizar para se firmar dentro daquela organização, para tal, a contribuição desta tese refuta a ideia de que a UEMOA é problema para Guiné-Bissau, o problema do país é mais de caráter interno.

REFERÊNCIAS

- BALASSA, Bela. **Teoria de la integración económica**. México: Uteha, 1980.
- BANQUE DE FRANCE. **Balence commerciale**. Paris, 2015. Disponível em: <<https://www.banque-france.fr/eurosysteme-et-international/zone-franc/series-statistiques-de-la-zone-franc/zone-uemoa>>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- CABRAL, Amílcar. **Unidade e luta**. Livro baseado nos seminários do PAIGC, promovido pelo Cabral. Praia, 1974.
- CARDOSO, Carlos. **Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidades e rupturas (1910-1999)**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 2004.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP-Guiné-Bissau, 1995.
- CAMPOS, Américo. **Historia da Guiné-Bissau em datas**. Lisboa, 2012. (Texto para discussão).
- CARMO, Edgar Cândido; MARIANO Jefferson. **Economia internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John. **Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson, 2010.
- CELLI JUNIOR, Umberto. **Teoria geral da integração: em busca de um modelo alternativo**. São Paulo: Afiliada, 2010.
- CELINE, Abogny Koffi Ahou. **Tendências e características da inserção da UEMOA no comércio internacional com o MERCOSUL: potencialidades e perspectivas**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio do Janeiro, 2010. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/AbognyKoffiAhouCeline>. Acesso em: 21 jan. 2014.
- DIALLO, Mamadou A. **A construção do Estado no Senegal e integração na África Ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DUARTE, Pedro Henrique E.; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/>. Acesso em: 27 fev. 2016.
- ELECTIONS in Guiné-Bissau. **African Elections Database**, [S.l.], June 2012. Disponível em: <http://africanelections.tripod.com/gw.html#1994_Presidential_Election>. Acesso em: 21 mar. 2013.

FERNANDES, Lito Nunes. **Economia política da integração regional na África Ocidental**: a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. **Guiné-Bissau**: relatório: análise de sustentabilidade da dívida. [S.l.], 2013. (Relatório do FMI, 13/197). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/SCR/2013/cr13p.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

GOMES, Arrais F. da S. **A inserção política em Guiné-Bissau no processo de transição democrática (1994-2012)**. 2012. Monografia. Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66987/000871767>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

GOMES, Joaquim. **A inserção de Cabo-verde na CEDEAO**: o comércio e as migrações. Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, 2009. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB013.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

GOMES, Pedro A. Godinho. **A Guiné-Bissau**: dez anos no seio da UEMOA. Bissau, 2007.

GONÇALVES, Sara João. **O Estado falhado enquanto espaço de edificação do crime organizado transnacional**: o caso da Guiné-Bissau. 2001. Dissertação (Mestrado em Estratégia) - Programa de Pós-Graduação em Estratégia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

GUINÉ-BISSAU. Governo. **Portal oficial**. Bissau, 2011. Disponível em: <<http://www.gov.gw/index.php?lang=PT>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

GUINÉ-BISSAU. Ministério de Saúde Pública. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário II (PNDSII)**. Bissau, 2008. Disponível em: <http://www.nationalplanningcycles.org/sites/default/files/country_docs/Guinea-Bissau/pndsii_2008>. Acesso em: 11 mar. 2015.

HAFFNER, Jacqueline A. H.; VIANA, Genivone Etny Sequeira Viana. União Africana (U.A.): desafios e oportunidades do bloco. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 20, 2013.

HERZ, Mônica; HOFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais**: história e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOUDAWO, Fafali. **Guiné-Bissau da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, 2001. (Coleção Kacu Martel, Série Ciência Sociais, 14).

LAVERGNE, Réal. **Intégration et coopération régionales em Afrique de L'Oeste**. Paris: Karthala, 1996.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina I. Pasquariello. As teorias de integração regional e os estados subnacionais. **Revista Unimep Impulso**, [S.l.], n. 31, 2015. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

MAZRUI, Ali; WONDJI, Chistophe. **Historia geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

MENDES, Degol. **Programa da moeda única da CEDEAO: que lições da crise na zona do Euro?** Praia: Instituto de África Ocidental, 2014.

MENDES, Paulina. A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: que subsídios a transmitir à União Europeia? In: SOHN, Rike; OPPONG, Ama Konadu. **Comércio regional e integração monetária na África Ocidental e na Europa**. Praia: Estudo Instituto de África Ocidental – IAO; Center for European Integration Studies – ZE, 2013.

MOITA, Luís; QUINA, Carolina. Relatório sobre a situação atual na Guiné-Bissau. Lisboa: Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral – CIDAC, 1980.

MUSACCHIO, Andres. En Busca de una renovación teórica para el estudio de la integración económica regional: planteos y debates. **Revista Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2013.

NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA- NEPAD. Agência da NEPAD. **Relatório anual**. [S.l.], 2012. Disponível em: <[http://www.nepad.org/ceo039s-office/knowledge/doc/3164/nepad-agency-2012-english-fran%](http://www.nepad.org/ceo039s-office/knowledge/doc/3164/nepad-agency-2012-english-fran%>)>. Acesso em: 11 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **História: a Guiné e as ilhas de Cabo Verde**. Paris: Paul Dupont, 1974.

PEREIRA, Aristides. **O meu testemunho: uma luta um partido e dois países**. Versão documentada arquivo do PAIGC. Praia: Notícias, 2003.

PEREIRA, João Mendes. **Direito comunitário material e integração sub-regional: contributo para o estudo das mutações no processo de integração econômica e monetária na África Ocidental**. 2012. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

SANGREMAN, Carlos; Sousa júnior, Fernando; ZEVEIRINO, Guilherme, BARROS, Miguel. **A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005- os conflitos- o desenvolvimento- a sociedade civil**. Lisboa: Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento do Instituto de Economia e Gestão - CESA, Universidade Técnica de Lisboa. 2006.

SÁ, Franklin Gomes Correia de. **Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau**. 2010. Monografia (Graduação em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANTOS, Júlio Gomes dos. **A influência da integração no direito administrativo guineense**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2010.

SANTOS, Júlio Gomes dos. **Integração da Guiné-Bissau na Zona Franca Regional - CEDEAO/UEMOA**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo) - Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/~stavares/FDUC/Arquivo_2009_2010/Entradas>. Acesso em: 14 jul. 2015.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEIDE, Ussumane. **Economia da Guiné-Bissau e os objetivos do milénio**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2006.

SEMEDO, Jorge C. G. **PAIGC: a fase do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SEMEDO, Rui J. **Os entraves á construção e consolidação do Estado da Guiné-Bissau: o Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios políticos institucionais**. Bissau: Instituto Nacional de Pesquisa - INEP - Guiné-Bissau, 2010.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SWALEM, Islam. **Processo da integração africana**. Adis-Abeba: Comissão da União Africana, 2011.

TEIXEIRA, Ricardinho J. D. **Interesses externos no conflito político na Guiné-Bissau: o ontem e o hoje**. Recife, 2009.

TOGO. **République Togolaise**. Lomé, 2014. Disponível em: <<http://www.republicoftogo.com/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos: uma abordagem moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **Os países africanos: diversidade de um continente**. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA, 2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Crises e transição: o contexto internacional das integrações regionais. In: SEITTENFUS, Vera Maria Pietzscici; BONI, Luís Alberto. **Temas de integração Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

WALDMAN, Maurício. **Blocos regionais africanos: compilação estatística essencial: ano-base 2010**. São Paulo: Centro de Estudos Africanos, USP - CEA-USP, 2013.

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**, Manchester, v. 19, n. 77-78-79, 1983.